



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**A REPRODUÇÃO DO LUGAR E O DESAFIO DE PERMANÊNCIA NOS
LOTES DA REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO DIVISA –
ITUIUTABA – MG.**

NELSON NEY DANTAS CRUZ

UBERLÂNDIA/MG

2008

NELSON NEY DANTAS CRUZ

**A REPRODUÇÃO DO LUGAR E O DESAFIO DE PERMANÊNCIA NOS
LOTES DA REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO DIVISA –
ITUIUTABA – MG.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof^º. Dr. Rosselvelt José Santos

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C957r Cruz, Nelson Ney Dantas, 1981-
A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da
reforma agrária : Assentamento Divisa - Ituiutaba-MG / Nelson
Ney Dantas Cruz. - 2008
270 f. : il.

Orientador : Rosselvelt José Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia rural - Teses. 2. Reforma agrária - Ituiutaba (MG) -
Teses. 3. Assentamentos rurais – Ituiutaba (MG) – Teses. I. Santos,
Rosselvelt José. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.373

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

NELSON NEY DANTAS CRUZ

**A REPRODUÇÃO DO LUGAR E O DESAFIO DE PERMANÊNCIA NOS LOTES DA
REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO DIVISA – ITUIUTABA – MG.**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (Orientador).

Prof^a. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - UFG.

Prof^a. Dra. Mônica Chaves Abdala – UFU.

Data: ____/____/____

Resultado: _____

*Dedico esta obra a todos aqueles
que se importaram comigo e me
deram apoio. Em especial, minha
esposa, Karine, minha mãe, dona
Marluce, meu pai, Manoel Cruz,
minha irmã, Nélia, meu irmão,
Nilson, e sua família, e n
irmã, Nelma, e sua família.*

AGRADECIMENTOS

Quando temos a certeza de que nossa obra de arte está concluída, independente das imperfeições que os outros vêem, sentimo-nos tranquilos conosco mesmos, porém, não devemos nos esquecer das dificuldades que se fizeram presentes, em nossa jornada.

As dificuldades me fazem lembrar as palavras de uma professora de minha infância, que “As grandes conquistas profissionais exigem sacrifício”. Bem sei de quantas vezes tive que dormir poucas horas durante a noite pois, mesmo cansado, entendia ser necessário estudar um pouco mais. Em diversos momentos, tive de recusar-me a participar de festas e reuniões familiares. Quem me dera ter disponibilidade para não ter faltado aos jogos de futebol com os amigos. Poder ter-me dedicado, um pouco mais, ao estudo da música e da arte. Ter tido força física para não faltar aos treinamentos de boxe. Seria bom ter vivido, mais intensamente, cada momento. Isto não significa que estou arrependido de ter-me dedicado à minha formação de mestre. Demonstro apenas que, às vezes, é necessário sacrificar algumas relações sociais e reduzir o espaço vivido para, num futuro próximo, ampliar o próprio espaço social.

Dessa maneira, entendo ser necessário agradecer àqueles que acompanharam minha caminhada e me deram força e incentivo para continuar batalhando, sem desanimar. Agradeço, primeiramente, à minha família, com quem morei até o mês de Abril de 2008. Agradeço ao meu pai e aos meus irmãos, que moram no Assentamento Divisa. Agradeço a todas as famílias moradoras do Assentamento, que contribuíram com entrevistas e receptividade, incluindo, de modo especial, meu pai e meus irmãos que lá residem. Tenho muito a agradecer à minha esposa que, durante maior parte desta trajetória, no mestrado, foi minha namorada e

noiva. As leituras que realizou comigo, bem como os debates que produzimos, juntos, contribuíram para minha formação e foram incentivos valiosos.

Aos membros do laboratório de Geografia Cultural e Turismo deixo o meu agradecimento, pelos diálogos que desenvolvemos no grupo de estudo, bem como pelas alegrias que tivemos, nos momentos do ócio. Vocês são amigos importantes para mim e espero continuar estabelecendo diálogos culturais cada vez mais complexos e relevantes para nossa formação de Geógrafos.

Aos alunos que tive, no curso de graduação em Geografia, na UFU, também agradeço, pela reciprocidade quanto aos debates que realizamos em sala de aula. Os meus esforços para planejar uma aula rica em discussões contribuíram para minha formação profissional e para o conteúdo teórico presente nesta pesquisa.

Agradeço ao Prof. Rosselvelt pela paciência, competência e disposição em orientar esta pesquisa. Desde a graduação, tenho aprendido muito sobre pesquisa, ensino e extensão. As discussões que tivemos, sobre práticas de trabalho de campo, em Geografia, sempre foram encantadoras. Entendo que o seu conhecimento, como Geógrafo, contribui ao desenvolvimento, não somente da ciência geográfica, mas também das outras áreas das Ciências Humanas.

Por fim, agradeço a Deus, porque sou homem de fé, independente de crença religiosa. Somente eu sei o quanto o dom da sabedoria me ajudou nos momentos difíceis, que tiveram de ser superados, durante o decorrer do curso de mestrado. Admito que, em toda minha vida, nunca vivenciei tantos problemas familiares e pessoais. Minha estratégia foi utilizá-los como degraus para o meu próprio amadurecimento profissional. Aprendi que ser mestre não é apenas conquistar título, é também conquistar intelectualidade, humanidade, sabedoria e competência, enquanto cidadão do mundo.

*Os desafios da vida cotidiana não
devem ser obstáculos que impeçam
a construção de um mundo melhor.
O lugar se configura como espaço
Ideal para gestação de uma nova
sociedade.*

RESUMO

O trabalho que se segue aborda o contexto cultural, político, econômico e social do assentamento de Reforma Agrária Divisa. Mais especificamente, analisa os modos de vida, a produção e reprodução do lugar e o espaço comunitário dos sujeitos moradores desse assentamento. A comercialização de posses de lotes foi um dos motivos que nortearam a realização da pesquisa, pois, no nosso entendimento, tal situação constitui-se como um problema para a Reforma Agrária. As preocupações em compreender o porquê da venda de lotes direcionaram os estudos para as particularidades que se fazem presentes no espaço vivido. A estratégia foi analisar a realidade das práticas sociais dos produtores familiares, por meio de suas falas, de modo que pudéssemos conhecer suas trajetórias de vida, suas conquistas enquanto assentados ou compradores de lotes. Sendo assim, ampliamos o nosso conhecimento teórico acerca do trabalho de campo em Geografia, analisando, a partir de obras geográficas, sociológicas, antropológicas e historiográficas, o método descritivo e a história oral. Ao conhecermos sobre o cotidiano dos entrevistados, percebemos que os ciclos da natureza são importantes para o processo produtivo na agricultura. As festas, o lazer, o trabalho individual e o coletivo constituem o cotidiano, sendo este estruturado, sobretudo, pelo trabalho. Nesse sentido, as relações coletivas por afinidades se tornam importantes para reprodução e estruturação do cotidiano. Dessa maneira, ao analisar os modos de vida, compreendemos que existem divergências significativas que impedem a produção de um espaço social coletivo único, em torno das atividades produtivas. Algumas famílias possuem saberes e habilidades a respeito da produção agrícola, pois, em suas trajetórias de vida, adquiriram conhecimentos a partir de diversas experiências vividas no espaço rural. Outras famílias não viveram experiências no rural e possuem origem urbana. Estas têm dificuldades em trabalhar, produzir e obter renda a partir dos usos do lote. Dessa forma, o lugar é produzido e reproduzido pelos conflitos, entendimentos e desentendimentos entre famílias moradoras do assentamento. A reprodução da vida, por meio dos usos e apropriações dos lotes, torna-se um desafio, já que a produção do lugar é conflituosa, permeada por conquistas, negociações frustradas e por fracassos na produção e nas organizações coletivas. É dessa maneira que a realidade dos assentamentos vai sendo produzida e reproduzida. Algumas famílias abandonam o sonho de possuir uma propriedade de terras, pois diante das dificuldades de geração de renda, de obtenção de assistência técnica e política do Governo, de se relacionar coletivamente, produzir a comunidade e de obter ganhos financeiros pela venda de sua conquista, optam em comercializar a posse do lote. Nessa trajetória, as redes de sociabilidade surgidas pelo relacionamento coletivo das famílias que permanecem morando no assentamento vai sendo construída e modificada pela vinda de novas famílias. Analisando essa situação, entendemos que a venda de posses de lotes tem, como causa, um conjunto de fatores que surgem no espaço vivido e se relacionam a desencontros presentes no interior do espaço comunitário e nas relações sociais extra-comunitárias que o coletivo estabelece.

Palavras Chave: Reforma Agrária, modos de vida, lugar, redes sociais, comunidade.

ABSTRACT

The work that follows approaches the context, politician, economic and social cultural of the nesting of the Divided Agrarian Reformation. More specifically, it analyzes the ways of life, the production and reproduction of the place and the communitarian space of the living citizens of this nesting. The commercialization of ownerships of lots was one of the reasons that had guided the accomplishment of the research, therefore, in our agreement, such situation consists as a problem for the Agrarian Reformation. The concerns in understanding the reason of the sales of lots had directed the studies for the particularities that if make gifts in the lived space. The strategy was to analyze the reality of practical the social ones of the familiar producers, by means of its speaks, in way that we could know its trajectories of life, its seated or buying conquests while of lots. Being thus, we extend our theoretical knowledge concerning the work of field in Geography, analyzing, from geographic, sociological, anthropological and historiograficas workmanships, the descriptive method and verbal history. When knowing on the daily one of the interviewed ones, we perceive that the cycles of the nature are important for the productive process in agriculture. The parties, the leisure, the individual work and the collective one constitute the daily one, being this structuralized, over all, for the work. In this direction, the collective relations for affinities if become important for reproduction and structure of the daily one. In this way, when analyzing the life ways, we understand that significant divergences that hinder the production of an only collective social space, around the productive activities exist. Some families possess to know and abilities regarding the agricultural production, therefore, in its trajectories of life, had acquired knowledge from diverse experiences lived in the agricultural space. Other families had not lived experiences in the agricultural one and possess urban origin. These have difficulties in working, producing and to get income from the uses of the lot. Of this form, the place is produced and reproduced by the conflicts, agreements and misunderstandings between living families of the nesting. The reproduction of the life, by means of the uses and appropriations of the lots, becomes a challenge, since the production of the place is conflict, permeate for frustrate conquests, negotiations and for failures in the production and the collective organizations. It is in this way that the reality nestings goes them being produced and reproduced. Some families abandon the dream to possess a land property, therefore ahead of the difficulties of generation of producing, income, relating collectively if politics and technique attainment of assistance of the Government, the community and getting financial profits for the sales of its conquest, they opt in commercializing the ownership of the lot. In this trajectory, the nets of sociability appeared by the collective relationship of the families who remain liveing in the nesting go being constructed and modified for the coming of new families. Analyzing this situation, we understand that the sales of ownerships of lots have, as cause, a set of factors that appear in the lived space and if they relate the failures in meeting gifts in the interior of the communitarian space and in the extra-communitarian social relations that the collective one establishes.

Key Words: Agrarian Reform, life ways, place, nets, community.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Ordenha no lote nº 18. Aqui estão ordenhador, o rebanho e os instrumentos de trabalho utilizados durante as ordenhas, pela manhã ou pela tarde. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Março de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 2: Bezerros sendo tratados em cocho, no lote 01. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz, Setembro, 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 3: Vacas leiteiras sendo tratadas no lote 02. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro, 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 4: Trabalho de ordenha do lote nº 09. Durante o período das manhãs, marido e mulher trabalham juntos. Enquanto a mulher segura o bezerro por um laço, o marido realiza a ordenha. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 5: Colheita do arroz no lote nº 01. O trabalho é realizado de forma coletiva, onde participam assentados e fazendeiros vizinhos. As trocas de serviço são a base dos trabalhos coletivos na lavoura. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007**Erro! Indicador não definido.**

Foto 6: Armazenamento das sacas de arroz colhido no lote nº 16. Alguns participantes estiveram presentes em outros trabalhos coletivos, ocorridos nos demais lotes. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 7: colheita do gergelim produzido no lote nº 16. Por meio do trabalho coletivo a lavoura foi colhida, havendo participação de trabalhadores assentados, que moram em assentamentos vizinhos ao P. A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 8: Imagem do curral situado no lote nº 15. A infra-estrutura existente não está adequada de acordo com as exigências que o laticínio tem solicitado aos produtores. A infra-estrutura de cobertura e pavimentação está ausente. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março, 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 9: Curral no lote nº 04 sem a infra-estrutura que é exigida pelo laticínio. O produtor realiza a ordenha à sombra de uma árvore que se localiza no centro do curral. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 10: Entrega de leite no tanque de expansão de uma das associações de produtores. O produtor é responsável em medir o volume do leite e depositá-lo no tanque. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro, 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 11: Entrega do leite no tanque resfriador. Numa folha, onde se tem uma tabela, o produtor registra, em seu nome, a quantidade de leite que foi depositado no tanque. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro, 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 12: Alternativa de depósito de leite no tanque de expansão. Uma funcionária é responsável em medir a quantidade de leite entregue, verificar o nível de acidez do leite e registrar o volume depositado na tabela Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 13: Realização de inseminação artificial. Moradora do lote nº 3 prepara o material que será utilizado para inseminar o gado. Realiza o descongelamento do sêmem e faz higienização dos instrumentos que serão utilizados. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 14: Inseminação artificial realizada no gado bovino. O local onde se prende o animal é o tronco de um curral, situado próximo à residência do produtor. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 15: Rebanho bovino leiteiro reunido do lote nº 02. O rebanho é mantido próximo do curral, situado ao lado da residência do produtor. Em meio às crias fêmeas, tem-se o reprodutor macho, da raça Nelore. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 16: Touro reprodutor da raça Gir. Utilizado para cruzar com as fêmeas produtoras de leite, pertencentes ao assentado morador do lote nº 18. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 17: Aparelho transmissor de energia elétrica para as cercas divisoras da pastagem em piquetes. O aparelho está instalado na residência do morador do lote nº 02. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 18: Erosão do solo em área de nascente d'água, situada nas margens do córrego Divisa. Essa área é acessada pelo rebanho bovino do lote nº 22. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, setembro de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 19: Carpideira puxada pelo cavalo para roçar as ervas daninhas presentes na lavoura de abacaxi, no lote nº 03. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz, abril de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 20: Colheita do arroz realizada no lote nº 01. O cutelo é o principal instrumento utilizado para cortar as plantas. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 21: Trabalho de “bater” o arroz. A separação dos grãos de arroz é feita pelo atrito das plantas cortadas com o Jirau de madeira. O girau é constituído de caibros

roliços, dispostos espaçadamente, formando um estrado. Enquanto alguns separam os grãos, outros realizam a limpeza, retirando palhas e demais restos vegetais presentes em meio aos grãos caídos ao solo. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 22: Arroz colhido e esparramado no solo. Depois de colhidos, os grãos de arroz, ainda em casca, são expostos ao sol para secar, antes de serem armazenados em sacas. Para que essa etapa ocorra, é necessário que haja condições meteorológicas favoráveis, como, por exemplo, dias ensolarados. Lote 01. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 23: Transporte do arroz colhido no Lote 16. O trator é essencial para transportar o arroz colhido, já que este produtor utiliza áreas do lote que estão distantes de sua residência, onde as condições de solo são melhores para o cultivo do arroz. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 24: área de uso coletivo no assentamento. No primeiro plano da imagem se observam restos orgânicos de uma plantação de milho. No segundo plano tem-se a plantação de eucalipto, realizada mediante esforços coletivos, porém seu cultivo tem sido realizado de forma individual. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 25: área coletiva, correspondente às terras da sede do assentamento, com cultivo de milho. Resultado de esforços de um grupo coletivo das duas associações para uso das terras comunitárias. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Março de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 26: Artesanato em tricô, produzido pela associada moradora do lote nº 18. Não há freguesia constante para comprar a produção. Peças de artesanato têm sido

comercializadas com pessoas conhecidas e com parentes. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 27: Pintura e bordado em tecido confeccionado pela moradora do lote nº 23. O artesanato que a associada nos apresentou para registro fotográfico é resultado das reuniões que as mulheres realizavam para desenvolver e trocar experiências em conjunto. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 28:Fogão a lenha utilizado para produzir os doces de leite e doces cristalizados, no lote nº 01. A produção apresenta um caráter artesanal. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Fevereiro de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

Foto 29: Doces variados de leite, abóbora, figo e mamão. A matéria-prima é produzida no próprio lote. Os doces são embalados em bandejas para serem comercializados. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Fevereiro de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 30: O doces seriam levados à cidade para serem entregues ao comprador que os encomendou, há alguns dias. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Fevereiro de 2007.**Erro! Indicador não definido.**

Foto 31: Tanque de expansão para armazenamento de leite, localizado no lote nº 07. Os laticínios da cidade exigem que o leite seja armazenado em tanques de resfriamento. A alternativa dos produtores é se organizar em grupos e adquirir o equipamento por meio de compra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.....**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de famílias assentadas no período de 1970 a 1999. Fonte: Relatório de Criação de Projetos por fase de implementação – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf>>. Acesso em 03 de Novembro de 2007.....53

Gráfico 2 – Número de famílias assentadas e projetos criados na região do Triângulo Mineiro-MG, no período de 1986 a 2007. Fonte: Relatório de Criação de Projetos por fase de implementação – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf>>. Acesso em 03 de Novembro de 2007.....55

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Projeto de Assentamento Divisa no Município de Ituiutaba-MG. Fonte:.....31

Mapa 2 : Divisão em lotes do Projeto de Assentamento Divisa. 35

Mapa 3 – Divisão em lotes do Projeto de Assentamento Divisa e localização das famílias oriundas de um mesmo município. 109

Mapa 4 – Configuração da posse dos lotes no ano de 2007. 113

Mapa 5: Demarcação de áreas para uso coletivo da terra.**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de lotes que possuíam moradores no ano de 2001. 111

Quadro 2 – Experiências de trabalho dos chefes provedores das famílias.
Organizador: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de Assentamentos e de Famílias Assentadas por
Superintendências Regionais do Incra.....54

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Representação da rede de relações, produzida a partir de grupos coletivos
intra e extra-comunitários. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas.**Erro! Indicador não
definido.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. A COMERCIALIZAÇÃO DE POSSES DE TERRAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS COMO TEMA DE PESQUISA.....	23
<i>1.1. Caminhos para uma problemática geográfica.....</i>	<i>24</i>
<i>1.1.1. Elementos para delimitação do espaço investigado: reflexões acerca dos aspectos motivacionais na pesquisa.....</i>	<i>27</i>
<i>1.1.2. Precedentes históricos do Projeto de Assentamento Divisa: os primeiros contatos com os futuros sujeitos da pesquisa</i>	<i>33</i>
<i>1.2. A comercialização de posses de terras em assentamentos rurais localizados na região do Triângulo Mineiro.....</i>	<i>39</i>
<i>1.3. Consolidação da problemática no contexto de análises relacionais do tema.....</i>	<i>42</i>

1.4. A Reforma Agrária em números	47
1.5. Os assentamentos rurais como espaço de pesquisas	59
2. MODOS DE VIDA E COTIDIANO: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NO ESPAÇO DA REFORMA AGRÁRIA	77
2.1. Procedimentos e ética no trabalho de campo: reflexões sobre a abordagem empírica dos sujeitos da pesquisa	80
2.2. Os modos de vida das famílias moradoras no Projeto de Assentamento Divisa	101
2.3. Trajetórias de vida e experiências desencontradas	106
2.4. Os usos da terra e as estratégias de geração de renda.....	Erro! Indicador não definido.
2.5. Práticas estruturantes da vida cotidiana.....	Erro! Indicador não definido.
3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DE PRODUTORES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO	Erro! Indicador não definido.
3.1. A produção e reprodução do lugar comunitário a partir das relações sociais	Erro! Indicador não definido.
3.2. Paisagem do lugar: resultado das relações com o meio	Erro! Indicador não definido.
4. FORMAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ASSENTAMENTO	Erro! Indicador não definido.
4.1 – A formação de redes sociais e sua relação com organizações coletivas locais	Erro! Indicador não definido.
4.2. Comunidade e coletividade no assentamento.....	Erro! Indicador não definido.
4.3. A lógica das relações sociais no espaço da Reforma Agrária.....	Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

“[...] eu nunca acreditava que essa reforma agrária ia assim vigorar, sabe. Que um dia ia ficar em público. Porque quando eu via falar nisso aí eu era mais pequeno. Desde eu pequeno ouvia falar na reforma agrária, só que isso era uma coisa muito escondida, ninguém falava perto assim de um patrão de uma pessoa rica, que tinha uma posição, porque ficava com medo de uma represália, e não queria nem ver falar disso aí porque era fazendeiro. Mas agora não é mais novidade não.” (Entrevistado 01 – 65 anos de idade)

A Reforma Agrária, no Brasil, é uma política que tem-se desenvolvido, com maior vigor, a partir da década de 1990, pois, antes dessa data, podemos afirmar que ela foi timidamente colocada em prática. Ao analisar as estatísticas referentes aos números de projetos criados e quantidade de famílias assentadas, desde a década passada, temos a impressão de que a reforma realmente tem ocorrido a todo vapor, pois os números demonstram que, desde a criação do Estatuto da Terra, nunca se assentou tamanha quantidade de famílias. Porém, as estatísticas ocultam uma realidade que é contraditória e permeada por conflitos entre aqueles que são beneficiários dos lotes, nos assentamentos. Se, por um lado, a distribuição de terras realizada pelo Governo ameniza os conflitos e tensões no campo, entre os sem-terra e os latifundiários, por outro ela gera novos conflitos em torno da luta pela reprodução da vida, criando margens para o questionamento acerca das práticas políticas que se têm realizado, a partir da reforma, bem como críticas a respeito da realidade apresentada por meio de estatísticas.

A dificuldade das famílias em permanecerem morando nos lotes é uma situação que não é relatada nos discursos do Governo, nem tampouco é apresentada, nitidamente, nos números do distributivismo. Especificamente, na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, existem assentamentos

rurais em que mais de 50% das posses de lotes já foram comercializadas. Esta constatação advém de observações empíricas, durante o período em que realizamos uma pesquisa, em quatro assentamentos de Reforma Agrária, na região. Essa estatística nos leva a questionar a própria política fundiária da reforma, nessa região e também no restante do país. Entendemos que recorrer aos órgãos gestores da Reforma Agrária não é uma alternativa indicada para obter respostas sobre a não permanência de famílias titulares dos lotes, nos assentamentos. Os dados que são elaborados e disponibilizados por tais órgãos não apresentam, com detalhes, a realidade vivida pelos moradores dos projetos de assentamentos rurais. Sendo assim, o ponto de partida para se compreender os resultados da Reforma Agrária, no Brasil, é indo ao encontro da realidade dos sujeitos que produzem a reforma à sua maneira, ou seja, do modo como se apropriam do que lhes é imposto para que se reproduzam socialmente.

Desse modo, a comercialização de posses de lotes é uma realidade que se faz presente nos espaços dos assentamentos e um fator importante para que se questionem as condições nas quais os sujeitos da Reforma Agrária estão se reproduzindo. A venda de lotes é apenas uma referência para que possamos adentrar à realidade de homens e mulheres que, um dia, sonharam em possuir uma propriedade rural. Porém, de acordo com circunstâncias adversas, podem surgir necessidades que os levem a abandonar a terra e comercializar a posse conquistada.

Certamente há uma lógica que se estabelece nos espaços dos assentamentos, sendo que a permanência de famílias nos lotes, bem como a venda de posses, não está desvinculada de tal lógica. Dessa maneira, podemos entender que, existindo uma lógica de organização, produção e reprodução de tais espaços, é

possível compreender o porquê da permanência ou não de famílias, nos assentamentos rurais. Nesse sentido, o questionamento em torno da comercialização de posses de lotes, em assentamentos rurais, tornou-se o fio condutor da pesquisa que realizamos no Assentamento Divisa. Como a região do Triângulo Mineiro foi a referência para constatação de que existe comercialização de posses em assentamentos, escolheu-se um projeto de assentamento nessa região. A proximidade com os moradores e o conhecimento a respeito da luta pela terra, por eles empreendida, foram os principais critérios para delimitar o espaço de estudo. Desse modo, o Projeto de Assentamento Divisa foi escolhido para estudarmos as formas e os processos pelos quais homens e mulheres criam e recriam as condições de produção e fixação de seus ideais, nos lotes da Reforma Agrária. O assentamento está localizado na zona rural do município de Ituiutaba-MG e, desde a sua criação, no ano de 1999, estabelecíamos contato com algumas famílias moradoras, sendo que tal proximidade contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas.

O principal objetivo do trabalho que se segue é analisar os modos de vida e a reprodução do lugar, no Projeto de Assentamento Divisa. Os modos de vida estão diretamente relacionados às estratégias que as famílias possuem em garantir a reprodução da vida. O lugar é o referencial geográfico onde ocorre a reprodução das famílias, pois ele é produzido e reproduzido a partir das ações e reações dos sujeitos, no assentamento. Entendemos que, ao compreender a lógica que se estabelece na produção e reprodução do lugar, poderemos analisar a comercialização das posses, pois essa situação está intimamente ligada às dificuldades de permanência das famílias, na terra.

O trabalho foi realizado a partir do contato com a realidade estudada, da preparação teórica para que se fizesse leitura do conteúdo empírico, bem como reflexões acerca das especificidades presentes no assentamento, de modo que se pudessem alcançar os objetivos propostos sem resvalar em contradições conceituais e considerações incoerentes.

A Dissertação de Mestrado, que se segue, está dividida em quatro capítulos, cada um com objetivos a serem alcançados, que complementam o objetivo geral do trabalho. Sendo assim, no primeiro capítulo, o principal objetivo é discutir a problemática da pesquisa, bem como refletir acerca de trabalhos científicos realizados em assentamentos de Reforma Agrária, no Brasil. A proposta é situar o nosso trabalho dentro do contexto de eixos temáticos relacionados à Reforma Agrária, justificando o tema e o espaço de pesquisa, para se construir a problemática. Os trabalhos que tratam da Reforma Agrária e que foram analisados possuem importância para situar a nossa pesquisa diante dos estudos já realizados em assentamentos, demonstrando que o estudo sobre os modos de vida e a reprodução do lugar apresenta um caráter inovador, enquanto proposta de abordagem da realidade dos assentamentos.

O segundo capítulo tem o objetivo de analisar os modos de vida e o cotidiano das famílias moradoras do Projeto de Assentamento Divisa. Na primeira parte do capítulo, é discutido o trabalho de campo, em Geografia, de modo que a análise conceitual da etnografia e do método denominado história oral possam direcionar a coleta de dados, durante os trabalhos de campo. Tais análises direcionam, metodologicamente, a pesquisa científica, juntamente com as discussões realizadas no primeiro capítulo. Na segunda parte do capítulo dois, os modos de vida são analisados, conceitualmente, por meio de obras de Geografia e Sociologia, de modo

que se possa direcionar a abordagem dos modos de vida das famílias assentadas. O termo “modos de vida” é utilizado no plural por não se tratar de famílias que possuem uma mesma trajetória e experiência de vida, que possam ser caracterizadas como homogêneas. Na luta pela reprodução da vida, diversas habilidades e saberes são colocados em prática, sendo eles resultados de experiências de outros tempos, que se manifestam no espaço do presente com toda sua força. As práticas cotidianas demonstram como os modos de vida estão estruturados pelo trabalho, sendo este regido por tempos lineares e cíclicos.

No terceiro capítulo, o objetivo é analisar a produção e reprodução do lugar, enquanto espaço vivido no assentamento. As relações sociais de vizinhança são analisadas como sendo conteúdos que possuem relevância no processo de produção e reprodução do lugar. Elas surgem no tempo e no espaço como relações contraditórias, já que os estranhamentos e divergências entre projetos de vida são explicitados desde a criação do assentamento. É nesse contexto que os modos de vida demonstram ser divergentes e também convergentes, pois há encontros e desencontros entre aqueles que possuem afinidades e se identificam na luta pela permanência nos lotes da Reforma Agrária. Na segunda parte do capítulo, a paisagem do assentamento é analisada como conteúdo portador de temporalidades sociais desiguais, que se manifestam no espaço presente e se modificam de acordo com as imposições do contexto social às famílias e com as suas reações, mediante tais imposições.

No quarto capítulo, o objetivo é compreender as relações comunitárias, tomando-se como referência as relações intra e extra-comunitárias, bem como a formação de redes entre famílias e instituições com as quais elas estabelecem contato. Nesse contexto, são analisados a lógica das relações coletivas, que

participam na formação de redes relacionadas à produção associativa e os demais projetos que se formam, a partir do coletivo, e que estão em constante relação com instituições externas ao assentamento.

1. A COMERCIALIZAÇÃO DE POSSES DE TERRAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS COMO TEMA DE PESQUISA.

Dentre diversos assuntos sobre Reforma Agrária, o que nos têm despertado maior curiosidade é a comercialização de posses de terras em assentamentos rurais. Por meio de algumas leituras, verificamos que essa situação não tem sido objeto de discussão de pesquisas acadêmicas, nem tampouco revelada em estatísticas ou documentos oficiais do Governo. Nossa preocupação, então, somada à curiosidade sobre o assunto, é de que a venda de posses nos assentamentos constitui uma realidade a ser investigada, pois não se configura como uma situação corriqueira, a que pouco se deve dar importância, como se ela não fosse um elemento contraditório dentro das políticas de distribuição de terras que o Governo tem denominado Reforma Agrária.

As preocupações em produzir conhecimento acerca do assunto levaram-nos ao desenvolvimento da pesquisa, que vinha sendo gestada há alguns anos, já que, observando a realidade dos assentamentos rurais, desde o ano de 1998, diagnosticamos a venda de posses de lotes. Naquele momento, quando nos deparamos com a venda de lotes, pois, de acordo com as circunstâncias em que vivíamos, estávamos sempre próximos a pessoas que eram beneficiárias de lotes em assentamentos, achávamos que ocorria a venda da terra, ou seja, tínhamos o entendimento de que as pessoas que pagavam pelos lotes compravam, também, o título de propriedade da terra, e quem o vendia era visto, por nós, como indivíduos

oportunistas, que queriam obter ganhos financeiros por meio de benefícios do Governo.

Mas o contato com a realidade de alguns assentamentos rurais da região do Triângulo Mineiro, por meio do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica, financiada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o CNPq e o INCRA, pôde ampliar nossa visão acerca das condições socioculturais das famílias moradoras de tais assentamentos. Logo, a idéia que tínhamos a respeito da venda de lotes, no espaço da Reforma Agrária, foi sendo desconstruída e substituída por uma série de questionamentos. Desse modo, os questionamentos se tornaram base para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o assunto.

1.1. Caminhos para uma problemática geográfica

Para iniciar o primeiro capítulo, discutimos a problemática de nossa pesquisa, apresentando os propósitos de escolha do espaço e do tema a ser estudado. Nesse sentido, elaboramos uma reflexão sobre a postura do pesquisador frente à escolha do objeto de análise, como direcionadora da problemática. Logo, ressaltamos que a experiência no trabalho de campo, vivenciada no decorrer da construção deste estudo, bem como as leituras e reflexões acerca de obras relacionadas ao assunto pesquisado, trouxe-nos contribuições substanciais a respeito de como proceder à escolha do tema, do espaço de pesquisa e da elaboração de uma problemática geográfica.

Consideramos tal escolha como essencial para se iniciar um estudo científico. No entanto, diversos caminhos podem ser seguidos antes de se proceder ao início da pesquisa, pois não queremos justificar nosso trajeto como único a ser trilhado,

durante a escolha dos conteúdos de qualquer investigação. Nosso propósito é reforçar a importância da reflexão das próprias opções, como guia introdutório à investigação científica, pois tal reflexão foi essencial à elaboração específica desta dissertação.

Na segunda parte do capítulo, prosseguimos o texto com análises referentes a pesquisas científicas que tratam da Reforma Agrária. A partir da discussão em torno de diversos enfoques sobre assentamentos rurais, delineamos pontualmente nossa pesquisa, dentro do contexto de estudo dos sujeitos da Reforma Agrária. O exercício teórico de entendimento dos conteúdos analisados não se constitui apenas como justificativa da escolha de nosso tema e problemática, pois demonstra como foi possível direcionar a pesquisa, dentro de um conjunto amplo de trabalhos já realizados sobre a Reforma Agrária e os assentamentos rurais.

Pensar uma problemática significa exercitar-se teoricamente, buscando informações no campo empírico, que dêem coerência a tal problemática. Configura-se como um desafio para qualquer pesquisador a tarefa de delinear, no tempo e no espaço, o seu objeto de estudo. No decorrer do trabalho, percebemos que dois caminhos poderiam ser válidos para se delimitar a área de estudo e construir uma problemática geográfica.

O primeiro caminho tem o ponto de partida demarcado no campo empírico, por meio da observação atenta da realidade. O geógrafo pode direcionar tal observação para o espaço em que ele mesmo participa do processo de produção e reprodução, bem como notar outros espaços, os quais lhe despertam curiosidade e encantamento. Durante a delimitação do objeto de pesquisa, a afinidade do pesquisador em relação à realidade que se pretende estudar torna-se um elemento importante para o bom desenvolvimento da pesquisa, pois o próprio pesquisador é

dotado de sentimentos, desejos e ações perante a sociedade, sendo necessário, então, estudar algo que lhe dê prazer e o faça sentir-se motivado. Porém, é necessário pensar, também, nas contribuições conceituais que irão resultar de tal pesquisa. Sendo assim, o campo teórico também se constitui como uma das bases essenciais à delimitação do objeto de pesquisa e construção da problemática.

Um segundo caminho pode ser trilhado de maneira inversa ao anterior. Partindo-se das divergências teóricas, o pesquisador irá caminhar em direção ao campo empírico. Nessa jornada, ele poderá utilizar-se dos sentimentos e opções pessoais para recortar a realidade que deseja estudar. Entendemos que, nos dois caminhos apresentados, três elementos são os pontos de partida para o direcionamento do tema de pesquisa, recorte do objeto de estudo e produção da problemática. São eles os elementos: campo empírico, campo teórico e afinidade do pesquisador. Compreendemos que é necessário não haver divergências entre os três conteúdos ou incoerências que anulem o bom desenvolvimento da pesquisa. Dessa maneira, há que haver pertinência entre os três elementos.

Porém, os dois caminhos apresentados não devem ser tomados como os únicos possíveis para se delimitar um estudo científico. Temos o entendimento de que cada pesquisa exige uma metodologia própria, que pode partir de diversas referências iniciais de análise.

Em nossa pesquisa, trilhamos o primeiro caminho que foi apresentado. Partimos da observação da realidade, dos conteúdos que constituem o espaço em que vivemos e que despertam o nosso interesse em pesquisá-lo. Referimo-nos aos Assentamentos de Reforma Agrária e, principalmente, aos sujeitos que produzem e reproduzem esses espaços, no meio rural.

1.1.1. Elementos para delimitação do espaço investigado: reflexões acerca dos aspectos motivacionais na pesquisa.

Compreendemos que, ao produzir um trabalho científico, o pesquisador é motivado por diversas questões, que podem ser políticas, afetivas, morais, ideológicas, profissionais. Entendemos que os elementos motivadores impulsionam o investigador a conhecer o objeto, bem como a trilhar um caminho que o leve à definição das problemáticas de estudo, procurando compreendê-las. Mas a motivação não deve ser aqui entendida como um desejo ou ação determinante, que direcionou todo o caminho metodológico elaborado na pesquisa. O fazer pesquisa e sua produção teórico-metodológica constituem-se em um processo investigativo amplo e profundo, que não se fundamenta apenas pela motivação. As reflexões que se seguem apresentam o caminho trilhado no processo de produção da problemática. Porém, devemos entendê-las como parte do trabalho científico, importante para justificar o tema e a problemática, constituindo-se base necessária para o direcionamento da pesquisa.

Entendemos que os recortes que o pesquisador faz do espaço a ser estudado podem ser guiados por questões pessoais. Em uma investigação de cunho geográfico, não devemos escolher, aleatoriamente, um determinado território, uma paisagem, um lugar ou uma região para estudos, sem antes refletirmos sobre algumas questões motivadoras. Pois entendemos que o sujeito, ao pretender estudar algo da realidade, não está alheio às condições espaciais em que vive, visto que ele possui uma cultura e um modo de vida.

Compreendemos que, em pesquisa científica, o investigador tem todo o direito de ser conduzido por propósitos pessoais que guiem suas opções de tema e de objeto de pesquisa. A possibilidade de escolha que o pesquisador possui é fundamental na ciência, pois as alternativas pessoais contribuem para que a pesquisa se torne prazerosa e o trabalho seja realizado com maior entusiasmo, em todo seu curso. Conseqüentemente, em nossa pesquisa, o trabalho produziu momentos inquietantes e prazerosos, que fomentaram discussões valiosas em torno da problemática.

Consideramos que não há, necessariamente, uma metodologia pronta e acabada sobre como escolher um objeto de pesquisa na ciência geográfica. Sendo assim, entendemos que a escolha deve ser independente de fórmulas prontas. Entendemos que não há restrições em fazer o recorte do espaço de pesquisa tomando-se como referência a orientação motivacional do cientista, pois esta aponta para possibilidades de reprodução de efeitos positivos, no que diz respeito ao interesse do pesquisador em resolver questões postas na problemática. Exemplificando com nossa pesquisa, a construção do objeto de estudo foi sustentada pelo aspecto motivacional e profissional, que levou em consideração nossa história de vida, ligada ao espaço rural, bem como a experiência de se desenvolver pesquisa em assentamentos rurais.

Inerente à questão motivacional, pode-se ter como elemento constituinte a afetividade pelo lugar como guia de escolha - em se tratando de pesquisas direcionadas ao estudo do lugar. No contexto das preferências pessoais, consideramos necessário incluir o aspecto afetivo do homem em relação às pessoas do lugar que integrarão o centro de suas pesquisas. Entendemos que o trabalho não deve tomar um rumo no qual a afetividade pelos entrevistados oculte as

contradições que estão postas no espaço estudado ou promova uma defesa do lugar. Em nosso trabalho, a proximidade relacional com os sujeitos pesquisados favoreceu a coleta de dados e permitiu-nos conhecer elementos que, até então, eram desconhecidos, apesar dos contatos freqüentes com a comunidade estudada, que vinham ocorrendo desde o ano de 1998.

Percebemos, então, que o prévio contato com os sujeitos da pesquisa e o conhecimento, *a priori*, de suas práticas sociais, religiosas e produtivas não nos permitiu considerar comuns determinadas manifestações culturais, a ponto de não relatá-las em nossos registros de campo.

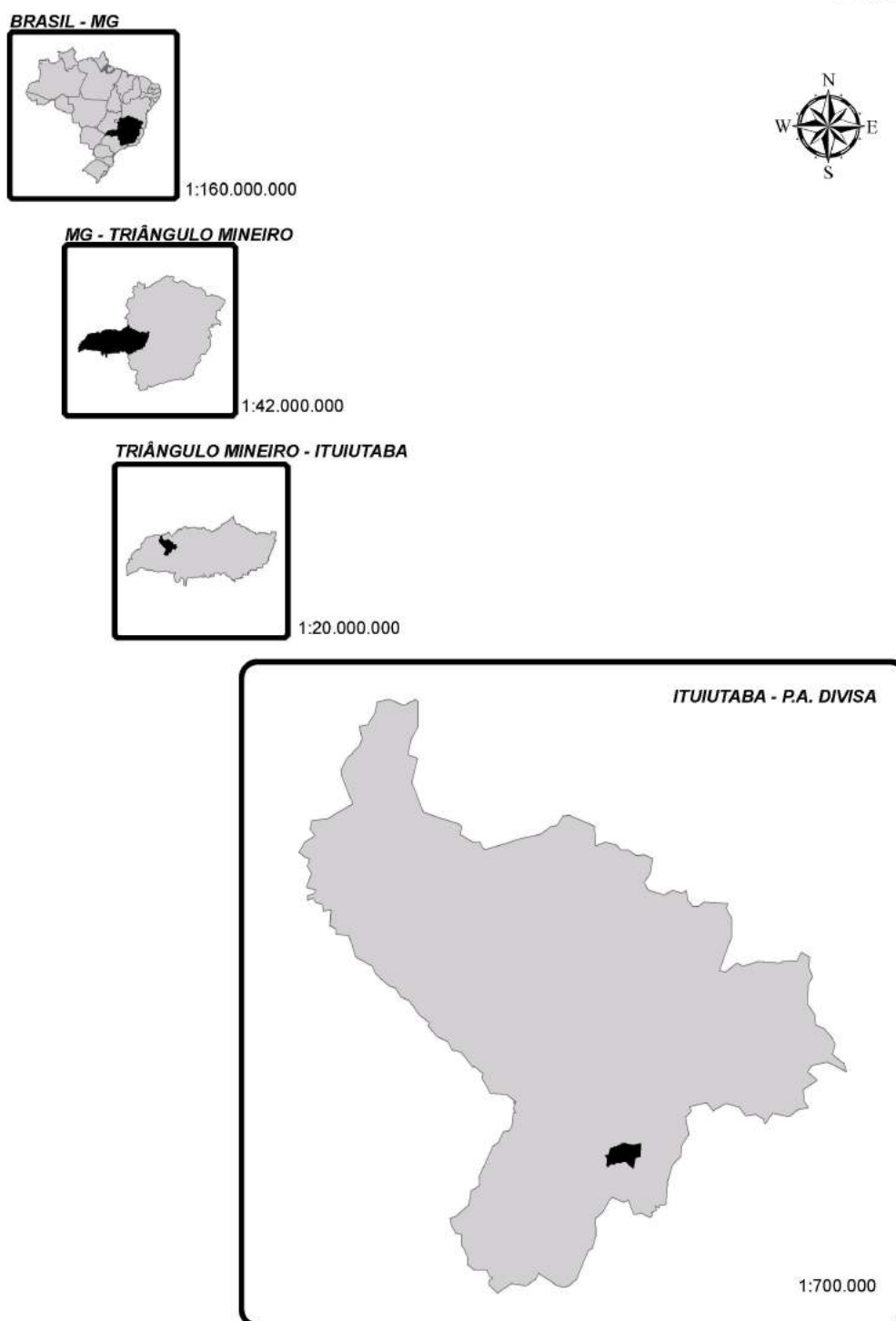
Outro problema com que nos preocupamos referia-se a determinados elementos que talvez não fossem relatados, por considerarmos comuns ou banais, devido à costumeira observação, pela proximidade com o lugar. Nesse sentido, os fenômenos que estávamos acostumados a presenciar, na comunidade, e que para nós pareciam não ter importância, foram anotados em caderneta de campo e tiveram grande valia nas análises, em gabinete e discussões, com o professor orientador.

Analisar uma realidade social é um exercício de persistência, paciência e sabedoria para lidar com pessoas que serão entrevistadas e observadas, durante a realização do trabalho empírico. Desse modo, registrar histórias que são contadas, descrever densamente situações e fatos e analisar a teoria, relacionando-a aos dados da realidade, é uma prática árdua que leva tempo, sendo ela necessária para qualquer pesquisador das ciências humanas. Conseqüentemente, o trabalho de gabinete, onde se analisa a teoria em consonância com a pesquisa empírica, contribuiu ao diálogo que realizamos em campo, bem como auxiliou na interpretação dos dados obtidos pela observação e por entrevistas. É um processo lento, de

intensos diálogos com os autores escolhidos, para reflexão da problemática. Desse modo, os aspectos motivacionais tornam-se decisivos na pesquisa, por serem um incentivo ao trabalho, que nos desafia pelo cansaço, paciência e cautela.

Diante das reflexões em torno da motivação pela pesquisa, resolvemos os embates quanto aos aspectos de escolha do tema geral a ser investigado. Levando em consideração o nosso histórico de relação com a terra e, mais recentemente, a nossa proximidade com pesquisas ligadas ao espaço rural, decidimos realizar um estudo sobre assentamentos de Reforma Agrária. Nesse sentido, o Projeto de Assentamento Divisa, localizado na zona rural do município de Ituiutaba-MG, no Triângulo Mineiro, tornou-se objeto de pesquisa desta dissertação. O P. A. Divisa encontra-se localizado no mapa 1.

LOCALIZAÇÃO DO P.A. DIVISA - ITUIUTABA / MG
2007



Mapa 1: Localização do Projeto de Assentamento Divisa no Município de Ituiutaba-MG. Fonte:

Sendo assim, a explicação sobre a preferência por tal espaço de pesquisa demonstra que fomos guiados por questões pessoais inerentes ao modo de vida, pois somos sujeitos possuidores de sentimentos, identidades e pertencimentos, em relação ao espaço rural. Desse modo, consideramos ser difícil o abandono das experiências vividas ao longo de nossas histórias de vida. Existem lembranças mais fortes que nos fazem rememorar as experiências mais intensas que foram vividas, em outras épocas. Podemos enumerá-las como sendo o trabalho com a terra, a participação em comunidades religiosas do meio rural, a construção de amizades e relações de vizinhança, ou seja, nossa participação ativa na produção e reprodução do lugar situado no meio rural.

É difícil dissociar um passado de intensas relações quando, ao conviver com as pessoas nos assentamentos rurais, podemos sentir os mesmos cheiros exalados pelas flores de plantas de um pomar, onde temos a ilusão de respirar um “ar puro”, sem qualquer tipo de poluição, como nos tempos em que vivíamos no campo. A sociabilidade que, aos nossos olhos, parece ser espontânea, relembra os tempos das amizades constituídas nas comunidades que ajudamos a erguer e reproduzir. Lembramos também dos frutos colhidos da terra, que nos garantiam o sustento e possuíam um sabor que a nada se comparava, mesmo que fossem frutos de um suor sem fim, exalado durante longos dias de trabalho árduo. Ali, as cenas de uma vida no campo, para quem lá morou e se relacionou intensamente com a terra, vêm à tona e produzem uma saudade de outros tempos vividos. Porém, temos clareza de que esses elementos nem sempre devem ser os principais motivadores de uma pesquisa científica. Numa sociedade, na qual as contradições e desigualdades sociais são conteúdos indissociáveis da realidade, cabe a nós, na condição de

cidadãos e geógrafos, compreender, minimamente, a lógica que existe em tal realidade, para que lancemos propostas de mudança efetivas na sociedade.

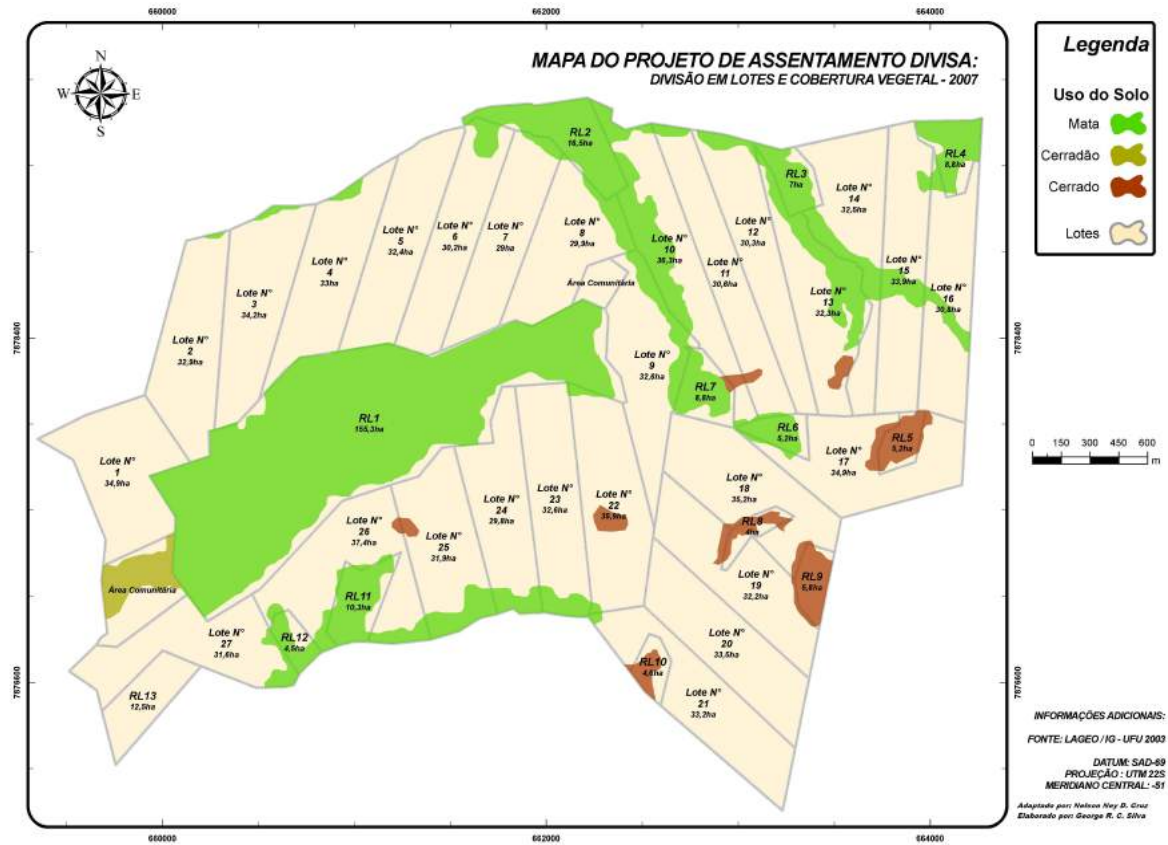
No caso específico da pesquisa que realizamos, o direcionamento dos estudos é voltado para os sujeitos que residem no P. A. Divisa. Eles constituem o conteúdo humano a ser investigado. São eles que percebem o lugar à sua maneira e o reproduzem de acordo com suas ações. Sendo assim, a nossa proximidade e identificação com o lugar, por meio de lembranças de tempos passados, é apenas um dos elementos que condicionam o entusiasmo e o prazer em fazer pesquisa no espaço escolhido. Para nós, a pesquisa também é prazerosa por ela ser um meio de exercermos a cidadania e de retornarmos à sociedade o resultado dos investimentos públicos, que se fizeram presentes durante a formação de geógrafo, adquirida na academia.

1.1.2. Precedentes históricos do Projeto de Assentamento Divisa: os primeiros contatos com os futuros sujeitos da pesquisa

A identificação com o Assentamento Divisa não se deu apenas por questões inerentes ao nosso modo de vida. Desde a ocupação da fazenda Divisa, em agosto de 1998, estivemos acompanhando o processo de resistência na luta pela terra, que se materializou pela presença dos ocupantes da fazenda. Ali eles se alojaram, em um acampamento improvisado, construído com barracas de lona.

Constantemente, tínhamos acesso a notícias sobre a rotina do acampamento e a respeito dos trâmites de negociação entre o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e o proprietário da fazenda. Essas informações eram obtidas por meio dos contatos que estabelecíamos com o entrevistado 01, que atualmente é

assentado morador no lote nº 02, conforme podemos identificar o lote, observando o mapa 2.



Mapa 2 : Divisão em lotes do Projeto de Assentamento Divisa.

Em nossas conversas, as expectativas do entrevistado ficavam evidentes quando ele relatava, com toda certeza, que em breve estariam recebendo o lote para morar e produzir. Na condição de pequeno arrendatário produtor de abacaxi e arroz, no município de Canápolis-MG, nunca tivera uma propriedade rural e acreditava que, pela Reforma Agrária, teria a oportunidade de possuir terras próprias para cultivar.

Durante o acampamento ele convivia com pessoas conhecidas e também com sujeitos com os quais nunca tivera contato e que, apesar de serem desconhecidos, tornaram-se amigos próximos, já que estavam todos os dias juntos, conversando sobre planos para o assentamento e para suas famílias.

Segundo ele, no tempo que ficavam no acampamento aguardando a emissão de posse da fazenda e distribuição das terras, jogavam baralho, contavam piadas, promoviam reuniões, faziam refeições juntos e, em suas narrações, percebíamos que no acampamento não existiam desavenças ou brigas entre os acampados, nem destes com os moradores da fazenda. Aparentemente, era um lugar muito tranquilo, se comparado àqueles noticiados pela mídia, naquele momento (ano de 1998), sobre invasões e ocupações de terras.

Porém, no decorrer de nossos trabalhos, verificamos que o espaço vivido no período de acampamento não era tão harmônico como pensávamos. Isto foi constatado por intermédio dos relatos sobre a organização do movimento para ocupação/invasão da Fazenda Divisa e a convivência que se estabelecia entre acampados e vaqueiros moradores na fazenda.

O projeto de Assentamento Divisa foi criado em 11 de novembro de 1999. Porém, quando houve a emissão de posse, em 8 de Abril de 1999, as famílias, por iniciativa própria, dividiram a fazenda em lotes, do modo como desejavam. Quando

se criou o projeto de assentamento, a divisão de lotes e a sua escolha já estavam feitas e foram apenas ratificadas pelo INCRA, que realizou alguns ajustes, com medições mais precisas dos lotes, reservas legais (RL) e áreas de preservação permanentes (APP).

Antes de as famílias chegarem ao assentamento Divisa, houve um processo de articulação política para organizar o movimento de ocupação da fazenda. A iniciativa partiu dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canápolis-MG, Ituiutaba-MG e Monte Alegre-MG que, conhecendo sobre a Reforma Agrária, desejavam organizar um grupo de famílias para ocupar uma fazenda que fosse desapropriada e estivesse localizada na região do Triângulo Mineiro.

Desse modo, o pólo regional da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), localizado na cidade de Uberaba-MG, havia se comprometido em informar aos sindicatos sobre os latifúndios que seriam desapropriados na região do Triângulo Mineiro, devido ao interesse daqueles em ocupar terras em processo de desapropriação. Em outubro de 1998, foi decretado, no Diário Oficial de União, que a Fazenda Divisa, de propriedade da Sra. Maria Stella César Martins Carvalho, medindo 1.161 hectares ou 240 alqueires, seria desapropriada para fins de Reforma Agrária. Ao serem informados a respeito do decreto de desapropriação, os dirigentes dos sindicatos se deslocaram até a fazenda, para conhecer as terras e decidir se as ocupariam ou não.

O interesse pelas terras da fazenda foi imediato à visita e o desafio em ocupar as terras estava apenas começando. Para fortalecer o movimento de luta pela terra, os três sindicatos convidaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centralina-MG, pois o seu dirigente tinha conhecimentos sobre a Reforma Agrária e experiência em ocupações de terras, por ter participado de ocupações no município de Iturama-

MG, na década de 1980. Com essa união, os quatro sindicatos conseguiram organizar 14 famílias, sendo esse número insuficiente para ocupar a fazenda, segundo os dirigentes. Mesmo assim, a ocupação foi realizada no mês de outubro de 1998 e, nesta tentativa, eles foram obrigados a se retirar do local, diante da presença da Polícia Militar. A desocupação foi pacífica, não havendo conflito violento entre os ocupantes e os policiais.

Esta retirada ocorreu ilegalmente, por meio de pressões das autoridades policiais, pois, com o decreto de desapropriação publicado, a Polícia Militar não teria autoridade para promover a desocupação. Desconhecendo esse procedimento legal e preocupado com a violência que poderia ser travada com a polícia, o único líder do movimento que se encontrava no acampamento decidiu que seria melhor desocupar a fazenda.

Porém, não desistiram da luta pela terra e planejaram uma segunda ocupação, com 16 pessoas. Eram todos homens e suas famílias não participaram em nenhuma das duas entradas na propriedade. Havia receios quanto à violência que poderia ser desencadeada, com possíveis jagunços contratados por fazendeiros da região ou mesmo a presença da polícia. Desse modo, preferiram não pôr em risco mulheres, crianças e jovens.

Prevendo que o movimento ocuparia novamente a fazenda Divisa, a Polícia Militar montou barreiras nas duas estradas de acesso a ela. Enquanto isso, os sem-terra ficaram alojados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba-MG, aguardando o momento oportuno para seguirem de volta à fazenda.

Em uma madrugada chuvosa, colocaram suas lonas em uma caminhonete e seguiram em direção à fazenda, pois sabiam que os policiais já haviam desmontado a barreira e certamente poderiam seguir, sem qualquer impedimento. Pela manhã, a

polícia já estava no local, mas não os retirou, pois os acampados tinham consciência de que a desocupação somente poderia ser realizada mediante ordem judicial e, então, exigiram que a polícia emitisse um boletim de ocorrência. Esta história de luta foi acompanhada por meio do contato com os dirigentes do sindicato de Canápolis-MG e com o entrevistado 01, que participou da segunda ocupação.

No ano de 2006, surgiu a oportunidade de construir uma proposta de pesquisa direcionada para esse assentamento. A idéia de pesquisá-lo já estava sendo gestada no ano de 2001, no primeiro semestre do curso de graduação em Geografia, porém não houvera oportunidades para que tal pesquisa ocorresse.

Durante o próprio curso de graduação, outros assentamentos foram pesquisados na região do Triângulo Mineiro, o que nos permitiu adquirir um entendimento acerca da Reforma Agrária e da situação sócio-econômico-cultural dos grupos de assentados que pesquisamos.

1.2. A comercialização de posses de terras em assentamentos rurais localizados na região do Triângulo Mineiro

Nossa experiência com a pesquisa em assentamentos foi construída, sobretudo, a partir de trabalhos realizados junto ao Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária do Triângulo Mineiro (PACTo-TM-MG). Esse programa foi resultado da parceria entre Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

Durante os anos de 2004, 2005 e alguns meses de 2006, o programa realizou pesquisas em quatro assentamentos da região, sendo dois localizados no município

de Araguari-MG¹ e dois em Uberlândia-MG². As pesquisas faziam parte de três eixos temáticos que eram Produção, Saúde e Educação. Nossa pesquisa estava situada no eixo da Produção, porém tínhamos relações de trabalho com pesquisas de outras áreas, o que nos possibilitou compreender a realidade dos assentamentos em suas outras dimensões, além dos aspectos produtivos.

Foi a partir das pesquisas de projetos relacionados à Educação, à Saúde e à Produção que se pôde ter uma idéia geral das carências e potencialidades que os projetos de assentamento da região possuem. Não é nossa proposta generalizar as condições políticas, sociais e econômicas presentes em todos os assentamentos do Triângulo Mineiro. Observamos que tais condições apresentam divergências significativas, ao compararmos a organização interna dos quatro assentamentos.

Percebemos que as deficiências de produção e comercialização dos alimentos, por parte dos sujeitos assentados, relacionavam-se a questões de ordem associativa, cultural, política e econômica. Outras conseqüências de tais questões eram o isolamento em relação à cidade, a ausência de infra-estrutura nesses espaços rurais, como energia elétrica, água potável e encanada, bem como o precário ou ausente apoio de órgãos públicos para produção e comercialização. Estes são apenas alguns dos aspectos que observamos, durante nosso estudo sobre a produção e comercialização de gêneros agrícolas nos assentamentos.

Tais aspectos não se generalizavam em todos os assentamentos. A proximidade de órgãos públicos no apoio às organizações coletivas variava de um

¹ Os assentamentos pesquisados neste município são o Projeto de Assentamento “Ezequias dos Reis” e o Projeto de Assentamento “Bom Jardim”. O primeiro possui 55 lotes e o segundo 44. O número de famílias assentadas correspondia ao número de lotes apenas no momento de criação do Assentamento. Na atualidade existem compradores e assentados.

² Os assentamentos pesquisados neste município são o Projeto de Assentamento “Rio das Pedras” com 87 lotes e o Projeto de Assentamento “Zumbi dos Palmares” com 22 lotes. O número de famílias assentadas correspondia ao número de lotes apenas no momento de criação do Assentamento. Na atualidade, existem os compradores e os assentados.

assentamento a outro. Desse modo, as características de organização política, econômica e de ordem cultural diferenciavam-se entre alguns e se assemelhavam, entre outros.

Mas, no decorrer das pesquisas, fomos percebendo que esses assentamentos possuem um aspecto semelhante entre si. Comparando-os, também, ao Projeto de Assentamento Divisa, constatamos que, em todos eles, tem ocorrido a venda de lotes, por parte dos assentados.

Logo, esta prática poderia se constituir o fio condutor de uma pesquisa geográfica, dentro dos Assentamentos de Reforma Agrária. No contexto da criação e gestão dos assentamentos, a compra e venda de lotes não é permitida por lei³. No entanto, ela tem ocorrido nos assentamentos que pesquisamos. Sendo assim, a prática que observamos, no espaço da Reforma Agrária, constitui-se uma contradição quanto à aplicação da lei. Por outro lado, pode estar relacionada às práticas culturais dos beneficiários. Não consideramos o assentado como um sujeito passivo na prática da Reforma Agrária. Ele é possuidor de saberes e habilidades de trabalho que podem estar ou não vinculados à terra. Desse modo, ele participa ativamente no processo de criação e consolidação dos assentamentos, produzindo e reproduzindo tais lugares a partir de sua lógica, que, por sua vez, pode ser divergente das propostas governamentais para a Reforma Agrária.

Concordamos que infringir a lei pode representar um problema para a criação e consolidação de assentamentos rurais, mas consideramos necessário pensar o porquê de os assentados venderem seus lotes. Nesse sentido, elaboramos uma

³ De acordo com a Lei nº 8629, de 25 de Fevereiro de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, em seu Artigo 18: "A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos".

reflexão que nos possibilitou delimitar o tema para construção da problemática: A venda de lotes pode ser apenas uma das conseqüências da organização interna⁴ do assentamento, cuja produção se inicia a partir da composição do movimento na luta pela terra. Sendo assim, a afinidade apresentada entre os integrantes, durante a organização do movimento, diferencia-se enquanto prática de permanência nos lotes da Reforma Agrária. Logo, optamos por realizar um estudo de seus modos de vida, para analisarmos as divergências que se manifestam em suas práticas sociais e compreender a venda de lotes.

Portanto, a idéia de realizar pesquisa no Projeto de Assentamento Divisa estava sendo encaminhada. Se primeiro tínhamos o desejo de estudá-lo, agora havíamos encontrado um motivo para produzir um projeto de pesquisa e desenvolvê-lo. A partir da observação da realidade, foi possível direcionar as reflexões teóricas, com o objetivo de se consolidar o tema e produzir a problemática.

1.3. Consolidação da problemática no contexto de análises relacionais do tema

De acordo com Raffestin (1993, p. 31), a problemática para um determinado estudo científico deve ser relacional, pois “A existência é tecida por relações, é um vasto complexo relacional [...]”. Segundo o autor, a problemática relacional pode ser, também, um “Mecanismo consistente em determinar, antes de qualquer análise, o estatuto de inteligibilidade capaz de justificar um sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 30). Pensemos o sistema como um conjunto de idéias que estão interligadas por uma lógica coerente. Nesse contexto, a problemática justificaria tal lógica e os

⁴ Entendemos ser coerente pensar que a organização interna de um assentamento ocorre antes mesmo de ele ser criado por lei. Primeiramente, a organização pode ser pensada e representada pelos seus participantes, antes mesmo de se tornarem assentados, por meio de seus sonhos, planos e expectativas.

propósitos do sistemas. Podemos, então, compreender o sistema como sendo o corpo de idéias, justificadas pela problemática, constituindo-se a base para a pesquisa científica.

A proposta empreendida de demonstrar as relações pessoais com o objeto de pesquisa e de apresentar o entendimento a respeito da Reforma Agrária, analisando alguns trabalhos relacionados, permitiu-nos compreender que não se pode dissociar opções pessoais, embasamento teórico-conceitual e conhecimento prévio do campo empírico; estes devem ser discutidos concomitantemente, pois esses três elementos constituem o fundamento da pesquisa. Tomando-se consciência desses conteúdos fundamentais, continuamos nossas discussões acerca da problemática. Podemos entendê-la, também, como

[...] implica um mecanismo, um processo, portanto, o da explicação de um corpo de conceitos tão unívocos quanto for possível sem os quais não se pode chegar a um conhecimento livre de ambigüidades do conhecimento imediato que se possa ter dos fatos. (Raffestin, 1993, p. 30)

Como constituição da problemática podemos incorporar o tema e os problemas que a cercam. Ao nos interessarmos pelo tema, podemos considerar diversas questões que podem, ou não, estar mediadas por um arcabouço teórico. Entendemos que a escolha de temas por meio de pressupostos teóricos, como únicos guias de decisões para pesquisa, não se conforma como instrumento eficiente. Como discutimos anteriormente, nossa decisão pelo tema foi motivada, sobretudo, por questões pessoais. Primeiro, no topo geral de nosso tema, encontra-se o assunto Reforma Agrária. Em seguida, podemos eleger, como segunda parte do tema, os assentamentos de Reforma Agrária. Em terceiro lugar está a escolha de um assentamento específico, que é o P. A. Divisa. Por último, resumimos nosso tema pela ênfase nos aspectos culturais, os quais serão investigados a partir da Geografia Cultural. Sendo assim, podemos afirmar que nosso tema de pesquisa é a

produção e reprodução do lugar no espaço da Reforma Agrária, a cultura dos sujeitos atuando como conteúdos mediadores no uso e apropriação do espaço local e a venda de lotes no Projeto de Assentamento Divisa.

A partir da delimitação do tema, atentamos para os meandros e armadilhas em que ele mesmo nos insere, por ser abrangente, apesar da pontualidade espacial e teórica. Sendo assim, os problemas que existem em torno do eixo temático e que mais nos interessam, na pesquisa, referem-se às seguintes questões: 1 – Por que têm ocorrido vendas de lotes nos assentamentos de Reforma Agrária? 2 – O que contribui para que as famílias beneficiárias de terras consigam se fixar no lote adquirido, reproduzindo-o como moradia e como espaço de trabalho? 3 – Por que as famílias não conseguem trabalhar a terra com habilidades e saberes equivalentes entre si? 4 - São as diferenças culturais que promovem o distanciamento das famílias quanto às organizações coletivas exigidas pelos órgãos gestores da Reforma Agrária? 5 – O lugar que é construído no assentamento, pelas famílias, é um espaço harmônico, coeso e sem contradições? 6 – Quais desafios estão postos para a produção e reprodução do lugar? 7 – Como as relações intra e extra-comunitárias contribuem para a produção e reprodução do lugar?

Postas essas perguntas, temos uma tarefa importante na construção do trabalho científico. Organizar as idéias é um exercício essencial para a pesquisa. Para Eco (1990), “Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias idéias e ordenar os dados: é uma experiência de trabalho metódico [...]” (p. 5).

Compreendemos que, ao construir a problemática, estamos direcionando, por meio da organização dos problemas pertinentes a um tema, a pesquisa, que remeterá ao tratamento de um conjunto de dados e elementos da realidade que possuem relevância, enquanto estudo científico.

A partir da delimitação temática, escolha do local de pesquisa e dos problemas, podemos iniciar uma discussão teórica que nos forneça subsídios à leitura que pretendemos realizar da realidade. É a partir dessa organização e análise teórica que se movimenta a construção da problemática. Esta significa um diálogo produzido pela análise dos aspectos motivacionais do cientista, como direcionador do tema, discussão dos problemas que ele identifica, tomando-se a teoria como fundamento, e delimitação do espaço de estudo. Consideramos esses três aspectos como necessários para justificar a relevância da pesquisa e facilitar o entendimento para produção de uma problemática relacional.

Logo, o diálogo para produção do conteúdo analisado na realidade considera a complexidade das relações que, para Raffesttin (1993)

[...] é talvez o que torna tão difícil a abordagem relacional. Se, por razões de comodismo, descreve-se primeiro as relações bilaterais, não se pode esquecer que se trata de uma abstração, no sentido de que, na maior parte do tempo, as relações são multilaterais. (p. 32)

Em nossa pesquisa, optamos por dar ênfase aos aspectos culturais das famílias moradoras do assentamento. Também abordamos aspectos coletivos e individuais, políticos e econômicos, que contribuem para a produção e reprodução do lugar.

Entendemos que a compreensão da problemática que se manifesta concretamente, no interior da organização dos assentamentos de Reforma Agrária, exige-nos um traslado em direção ao sujeito, para analisá-lo em seu cotidiano. Não é uma proposta fechada, dentro de uma compreensão individual do homem. Apenas partimos da produção do espaço que se realiza ou se potencializa individualmente, a partir dos modos de vida, para compreender, com maior amplitude, os fatos que dizem respeito ao coletivo, às ações políticas, no contexto intra e extra comunitário.

Mergulhamos em uma produção do espaço que parte do individual, do singular para o coletivo e do coletivo para o particular. O indivíduo, em sua particularidade, é apenas a referência principal de estudo, mas não é a unidade final de produção do espaço. Entendemos que as ações e projeções individuais se manifestam no coletivo e o coletivo se apóia no individual, em um processo de clivagens e determinações mútuas, aliadas aos processos políticos e econômicos que estão subordinados e são subordinantes na prática cotidiana.

Nesse sentido, escapar do sujeito, em sua totalidade existencial, não trará resultados que contemplem a nossa problemática, já que ela está centrada nos aspectos humanos que envolvem um ser completo e uma abrangência espacial que não se resume aos aspectos materiais de produção, mas aos elementos abstratos e subjetivos do homem, o que podemos chamar de espaço mental ou espaço das representações.

Portanto, nossa problemática está centrada na prática de venda dos lotes e pretendemos analisar a relação que se estabelece entre essa prática e a produção e reprodução do lugar, partindo dos modos de vida dos sujeitos assentados como caminho para investigação dos problemas propostos. Nossa preocupação é de direcionar nossas atenções ao sujeito singular e coletivo, pois ele é capaz de nos explicar como a Reforma Agrária, após a criação dos assentamentos, tem sido desenvolvida. Sua participação em todo esse processo é fundamental, pois ele é agente possuidor de um modo de vida que se traduz em ações de transformação do lugar, podendo ou não garantir sua fixação nos lotes da Reforma Agrária. Essa questão geral e, ao mesmo tempo, pontual, é o fio condutor de nossa pesquisa. Sendo assim, o capítulo que se segue inicia nossa investigação partindo dos modos de vida das famílias assentadas.

1.4. A Reforma Agrária em números

Analizando diversos estudos sobre a Reforma Agrária, produzidos nas últimas décadas, tivemos a preocupação em situar o estudo na perspectiva da geografia cultural, dentro de um contexto de produção científica a respeito da temática “assentamentos de reforma agrária”. Para isto, tornou-se necessário pensar sobre a importância de nosso trabalho dentro da produção teórico-conceitual existente e sua contribuição à compreensão da realidade cultural dos grupos de assentados, dando enfoque às suas práticas, no contexto da produção e reprodução do lugar e dos seus modos de vida, nos espaços da Reforma Agrária.

Compreendemos que a Reforma Agrária brasileira carece de estudos amplos sobre seus impactos regionais, no que diz respeito às condições socioculturais presentes nos assentamentos, pois não se pode homogeneizar a realidade de tais espaços, principalmente quando se tem um país com regiões bastante diferentes, no que se refere aos aspectos culturais. Outra questão que justifica a importância de estudos científicos em torno dos assentamentos é o caminhar da Reforma Agrária brasileira. Esta é bastante jovem, se comparada às políticas realizadas pelos países desenvolvidos. Podemos tomar como referência de análise sobre a juventude de nossa política a obra de José Eli da Veiga, intitulada “O desenvolvimento agrícola – uma visão histórica” (1991), na qual ele apresenta as transformações ocorridas na agricultura européia após a supressão do pousio e a implantação de reformas agrárias em diversos países europeus. Segundo o autor, “O processo de supressão do pousio comportou, evidentemente, grande diversidade na evolução das estruturas produtivas.” (p. 05). Isto se concretizou porque o espaço rural europeu foi drasticamente mudado a partir da Revolução Industrial do século XVIII, pois novos

sujeitos passaram a produzir o que Veiga chama de “evolução das estruturas produtivas”.

A partir de seus estudos sobre a agricultura na Europa, Veiga evidencia que o processo de Reforma Agrária, sobretudo na Inglaterra, França e Dinamarca, ocorreu a partir do século XVIII, com mudanças radicais na organização produtiva agrícola e fundiária, próprias de um sistema capitalista em evolução. Vale ressaltar que os Estados Unidos e o Japão também realizaram sua Reforma Agrária nos séculos XIX e XX, respectivamente, (VEIGA, 1991), antes que se houvesse criado, no Brasil, uma lei que regulamentasse o acesso à terra pela Reforma Agrária.

Compreende-se que a Reforma Agrária europeia surge dentro de um contexto de mudanças na agricultura que fazem parte da chamada revolução agrícola moderna (MAZOYER; ROUDART, 2001), inserindo-se em um conjunto de mudanças no seio do próprio capitalismo, que se expandiu até o espaço rural com maior voracidade a partir da Revolução Industrial do século XVIII. Por meio da análise do texto de Mazoyer e Roudart (2001)⁵, entendemos que o contexto no qual a Reforma Agrária acontece está relacionado a mudanças gerais nas formas de se praticar agricultura, no continente europeu. Segundo Mazoyer e Roudart (2001), as transformações ocorridas na agricultura, com a revolução agrícola moderna, vão além das mudanças técnicas, pois representaram alterações complexas em outros setores de atividade, com conseqüências de ordem ecológica, econômica, social, política, cultural e jurídica. No seio dessas mudanças, surge a reivindicação dos trabalhadores rurais por melhores condições de salário e mudanças contratuais. Porém, não se reivindicava uma Reforma Agrária que permitisse aos arrendatários e

⁵ O texto analisado refere-se à revolução agrícola moderna e se insere nos escritos do livro intitulado “Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea”. É um livro clássico no que se refere à evolução da agricultura mundial, apresentando com clareza os elementos significativos que desencadearam as revoluções agrícolas, do neolítico ao momento contemporâneo.

assalariados rurais o acesso à propriedade da terra, no meio rural europeu. Sendo assim, a Reforma Agrária, no início do século XIX, foi resultado da ação de intelectuais urbanos engajados na política governamental. Na Inglaterra, como demonstra Veiga (1991), “[...], o movimento inglês pró-reforma agrária resultou mais de um projeto de um grupo de intelectuais urbanos cujo objetivo político central era destruir o poder dos landlords.” (p. 41). No contexto geral, a Reforma Agrária, iniciada na Inglaterra, ocorre a partir do momento em que os grandes proprietários, denominados landlords, resolvem desfazer-se de suas terras espontaneamente, devido à sua desvalorização no mercado de terras. Isto facilitou a execução da Reforma Agrária por políticos intelectuais que idealizavam tal mudança, mas esbarravam no poder político e econômico dos landlords.

Não nos propomos a analisar, proficuamente, as questões das reformas agrárias ocorridas em outros países, em comparação com as políticas que, no Brasil, apresentam-se como políticas para a Reforma Agrária, colocada em prática nestes últimos cinquenta anos. Entendemos que não é necessário realizar tal análise em um trabalho que não tem seu foco de discussão pautado na diferenciação entre as reformas de um e de outro país. Apenas queremos demonstrar que, nos países “centrais” do capitalismo, a Reforma Agrária foi uma medida política e econômica que se inscreveu em um contexto de mudanças capitalistas, no espaço rural pós-revolução industrial do século XVIII, e que as políticas de desapropriação de terras e criação de Projetos de Assentamentos, praticadas no Brasil, podem ser questionadas se realmente configuram-se como uma Reforma Agrária. O marco jurídico e temporal, que representa, teoricamente, o início da Reforma Agrária

brasileira, é delimitado pela criação da lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964⁶. A partir da sua criação o Estado realizou algumas ações que podem ser consideradas tímidas, sobretudo entre os anos 1964 e 1992. Como não aprofundamos sobre a validade de se usar o termo Reforma Agrária, para designar às políticas de criação de Assentamentos, postas em prática a partir da elaboração do Estatuto da Terra, continuaremos utilizando-o, na ausência de outro.

As ações do Governo, para a Reforma Agrária, tiveram início efetivo somente a partir da década de 1970, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Isto porque a Reforma não era objetivo central do Governo militar. Um dos motivos de se ter criado tal instituto era acalmar os conflitos no campo, desencadeados na década de 1950⁷. Ao se refletir sobre a Reforma Agrária, dentro do contexto da modernização agrícola dos anos 1950 a 1980, Graziano da Silva (1987) nos aponta que “[...] dentre as forças que procuravam articular o movimento camponês, quatro grandes linhas se configuravam, o PC, as ligas, setores moderados da Igreja e os “católicos radicais”.” (p. 13). Havia preocupações, por parte do Governo, da década de 1960, em não realizar, de fato, a Reforma Agrária. Assim, a criação do estatuto da terra teve impactos significativos quanto aos aspectos políticos de luta pela terra, embalados pela atuação dos movimentos sociais citados por Graziano da Silva (1987). De acordo com Martins (1981, p. 96)

O estatuto da terra faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.

⁶ Esta lei também é conhecida como Estatuto da Terra e foi sancionada no mesmo ano do golpe militar no Brasil.

⁷ A partir da leitura de Martins (1981) “Os camponeses e a Política no Brasil”, Fernandes (1999) “MST: Formação e territorialização” e Andrade (1980) “Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil”, compreendemos que as ligas camponesas tiveram um papel importante e ao mesmo tempo indireto para criação de uma proposta de reforma agrária, pelo Estatuto da Terra.

Como é preconizado por Fernandes (1999, p. 33) “[...], o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra”. Isto ocorreu porque a proposta do Estatuto da Terra surgiu em um momento em que o campo brasileiro se modernizava. De acordo com Graziano da Silva (1987, p. 15), “[...] para a burguesia industrial, a Reforma Agrária era sinônimo do que hoje chamamos de modernização do campo”. Desse modo, mesmo regida por lei, ela não se traduziu em mudanças profundas na organização fundiária do país, deixando claro que as opções do Governo, quanto à sua execução, ficavam em segundo plano, pois havia intenção de modernizar, principalmente, a grande propriedade rural, sem que se alterasse a estrutura agrária do país. Desse modo, como nos aponta Fernandes⁸ (1999, p. 38)

[...] o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho.

Podemos considerar que a Reforma Agrária brasileira surge, legalmente, em um momento histórico em que as opções governamentais não eram de realmente promover alterações substanciais no contexto agrário do país, por meio da aplicação das leis previstas no Estatuto da Terra. A estratégia, por parte do Governo, foi acalmar os conflitos desencadeados no campo, desmobilizando a atuação dos movimentos sociais com a proposta de uma Reforma Agrária como solução para melhores condições salariais e de trabalho, reivindicadas, sobretudo, pelos sindicatos filiados à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que se espalhavam e ganhavam força, rapidamente, pelo país.

⁸ Bernardo Mançano Fernandes publica, em 1999, o livro intitulado “MST: Formação e territorialização”, apresentando a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na luta pela terra no Brasil. Nesse contexto, discute algumas questões acerca de como a Reforma Agrária tem sido executada a partir da década de 1960, para contextualizar o surgimento e trajetória do MST.

Estando desarticuladas as forças sociais contrárias à modernização do campo, a burguesia industrial, juntamente com Governo e latifundiários, poderiam continuar executando as mudanças que, estrategicamente, introduziam na agricultura brasileira, sem se preocupar em resolver os problemas decorrentes da concentração fundiária do país.

Porém, nem todos os movimentos sociais foram desarticulados, pois, na década de 1980, surgiram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que organizaram os espaços de discussão sobre a realidade agrária e contribuíram para a articulação de trabalhadores rurais insatisfeitos com a política agrária. Nessa perspectiva, “[...] as CEBs representaram, nesses anos, os espaços de confronto, de ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurado” (FERNANDES, 1999, p. 56).

Foi por meio dessa articulação da Igreja que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), no ano de 1984, na cidade de Cascavel-PR. Com a decadência do Governo militar, o MST, juntamente com a CONTAG, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica e alguns partidos políticos organizaram-se para reivindicar do Governo um projeto para a Reforma Agrária (FERNANDES, 1999). Desta iniciativa foi criado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no ano de 1985, após a derrocada do regime militar. Porém, muito pouco foi colocado em prática pelo Estado.

Para continuarmos nossa discussão acerca das políticas de Governo para a Reforma Agrária, apresentamos alguns dados referentes à criação de assentamentos no Brasil. Segundo um relatório do INCRA⁹, a execução das políticas

⁹ O relatório denominado “Relatório de atividades Incra 30 anos” apresenta números relativos à criação de assentamentos pela Reforma Agrária e Colonização. Seus dados referem-se aos anos de 1970 a 1999.

norteadas pelo Estatuto da Terra podem ser divididas em dois momentos diferentes. O primeiro compreende os anos 1970 a 1984, e o outro de 1985 a 1999, momento de início de elaboração do relatório “Incra, 30 anos de Atividades”.

Apresentamos o número de famílias assentadas nesses dois períodos diferentes, pois apresentam disparidades quanto à execução da Reforma Agrária. Vejamos o gráfico 1.

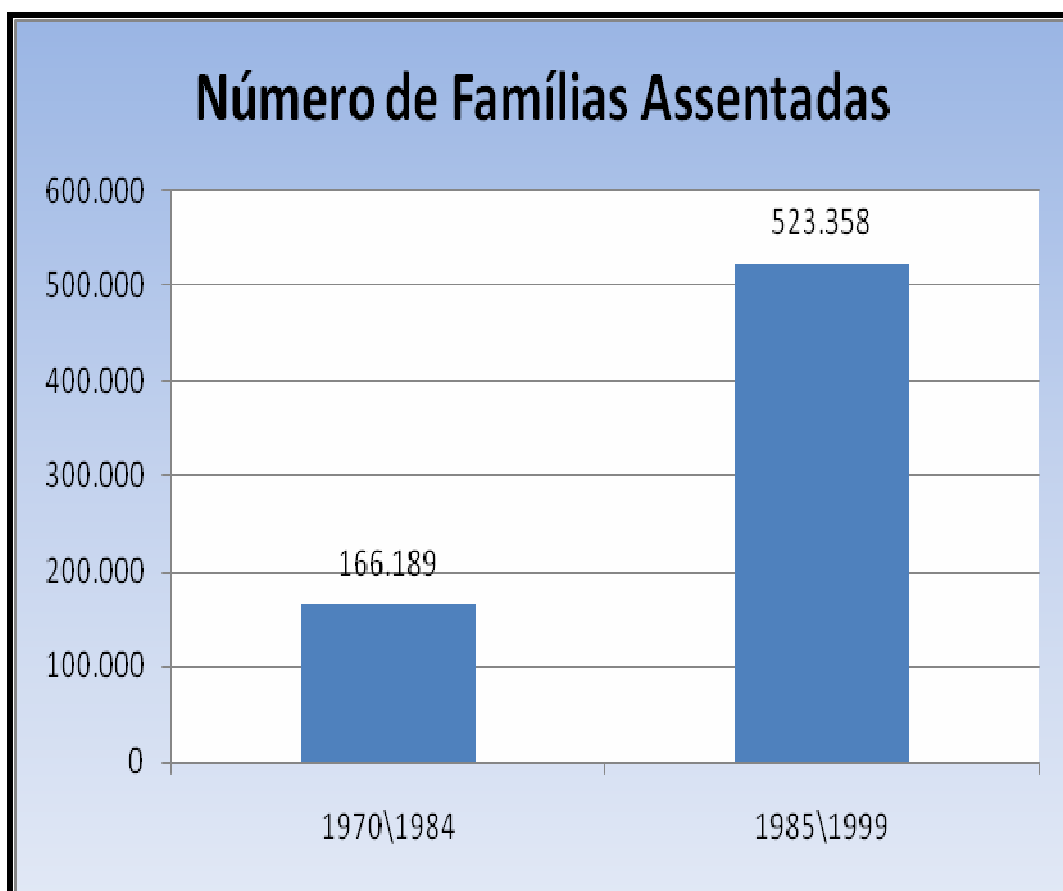


Gráfico 1: Número de famílias assentadas no período de 1970 a 1999. Fonte: Relatório de Criação de Projetos por fase de implementação – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf>>. Acesso em 03 de Novembro de 2007.

Para se compreender a dimensão dos números da Reforma Agrária no Brasil apresentamos, a seguir, uma tabela que apresenta a quantidade de assentamentos criados e de famílias assentadas por regiões político-administrativas.

Tabela 01 – Número de Assentamentos e de Famílias Assentadas por Superintendências Regionais do Incra.

Regiões	Assentamentos	Famílias
Sup. da Região Norte	1703	330.649
Sup. da Região Nordeste	3557	267.673
Sup. da Região Sudeste	632	34.723
Sup. da Região Sul	757	33.123
Sup. da Região Centro-Oeste	1135	124.353
Total	7784	790.521

Tabela 1 – Número de famílias assentadas e projetos criados por região político-administrativa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007. Fonte: Relatório de Criação de Projetos por fase de implementação – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf>>. Acesso em 03 de Novembro de 2007.

Diferente dos dados apresentados na ilustração anterior a esta, os números da tabela 1 incluem dados de 1970 a 2007¹⁰.

Observando os números, percebemos que a criação de assentamentos no Brasil se iniciou na segunda metade do século XX, em um período de aproximadamente 37 anos. Apesar de esse tempo ser relativamente curto, os números da Reforma Agrária parecem ser expressivos.

É preciso ressaltar que os assentamentos criados no período de 1970 a 1984 referem-se, exclusivamente, aos projetos de colonização, ou seja, são correspondentes a áreas que eram consideradas devolutas pela União e, posteriormente, eram arrecadadas para demarcação e criação de assentamentos.

O importante sobre os dados apresentados não é apenas pensarmos a quantidade de assentamentos criados, pois estes podem não ser reflexos de uma

¹⁰ Os dados utilizados para o ano de 2007 estão contidos em um relatório do Incra que apresenta números mais recentes sobre a criação de assentamentos, se comparado ao “Relatório de atividades Incra 30 anos”. Sendo assim, utilizamos o relatório mais recente (2007), para produzir o gráfico por regiões administrativas. O mesmo está disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf>> e foi acessado em 03 de Novembro de 2007.

Reforma Agrária consistente e bem planejada. Dessa maneira, não se pode limitar o sucesso da Reforma Agrária apenas pela quantidade de projetos de assentamentos criados nos últimos quinze anos. Torna-se necessário questionar os resultados da execução da Reforma Agrária a partir da idéia de que a distribuição de terras não é a finalidade de todo o processo, pois o Estatuto da Terra acrescenta, à distribuição da terra, questões relacionadas ao seu uso e produtividade¹¹.

Para compreendermos a realidade distributivista da Reforma Agrária, na região do Triângulo Mineiro, elaboramos um gráfico com número de projetos criados e famílias assentadas, tomando-se como marco o ano de 1986, quando ocorreu a criação do primeiro projeto de assentamento, na região.

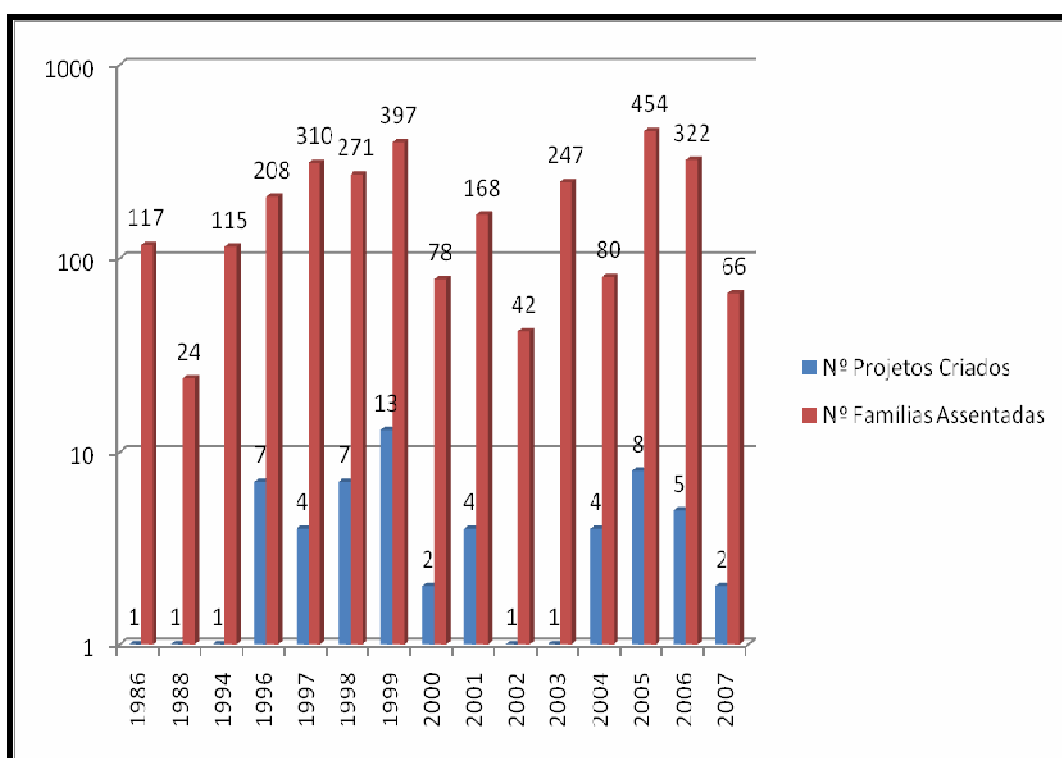


Gráfico 2 – Número de famílias assentadas e projetos criados na região do Triângulo Mineiro-MG, no período de 1986 a 2007. Fonte: Relatório de Criação de Projetos por fase de implementação – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf>>. Acesso em 03 de Novembro de 2007.

¹¹ Segundo o Estatuto, em seu parágrafo primeiro, a Reforma Agrária é definida: “1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.”

A realidade dos números pode ser questionada, pois a Reforma Agrária certamente não se esgota com a criação de assentamentos. Desse modo, cabe a nós pensarmos como têm sido organizados tais espaços dos assentamentos criados pelo Governo.

Primeiro, analisemos algumas questões acerca da interpretação dos dados sobre a Reforma Agrária, obtidos durante a realização do I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Este censo foi realizado entre os meses de Dezembro de 1996 e Janeiro de 1997, sob a coordenação da UNB (Universidade de Brasília), que dirigiu os trabalhos realizados por outras 29 universidades, espalhadas pelo país. O recenseamento foi realizado em 1460 projetos de assentamento, indicados pelo INCRA, e foram entrevistados 161.556 beneficiários. Os aspectos pesquisados relacionaram-se às origens das famílias, às suas ocupações de trabalho no lote, ao que se produz e quanto se produz, às condições de renda, ao nível educacional e de saúde.

Alguns autores analisam o Censo da Reforma Agrária e apontam críticas contundentes a respeito da qualidade dos dados apresentados e da sua importância quanto a se explicar a realidade dos assentamentos. Em um trabalho produzido por Bergamasco e Ferrante (1998), as autoras concordam que

O censo nacional dos assentamentos é, sem dúvida, uma inequívoca expressão do reconhecimento de que a reforma agrária tem legitimidade, o que não isenta tal processo de tensões, lutas, e disputas entre projetos políticos diferentes. Contrapontos e ambigüidades que parecem não se adequar à metodologia exigida por uma coleta de dados censitários de caráter nacional. (p. 172)

A abrangência dos dados pode dificultar a compreensão de realidades mais pontuais de assentamentos, principalmente no que se refere aos sujeitos que constroem as relações sociais nos assentamentos, a partir de sua cultura. Desse modo, o Censo não contempla os aspectos particulares do sujeito em si, suas experiências e vivências construídas na trajetória de conquista da terra. A esse

respeito, Bergamasco e Ferrante, ao se referirem aos aspectos particulares não abordados pelo Censo, entendem que

Sob a (i)lógica do Censo, assentamentos e assentados aparecem como categorias datadas, esvaziadas de um processo de lutas, de violência, de experiências vivenciadas. Trajetórias, nas quais entram a relação mediata ou imediata com a terra, as conseqüências e processos de despejos e/ou expropriações não são apreendidas no levantamento censitário. (p. 178-179)

Nesta abordagem, o sujeito permanece oculto em suas contradições, postas em prática no assentamento e nas relações que se estabelecem dentro e fora de sua comunidade, que é construída por um processo que poderíamos denominar (re)socialização. O caminhar da Reforma Agrária se faz em um espaço de lutas que não se resume, apenas, ao processo anterior à criação do assentamento. A luta pela sobrevivência é uma constante, após a conquista do lote, e se faz por caminhos os mais diversos, que não podem ser homogeneizados, no contexto dos estudos sobre a Reforma Agrária. A partir das análises de Bergamasco e Ferrante, entendemos que o censo não apresenta a realidade particular dos assentamentos, no que se refere às atitudes dos sujeitos moradores de tais espaços e, mais especificamente, suas participações no processo de execução da Reforma Agrária e consolidação dos projetos de assentamento. As autoras consideram que

[...] temos um cadastro genérico dos assentados, com poucos elementos para a compreensão da constituição desse espaço produzido, e para a discussão das possibilidades dos assentados terem atendidas suas necessidades de reprodução das condições de vida. (p. 202)

Porém, o recenseamento atende a outras questões mais gerais, como as de responder aos anseios dos gestores da Reforma Agrária em conhecer a realidade dos assentamentos (DAVI et. al. 1997, p. 54). Mesmo em se tratando de dados gerais, nos quais o Governo confia para interpretar a realidade, os autores alertam para a incompatibilidade do Censo em retratar condições regionais, de modo que

[...] as estatísticas elaboradas em nível nacional, ou mesmo em nível estadual, são demasiadamente agregadas para se avaliar adequadamente os impactos da reforma em termos de ocupação do território. Em um país tão vasto e heterogêneo como o Brasil, considerar o processo de

diferenciação espacial torna-se um elemento crucial na compreensão da reforma agrária. (DAVI et. al. 1997, p. 54)

Logo, tornam-se necessários outros estudos sobre a Reforma Agrária que complementem os dados apresentados pelo Censo e melhor especifiquem as condições de seus beneficiários, tomando-se como escala de estudo espaços mais restritos, como, por exemplo, a abrangência local dos projetos de assentamento. Graziano Neto (1997), aponta que “[...] a avaliação sobre a importância econômica da Reforma Agrária dentro do processo do desenvolvimento brasileiro continua carecendo de análise mais consistente.” (p. 166). Isto reforça a idéia de que os dados apresentados pelo censo, analisados por Graziano Neto (1997), não são suficientes para explicar a realidade da Reforma Agrária, já que, desde o início de sua execução, na década de 1970, nunca houve uma pesquisa abrangente para diagnosticar as condições dos assentamentos que foram sendo implantados.

Desse modo, as reflexões acerca da Reforma Agrária brasileira nos levam a compreender que o trajeto escolhido pelo Governo, ao executá-la, culminou em um distributivismo, sem preocupações em conhecer de fato a realidade dos assentamentos. Sendo assim, diversas questões sobre a Reforma Agrária podem ser abordadas em pesquisas científicas, pois ainda há muito que se compreender dos assentamentos, sua dinâmica e desenvolvimento. Como questionamos anteriormente, por meio de alguns autores, os dados do Censo não revelam o conteúdo particular das relações sociais e das ações e expectativas dos sujeitos que delas participam. Nesse sentido, enfatizamos a importância de estudos mais pontuais, que estejam dentro de um espaço local do assentamento, como meio de nos fornecer subsídios para o aprofundamento teórico-empírico, ao conhecer determinada realidade. Logo, como já explicitamos anteriormente, optamos pelo

espaço do Projeto de Assentamento Divisa, onde estudamos os sujeitos que produzem e reproduzem o lugar, a partir de seus modos de vida.

Nosso estudo, enquanto abordagem local, não é inédito, pois diversos trabalhos científicos têm sido produzidos sobre assentamentos rurais com enfoques os mais variados. Sendo assim, analisamos algumas pesquisas, produzidas regional e localmente, sobre assentamentos de Reforma Agrária, para situar-nos dentro de um contexto de estudo da realidade que nos dê subsídios para justificar a importância do nosso trabalho no meio acadêmico e sua contribuição ao entendimento da Reforma Agrária.

1.5. Os assentamentos rurais como espaço de pesquisas

Ao realizarmos leituras diversas sobre livros, artigos de revistas e publicações eletrônicas que tratam da Reforma Agrária, percebemos haver três temáticas principais nos estudos desse assunto. A primeira se relaciona à questão agrária do país, estabelecendo relações com a Reforma Agrária. Como exemplo de trabalhos sobre o assunto, podemos citar alguns autores como Andrade (1980), Prado Júnior (1981), Martins (1986), Graziano da Silva (1987), Fernandes (2000) e Oliveira (2006a). A segunda linha de pesquisas tem-se preocupado com as lutas e conflitos por terra, envolvendo movimentos sociais de reivindicação pela Reforma Agrária. Dentre os autores que pesquisam essa temática, podemos citar Oliveira (1993), Fernandes (1999), Comerford (1999), Brenneisen (2002) e Gomes e Cleps Jr (2006). Por último, podemos apontar as pesquisas que direcionam o olhar para os assentamentos de Reforma Agrária. Dentre os pesquisadores desta temática podemos mencionar Zimmermann (1994), Bergamasco (1994), Ferreira Neto

(2000), Fabrini (2003), Neves (1997), Cruz (2006), Guimarães (2002), Romano (1994), Oliveira (2006b) e Martins (2003). Como nossa pesquisa, no Assentamento Divisa, encontra-se dentro dessa última temática, faremos uma breve análise teórica dos conteúdos das obras dos respectivos autores mencionados.

Os autores que analisaremos apresentam, em seus textos, pesquisas relacionadas à organização interna dos assentamentos. Diversos enfoques são dados em seus trabalhos, de modo a nos permitir compreender como se organizam os assentados em torno de seus projetos particulares e coletivos. As abordagens servem para ilustrar os diversos aspectos pelos quais os estudos sobre assentamentos têm sido direcionados. Essa bibliografia para reflexão foi escolhida, dentre outras, que também trazem contribuições à compreensão da organização dos sujeitos assentados. Porém, ao optarmos por tais autores e textos, temos o objetivo de demonstrar como os assentamentos são estudados, na atualidade, como forma de situar nossa pesquisa em meio aos diversos caminhos traçados nos estudos sobre Reforma Agrária.

Em pesquisa desenvolvida num assentamento rural no Rio Grande do Sul, Zimmermann (1994) estuda os elementos associativos e dissociativos que se processam a partir dos planos dos assentados em se tornarem colonos. Estão em jogo as divergências entre perspectivas dos beneficiários de terra e órgãos mediadores da Reforma Agrária. Em seu trabalho ela constata que

Os depoimentos das famílias entrevistadas levam à compreensão de que o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de “ser colono”, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção. E, nessa remontagem de um novo modo de vida, padrões fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa se explicitam. (p. 208)

Porém, a busca por “ser colono” não é uma trajetória harmônica, pois os assentados estão submetidos a condições espaciais que representam uma barreira

à concretização de seus sonhos. A reprodução de um modo de vida ligado à terra encontra entraves no projeto coletivo proposto, institucionalmente, pelo MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra), que dirigiu o grupo assentado para a conquista da terra. No contexto da criação do assentamento, o grupo de beneficiários não demonstra concordância total aos projetos, pois os vêem como empecilho à concretização de suas expectativas em se tornarem “colonos”.

As divergências entre os assentados destituíram os projetos coletivos “modelares”, criados pelo movimento e ratificados pelo Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e de Desapropriação de Terras)¹² e pela EMATER/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), que prestava assistência técnica aos assentados da Fazenda Etel (Localizada no município de Porto Alegre-RS), pois assentados que se integraram aos grupos formados por tais órgãos não concordavam com a organização e a lógica dos trabalhos coletivos.

De um modo geral, Zimmermann demonstra como ocorrem as divergências entre os órgãos gestores, os movimentos sociais de luta pela terra e os assentados, apresentando como surgem desentendimentos por parte das próprias famílias assentadas. Diante das discordâncias internas entre os próprios grupos de assentados, que divergem por questões de origem étnica e de formas diferentes de trabalhar a terra, bem como a oposição desses grupos perante as propostas dos gestores e mediadores, a autora compreende que

O primado do “coletivo” e de outras formas modelares acaba por desrespeitar o ritmo de aprendizagem e a conduta democrática de convivência que, juntamente com o trabalho de formação teórica, atuam como sustentáculos do crescimento conjunto da consciência política. (p. 223)

¹² No momento da pesquisa realizada por Zimmermann, o MIRAD exercia as funções do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como órgão executor e fiscalizador da Reforma Agrária no Brasil.

Sendo assim, pensar o assentamento como uma produção harmônica e coesa pode não ser uma alternativa segura, pois em sua organização interna, como nos mostrou Zimmermann, existem divergências significativas entre projetos individuais e coletivos, que potencializam novas formas de associações pela dissociação de modelos prontos e determinados por instituições internas e externas ao grupo de assentados.

Em estudos realizados por Bergamasco (1994) nos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, ambos localizados no município de Sumaré-SP, a autora constata que as trajetórias dos dois núcleos são diferentes, porém nos dois existiram processos de reorganização, no que diz respeito ao espaço produtivo.

Seu estudo sobre tais assentamentos está vinculado à questão associativa, em sua organização interna, em que ela apresenta o caminho traçado pelos assentados nos rearranjos para construção do projeto associativo. Tais projetos associativos envolvem a participação coletiva dos assentados em torno de propostas de produção e comercialização, que são desenvolvidas a partir do trabalho coletivo, organizado por diretrizes que sejam comuns a todos os participantes. Sobre a organização coletiva, a autora destaca que

[...] a necessidade de se unir em alguns momentos do processo de produção e comercialização é algo internalizado pela maioria dos assentados dos núcleos estudados, no sentido de se estabelecerem elementos de intermediação entre o modo de vida dos trabalhadores e os mecanismos de inserção no mundo das mercadorias. (BERGAMASCO, 1994, p. 229)

Desse modo, sua investigação traz o enfoque associativo, construído, aparentemente, de forma harmônica, pelos sujeitos assentados que se adequam às propostas associativistas, para potencializarem a produtividade agrícola. Dessa maneira, conclui o estudo afirmando

[...] a análise das experiências concretas vivenciadas nos assentamentos de Sumaré sinalizavam positivamente no sentido de se buscarem e de se consolidarem novas estratégias de produção e reprodução dos assentados

na terra. Registra-se, é verdade, um processo de “reacomodação” que vem possibilitando mudanças importantes nas relações de produção dos assentados e na reorganização do espaço produtivo. É bem verdade que em determinados aspectos essas transformações podem ser encaradas como um certo recrudescimento do movimento de pressão e de reivindicação, mas, posteriormente, registra-se uma readequação ou mesmo uma redefinição da vontade desses produtores [...] (BERGAMASCO, 1994, p. 234)

Tanto Bergamasco (1994) como Zimmermann (1994) trazem um enfoque direcionado ao processo associativista voltado, principalmente, para a produção. Nesse contexto, não são enfatizados os caminhos pelos quais se desenvolvem os conflitos internos entre os sujeitos e seus modos de vida. Reportam-se aos aspectos do coletivo como construtores de uma organicidade que não é explicada a partir de um conteúdo cultural de formação dos indivíduos, em particular. As mediações e negociações para a organização interna do assentamento são explicadas pelas aglomerações de grupos por interesse e afinidade, que se confrontam com idéias de outros grupos do próprio assentamento ou com as propostas elaboradas pelos gestores e mediadores do processo de Reforma Agrária. Pensando dessa maneira, poderíamos compreender que, no interior dos grupos afins, não há contradições. Nos trabalhos mencionados, não são apresentadas as discordâncias e divergências que emergem durante os rearranjos para a construção do coletivo de sujeitos afins, que se identificam com o processo de organização coletiva, por afinidades.

No P. A. Divisa existem grupos que se reúnem por afinidades, porém foram construídos e organizados por processos contraditórios nas formas de pensar e agir, que não demonstram harmonias em seu caminhar. Sendo assim, dentro da cooperação por afinidades, podem existir embates que resultam da divergência de formas de agir e pensar inerentes à cultura e aos processos de produção e reprodução do lugar, pois é nesse espaço do vivido que o conflito entre modos de vida divergentes se materializa.

Em um trabalho realizado por Ferreira Neto (2000)¹³ sobre as questões relacionadas ao aspecto coletivo da produção e organização dos assentamentos, são apresentados argumentos a respeito dos pressupostos que conduzem o beneficiário de terras a se organizar coletivamente e que podem justificar o contraditório presente no coletivo, por meio de características individuais. Seu estudo, dentro de um contexto da Reforma Agrária, é direcionado a questionar as pesquisas que elegem o coletivo nos assentamentos como conteúdo coeso e harmônico. Segundo Ferreira Neto (2000),

[...] a reforma agrária e os assentamentos rurais são, de modo geral, analisados sob uma perspectiva estritamente coletivista, mesmo quando essa análise se refere, por exemplo, ao estudo de um certo individualismo que orientaria o processo de organização da produção nos assentamentos rurais mediados pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. O conteúdo coletivo da luta pela terra é o foco central de análises como as de Bergamasco (1994), Ferrante e Bergamasco (1992), Gaiger (1994), Kleba (1994), D'Incao e Roy (1995) e vários outros autores, que vêem os assentamentos rurais, com diferentes níveis de organização em razão do mediador envolvido, como a expressão de um processo que articula e mobiliza determinado conjunto de trabalhadores submetidos às mesmas condições conjunturais e estruturais, para reivindicar seus direitos de trabalhar e produzir. (p. 17)

Desse modo, a explicação para se justificar a participação dos indivíduos em trabalhos coletivos advém de uma unidade presente no jogo de interesses individuais identificados pelo viés econômico. Segundo ele, os sem-terra não podem fugir ao engajamento no coletivo, já que existem determinações impostas pelos gestores e mediadores da Reforma Agrária que os conduzem a tal condição. Sendo assim, o indivíduo, antes de ingressar no movimento de luta, avalia custos e benefícios de participar de um grupo de reivindicação da Reforma Agrária. Segundo o autor

¹³ Em seu ensaio intitulado “Racionalidade individual, ação coletiva e a luta pela reforma agrária” a racionalidade individual é o motor para direcionar a participação do sujeito sem-terra ou o assentado nas ações coletivas. O autor elabora fórmulas matemáticas que podem explicar o ingresso do individual no coletivo, o qual se utiliza de dados financeiros para realizar seus cálculos, que podem resultar em vantagens econômicas significativas pela participação no grupo de cooperação.

Num possível jogo explicativo para a luta pela terra, a não-cooperação não pode ser utilizada como estratégia. A questão principal a ser investigada, então, refere-se à definição de quais elementos vão interferir na opção pela cooperação e em que nível ela se dará, ou seja, como se dá a contraposição entre incentivos positivos que estimulam a participação e incentivos negativos, que agem no sentido contrário. (FERREIRA NETO, 2000, p. 20)

Nessa perspectiva, os aspectos econômicos seriam determinantes, já que os custos serão sempre menores que os benefícios. Por esse viés, o autor elabora fórmulas matemáticas para explicar a relação custo-benefício para participação dos sem-terra na reivindicação pelo lote. O que nos chama atenção, em seu trabalho, é que são apresentados alguns depoimentos de sem-terra que reforçam os argumentos do poder econômico como determinante das ações coletivas.

Diante de tal argumentação, percebemos que, em seu trabalho, a ação do homem, nos projetos coletivos, é guiada simplesmente por questões econômicas, dando-nos a idéia de que, para explicar as associações de assentamento estudadas pelos autores por ele citados, a alternativa é recorrer às motivações de cunho financeiro, que determinam o interesse em participar de projetos coletivos.

Dessa maneira, nossos questionamentos direcionam-se à validade de seus estudos para explicar a venda de lotes nos assentamentos de Reforma Agrária. Será que a venda também é movimentada apenas pelo cálculo custo\benefício de se morar no lote e nele trabalhar? Não queremos nos agarrar à tese do cálculo financeiro como meio para justificar a venda de lotes no P. A. Divisa. Tomando-se o contexto de reprodução da vida a partir dos lotes, nos assentamentos, colocamos em questionamento as diversas variantes que conduzem à ação do homem no espaço. Pensá-lo como sujeito econômico anula outras possibilidades de analisar formas de relações solidárias que se estabelecem na vivência do lugar, como foi verificado no P. A. Divisa. Podemos citar as trocas de trabalho que não são remuneradas em dinheiro, envolvendo grupos de assentados que não contabilizam o

tempo de trabalho para incorporá-lo, exatamente, em outras trocas de serviço. Logo, estamos lidando com sujeitos complexos que não são apenas coletivos ou estritamente individuais, mas que se subordinam e, ao mesmo tempo, determinam os projetos coletivos pelas características de seus modos de vida.

Outros trabalhos, como o de Fabrini (2003), retratam o assentamento como um espaço do debate político, da continuidade das lutas dos camponeses articulados nos movimentos sociais de luta pela terra. Demonstra que é possível a coletividade e a organização associativa dentro da lógica de reprodução camponesa. Sendo assim, o assentamento é entendido como

Os assentamentos são um espaço de ações coletivas. As ações coletivas são atividades desenvolvidas pelos camponeses assentados em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas, sobretudo, por uma identidade construída no processo de luta pela terra e apresentam conteúdo político-ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade. (FABRINI, 2003, p. 9)

No entendimento de Fabrini (2003), o contexto da reprodução da vida, nos assentamentos, é organizado sob a lógica camponesa, como guia das ações políticas no processo de construção e consolidação de projetos associativistas. Logo, temos um sujeito que se identifica com um modo de vida ligado à terra, mas que não se reproduz socialmente apenas pelo conteúdo individualista. “Ao contrário do individualismo ao qual se refere muitas vezes o MST, existe entre os camponeses assentados uma capacidade de coesão e construção de ações coletivas [...]” (FABRINI, 2003, p. 13).

Logo, Fabrini (2003) opta por outro viés de estudo que tangencia o “ser econômico” tratado por Ferreira Neto (2000). Ele entende a categoria camponesa como uma forma política altamente coesa, cuja finalidade de ação política é manter sua reprodução mediante o espólio do capital que, em sua organização contraditória, fornece brechas para a resistência camponesa nos assentamentos de reforma

agrária. Portanto, ao se tratar de campesinato, Fabrini (2003) apresenta uma análise que se reporta ao conteúdo político do sujeito assentado, sendo ele caracterizado como camponês. Ele afirma que

A existência dos grupos de assentados e núcleos de produção indicou, no decorrer da pesquisa, a sua importância enquanto uma forma de organização nos assentamentos que permite a compreensão do desenvolvimento das ações coletivas. Eles são uma organização de base e permitem oxigenar as lutas dos assentados, constituindo-se numa estratégia de reprodução dos camponeses. (FABRINI, 2003, p. 18)

Fica evidenciada, no trabalho de Fabrini (2003), a importância que a categoria camponesa possui nos assentamentos de Reforma Agrária, principalmente no que diz respeito à organização política coesa que o campesinato apresenta, como estratégia de sobrevivência dessa categoria. Ao considerarmos os assentados como camponeses, corremos o risco de desprezar as diversidades presentes nos próprios assentamentos. Da forma como nos é mostrado por Fabrini (2003), entende-se que há uma uniformidade nas maneiras de pensar e agir dentro dos assentamentos, entre os próprios assentados, com diferenças de ações e pensamentos em relação às instituições que os organizam e aquelas com as quais se estabelecem relações sociais.

Dentro de outra perspectiva de estudos, Neves (1997) também se preocupa com as organizações sociais coletivas existentes no processo de construção dos assentamentos e construção do próprio sujeito assentado. O estudo de Neves (1997) aborda a transformação dos assalariados rurais de uma usina de cana-de-açúcar em assentados nessa própria usina, observando que existe um processo longo, que contempla modificações profundas em suas maneiras de agir e reagir às novas condições de trabalho em que eles são introduzidos. Nesse contexto, os mediadores são fundamentais para a construção do sujeito, pois este está dependente daqueles para organizar-se na coletividade do assentamento. Segundo Neves (1997)

A construção social do assentado não deriva tão-somente das definições formais dos programas de assentamento rural. Depende também de reordenações imprevistas diante de constrangimentos preexistentes e impostos externamente. E da capacidade de mobilização política dos que pretendem fazer cumprir as regras formais mínimas que asseguram a legalidade da posição alcançada. (p. 280)

Os dois trabalhos nos apontam um caminho para a compreensão dos embates políticos estabelecidos no contexto do assentamento. Existe uma diferença entre Fabrini (2003) e Neves (1997), no que concerne à construção do sujeito assentado. No primeiro autor, o assentado parece ser uma figura que não está em processo de construção, pois antes mesmo de se tornar beneficiário da Reforma Agrária ele era um camponês que ingressou na luta pela terra e resistiu ao processo de acampamento por estratégias políticas até chegar à condição de assentado. Tornando-se beneficiário da Reforma Agrária, a luta continua sendo travada com os mediadores e gestores do assentamento, para resistir na terra. A seu favor existe a condição de ser camponês, o que lhe confere um alto poder de barganha política, ao se associar com os demais integrantes do assentamento que também são camponeses. Nesse caminho, sua história de resistência às imposições contraditórias do capitalismo vai sendo reafirmada.

Em Neves (1997), o sujeito assentado vivencia um processo de construção que não é determinado somente pelo modelo de assentado que os gestores da Reforma Agrária querem que ele seja. Nessa construção, o mediador é uma figura altamente importante, pois participa ativamente na organização da luta pela terra e na construção associativista pós-conquista do lote. Sendo assim, Neves (1997) enfatiza a importância dos mediadores na construção dos sujeitos da Reforma Agrária.

Desse modo, no entendimento de ambos os autores, o assentado é visto como um resultado da ação política, seja do seu ser enquanto condição camponesa ou de sua sujeição às imposições e/ou reações aos mediadores que tentam

organizá-los. Entendemos que a categoria camponesa é importante para os estudos que os autores realizaram e válida para o grupo por eles pesquisado. Em se tratando do assentado como camponês, entendemos que não se pode generalizar esta condição e/ou característica de modo a atribuí-la a todos os assentados. Na região do Triângulo Mineiro, nem todas as famílias moradoras de assentamentos possuíam experiências com o rural e modos de vida ligados à produção agrícola. Constatamos, anteriormente, em estudo que realizado em 2006, que nem sempre podemos afirmar que assentado é sinônimo de camponês ou mesmo enquadrado nesta categoria simplesmente por se tornar posseiro de um lote de terras, dentro do assentamento. O trabalho de pesquisa realizado no Assentamento Bom Jardim¹⁴ demonstrou-nos que ser camponês exige um modo de vida próprio e que nem todos os assentados são camponeses. De acordo com nossas observações,

A massa de trabalhadores beneficiada pela redistribuição de terras é composta por uma camada de ex-assalariados urbanos com poucas habilidades para cultivar a terra. Outra parte dos assentados é constituída por ex-trabalhadores rurais, que viveram a experiência da divisão do trabalho no campo, fruto de políticas agrárias excludentes. Nesse sentido, o quadro da Reforma Agrária nos revela a construção de um novo sujeito, cuja categoria ainda não foi definida. (CRUZ, 2006, p. 55)

A partir desta constatação afirmamos não ser possível transportar e/ou atribuir aos assentados do P. A. Divisa uma condição na qual não se podem enquadrar seus modos de vida, o que reforça a nossa posição em direcionar a pesquisa para o sujeito particular que produz e reproduz sua sobrevivência no assentamento com ou sem experiência política ou de trabalho na terra.

Pensar o homem como sendo apenas um ser político, no contexto das relações com os mediadores, que simultaneamente determinam e se subordinam às

¹⁴ O assentamento Bom Jardim está localizado no Triângulo Mineiro, no município de Araguari-MG. As pesquisas que realizamos neste assentamento estavam integradas ao PACTo/TM/MG (Programa de Apoio Científico aos Assentamentos de Reforma Agrária do Triângulo Mineiro) e ocorreram no período de 2004 a 2006. Nesse mesmo período desenvolvemos a monografia intitulada “Os espaços dos sujeitos da reforma agrária: práticas produtivas e comerciais do assentamento Bom Jardim – Araguari-MG”.

circunstâncias presentes na Reforma Agrária, significa percorrer um caminho que não considerará os aspectos abrangentes que se materializam no cotidiano. Entendemos que as pessoas que vivem no assentamento não agem ou pensam estritamente de acordo com os ditames políticos de seus mediadores. Entendemos que se optarmos por tomá-los como camponeses corremos o risco de eleger como grupo para estudo apenas aqueles sujeitos que se enquadram no contexto político de negociações, possuidores de um modo de vida camponês ou que contribuem para a organização política do assentamento com maior expressividade.

Nossas pesquisas apontam para um sujeito que produz e reproduz a vida no lugar. Nesse processo, estão presentes as contradições que se manifestam a partir de sua cultura e se materializam no lugar.

Outro trabalho que ressalta a organização dos assentamentos, referindo-se à coesão na luta pela terra e construção do território pela identidade coletiva, é a pesquisa de Guimarães (2002). Esta foi realizada na Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, no município de Campo Florido-MG. Criado em 1994, o assentamento é um dos projetos mais antigos da região do Triângulo Mineiro.

Resgatando a trajetória de luta pela terra e a conquista da cidadania vivenciada pelos assentados, Guimarães (2002) afirma que

[...] na constituição de novas territorialidades, baseadas em laços de parentesco, amizade, vizinhança e, sobretudo, em formas de organização que lhes são próprias, os trabalhadores constituíram uma nova identidade no interior do assentamento, ancorada no pertencimento à localidade. As reflexões a respeito da consolidação das identidades territoriais, contradizem as tendências que preconizam a globalização como um processo inexorável à homogeneização, que dilui as singularidades das culturas locais. No que se refere às relações societárias, podemos afirmar que houve um processo de aprendizagem de formas organizativas pelos sujeitos sociais envolvidos neste estudo. As práticas de luta pela terra e de constituição do novo território proporcionaram experiências de novas formas de participação e de sociabilidade entre os assentados da Nova Santo Inácio Ranchinho, possibilitando a abertura para concepções mais amplas de sociabilidade. (p. 148-149)

A organização coletiva que se verifica na luta pela terra, principalmente durante o momento em que o sem-terra é um acampado, é uma tentativa de conquistar o direito à sobrevivência, principalmente o direito de trabalhar, de gerar renda e se inserir dignamente na sociedade, por meio do trabalho. Durante esse processo, novos conhecimentos são adquiridos e são postos em prática, em conjunto com práticas antigas de sociabilidade.

O esforço coletivo pela territorialização é o conteúdo de maior evidência na pesquisa de Guimarães (2002) e nos fornece o entendimento dos embates surgidos durante a luta pela criação do projeto de assentamento. Essa pesquisa constitui um trabalho importante para a compreensão da Reforma Agrária que se concretiza na região do Triângulo Mineiro. Ao tratar dos modos de vida das famílias assentadas, Guimarães (2002) analisa a construção das sociabilidades no contexto coletivo, como tentativa de reconstrução de uma nova vida e da conquista pela cidadania.

Os usos e apropriações da terra conquistada não podem ser vistos como um processo igual para todos, como se o privilégio político de uns, em detrimento de outros, no contexto das organizações coletivas, fosse homogêneo. As contradições presentes nas relações sociais, no assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, são analisadas por Guimarães a partir do contexto da construção da cidadania, que se traduziu pela união coletiva dos assentados em relação às imposições externas de mediadores, gestores da Reforma Agrária e sociedade à qual estavam inseridos, no contexto histórico do acampamento e criação do projeto de assentamento. Porém, a autora não aborda, como eixo principal de análise, a venda de lotes no assentamento. Suas análises sobre modos de vida trazem outros enfoques relacionados à construção e organização sociais locais, que contribuíram ao estudo

que realizamos no Projeto de Assentamento Divisa. Nesse contexto, discutimos o assentamento como produção de contradições e de lutas.

Para demonstrar as contradições que se explicitam nos assentamentos, Romano (1994) entende tais espaços como sendo um campo de lutas, onde se materializam os conflitos. Para esse autor, a ausência de conflito é apenas um estado almejado que se concretizaria em situações particulares. Segundo Romano (1994),

Enfocar o assentamento enquanto campo permite positivamente visualizar o “conflito” – e não o “equilíbrio” – como o estado “natural” das relações sociais nos assentamentos. O “equilíbrio”, a ausência de conflitos pode vir a ser uma característica de um estado almejado, mais na concretude da trajetória dos assentamentos, seria um resultado particular, restrito e conjuntural. Por sua vez, considerar o conflito como o estado natural dos assentamentos implica uma reviravolta de fundamental importância no planejamento dos assentamentos. Pelo geral, quando existe, o planejamento dos assentamentos de reforma agrária ainda se conforma com base no princípio ordinário do “equilíbrio” – ou, na sua versão progressista, da idealização da “harmonia” da comunidade dos excluídos -, assumindo os conflitos um caráter conjuntural, ocasional, extraordinário. (p. 252)

No seu ponto de vista está em jogo a distância estabelecida entre situação almejada e situação vivenciada. Os conflitos, no ponto de vista do planejamento dos assentamentos, não são comuns, são pouco presentes. Segundo o autor, isto dificulta o próprio planejamento do Estado. Mas o desentendimento advindo dos embates no assentamento não é apenas produto das relações entre camponeses organizados e mediadores e gestores da Reforma Agrária. Os conflitos de que Romano (1994) nos fala são os que permanecem no interior dos grupos, entre indivíduos. Desse modo, torna-se importante, segundo Romano (1994), “[...] criticar e enriquecer questões que articulam, por exemplo, poder, valores e conflito num patamar analítico, por intermédio do qual possamos refletir melhor uma nova, e esperada, fase do processo de reforma agrária.” (p. 258).

Reformulando, então, essas questões apontadas pelo autor, afirmamos ser importante considerar a cultura dos assentados, direcionando o estudo para os seus

modos de vida no assentamento. Nossa preocupação com a cultura desses sujeitos advém das características distintas das famílias moradoras do P. A. Divisa, que apresentam trajetórias de vida diferentes.

Em um trabalho realizado por Oliveira (2006b), no assentamento Vereda I, localizado no entorno do Distrito Federal, são pesquisadas famílias de origem migrante, que buscam uma vida melhor na cidade, mas acabam se encontrando no assentamento devido às circunstâncias de reprodução da vida no espaço urbano. Uma das características percebidas, no grupo de assentados do Vereda I, foi que as famílias tinham interesses divergentes quanto aos usos do espaço vivido no assentamento. Verificou-se que, enquanto alguns queriam um sítio para o lazer nos finais de semana, outros desejavam ter a terra para começar uma vida nova e nela trabalhar. Isto demonstrou que as famílias possuíam trajetórias de vida divergentes, que se materializavam no assentamento por interesses distintos. Segundo Oliveira (2006b),

[...] o assentamento pode ser considerado, de certa forma, um espaço construído de fora, ou seja, o assentamento foi formado por vários grupos que chegaram e passaram a conviver e a se constituir a partir do acampamento e, posteriormente, do assentamento. São atores com trajetórias distintas, a não ser pelo fato de, em sua grande maioria, serem migrantes, e que nesse momento de suas vidas passam a viver num mesmo espaço, não só físico, mas também de relações sociais com características heterogêneas e individuais que, no assentamento, vão aflorar e contribuir para a construção de uma série de relações sociais. (p. 262)

O trabalho nos apresenta outro viés sobre como abordar o assentamento e seus beneficiários. O autor aponta para uma compreensão mais singular da realidade, adentrando em suas trajetórias de vida para explicar o processo de construção do lugar, no assentamento. O termo lugar é utilizado por nós ao determinarmos uma escala geográfica que nos proporcione o entendimento das relações particulares entre as famílias assentadas. Entendemos que as experiências vividas pelos moradores do P. A. Divisa não fazem parte de uma cultura que foi

deixada de lado pelos sujeitos, ao conquistarem seus lotes, em prol de um ideal coletivo. Devemos pensar nos rearranjos ocorridos em seus modos de vida para se fixarem na terra e reproduzirem o lugar, tomando-se como investigação a sua cultura.

Compreendemos, como Martins (2003), que existe um sujeito oculto, na Reforma Agrária, que não tem emergido nos discursos do Estado ou mesmo dos movimentos sociais de luta pela terra. Referimo-nos ao indivíduo que possui uma experiência de vida, que produz a Reforma Agrária ao seu modo, à sua interpretação. Como nos fala Martins (2003), em seu livro “O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária”,

[...] sujeito oculto da reforma agrária, o sujeito que está na prática cotidiana e vivencial da questão agrária, das tensões e conflitos decorrentes e da prática cotidiana e vivencial da própria reforma, longe das teorias e das ideologias que a ela se referem. Enfim, trato aqui do sujeito invisível desses processos sociais. O sujeito que é gestado no próprio processo da reforma e não o sujeito empírico que a precede. Isto é, o sujeito que não chega com nitidez à consciência do assentado e menos ainda do acampado, e que só se manifesta eventualmente quando a terra é objeto de transação. Um sujeito que os agentes de mediação da luta pela reforma agrária ignoram, pois se o reconhecessem poriam em risco a legitimidade e a difícil coerência de suas idéias e de sua ação. São os percalços da militância apoiada na doutrina superficial, improvisada e precária. (pág. 10)

O estudo de Martins (2003) coloca-nos diante da necessidade de reconhecer um homem ou mulher que participam ativamente do processo de luta pela terra, de sua conquista e trabalho, mas que apresentam interpretações diferentes do mundo e não podem ser homogeneizados, mesmo que estejam engajados em grupos pequenos nos assentamentos de Reforma Agrária. Partindo-se da idéia de que os beneficiários da Reforma Agrária são sujeitos ativos nesse processo e que não possuem uma identidade única, podemos considerar que não se pode rotulá-los com uma tipologia única, que os determine enquanto grupo social homogêneo. Sobre este sujeito, Martins (2003) afirma que

Refiro-me ao sujeito prático que emerge da dialética da circunstância, daquilo que determina a ação e engendra a contraditória figura humana que

protagoniza essa circunstância. O sujeito que, diversamente do que se faz supor nos embates políticos, não tem uma face coerente e unívoca. Antes, divide-se nas ambivalências próprias de sua situação social, nas incertezas de um duplo ser, que está mais na oculta estrutura das relações sociais do que propriamente nas frágeis e idealizadas personificações dessas relações. (p. 10)

Na travessia pela contemplação de sonhos e expectativas de se adquirir a terra, diversos planos singulares são ocultados quando há um esforço conjunto personificado no movimento de luta pela Reforma Agrária. Para alcançarmos a realidade dinâmica dos assentamentos, em sua lógica de organização, seja ela coletiva ou não, acreditamos que a chave de acesso encontra-se no ser individual, mais especificamente em sua cultura. Mas entendemos que essa opção não tangencia o ser econômico, nem o político. Esta abordagem nos permite acessar, de modo mais específico, o homem em sua totalidade, em seu conjunto de práticas sociais que se manifestam localmente e se integram a instâncias espaciais mais abrangentes, que extrapolam as relações comunitárias locais. Sendo assim, afirmamos que o próprio assentado é um sujeito dinâmico e complexo, que materializa sua vivência no lugar pelo particular do modo de vida, daquilo que não lhe é atribuído por rotulações genéricas, mas pelo que ele é enquanto cultura. Como nos diz Martins (2003), “[...] o sujeito cuja visibilidade depende das revelações da análise sociológica. Não é João, não é José, não é sem terra, não é sem fé.” (pág. 12).

Ao refletirmos, teoricamente, sobre alguns estudos da Reforma Agrária, no Brasil, que abordam os assentamentos, tivemos a clara idéia de que há necessidade de se acessar os assentados enquanto particularidades relevantes no caminhar dessa reforma. Mas isto exige um esforço teórico e empírico que nos dê sustentação para tal proeza, o qual está claramente apresentado no segundo capítulo.

Nos trabalhos que analisamos, o sujeito assentado permanece conhecido como coletivo, orgânico, coeso e pertencente a grupos de interesses que se

constroem na vivência dos assentamentos. A sua face individual prevalece oculta diante das generalizações ou homogeneizações identitárias que estão travestidas no coletivo, na cooperação e na associação, sendo que as contradições advêm do conflito entre grupos de afinidades.

No capítulo que se segue, refletimos acerca da metodologia de abordagem do sujeito em sua particularidade, analisando o trabalho de campo realizado no Assentamento Divisa, sendo ele o direcionador do estudo sobre modos de vida e cotidiano das famílias moradoras do P. A. Divisa. Dessa maneira, os modos de vida e o cotidiano são conteúdos importantes para se compreender os processos e formas que se manifestam na reprodução do lugar, que será analisada no terceiro capítulo.

2. MODOS DE VIDA E COTIDIANO: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NO ESPAÇO DA REFORMA AGRÁRIA

O principal objetivo deste capítulo é analisar os modos de vida e as práticas cotidianas presentes no assentamento. O alcance dos resultados dependeu da relação de dois fatores importantes para a pesquisa, que são o trabalho teórico e empírico. É neste capítulo que os dados obtidos em trabalho de campo são mais claramente apresentados, já que o primeiro capítulo é, sobretudo, teórico, com algumas reflexões que se fundamentam em informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa.

A estrutura do texto que se segue diferencia-se do capítulo anterior pelo conteúdo metodológico, pois a importância do trabalho de campo para obtenção de resultados exigiu-nos a construção de uma proposta metodológica própria, de modo que ela direcionasse as pesquisas empíricas para que se tornassem eficientes. Nenhuma visita a campo foi realizada aleatoriamente, sem planejamentos e reflexões do que vem a ser o trabalho de campo para a Geografia.

No contexto geral, o conteúdo analítico que se segue direciona, metodologicamente, a produção científica presente nos resultados apresentados nos capítulos posteriores, já que são oferecidas textualmente, com detalhes, as abordagens que realizamos em campo para coleta de dados, bem como a relação e análise estabelecida entre teoria e dados empíricos. Nesse sentido, consideramos que a principal contribuição do capítulo, para os demais, não reside apenas na análise dos modos de vida e das práticas cotidianas, mas também se encontra na construção metodológica de investigação empírica.

A experiência que vivemos com os assentados, em nossos trabalhos de campo, foi enriquecedora para o desenvolvimento da pesquisa. Também foi desafiadora a proposta, que colocamos em prática, de visitar o assentamento por mais de dois dias seguidos, dormindo por lá, na casa de um morador do lugar. Valeu a pena o desafio, pois valorizamos cada momento de convívio mais próximo com as famílias pesquisadas. A convivência próxima foi fundamental para a coleta de dados porque, no decorrer dos trabalhos de campo, percebemos que a todo o momento tínhamos a oportunidade de adquirir informações novas ou confirmar aquelas que se repetiam nas observações e participações de diálogos informais e entrevistas com as famílias.

Consideramos importante descrever os fenômenos percebidos de acordo com aquilo que observávamos, sem acrescentar análise ou indagações a esse respeito. As análises dos fenômenos foram realizadas nos momentos extra-campo, permitindo que, durante as visitas, descrevêssemos, na íntegra, os fenômenos presenciados, sem incluir nas descrições nossas opiniões pessoais, clivadas por teorias. Tal postura foi adotada para evitarmos a negação de determinados aspectos da realidade que fossem contrários às teorias estudadas ou à nossa visão de mundo.

Outra consideração relevante acerca da convivência com as famílias assentadas é que a proximidade e afetividade com o lugar estudado, que se acentuou durante as pesquisas, não anulou a possibilidade de analisarmos as contradições e divergências entre as próprias famílias. Uma observação aparente da realidade nos levaria a acreditar que apenas um modo de vida seria determinante no espaço do assentamento, de forma que todas as famílias que ali moram não se diferenciasssem enquanto aspectos culturais. Se considerássemos apenas o

aparente, não teríamos razão para pesquisar uma realidade na qual as divergências não se manifestam. O fato é que resolvemos adentrar por uma realidade complexa, mas que aparentemente é simplificada quando a entendemos, objetivamente, pela percepção dos sentidos, e elaboramos conceitos a partir do senso comum.

Para penetrarmos na essência dos fenômenos, recorremos ao sujeito singular e fundamental da Reforma Agrária, que é o próprio morador do assentamento, pois ele constrói o cotidiano no assentamento de acordo com sua visão de mundo, cujas características não são relevantes nas estatísticas do Governo e nem nas diversas pesquisas científicas, como analisamos no capítulo anterior.

O seu modo de vida revela um conteúdo que interfere no caminhar da Reforma Agrária, porém, não é considerado como elemento importante por parte do Governo, quando este promove a criação de projetos de assentamentos. Acreditamos que os aspectos culturais têm um peso relevante no sucesso e/ou fracasso da Reforma Agrária, pois esta não se esgota com a desapropriação de latifúndios e divisão de terras entre os sem-terra. A luta pela Reforma Agrária parece se acentuar a partir da criação dos projetos de assentamento, pois fixar-se no lote adquirido não é uma tarefa menos complicada que se tornar assentado, já que essa opção projeta o sujeito em uma nova condição de luta pela vida. É na situação de assentado que muitos contemplam as expectativas que possuíam em cultivar terras próprias, enquanto outros companheiros de luta não conseguem produzir sua sobrevivência a partir da terra.

Em nossos encontros com os sujeitos assentados, foi possível coletar dados importantes para analisar em que condições as famílias moradoras do Projeto de Assentamento Divisa têm construído sua trajetória de vida. Consideramos que não é somente o Governo ou os movimentos sociais de luta pela terra que promovem a

Reforma Agrária a seu modo. A partir da criação dos assentamentos, são os próprios beneficiários de terra que produzem o espaço vivido à sua maneira, de acordo com sua cultura. Não se quer, aqui, anular a influência de instituições externas nas comunidades assentadas, mas apenas enfatizar que são os beneficiários de terra os próprios sujeitos das relações sociais que colocam em prática um modo de vida e, conjuntamente com agentes externos à comunidade, determinam a história do espaço em construção.

Sendo assim, a busca pela compreensão dos modos de vida dos sujeitos assentados foi resultado de avanços no campo conceitual, conjuntamente com a realização dos trabalhos de pesquisa empírica. Os conceitos sempre caminharam ao lado dos resultados obtidos em campo, possibilitando análises em torno dos fenômenos próprios do lugar que vão muito além de generalizações da teoria. Por conseguinte, esse encaminhamento metodológico nos possibilitou produzir entendimentos sobre a lógica de produção e organização do espaço, partindo dos modos de vida presentes na realidade observada e das práticas cotidianas, sempre considerando o campo conceitual em consonância com os dados obtidos em campo.

2.1. Procedimentos e ética no trabalho de campo: reflexões sobre a abordagem empírica dos sujeitos da pesquisa

Antes de chegarmos ao conceito de modo de vida, tomando como referência a teoria e, conseqüentemente, relacionando-o aos resultados da coleta de dados junto ao assentamento, temos a pretensão de refletir a respeito do trabalho de campo. Compreendemos que o caminhar da pesquisa está diretamente vinculado à qualidade dos dados empíricos. Dessa forma, resulta de grande importância o

trabalho de campo para investigar os modos de vida das famílias assentadas. Se não soubermos como proceder junto aos entrevistados, estaremos fadados a não obter êxito em nossa investigação. Esta é uma premissa necessária para qualquer pesquisa e, principalmente, a que realizamos junto aos sujeitos da Reforma Agrária, entrevistando-os e observando suas relações com o lugar. Sendo assim, obter informações junto a grupos humanos não é uma tarefa de fácil execução, pois se manuseiam dados qualitativos relacionados à subjetividade dos entrevistados.

Estrategicamente, organizamos a nossa coleta de dados partindo de dois caminhos diferentes e complementares, que são as entrevistas e a descrição por meio de observações.

Antes de nos lançarmos à empreitada que seria realizada em campo, tivemos o cuidado de adotar uma postura ética, enquanto pesquisadores preocupados em não envolver as famílias do assentamento, sem que elas consentissem no modo como a pesquisa seria realizada e como os dados coletados pelas entrevistas e observações seriam utilizados. Sendo assim, submetemos o projeto de pesquisa às apreciações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (CEP\UFU), no mês de Novembro de 2006. Para que o projeto fosse apreciado, elaboramos um termo de consentimento¹⁵ (Anexo I), que deveria ser apresentado às famílias observadas e entrevistadas, de maneira que elas soubessem exatamente como iriam contribuir para a pesquisa e como as informações a nós fornecidas seriam utilizadas. Após o parecer de aprovação

¹⁵ O termo de consentimento é composto por três partes. A primeira descreve de forma clara os objetivos da pesquisa. A segunda apresenta a metodologia, com uma linguagem de fácil compreensão. A terceira refere-se ao aceite do pesquisado em participar da pesquisa. No caso de nossos trabalhos no assentamento, os sujeitos assentados que foram entrevistados tiveram que assinar o termo de consentimento, permitindo-nos entrevistá-los quando necessário, de acordo com sua disponibilidade em nos receber em seus lotes, para observações de seus trabalhos na terra, bem como registrar tais atividades por meio de fotografias e descrições, em nossas cadernetas.

(Anexo II) do projeto de pesquisa, pelo CEP, procedemos à elaboração de estratégias para realização dos trabalhos de campo.

O caminho foi analisar, teoricamente, os resultados obtidos no trabalho de campo, tomando como referência alguns textos elaborados por autores da Geografia e também de outras áreas das ciências humanas, como Sociologia, Antropologia e História. Para o desenvolvimento de pesquisas em campo, consideramos necessário introduzir uma discussão que apresente argumentos e análises a partir de um conteúdo interdisciplinar que contribua para ampliar o entendimento sobre o que é trabalho de campo nas ciências humanas e, a partir daí, expandir nossas alternativas de procedimentos de coleta de dados junto aos sujeitos pesquisados.

O trabalho de campo, em Geografia, é um procedimento de grande importância, que se faz presente desde a organização e sistematização dessa ciência. A Geografia se afirmou como ciência a partir do século XIX e passou por vários momentos que consolidaram seu objeto de pesquisa e os conceitos fundamentais para investigação da realidade (MORAES, 1999).

O método descritivo é um procedimento desenvolvido na escola geográfica tradicional e foi muito importante para a prática do trabalho de campo. A Geografia Alemã, do século XIX, pertencente à escola tradicional, apoiava-se na descrição como procedimento importante, que era adotado por geógrafos que realizam longas viagens, por diversas partes do mundo (CAPEL, 1981). Mas a abordagem principal dos pesquisadores dessa época estava vinculada ao determinismo ambiental, predominante nas concepções filosóficas da vertente alemã, sendo que tais concepções eram a base fundamental para produção científica em Geografia (MORAES, 1999). As pesquisas divulgadas por Charles Darwin, sobre a evolução das espécies, haviam influenciado expressivamente os ramos das ciências

humanas, que se consolidavam no século XIX. Logo, a Geografia tradicional apoiava-se nas orientações filosóficas do evolucionismo darwiniano para estudar a realidade, sendo que a descrição da natureza era um procedimento comum e largamente utilizado pelos geógrafos alemães.

Alexander Von Humboldt foi um dos geógrafos que viajou por diversas partes do mundo a trabalho de campo e contribuiu, enormemente, para a evolução da ciência geográfica, pois descrevia detalhadamente a natureza e sua dinâmica, nas regiões que visitava. Alguns autores atribuem a ele o título de “pai da Geografia moderna”, por ser ele um dos principais agentes na elaboração de uma disciplina sistematicamente ordenada. Analisando os trabalhos de Humboldt, Capel (1981), afirma que este geógrafo

Se interesaba por la influencia de la naturaleza física del hombre e afirmaba la necesidad de “enlazar el estudio de la naturaleza física con el de la naturaleza moral y empezar en realidad por llevar al universo tal como lo conocemos la verdadera armonía”. [...] El proyecto científico de Humboldt trataba de demostrar empíricamente esa concepción idealista de la armonía universal de la naturaleza concebida como un todo de partes íntimamente relacionadas, un todo armonioso movido por fuerzas internas [...] (p. 8)

Os trabalhos de campo da Geografia nascente tinham um compromisso com a descrição dos fenômenos da natureza, e esse procedimento fundamentava o método comparativo, presente nas pesquisas de Humboldt. A perspectiva histórica também esteve sempre presente na análise dos dados obtidos pela observação e descrição. Segundo Capel (1981), “[...] Humboldt siguió un método comparativo, y al mismo tiempo incorporó siempre en sus investigaciones la perspectiva histórica.” (p. 8).

Adotar o procedimento comparativo, como realizara Humboldt, foi uma tarefa diretamente ligada às atividades de coleta de dados em campo, pois integrava-se ao trabalho de classificar, fielmente, as partes componentes dos fenômenos

observados. Sem a noção das partes, não era possível compreender o todo e o movimento que o engendrava, porque segundo Humboldt (1982),

La Naturaleza, considerada por medio de la razón, es decir, sometida en su conjunto a la acción del pensamiento, es la unidad en la diversidad de los fenómenos, la armonía entre las cosas creadas que difieren por su forma, por su constitución y por las fuerzas que las animan; es el Todo animado por un soplo de vida. La consecución más importante de un estudio racional de la Naturaleza es aprehender la unidad y la armonía que existe en esta inmensa acumulación de cosas y fuerzas; asumir con el mismo interés tanto los resultados de los descubrimientos de los pasados siglos como lo que se debe a las investigaciones de los tiempos en que se vive y analizar los caracteres de los fenómenos sin sucumbir bajo su masa. (p. 160)

Empiricamente, haveria que se descrever, de maneira densa, as partes que compõem o todo dos fenômenos naturais, para que se tivesse o entendimento do processo evolutivo, considerando-se a natureza como conteúdo determinante da própria sociedade.

Podemos afirmar que o trabalho de campo torna-se uma alternativa indispensável à ciência geográfica, pois realizar comparações a partir dos fenômenos da natureza é uma tarefa que exige habilidade do geógrafo em descrever tais fenômenos. Logo, compreendemos que o método descritivo é uma ferramenta que se desenvolveu, amplamente, nos trabalhos de orientação determinista.

Os geógrafos da corrente francesa tradicional, denominados possibilistas, não abandonaram o método descritivo como procedimento adotado em campo. Colocaram-no em prática, porém tendo como concepção de estudo geográfico a relação sociedade-natureza, passando a enxergar a natureza como possibilidade de transformação pelo homem. Desse modo, os geógrafos franceses deram ênfase às ações do homem em transformar a natureza, não o considerando apenas um elemento subordinado às determinações impostas pelos fenômenos e/ou condições naturais. Semelhante à postura de campo dos geógrafos alemães, a escola francesa adotou a descrição como método de coleta de dados empíricos. A realidade era

abordada tendo-se como referência geográfica a categoria região, que coincidia com uma delimitação da superfície terrestre. Segundo Vidal de La Blache (1982),

O campo de estudo, por excelência, da Geografia é a superfície; este é o conjunto dos fenômenos que se produzem na zona de contato entre as massas sólidas, líquidas e gasosas, que se constituem o planeta. (p. 41).

Nesse contexto está inserido o homem, que age e reage às situações impostas pela natureza. Desse modo, Vidal de La Blache concebe que o objeto de estudo do geógrafo é um conjunto de fatores diversos que não produzem harmonias ou equilíbrios, estando em constantes mutações. Isto nos traz o entendimento de que o ato de descrever os fenômenos não é tão simples como o termo parece nos indicar. De acordo com Vidal de La Blache (1982),

A Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que renuncie à explicação: o estudo das relações dos fenômenos, seu encadeamento e de sua evolução, são também caminhos que levam a ela. Mas esse objeto mesmo a obriga, mais que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo. Uma dessas tarefas principais não é localizar as diversas ordens de fatos que a ela concernem, determinar exatamente a posição que ocupam, as áreas que abrangem? Nenhum índice, mesmo nenhuma nuance não poderia passar despercebida; cada uma tem seu valor geográfico, seja como dependência, seja como fator, no conjunto que se trata de analisar. É preciso, então, tomar sobre o fato cada uma das circunstâncias que o caracterizam, e estabelecer exatamente o resultado. No rico teclado de formas que a natureza expõe aos nossos olhos, as condições são tão diversas, tão intercruzadas, tão complexas, que elas arriscam escapar a quem acredita tê-las cedo demais. (p. 45)

Mesmo não se tratando de um trabalho que possua abrangência regional, compreendemos que, em nossa pesquisa, a habilidade em descrever determinados fenômenos tem sua importância. Não nos referimos aos fenômenos naturais, mas aos fenômenos sociais. Estamos longe de adotar uma postura determinista ou possibilista, típicas das escolas tradicionais da Geografia. Queremos demonstrar que a descrição também pode ser um método adotado para se investigarem os modos de vida das famílias assentadas. Porém, estamos cientes de que tal método não é tão simples de ser empregado, pois, apesar de lidarmos com uma realidade local, temos o entendimento de que a essência dos elementos observados não é

objetiva, como parece nos indicar a percepção. As dificuldades em descrever os fenômenos presentes no lugar são latentes, quando vamos ao encontro dos sujeitos da Reforma Agrária para investigá-los e em direção às suas formas de pensar e agir. Do mesmo modo que os fenômenos naturais aparecem-nos inter cruzados e de difícil descrição, como nos falou Vidal de La Blache (1982, p. 45), os fenômenos de âmbito social não apresentam grau inferior de dificuldade, ou seja, manifestam-se embaralhados, misturados e até mesmo camuflados, de modo que devemos adotar critérios eficientes para descrevê-los de forma sistemática e ordenada. A finalidade da estruturação empregada no método descritivo é de facilitar a análise dos dados, após a realização do trabalho de campo.

Indo um pouco além da contribuição dos geógrafos Alexander Von Humboldt e Vidal De la Blache quanto ao método descritivo na Geografia, destacamos o geógrafo Max Sorre¹⁶ e sua prática de observação de grupos sociais, pois seus trabalhos apresentam maior proximidade com o objeto de nossa pesquisa, por se tratar de grupos humanos. De acordo com Santos (1999), em sua análise sobre a prática de campo de Max Sorre, “[...] o pesquisador no trabalho de campo não mantinha apenas a posição de quem observava e participava da realidade estudada, estava também desde o início revelada a sua identidade e os objetivos do trabalho.” (p. 112)

De acordo com o entendimento de Santos (1999), o gênero de vida é um conceito importante nos trabalhos de Max Sorre, pois este autor atribui enorme relevância à capacidade dos grupos humanos em produzir sua relação com o meio e não em ser apenas determinados por circunstâncias da natureza. O ato de

¹⁶ Partimos da discussão sobre a prática de campo do geógrafo Max Sorre tendo como referência as análises de SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, jan\dez, 1999, p. 111-125.

considerar os pesquisados como sujeitos que agem e reagem às situações adversas é um reconhecimento importante na pesquisa de campo, pois torna-se difícil descrever os fenômenos sociais quando não se tem interação com os próprios grupos humanos que produzem tais fenômenos, conforme o entendimento de Santos (1999). Esta é uma variante que não se pode considerar alheia a qualquer investigação e que nos trabalhos de Humboldt e Vidal de La Blache não se manifestam, pois suas preocupações estão voltadas, primeiramente, para os fenômenos naturais, que não reagem à presença do pesquisador. Mas, ao investigarmos grupos humanos, estamos interferindo diretamente em seus comportamentos e, conseqüentemente, nos fenômenos que tais grupos produzem no espaço vivido. Dessa maneira, concordamos com Santos (1999) quando afirma que,

Na realização de trabalhos de campo, considerando-nos sujeitos da pesquisa e do conhecimento, muitas vezes procedemos como objetos daqueles que pesquisamos. Enfim somos, ao mesmo tempo sujeito-objeto da pesquisa. Entretanto, na vida cotidiana, sujeitos e objetos, agem e reagem continuamente uns sobre os outros, tornando-se assim, um desafio separar o sujeito do objeto. Contudo, é comum ouvir de um pesquisador a respeito daquilo que se estuda, tratamentos de pertencimentos, hierárquicos, como 'meus lavradores, meus trabalhadores e meus pesquisados'. (p. 114)

De acordo com a citação de Santos (1999), podemos entender que o método descritivo, como prática de campo, exige-nos considerar as ações e reações dos sujeitos da pesquisa, mediante nossa presença. Não estamos perante uma vitrine que nos permite visualizar coisas ou pessoas insensíveis à nossa presença, como se estivéssemos observando um teatro. Aqueles que estão do “lado de lá”, que são os sujeitos pesquisados, não são homens ou mulheres que ignoram nossa presença como pesquisadores. Sendo assim, podemos afirmar que tais pessoas não estão do “lado de lá”, em outro espaço que não lhes permite nos acessar.

À medida que possibilitamos o contato mais próximo com os sujeitos da pesquisa, construímos confiança mútua e respeito, cuja consequência é a facilitação ao acesso de informações que consideramos importantes à pesquisa (SANTOS, 1999). Dessa forma, o método descritivo adquire sua eficiência, pois os fenômenos que antes eram embaralhados à percepção podem, agora, ser mais bem classificados, pois compreendemos que eles não são produzidos somente pelos sujeitos pesquisados, mas por nós, pesquisadores, ao oferecermos oportunidade de ação e reação (SANTOS, 1999) mediante nossa presença e observação de suas práticas cotidianas.

As considerações sobre o método descritivo e os cuidados em utilizá-lo não encerram nossa discussão sobre trabalho de campo. Apenas nos projetam em outra abordagem e discussão da coleta de dados qualitativos, em Geografia. Classificamos como qualitativas as informações advindas das formas de pensar e agir dos sujeitos da pesquisa, que podem ser manifestadas em suas falas ou, mesmo, em suas ações.

Para enriquecer a análise do trabalho de campo em Geografia, não recorreremos à produção científica das escolas da Geografia Teorético-Quantitativa e Geografia Crítica. Entendemos que, em tais correntes, foi negligenciada a perspectiva do sujeito, nos trabalhos de campo. Na escola teórico-quantitativa, os geógrafos não se preocuparam em desenvolver técnicas de campo que se ocupassem dos aspectos humanos, pois a elaboração de estatísticas apenas considerou o conteúdo objetivo da realidade, sendo este um procedimento típico do método positivista. Analisando a contribuição das escolas geográficas ao trabalho de campo em Geografia, Santos (1999) afirma que esta ciência, “[...] no Neo-Positivismo-quantitativista chegou mesmo a negar a importância do trabalho de

campo. Essa negação propagou-se, inclusive, na Geografia Crítica e fez eco em outros momentos.” (p. 114)

Pensando por este viés apresentado por Santos, não se pode negar que a Geografia Humanista Cultural, nascida a partir da década de 1970, tenha herdado deficiências de outras escolas geográficas, acerca do trabalho de campo. Logo, estamos diante de um desafio que deve ser superado: o de analisar e elaborar o trabalho de campo que vá ao encontro dos anseios desta pesquisa e complemente o método descritivo analisado anteriormente.

Buscando ampliar nosso conhecimento sobre pesquisas de campo, recorreremos ao entendimento de métodos de pesquisa de outras ciências que se correlacionam à Geografia Cultural. Pretendemos analisar as abordagens presentes na Antropologia e na História, para introduzirmos, em nossos procedimentos, algumas estratégias de coleta de dados que tais ciências possam nos oferecer. Como não temos um arcabouço teórico suficiente, na Geografia, que traga reflexões pontuais acerca do trabalho de campo vinculado a grupos humanos, optamos por refletir sobre propostas da Antropologia e História, já que se possui carência teórica sobre o assunto e a Geografia Cultural se aproxima da proposta de trabalho de tais disciplinas das ciências humanas.

Partindo-se da Antropologia, temos que o trabalho de campo, como conjunto de técnicas, é um processo no qual se buscam dados junto a grupos sociais, sem a intermediação de outros pesquisadores (DAMATTA, 1981). Em Geografia Cultural, a pesquisa desenvolvida junto às famílias assentadas vai ao encontro desta proposta, pois ouvi-las, por entrevistas, observá-las em suas lidas de trabalho e também em alguns momentos de lazer, foi uma alternativa que encontramos para nos aproximar de suas práticas cotidianas. Como demonstra DaMatta (1981),

[...] como será possível observar tranqüila e friamente (com a roupagem da neutralidade científica) um certo panorama humano, se não nos relacionarmos intensamente com ele? Mas como é possível manter essa neutralidade ideal, que teoricamente nos permitiria “ver” todas as situações de todos os ângulos, se estamos tratando de fatos e de pessoas que acabam por nos envolver nos seus dramas, projetos e fantasias? Ou melhor: como poderei chegar a captar essa realidade social se não me coloco diante dela como um semelhante aos que dela tiram a honradez, a dignidade e o sentido de existência? Ou seja: é preciso pensar em que espaço se move o etnólogo, engajado na pesquisa de campo e refletir sobre as ambivalências de um estado existencial onde não se está nem numa sociedade nem na outra, e no entanto está-se enfiado até o pescoço numa e noutra. (p. 153-154)

A complexidade pertencente ao trabalho de campo junto a grupos humanos exige que o cientista estabeleça relações de proximidade com as pessoas do lugar. Em alguns momentos, o pesquisador pode ser o único em que o pesquisado confie para contar certas situações do cotidiano ou mesmo particularidades de sua história de vida. Desse modo, o pesquisador deve estar preparado para situações adversas, não previsíveis, em trabalhos de campo, mas são conteúdos a serem analisados e interpretados pelo cientista.

Como afirma DaMatta (1981), pensar o espaço em que se insere o etnólogo é uma tarefa importante, pois o entendimento dos sujeitos pesquisados deve levar em consideração a reação destes perante a ação do pesquisador. Tendo consciência desta situação, podemos analisar os grupos sociais por diversos ângulos, considerando a relação social que estabelecemos com eles e não apenas as relações entre os membros do próprio grupo.

Mas o ato de estarmos na condição de proximidade com as pessoas do lugar não significa que os conheçamos o suficiente para não atentarmos naquilo que nos parece óbvio ou comum. Pelo contrário, durante a pesquisa empírica, devemos sempre nos ver como um “estranho” à comunidade, mesmo que ela não manifeste reações claras de que estamos incomodando ou que somos diferentes. Ao declararmos estar ali para investigar a realidade, revestimo-nos de uma “roupagem” diferente, como não participantes do processo histórico de luta e conquista da terra

por que tais pessoas passaram, ao construir o lugar e a comunidade, consoante seus modos de vida. Da mesma forma que não nos vêem como iguais, também devemos percebê-los como diferentes, mesmo que nossa proximidade nos deixe à vontade para circular entre eles, observá-los, registrá-los por meio de fotografias ou conversar, sem compromisso declarado de entrevista.

Sendo impossível incorporar a neutralidade científica, o que nos resta é perceber que os sujeitos da pesquisa manifestam ações e reações perante nossa presença que não podem ser encaradas como comuns ou corriqueiras ou, como diria DaMatta (1981), familiares, pois,

[...] pressuponho que a familiaridade implica no conhecimento e na intimidade. Isso é precisamente o que deve ser superado quando buscamos usar os óculos da antropologia social. Em outras palavras, quando eu estico o sentido social da familiaridade e suponho que conheço tudo o que está em minha volta, eu apenas assumo a atitude do senso comum. Ao fazer isso, não realizo antropologia, mas aplico as regras da minha cultura às situações a ela familiares, embora tais situações possam ser raras, acidentais ou periódicas. (p. 161)

Estar ali para registrar apenas o diferente também não deve ser o papel do geógrafo. Sendo assim, o conhecimento da realidade é possibilitado pelo contato advindo da presença do pesquisador em campo. Ir diversas vezes ao encontro dos pesquisados é uma atitude prudente quando se têm variáveis de ações e fenômenos sociais, durante determinados períodos de tempo. Se a convivência é um fator importante para se obterem relatos que o pesquisado somente nos daria quando estivesse à vontade e sentindo confiança em nós, entende-se que a presença é um fator relevante para nutrir a convivência. Sendo assim, estipular números de idas a campo talvez não seja uma alternativa que matematicamente resultará na aproximação e intimidade entre os diferentes. Compreendemos que a convivência e a proximidade também dependem das circunstâncias que compartilhamos junto aos pesquisados.

Durante a convivência com as famílias assentadas do P. A. Divisa, tivemos a oportunidade de estabelecer proximidades por meio de contatos advindos de circunstâncias inesperadas. No início das pesquisas não conhecíamos, pessoalmente, algumas famílias que eram moradoras do assentamento. Pela participação, em alguns momentos de lazer, em festas no assentamento e em fazendas vizinhas, ou ajudando algumas famílias no trabalho diário, doando a força de trabalho, foi-nos possível aproximar e compreender que determinadas atitudes faziam as pessoas do lugar enxergarem o pesquisador, mesmo por alguns momentos, como indivíduo de características semelhantes a elas. Isto não anulou a diferença entre pesquisador e pesquisado, mas permitiu-nos aproximar de algumas famílias de maneira espontânea e sem grandes formalidades.

A atitude de nos aproximar sem considerar as formalidades de nos apresentarmos como pesquisadores foi inspirada em Malinowski (1986). Segundo este autor,

[...] convém ainda que o pesquisador abandone, de vez em quando, a máquina fotográfica, o caderno de notas e o lápis, e participe dos acontecimentos. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, pode acompanhá-los em suas visitas e passeios, sentar-se, ouvir e participar de suas conversas. (p. 44)

Mesmo nos momentos de lazer, em que não se manifesta a intencionalidade de observação perante os pesquisados, o geógrafo deve estar atento aos fenômenos que se apresentam à percepção. O ato de estar no campo para pesquisa, independente do horário ou da circunstância, deve ser encarado pelo geógrafo como momento de registrar na memória os fatos observados para, posteriormente, relatá-los em sua caderneta ou mesmo direcionar as pesquisas futuras. É necessário considerar que não há máximo nem mínimo de observações e de registro delas. Segundo Malinowski (1986),

[...] um dos pontos principais do método da pesquisa de campo é a coleta de dados concretos sobre uma ampla série de fatos. O que se deve fazer

não é apenas enumerar alguns exemplos, mas levantar, exaustivamente, o maior número possível de casos; e, nessa busca de fatos, será mais bem sucedido o investigador que tiver o esquema mental mais claro. Mas sempre que o material de pesquisa permitir, esse esquema mental deve ser transformado em um esquema real; deve materializar-se em diagramas, em planos, em um quadro sinótico exaustivo de todos os casos. (p. 37)

A presença em eventos festivos, organizados pelos grupos pesquisados, não anula a posição do pesquisador em estar atento aos fatos que se sucedem à sua presença. Até mesmo durante uma conversa informal, nos momentos em que não se está “armado” de cadernetas e máquina fotográfica, tem-se que dar importância às informações que chegam aos sentidos.

Sendo assim, a descrição, como método de pesquisa de campo, torna-se importante quando se é capaz de relatar, textualmente, os fatos, após terem ocorrido. Nesse sentido, consideramos relevante outra tarefa do geógrafo enquanto participante dos fenômenos observados, que é a de ouvir e relatar textualmente. Tal relevância se deve a duas justificativas primordiais. Primeiro, porque os fenômenos são vistos de dentro e não como se o pesquisador permanecesse separado por uma vitrine que não lhe permita interagir com aqueles que estão “do outro lado”. Segundo, devido ao fato de o pesquisador abrir mão de suas ferramentas de campo, que são a caderneta e a máquina fotográfica, em certos momentos de convivência com os pesquisados, de modo que eles não se sintam constrangidos em se manifestar.

Mas não se trata de um “ouvir” pacífico por parte do pesquisador. É uma ação mediada pela interação, como se o diálogo não fosse provocado pelo compromisso de entrevista entre os participantes. Analisando o trabalho do antropólogo, Oliveira (1996) afirma que,

Trocando idéias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guinados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação. (p. 21)

Como se pode compreender, a descrição de fatos, a partir da observação de grupos humanos, é uma tarefa complexa, que envolve um conjunto de entendimentos acerca da ação do pesquisador e da reação de seus pesquisados. Mas esse método não é o único a ser aplicado. Como vimos, a observação atenta do pesquisador se dá a todo momento em que este se encontra com seu campo empírico de estudo. As conversas com as pessoas do lugar, sem compromisso declarado de entrevista, caracterizam-se como trabalho de campo e devem ser registradas textualmente.

Para complementar o método descritivo (ou poderíamos, também, denominá-lo etnografia), utilizamos a entrevista como técnica para se registrar trajetórias de vida. A história oral é um método importante, tendo a entrevista como técnica, sendo que a história evoca o passado e o termo oral remete à forma como se tem acesso a tal conteúdo (PORTELLI, 2001). Podemos estabelecer uma diferença importante entre o método da história oral e a etnografia. Ambos consideram a fala dos interlocutores da pesquisa, sobretudo a dos sujeitos pesquisados, sendo que a etnografia também se ocupa em relatar os fatos observados e descrevê-los. Em história oral, há o compromisso de registrar as falas dos entrevistados, sem que o pesquisador intervenha, com sua visão, na transcrição dos relatos. A interpretação do pesquisador não pode alterar a opinião do outro, que foi registrada. A proposta é recorrer ao sujeito da pesquisa para compreender como ele pensa sobre determinada situação presente, bem como conhecer sua trajetória de vida. Dessa maneira, evocamos a subjetividade daqueles que entrevistamos. De acordo com Portelli, “A História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo.” (p. 26).

Pensar a Geografia Cultural sob a perspectiva da história oral, como método de pesquisa no trabalho de campo, é uma proposta coerente com a abordagem dos estudos culturais. Segundo Claval (2002), “A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica.” (p. 20). Por este viés estamos lidando com um conteúdo que não é objetivo, ou seja, que imediatamente pode ser constatado e registrado. Estamos diante de uma “nova” perspectiva de abordagem científica, em Geografia, que não amadureceu em conjunto com a evolução dessa ciência. Assim como a etnografia deve ser repensada, em Geografia, como o fizemos anteriormente, a entrevista, como meio de aquisição de informações, também deve ser analisada dentro do contexto da Geografia Cultural.

A idéia de se repensar a entrevista sob a perspectiva da história oral parte do reconhecimento de que esse método, na disciplina História, tem-se desenvolvido largamente e se difundido entre os historiadores, tornando-se referência para outros ramos científicos. Sendo assim, os debates em torno de entrevistas e do registro de memórias, recorrendo-se ao sujeito da pesquisa, como sendo ele capaz de apresentar fatos, trajetórias de vida, relações sociais próprias do lugar, relatos de momentos presentes, tem sido objeto de debates amplos, na História.

O sujeito torna-se o centro da atenção dos pesquisadores que se utilizam da História Oral como método de campo. Conseqüentemente, pode-se estabelecer uma relação próxima entre Geografia Cultural e História Oral, pois ambas têm como foco principal das fontes de informação a oralidade dos próprios sujeitos da pesquisa.

Por meio das reflexões de Claval (2002) entendemos que, numa pesquisa geográfica de abordagem cultural, o homem é o centro das atenções, pois

A geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas

aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar. (p. 89)

Dessa maneira, pode-se afirmar que há relações estreitas entre história oral e Geografia Cultural. Refleti-las em conjunto para uma aplicação prática é uma alternativa inovadora que deve ser incorporada à metodologia de pesquisa dos estudos culturais, em Geografia.

Ao nos relacionar com as famílias do P. A. Divisa, tivemos a oportunidade de aplicar a história oral como método para conhecer suas trajetórias de vida e organização social, no momento presente. A etnografia esteve caminhando ao lado da história oral e pôde auxiliar as interpretações que realizamos em laboratório.

Mas as dificuldades em lidar com a história oral em trabalhos de campo tiveram que ser superadas teoricamente, de modo que analisássemos a discussão sobre o assunto proposta por alguns autores. Os apontamentos sobre a relação de tal método com a Geografia Cultural direciona-nos à compreensão de como a história oral se materializa, a partir de sua prática. Segundo Portelli (2001),

[...] uma entrevista da história oral tende a ser uma história não contada, ainda que largamente recheada de episódios relatados duas vezes; e o falante tende a lutar pela melhor opção possível. A novidade da situação e o esforço da dicção acentuam uma característica de todo discurso oral: a de ser um “texto” em elaboração, que inclui seus próprios esboços, materiais preparatórios, tentativas descartadas. Haverá graduais tentativas na busca de um tema, não diferente do glissando musical, reparos à conversa e correções após o fato, quer por empenho pela exatidão, quer por eficiência pragmática; repetições incrementadas por conta de acabamento e precisão ou de efeito dramático. Esse esforço pessoal de composição na performance é sustentado pelo uso de matéria lingüística socializada (clichês, fórmulas, folclore, anedotas congeladas, lugares-comuns) e pelo exemplo de gêneros derivados de escritos (novela, autobiografia, livros de história) ou comunicação de massas. (p. 12)

Durante as entrevistas, constatamos que alguns sentiam vontade de relatar determinados fatos sobre a luta pela terra e sobre o período em que viveram no acampamento, aguardando a emissão de posse da terra. Outros entrevistados se lançavam a relatar estórias do momento presente, descrevendo com emoção a realidade atual em que viviam e os projetos futuros que almejava materializar. Uma

outra parcela dava ênfase às decepções anteriores junto às relações de trabalho coletivo e às más colheitas que realizara alguns anos atrás.

As diversas falas que se embalavam espontaneamente, desviando-se das indagações que eram lançadas, tiveram o papel de remontar um histórico de fatos desencontrados no tempo e no espaço. Sendo assim, tínhamos o trabalho de estabelecer conexões entre as falas, de modo que a compreensão sobre os modos de vida fosse um dos objetivos principais em colar fatos e interpretar visões de mundo. Por este trabalho foi possível compreender que a história oral não se inicia na oralidade ou nela se esgota, pois

A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião; conhecemos mesmo as vidas de nossos parentes mais próximos por fragmentos, repetições, por ouvir dizer. Muitas histórias ou anedotas podem ter sido contadas inúmeras vezes no interior de um círculo restrito, mas a história total dificilmente terá sido contada em seqüência, como um todo coerente e organizado. (PORTELLI, 2001, p. 11)

As entrevistas nem sempre se seguem de acordo com a ordem proposta de indagações. Essa é uma premissa que deve ser explorada em campo, junto aos entrevistados, pois, manifestando-se espontaneamente, eles tendem a nos falar de suas experiência vivenciadas sobre certos acontecimentos. Logo, a postura do pesquisador diante das variáveis da espontaneidade de seus dialogadores é de aceitar o desvio provocado pela circunstância e ingressar nela sem querer ordená-la de acordo com o seu interesse.

A sistematização das falas coletadas e sua interpretação deve-se realizar após o momento de entrevista. Talvez a proposta de traçar um diálogo retilíneo, que se enquadre às intenções do entrevistador, fique em segundo plano. Em primeiro lugar, devem estar os anseios daquele que fala e se abre ao pesquisador.

Sentindo-se importantes, os sujeitos da pesquisa produziam e conduziam o diálogo por assuntos que eles mesmos consideravam significantes. Se queriam falar

do acampamento, sentiam-se à vontade. Se achavam importante comentar as brigas entre vizinhos, deixávamos à vontade para falarem. Se desejavam não dizer nada, cabia a nós respeitar e aguardar o momento em que pudessem nos receber novamente em suas casas e dialogar conosco.

As imprevistos exigiram “jogo de cintura”, para não nos perdermos em desvios a que os próprios entrevistados nos conduziam, por nem sempre responderem às perguntas de acordo com o que estávamos interessados. Na verdade, não criamos a expectativa de escutar respostas prontas, previsíveis pela intuição. Caso fossem indagados a respeito da Associação de Produtores Rurais do Assentamento, alguns tendiam a falar de suas ações individuais, por não se engajarem, efetivamente, em trabalhos associativos. Outros relatavam alguns trabalhos coletivos que, para eles foram importantes, não se remetendo a práticas coletivas do presente, mesmo que essas ocorressem. É nesse sentido que se encontraram desvios e respostas os mais diversos. Mas nem sempre era necessário indagá-los para que relatassem fatos e demonstrassem suas opiniões.

Não nos preocupamos em dar ênfase às histórias de vida, como se recorrêssemos à autobiografia daqueles que relatavam. A preocupação foi centrada nas experiências individuais de cada pessoa entrevistada, visto que, ao analisarmos o método da história oral, em consonância com sua prática, compreendemos que história oral não é sinônimo de história de vida pois, como afirma Freitas,

A História Oral também não é sinônimo de história de vida. História de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita – que define a autobiografia – está ausente. Na história de vida é feita a reconstituição do passado, efetuada pelo próprio indivíduo sobre o próprio indivíduo. Este relato – que não é necessariamente conduzido pelo pesquisador – pode abranger a totalidade da existência do informante. (FREITAS, 2002, p. 21)

As entrevistas tiveram enfoques temáticos, não se reportando, exclusivamente, à história de vida como um conteúdo total, para depois recortarmos

partes das falas que correspondessem aos temas abordados. Dentre os enfoques dados, remetemos aos seguintes temas: trajetórias e experiências antes do assentamento; história de luta pela terra; atividades geradoras de renda; trabalho familiar; trabalhos coletivos no assentamento; relações de vizinhança; práticas de lazer; engajamento em grupos de trabalho e religião; e relações com a cidade.

Nem sempre os relatos puderam ser conduzidos por uma ordem estabelecida pois, nas falas dos entrevistados, era possível ir direcionando as idéias para se falar de determinados assuntos, por meio de sugestões e indagações. Em alguns casos essa ação não era possível, já que a vontade de falar sobre si e opinar sobre os outros era espontânea, na manifestação dos sujeitos da pesquisa. Diante desta circunstância, cabia-nos concordar, discordar ou mesmo não opinar, pois éramos convidados a participar do diálogo. Percebeu-se, então, que a participação do pesquisador no diálogo, demonstrando enriquecer-se com a experiência do outro, motiva este a relatar, por horas e horas, suas experiências de vida.

Na História Oral é eminente a participação do pesquisador no diálogo. De acordo com Portelli (1997),

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (p. 17)

A proximidade que se estabelece, pelo diálogo com os entrevistados, não pode determinar a visão do geógrafo em tomar como correta apenas uma única visão relatada. Para isso, o pesquisador nem sempre tem a obrigação de concordar com as opiniões que são expostas na conversação. As reações em contrário àquilo que é relatado podem direcionar uma nova perspectiva do diálogo e enriquecer a

entrevista com visões que não seriam postas em jogo, caso não tivessem sido questionadas.

As experiências que os entrevistados viveram e vivem no lugar, mediante a participação no coletivo, são carregadas de visões individuais que discordam ou concordam com os outros que pertencem ao seu mundo vivido. De acordo com Freitas (2002),

Para alguns historiadores tradicionais, os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual que, às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, em história oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou. Por outro lado, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em História Oral é saber porque o entrevistado foi seletivo ou omissivo, pois esta seletividade tem o seu significado. Além disso, a noção de que o documento escrito possui um valor hierárquico superior a outros tipos de fontes vem sendo sistematicamente contestado [...] (p. 69)

A prática da História Oral converge para o encontro de histórias diversas, que devem ser postas em análise e confronto com aquilo que é observado e descrito. Desse modo, realizar entrevistas não é uma tarefa simples, que se resume às respostas que são dadas à indagação dos pesquisadores. Aquele que entrevista age e reage no cotidiano, adotando uma posição de determinação e ordenação do diálogo por meio da visão pré-conceitual daquilo que se pretende dialogar. Pela História Oral tem-se a oportunidade de questionar não somente a entrevista em si, mas analisar a postura dos sujeitos que estão entre os instrumentos de registro das falas.

O método da História Oral apenas inicia a produção de informações que resvalam na oralidade, sendo que a entrevista é somente uma das técnicas nesse processo, assim como a transcrição das falas, a interpretação, a análise da ação e reação dos sujeitos da pesquisa, a leitura de informações escritas em comparação aos relatos. De um modo geral, a História Oral e a etnografia apresentam abordagens complexas que em nada se assemelham à simples semântica de seus

termos. São métodos importantes para a pesquisa em Geografia Cultural, possibilitando o acesso ao sujeito pesquisado por vários ângulos de visão que conduzem à compreensão do ser enquanto ser, sem recortá-lo pela visão do homem como sendo político, econômico, consumista, religioso ou cultural.

2.2. Os modos de vida das famílias moradoras no Projeto de Assentamento Divisa

Os estudos dos modos de vida, em Geografia, têm-se desenvolvido, mais especificamente, nas últimas três décadas, com a evolução da vertente humanística cultural. As pesquisas sobre modos de vida têm se preocupado com as práticas cotidianas, representações, costumes e tradições.

Tentando buscar uma metodologia de investigação que nos permita analisar, cientificamente, os modos de vida das famílias do Projeto de Assentamento Divisa, apoiamo-nos em duas perspectivas sobre o estudo do tema. A primeira se refere à abordagem que a Sociologia tem dado ao tema, cujas vertentes investigativas têm-se aproximado, significativamente, da Geografia Cultural. A outra perspectiva se refere à abordagem que a própria Geografia Cultural tem dado aos modos de vida, por meio de trabalhos que enfocam o espaço local, desenvolvida a partir de teses e dissertações que têm sido produzidas nesta vertente geográfica.

Na Sociologia, o tema modos de vida foi largamente discutido, na década de 1980, como sendo um tema unificador dos estudos sobre as condições de vida das classes trabalhadoras. As discussões sobre o tema, nessa década, devem-se às contribuições importantes da sociologia francesa a respeito de estudos que tratam das condições de vida das famílias operárias urbanas. A publicação do Réseau

Modes de Vie, em 1984, introduziu questionamentos importantes sobre as pesquisas que enfatizavam as condições de vida das famílias de classes tabalhadoras. Analisando os apontamentos do Réseau Modes de Vie (1984), Lobo (1992) afirma que

Francis Godard aponta “o dilema da sociologia dos modos de vida, dividida entre uma abordagem da vida cotidiana próxima à antropologia cultural e os conteúdos sócio-econômicos e sócio políticos do processo de produção dos objetos urbanos”. (p. 8)

Para a Sociologia, é um momento de repensar os estudos que são realizados em torno das condições de vida. São postas em questionamento as abordagens políticas e institucionais que direcionavam o estudo sobre as condições de vida das classes operárias, em contraposição às práticas cotidianas. Essa última vertente de estudos, que aborda o cotidiano, tem direcionado as pesquisas que tratam dos modos de vida, como nos aponta Lobo (1992): “A novidade que a tematização dos modos de vida pode instaurar reside muito no que Godard identifica como uma aproximação entre sociologia dos modos de vida e antropologia cultural.” (p. 11)

A reemergência dos estudos sobre modos de vida, com ênfase nos aspectos culturais, surge como fruto de mudanças filosóficas próprias do contexto evolutivo da Sociologia e também de outras áreas do saber das Ciências Humanas, como a Geografia Humanística Cultural. Nessa perspectiva, Lobo (1992) entende que

[...] a temática dos modos de vida é vista como resultante do “declínio” do estruturalismo e, será preciso acrescentar, do marxismo estruturalista. Por outro lado ela se insere no contexto da atomização dos conceitos totalizantes e dos sistemas abrangentes. (p. 11)

Compreendemos, a partir do trecho anterior, que é necessária a análise do conteúdo dos modos de vida a partir de um conceito aberto, que não se enquadre perfeitamente a um modelo padrão, mas que responda à realidade do contexto espacial-temporal investigado.

Em trabalho realizado por Fernandes (1992) sobre modos de vida, em que aborda a trajetória de duas famílias de classe trabalhadora, o caminho traçado

demonstra-nos que a família é a unidade principal de pesquisa. Analisando suas trajetórias de vida, a autora entende que a categoria trabalho é o componente que estrutura os modos de vida, pois ele dá sentido à existência, à história de luta pela sobrevivência. No caso estudado, verificou-se que o fracasso do homem, como “chefe provedor” da família, fez com que se criassem novas alternativas que permitissem à família lutar pelo direito à vida. Desse modo, o trabalho tornou-se o eixo principal que direcionou as ações dos membros familiares. Segundo Fernandes (1992),

Significante vazio, o trabalho vai adquirindo inúmeros significados que vão dando sentido à vida, ao mesmo tempo que a idealização maciça modela imaginariamente um mundo absolutamente cindido: do lado dos que se sacrificam e trabalham, alinham-se não só os trabalhadores, mas os bons pais, bons maridos, bons filhos, bons parentes, bons vizinhos e, especialmente, as boas mulheres. Daí o confronto com aqueles que estariam do outro lado, com os que, presumivelmente, não trabalham porque não querem pois são os que “não querem saber quem inventou o trabalho”, justificando a canalização de uma agressividade maciça a um outro digno de uma suspeita que já não se restringe ao papel de trabalhador pois desloca-se em cadeia ao de pai, e marido, de filho, de parente, de vizinho, de mulher de família, como também, ao de cristão e cidadão. (p. 49)

Nesse sentido, o estudo dos modos de vida está centrado na condição que estrutura a vida e dá significado às práticas sociais a partir de um contexto familiar, que, no caso citado, se refere à reprodução por meio do trabalho. As representações projetam a família para classificação daqueles com os quais ela se identifica, que são os que trabalham e que também vêm, no trabalho, uma forma de adquirir cidadania (FERNANDES, 1992), de existir para a sociedade.

O caminho traçado por Fernandes, ao abordar a família, sua trajetória de luta pela sobrevivência, desembocando no trabalho como eixo estruturador de sentido à vida, que está representado na consciência de mundo das famílias estudadas, permite-nos compreender que

É nesta síntese que reside o novo na emergência do tema dos modos de vida, especialmente nos estudos sobre classes trabalhadoras não exclusivamente voltados para as práticas político-institucionais ou para as condições e padrões de vida e indicadores sociais, mas enfatizando as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna das classes

trabalhadoras, suas representações, tanto quanto “a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência. (LOPES apud LOBO, 1992, p. 44)”

A partir dessa abordagem, a temática sobre modos de vida, em Sociologia, se desloca para o entendimento da visão do sujeito da pesquisa, com o objetivo de se compreender como ele produz sua própria existência e o que determina suas formas de agir diante daqueles com quem estabelece relações sociais. Nesse direcionamento está imbricada a importância de se recorrer à família como unidade essencial para pesquisa sobre modos de vida, bem como às estratégias que lhe garantam a sobrevivência.

Alguns estudos em Geografia Cultural apresentam uma perspectiva que também se relaciona às práticas cotidianas de grupos sociais, como eixos estruturadores da produção do espaço. Ao realizar o estudo de uma comunidade rural situada em Vazante-MG, Oliveira (2004) analisa os modos de vida a partir das práticas que a comunidade realiza no grupo a que pertence, dando ênfase ao trabalho desenvolvido na terra. Os sujeitos pesquisados são vistos como camponeses e a sua relação com a terra é analisada por meio dos aspectos relacionados aos instrumentos de trabalho e à solidariedade entre os vizinhos, que lhes permite se reproduzir enquanto camponeses. Condição esta que lhes garante a sobrevivência, a partir do trabalho na terra. Nessa perspectiva, os modos de vida são analisados a partir das práticas que permitem ao grupo se manter na terra, garantindo sua sobrevivência.

Nesse contexto, são apresentadas as estratégias que garantem a existência de práticas reprodutivas. Essas estratégias compõem os modos de vida como ações materializadas no cotidiano, que foram se modificando ao longo da história da comunidade. Tratando-os como camponeses, o autor afirma que

O seu mundo vivido é então definido pela experiência com o meio natural, pelas relações de proximidade e conhecimento que o homem dos Bagres

estabeleceu com a natureza. É o aprendizado proporcionado àquele homem pela sua experiência e ligação direta com a natureza que o faz reconhecer os seus sinais e compreender o seu próprio ciclo. Sendo o camponês o sujeito ativo da construção do seu mundo vivido, ele estabelece no lugar as relações necessárias à sua sobrevivência, definindo o seu modo de vida a partir dos ciclos da natureza que definem, por sua vez, os períodos de plantio e colheita. (p. 20.)

No entendimento de Oliveira (2004), as práticas cotidianas compõem os modos de vida do grupo estudado e se referem a um conjunto de estratégias que permitem a reprodução camponesa na comunidade, garantindo a sobrevivência das famílias a partir do trabalho na terra. Sendo assim, os apontamentos e análises em torno dos modos de vida estão centrados nas estratégias de sobrevivência das famílias na terra, cujos conhecimentos e saberes camponeses, advindos de gerações passadas, manifestam-se como práticas cotidianas antigas, que convivem com práticas modernas.

No trabalho realizado por Andrade (2007), numa comunidade rural no município de Uberlândia, os modos de vida são analisados sob a perspectiva dos meios de vida e de trabalho que se manifestam no cotidiano, como práticas sociais, e contribuem para reproduzir o lugar. Desse modo, no cotidiano se manifestam as relações comunitárias, costumes e práticas culturais que dão sentido à existência das famílias moradoras da comunidade Tenda do Moreno e que foram modificadas com a sucessão dos tempos históricos. Segundo Andrade (2007),

[...] o conjunto das práticas sócio-culturais e religiosas que faziam parte dos modos de vida e trabalho rurais, presentes na comunidade Tenda do Moreno, ainda sustenta formas de pertencimento e identidade que são manifestadas de maneira individual e coletiva entre os moradores locais, principalmente nos eventos religiosos e comunitários, incluindo-se, principalmente, a festa [...] os valores fixados pela coletividade humana são atravessados pelas imposições da sucessão de tempos históricos, o que exige a mudança nos modos de vida e trabalho. [...](p. 119)

Nesse sentido, os aspectos socioculturais são relevantes nos modos de vida, sendo estes entendidos como as relações que criam e produzem os meios de vida. Mas a produção de tais meios é possibilitada pelo conteúdo cultural de

conhecimentos e saberes ligados à terra e também pelas práticas de relações sociais, sobretudo aquelas que envolvem o coletivo, como as práticas religiosas.

A partir das análises acerca do estudo dos modos de vida, pode-se compreender que este não se resume ao estudo do trabalho ou da produção de bens materiais. Relaciona-se, sobretudo, com as práticas manifestadas no cotidiano e representações que dão sentido à vida e contribuem para reprodução do lugar. Mas as estratégias contidas nas práticas cotidianas são construídas com o passar dos tempos históricos, ou seja, possuem conteúdos elaborados em outros tempos e também no presente, que se manifestam no espaço vivido e determinam a reprodução da vida.

2.3. Trajetórias de vida e experiências desencontradas

As relações sociais estabelecidas no processo de sobrevivência, no Assentamento Divisa, são práticas que se constroem no cotidiano e nos indicam a existência de modos de vida divergentes. As famílias que ocuparam a Fazenda Divisa vieram de municípios diferentes, com experiências de trabalho as mais diversas. Foi no período de acampamento que os assentados tiveram a oportunidade de conhecer uns aos outros, mesmo que por um período muito pequeno, se comparado às suas trajetórias de vida. Poucos puderam colocar em prática suas habilidades de trabalho na terra, já que o espaço coletivo do acampamento não lhes proporcionou oportunidade para trabalharem, individualmente ou em conjunto.

Os esforços do coletivo se direcionavam para uma conquista comum, que possibilitaria outra trajetória de vida e a produção de um novo cotidiano, marcado

pelas divergências entre modos de vida. Referimos aos esforços canalizados para a conquista da terra, que possibilitaram a criação do assentamento e, conseqüentemente, a obtenção das posses de lotes de terra, onde a família se faz presente e, a partir dali, se organiza para garantir sua sobrevivência, seja dependendo da produção do cultivo da terra ou do trabalho fora dela. Sendo assim, em nossa pesquisa, o morador do assentamento tornou-se a referência para que pudéssemos analisar os modos de vida.

Durante os 12 meses do ano de 2007, realizamos cerca de 14 visitas ao assentamento, todas com duração de três ou mais dias, incluindo finais de semana. Em algumas visitas permanecemos no assentamento por um período de 10 dias, o que muito enriqueceu nossos trabalhos de observação e entrevistas.

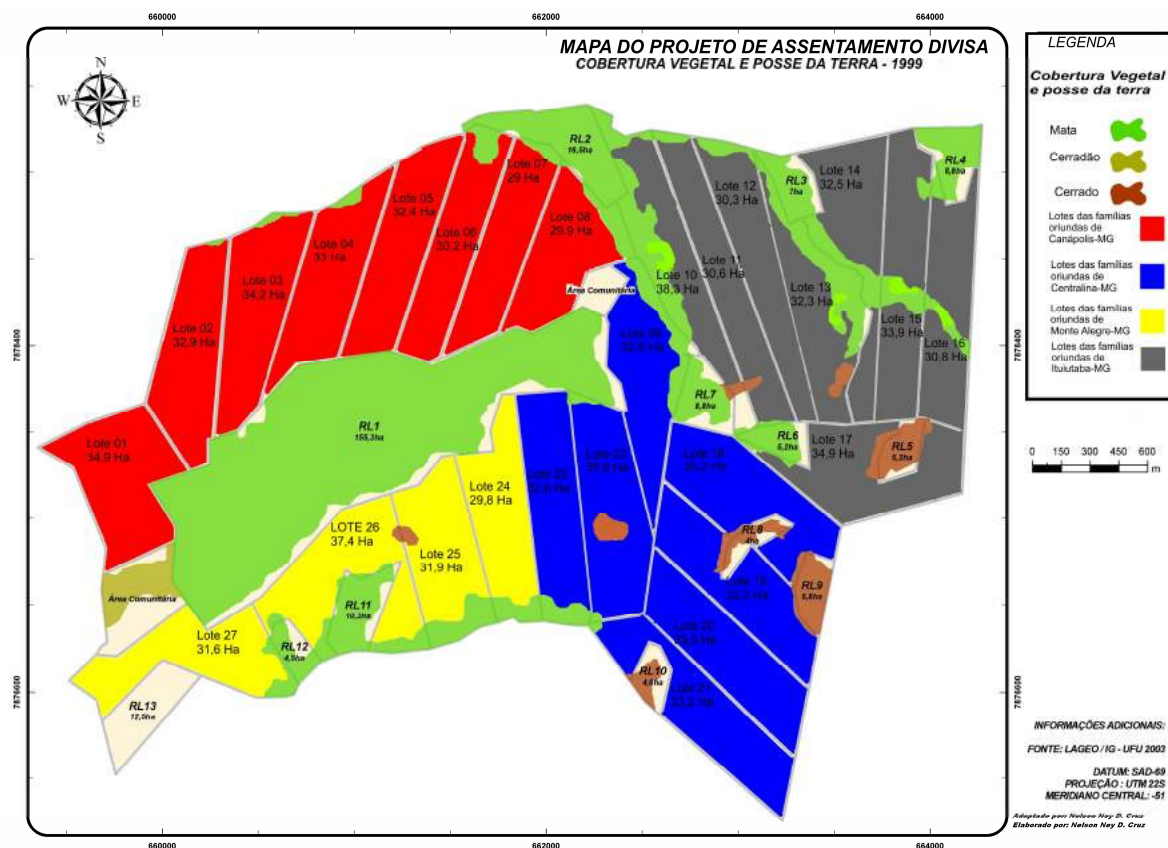
O assentamento possui 27 lotes e 22 famílias moradoras. Cinco famílias moram na cidade e, esporadicamente, visitam seus lotes no assentamento. Inicialmente, a pretensão era de entrevistar as 27 famílias, mas devido aos desencontros foi possível entrevistar apenas 25, sendo 22 moradoras e três que não moram em seus lotes.

As informações gerais acerca do assentamento, no que diz respeito à organização do movimento de luta pela terra, à resistência das famílias no acampamento, aos fatos marcantes durante a trajetória de oito anos de existência do P. A. Divisa, bem como à organização atual das famílias, foram obtidas por meio de informantes-chave. Os assentados que contribuíram enormemente para obtenção de tais informações foram o entrevistado 01, entrevistado 02, entrevistado 03 e entrevistado 04, respectivamente. Estes foram escolhidos por serem considerados, pelas famílias do assentamento, os principais articuladores da organização do movimento de luta pela terra, os primeiros moradores a trazerem as famílias para os

lotes, bem como serem participantes ativos dos mutirões, festas e reuniões coletivas. Dentre eles, o entrevistado 3 é o presidente de uma das associações dos produtores rurais do assentamento.

Em nossa primeira visita, realizada no mês de janeiro de 2007, informamos a respeito da trajetória de luta pela terra. Tínhamos o objetivo de confirmar fatos e dados já conhecidos e obter novas informações a que não tivemos acesso, durante os diálogos com o entrevistado 01.

Para analisar os modos de vida, decidimos iniciar pela trajetória das famílias assentadas, tomando como referência as suas origens de município. As origens referem-se ao município ao qual residiam antes de se tornarem assentadas. Não nos preocupamos em conhecer a naturalidade dos membros de cada família, pois o importante foi obter informações acerca de suas experiências de vida e a motivação que as conduziram para a luta pela terra, ou seja, o que as motivou a lutar em busca de terras, por meio da Reforma Agrária. Com tais informações foi possível diagnosticar, inicialmente, que a origem das famílias indicava trajetórias e experiências desencontradas espacialmente. Esses desencontros são manifestados com a organização delas no assentamento, que se estrutura pela proximidade de lotes entre famílias de um mesmo município de origem. O mapa 3 representa a posse no assentamento e nos permite localizar as famílias em seus lotes e perceber como foi configurada a posse das terras, apresentando claramente a divisão entre famílias de municípios diferentes.



Mapa 3 – Divisão em lotes do Projeto de Assentamento Divisa e localização das famílias oriundas de um mesmo município.

Observando o mapa 3, pode-se perceber que, durante o parcelamento, houve o agrupamento de famílias de um mesmo município em lotes próximos uns dos outros. Dois fatores podem ser considerados essenciais para o agrupamento das famílias: a proximidade, relacionada à origem de município, e as relações de parentesco. De acordo com os informantes-chave, as famílias moradoras dos lotes 01, 02 e 03 possuem parentesco entre si. Os moradores dos lotes 18 e 22 são parentes e os dos lotes 11 e 12 também possuem grau de parentesco. Os titulares dos lotes 07 e 08 também são da mesma família.

Podemos afirmar que esses dois fatores apontam para o entendimento de que o período de experiência que vivenciaram juntos no acampamento não produziu relações de vizinhança que pudessem despertar, nas famílias assentadas, a necessidade espontânea de aproximar-se daquelas com que mantiveram laços de amizade, no período de luta pela terra, já que a escolha dos lotes não foi por sorteio ou por determinação do INCRA, mas pela decisão autônoma das famílias.

Desde o início da criação do Projeto de Assentamento, nem todos os beneficiários moravam em seus lotes, com suas famílias. De acordo com um relatório da associação do assentamento, enviada ao INCRA no mês de agosto de 2001, a ocupação dos lotes pelas famílias e sua permanência na terra encontravam-se da seguinte maneira:

SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES DO P. A. DIVISA NO ANO DE 2001		
Nº DO LOTE	MORA NO LOTE?	
	Sim ou Não?	Se não, por quê?
07	NÃO	Mora e trabalha na cidade
20	NÃO	Mora e Trabalha na cidade
23	SIM	
15	NÃO	Desistiu do Lote

continuação		
06	SIM	
22	SIM	
18	SIM	
25	NÃO	Mora e Trabalha na cidade
16	NÃO	Mora e trabalha na cidade
09	SIM	Pres. Do STR Centralina mas ainda não trouxe família
08	NÃO	Pres. Do STR de Canápolis e Vereador
24	NÃO	É presidente do SRT de Monte Alegre de Minas e trabalha lá
11	SIM	
02	SIM	Mas ainda não trouxe família
14	SIM	Mas ainda não trouxe família
13	NÃO	Mora e trabalha na cidade
12	SIM	Ainda não trouxe família
21	NÃO	Mora e trabalha na cidade
10	SIM	
03	SIM	
17	NÃO	Desistiu do lote
05	SIM	
26	SIM	
27	NÃO	Mora e trabalha na cidade
04	SIM	Ainda não trouxe a família
01	SIM	
19	SIM	

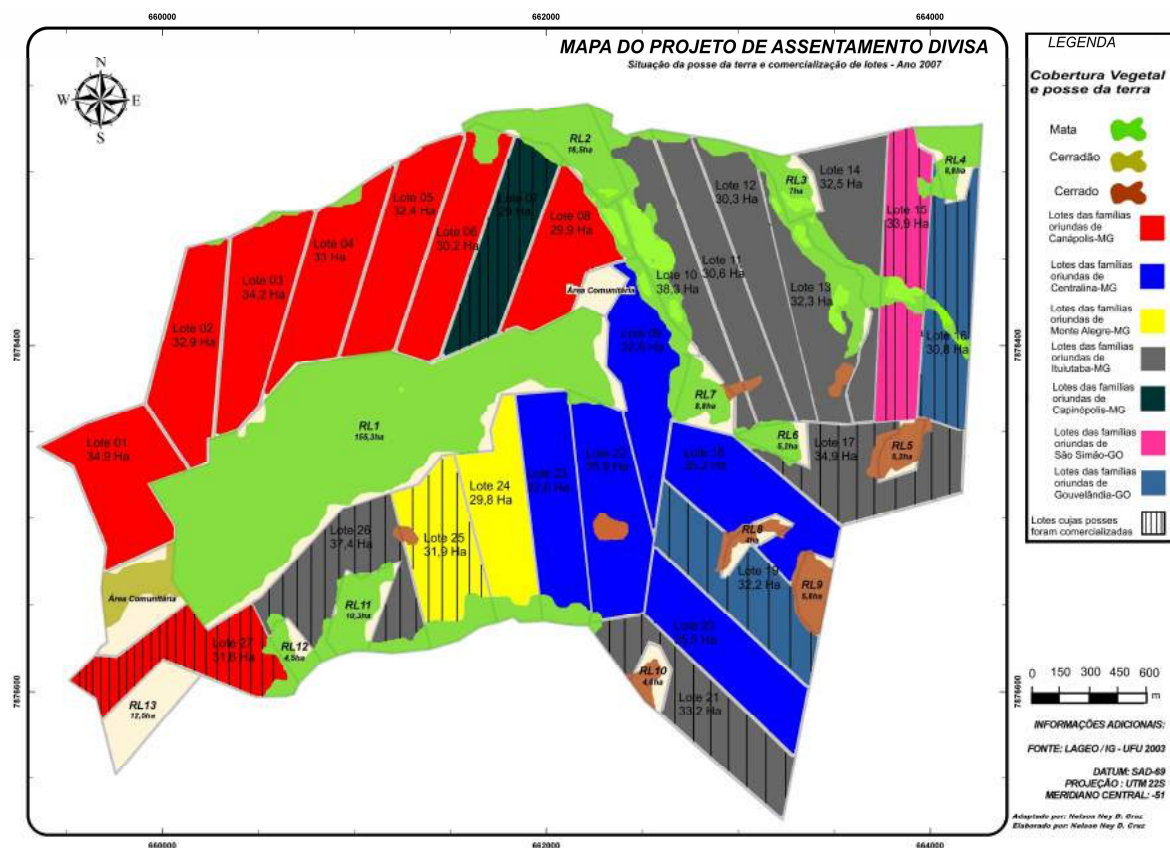
Quadro 1: Relação de lotes que possuíam moradores no ano de 2001.
Organizador: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.

A configuração de posse da terra e de moradia das famílias, no assentamento, foi sendo alterada e novos sujeitos se incorporaram ao grupo de moradores. Algumas famílias comercializaram as posses conquistadas, ficando

inadimplentes perante o Governo e o banco¹⁷ que lhes concedeu financiamento para construção de infra-estrutura no lote e para produção. Desse modo, um novo mapa de posse e uso dos lotes foi constituído a partir da primeira venda de lote no assentamento, ocorrida em 2004. Neste ano, o lote de número 26 foi comercializado e, a partir desta data, oito lotes também foram vendidos. Essa prática promoveu um novo reordenamento no mapa de organização da posse da terra, bem como no número de moradores do assentamento.

Em 2007, o assentamento era composto por famílias assentadas no projeto original, famílias compradoras que foram assentadas pelo INCRA e famílias compradoras que ainda não tinham a posse regularizada. O órgão gestor tem conhecimento acerca da comercialização de posses e, em diversos casos, tem transferido o título de posse dos antigos beneficiários para os compradores. O tamanho médio dos lotes pertencentes a cada família é de 31 Ha, resguardadas as áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais (RL). No mapa 4 apresentamos, cartograficamente, como se configura a posse da terra, que contrasta, significativamente, com aquela que existira no momento da criação do P. A. Divisa. É importante observarmos a diferença entre os dois mapas para compreender as mudanças ocorridas, sobretudo na aglomeração de famílias por municípios de origem.

¹⁷ O Banco do Brasil é o responsável em repassar o financiamento para os assentados da reforma agrária, tendo como mediador o INCRA, já que os assentados não conseguiriam financiamento, visto possuírem apenas um título de concessão de uso da terra, e não a sua propriedade.



Mapa 4 – Configuração da posse dos lotes no ano de 2007.

O mapa 4 retrata a situação em que encontramos o assentamento, no ano de nossas pesquisas, possuindo uma nova configuração de posse e moradia nos lotes, diferente daquela instaurada em 1999. Nos trabalhos de campo, consideramos a realidade atual, pois não nos interessou entrevistar aqueles que abandonaram os projetos de vida no assentamento anterior à data da pesquisa. O objetivo foi analisar os modos de vida daqueles que permanecem residindo nos lotes ou que, morando em outra localidade, possuem posse de lote e vínculos com as famílias moradoras do P. A. Divisa.

Nessa realidade, encontrada durante o ano de 2007, houve a venda do lote de número 17, que já está registrada no mapa anterior. Com a vinda dos compradores, o número daqueles que moram no assentamento, na atualidade, é de 44 adultos, 10 adolescentes e 5 crianças.

As famílias compradoras dos lotes e moradoras do assentamento passaram a integrar as organizações coletivas que já existiam no lugar. A associação dos produtores do assentamento é um exemplo de coletividade à qual os compradores se associaram. Nesse contexto, os esforços para se integrarem às relações de vizinhança foram sendo construídos por meio de experiências de vida as mais diversas, que estão desconstruídas na história do próprio assentamento, entre aqueles que integraram o movimento de luta pela terra, em 1998, e aqueles que, posteriormente vieram para a terra, por meio de compra da posse.

Podemos afirmar que os desencontros entre as famílias relacionam-se a suas origens de município, laços de parentesco e nas formas de acesso à terra. Esses fatores nos indicam que o assentamento é composto por grupos heterogêneos, não nos permitindo generalizá-los em uma categoria que os determine, enquanto grupo homogêneo. Nem mesmo é possível homogeneizar grupos menores no

assentamento, que estejam enquadrados na condição de assentados ou compradores, além de existir diferenças entre as famílias que possuem parentesco.

Para demonstrar as diversidades de experiências desconstruídas no assentamento, buscamos, junto às famílias, informações referentes às habilidades relacionadas ao trabalho, seja ele vinculado à terra ou não, que exerciam antes de conquistarem o lote. O interesse pela experiência de trabalho das famílias é importante para estabelecermos análises sobre os usos da terra no assentamento e compreendermos como o conteúdo cultural de saberes ligados à terra tem sido colocado em prática para garantir a fixação das famílias nos lotes e sua sobrevivência.

A partir de entrevistas, foi possível elaborar um quadro referente às experiências de trabalho das famílias moradoras e não moradoras do assentamento, tomando-se, como referência, o chefe-provedor da família. Classificamos como moradoras aquelas que permanecem no assentamento por mais de sete dias contínuos e que não declararam estar de férias ou passeio, durante esse período. O chefe-provedor é aqui entendido como o sujeito da família responsável em organizar a produção no lote, ser o principal trabalhador nas atividades de produção, bem como o responsável em exercer outras atividades geradoras de renda, que garantam a sobrevivência da família. Vejamos o quadro 2:

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E COMPOSIÇÃO FAMILIAR					
LOTE	EXPERIÊNCIAS	SITUAÇÃO	Nº MEMBROS DA FAMÍLIA	IDADE	ESCOLARIDADE
01	Trabalhador rural; Empregado urbano(Açougueiro)	Morador	Mora com a esposa e três filhos	45	Ensino Fundam. Incompleto
02	Trabalhador rural; Empregado urbano (Pedreiro); Pequeno Arrendatário	Morador	Morador único	65	Ensino Básico Incompleto
03	Trabalhador rural; Pequeno Arrendatário	Morador	Mora com a esposa e uma filha	42	Ensino Médio Completo
04	Trabalhador rural; Pequeno Arrendatário	Morador	Mora com a esposa		
05	Trabalhador rural;	Morador	Mora com a	68	Ensino

	Pequeno Arrendatário Comerciante		esposa		Básico Incompleto
06	Trabalhador rural; Comerciante	Não residente	----- -----	38	Ensino Médio Completo
07	Trabalhador rural em lavoura e pecuária;	Morador	Mora com a esposa e uma filha	38	Ensino Básico Incompleto
08	Diretor de Sindicato Diretor regional da FETAEMG no Triângulo Mineiro	Não residente	----- -----	47	Ensino Fundam. Incompleto
09	Trabalhador rural em lavoura; Presidente de sindicato; Pequeno Arrendatário	Morador	Mora com a esposa	46	Ensino Médio Incompleto
10	-----	Não residente	-----		
11	Trabalhador rural em lavoura e pecuária; Operador de máquinas agrícolas	Morador	Mora com a esposa e dois filhos		
12	Trabalhadora rural em lavoura	Moradora	Moradora única	78	Analfabeta
13	Trabalhador no comércio urbano	Morador	Mora com a esposa	41	Ensino Fundam. Completo
14	Raizeiro;	Não residente	-----	66	Ensino Básico Incompleto
15	Gerente de fazenda pecuária	Morador	Mora com a esposa	54	Ensino Básico Completo
16	Trabalhador rural; Pequeno produtor em terras próprias	Morador	Mora com a esposa e dois filhos	40	Ensino Fundam. Incompleto
17	-----	-----	-----		
18	Trabalhador rural em lavoura Diretor de Sindicato	Morador	Mora com a esposa	49	Ensino Básico Completo
19	Pequeno produtor em terras próprias, que possuía em outro Estado	Morador	Mora com a esposa e um filho	68	Ensino Básico Incompleto
20	Operador de máquinas agrícolas	Morador	Mora com a esposa e dois filhos	52	Ensino Básico Incompleto
21	Pequeno produtor em terras próprias, que possuía em outra região do Município	Morador	Mora com a esposa	42	Ensino Fundam. Incompleto
22	Trabalhador rural em lavouras	Morador	Morador único	33	Ensino Fundam. Completo
23	Trabalhador rural Comerciante na cidade	Morador	Mora com a esposa, o irmão e uma filha	52	Analfabeto
24	Pequeno arrendatário; Presidente de sindicato	Não residente	----- -----	47	Ensino Fundam. Completo
25	Trabalhador rural em lavoura Empregado urbano	Morador	Mora com a esposa e um filho	28	Ensino Médio Completo
26	Empregado urbano	Não residente	----- -----	40	Superior Completo

27	Trabalhador rural na lavoura e pecuária	Morador	Mora com a esposa	45	Ensino Básico Completo
----	---	---------	-------------------	----	------------------------

Quadro 1 – Experiências de trabalho dos chefes provedores das famílias. Organizador: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.

A partir da criação do assentamento, algumas famílias continuaram reproduzindo as experiências de trabalho nos lotes conquistados, enquanto outras continuaram trabalhando em empregos na cidade e até mesmo residindo no espaço urbano, onde possuíam casas.

Em nosso primeiro contato com as famílias moradoras do assentamento, foi possível coletar informações a respeito de suas motivações em vir para o assentamento, bem como a respeito dos caminhos percorridos após a conquista do lote, para que pudessem nele permanecer. Tais informações foram obtidas por meio de entrevistas que não foram transcritas na íntegra, pois no primeiro contato com os entrevistados não consideramos interessante registrar suas falas por meio de aparelho gravador. Tivemos o cuidado de não deixar constrangidas as pessoas que estavam nos recebendo pela primeira vez, para conversar sobre suas experiências. Depois que se acostumaram com nossa presença no assentamento, foi possível registrar suas histórias por meio de gravações, já que as relações de proximidade estavam fortalecidas.

No primeiro momento, utilizamos a caderneta para realizar anotações sobre os diálogos. Sendo assim, as respostas dadas aos nossos questionamentos foram sintetizadas em frases curtas e aqui serão explicitadas textualmente, acompanhadas de análises e interpretações.

As motivações em se adquirir um lote de terras são diversas e demonstram-nos os desencontros relacionados às experiências de vida das famílias assentadas, antes de virem para o assentamento, e também divergências quanto às estratégias de garantir a posse do lote.

Numa entrevista com o entrevistado 05, ele nos expôs que a necessidade de se integrar ao movimento de luta pela terra relacionava-se à sua condição de desempregado. Ele nos falou que veio para o acampamento em 1998, sendo apoiado por sua esposa, que exercia a função de secretária no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba-MG. Ele tinha receios de entrar na fazenda com os outros companheiros, por achar que seria incorreto realizar tal ato. Mas resolveu ir em frente, pois o “estar” desempregado motivou-o na busca pela terra, e para conquistar o lote seria necessário participar do acampamento.

Logo que ele nos informou sobre sua condição de desempregado, tivemos a idéia de que sua intenção era adquirir terra para trabalhar, já que alegava ter vindo para o assentamento por estar sem emprego, na cidade em que sempre morou.

Durante a entrevista ele nos relatou que, a partir da conquista do lote, ele voltou para a cidade, por ter conseguido emprego no ramo comercial, em que sempre trabalhou e no qual possuía larga experiência, exercendo a função de vendedor de peças automotivas. Morou na cidade entre os anos de 1998 e 2004, enquanto esteve empregado.

A partir da exigência do Governo de que o beneficiário do lote deve permanecer morando no assentamento, com sua família, para garantir a posse da terra, o entrevistado 05 e sua esposa iam para o assentamento nos finais de semana. Em alguns dias de reuniões com o INCRA, a sua esposa permanecia no assentamento durante os dias que fossem necessários, inclusive nos dias que o fiscal do INCRA iria visitar o lote, para certificar que a família estava residindo na terra conquistada.

Na fala do entrevistado 05, ele demonstrou não possuir experiência de trabalho na terra, quando nos relata que o seu contato com o meio rural ocorria

durante visitas que realizava em chácaras de propriedade de parentes, onde permanecia alguns dias com sua família, em busca de lazer e descanso.

Sendo assim, podemos compreender que a condição de desempregado não se relaciona à motivação em trabalhar na terra, mas sim à disponibilidade de tempo que tinha para permanecer acampado. Desse modo, analisando o seu interesse em possuir terra para produzir, nela trabalhar e garantir a reprodução familiar, bem como sua experiência de trabalho e de relações com o meio rural, percebemos que esse beneficiário carece de conhecimentos e saberes ligados à produção agrícola, bem como não possui relação de pertencimento ao meio rural, sendo esses fatores que condicionaram a sua permanência na cidade, no período de 1998 a 2004. A partir de 2004, ficando impossibilitado de continuar trabalhando como vendedor de peças na cidade, devido a problemas de saúde, o entrevistado 05 decidiu morar no assentamento com sua esposa, deixando sua filha solteira na cidade, morando com a avó, para concluir os estudos.

No lote vizinho ao lote do entrevistado 05, encontra-se o lote de propriedade do entrevistado 06, que possui uma trajetória de vida e experiência de trabalho diferente do entrevistado 05. Na época em que conversamos com o entrevistado 05, em fevereiro de 2007, o seu lote estava à venda, já que ele pretendia mudar para a cidade, a fim de cuidar de problemas relacionados à sua saúde, que o impossibilitavam de trabalhar no lote.

O entrevistado 06 morava em uma fazenda no município de Ituiutaba-MG, antes de conquistar o lote no assentamento. Nessa fazenda ele era empregado e trabalhava com pecuária leiteira, além de plantar lavoura de milho e arroz em terras que arrendava da própria fazenda na qual era empregado. Em sua fala ele deixou claro que, apesar da experiência com a pecuária, o seu “xodó” de trabalhar na terra

é plantar lavoura. Para produzir na terra ele recorria a empréstimos junto ao Banco do Brasil, mas detestava quando os técnicos do banco opinavam a respeito de como a plantação deveria ser realizada. Na opinião do entrevistado 06, o modo de plantar que os técnicos impunham não era correto. Sendo assim, a sua experiência de trabalho na terra era mais importante que a assistência técnica e sempre acabava plantando suas lavouras do seu modo, de acordo com o seu saber.

O entrevistado 06 não participou do movimento de luta pela terra, e sua vinda para o assentamento foi possível pela desistência de um beneficiário e também pelos contatos que matinha com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba-MG. Em sua fala, percebemos que a motivação em vir para o assentamento foi de possuir terras próprias para produzir e, a partir delas, garantir sua sobrevivência, tornando-se patrão de si mesmo, pois durante toda sua vida nunca havia possuído propriedade rural.

Ao tomar posse do lote, ele trouxe sua esposa para morar com ele, sendo que seu filho único recusou-se a morar no assentamento e se mudou para a cidade de Ituiutaba-MG. Sendo assim, a principal mão-de-obra para trabalhar a terra era a dele mesmo. Relatou-nos que trabalhava muito quando veio para o assentamento, pois sentia muita vontade de cultivar suas terras e tinha muito prazer nisso. Mas ele alega que o tipo de trabalho provocou-lhe doença, deixando-o impossibilitado de executar o mesmo tempo de trabalho que realizara quando conquistou o lote.

Diante desta condição de impossibilidade para o trabalho na terra e também da dificuldade em se deslocar para a cidade a fim de se tratar, o entrevistado 06 comercializou a posse conquistada em Setembro de 2007 e se mudou, com a esposa, para a cidade de Ituiutaba-MG.

Outras experiências de vida também se fazem presentes no grupo de famílias assentadas oriundas de Ituiutaba-MG, de lotes vizinhos ao do entrevistado 05 e do entrevistado 06. Tomemos como exemplo a experiência de trabalho do entrevistado 07. Ele mora sozinho no lote, já que seu cônjuge reside na cidade por motivo de doença, pois com frequência depende de atendimento médico-hospitalar.

O entrevistado 07 nos relatou que sua experiência de trabalho, pouco antes de se tornar assentada, era de lavadeira. Em épocas mais antigas, quando era mais jovem e possuía maior vigor físico, ela costumava trabalhar como bóia-fria em diversas lavouras dos municípios da região do Triângulo Mineiro. A motivação em possuir terra foi sustentada pela necessidade de ter um “cantinho” para descansar, cultivar algumas plantas e criar alguns animais.

A sua relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba-MG, em que era suplente de um cargo que não soube explicar qual era, possibilitou-lhe o contato com o movimento de luta pela terra e sua vinda para o assentamento, desde a época do acampamento. Segundo ela, o seu papel no acampamento era o de cozinheira e, por ser mais idosa que os outros participantes do movimento, passou a ser conhecida como “vó”.

Em sua fala, podemos interpretar que a perspectiva de produzir para geração de renda e sobrevivência não é a motivação principal ou mesmo a proposta central de possuir terras. Utilizando-se de sua aposentadoria, a “vó” costuma pagar algumas pessoas para realizar os trabalhos que ela não consegue, já que as limitações do físico, em função de sua idade, a impedem de realizar esforços maiores. Sendo assim, afirmou-nos, com saudosismo, que gostaria de ter quarenta anos de idade para poder esforçar-se mais intensamente no trabalho na terra.

Ao lado de sua propriedade, mora o seu neto, entrevistado 08, que a ajuda nos trabalhos do lote e também é beneficiário da Reforma Agrária. O entrevistado 08 morava em Ituiutaba-MG, antes de vir para o assentamento com sua família, composta por dois filhos pequenos e sua esposa. Como nos relatou, a vinda para o assentamento foi a possibilidade de se tornar patrão de si mesmo, pois não gosta de trabalhar de empregado para ninguém. Sua experiência de trabalho foi a de vaqueiro, bóia-fria em lavouras de abacaxi, mecânico de automóveis, tratorista, marceneiro e borracheiro. Essas profissões foram sendo exercidas alternadamente, de acordo com as circunstâncias vivenciadas ao longo de sua experiência de vida.

Para ele, a experiência de morar no assentamento, principalmente nos primeiros anos após a conquista da terra, foi bastante difícil, já que sentiu falta das “regalias” que possuía na cidade, como o uso da televisão e demais comodidades que sua casa possuía. No assentamento, não havia energia elétrica nas casas dos lotes e os aparelhos eletro-eletrônicos não puderam ser utilizados por um bom tempo, pois a instalação de energia elétrica ocorreu no mês de dezembro do ano de 2005, seis anos após a criação do P. A. Divisa.

Semelhante à experiência do entrevistado 08, tem-se a experiência do entrevistado 09. Durante nossos diálogos, ele afirmou que decidiu lutar pela terra para que fosse patrão de si mesmo. Porém, as experiências de trabalho demonstram que as suas estratégias de geração de renda e garantia de sobrevivência dependiam das habilidades como bóia-fria, empregado nas lavouras de cana, algodão e feijão, diferenciando-se da trajetória do entrevistado 08.

Antes de vir para o assentamento, o entrevistado 09 era o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de um dos municípios de origem das famílias assentadas e articulador do movimento de luta, juntamente com os demais dirigentes dos

sindicatos. Apesar de ter contribuído intelectualmente, com outros grupos de luta, para obtenção de terra na região, tinha receios em participar do acampamento. A violência que existia na repressão de movimentos sociais deixava-o preocupado. Mas a dificuldade em conseguir emprego como bóia-fria, devido ao aumento da utilização de máquinas nas lavouras, impulsionou-o a conquistar a terra, para construir outra possibilidade de geração de renda.

Mas, em sua visão, seria arriscado tornar-se um beneficiário de terras, pois as dificuldades em se manter no lote poderiam criar uma condição de vida pior do que aquela que levava na cidade. Apesar das incertezas e preocupações, resolveu arriscar e ingressou no grupo que participou da primeira ocupação da fazenda. Quando foram retirados, pela primeira vez, da fazenda, por pressão da Polícia Militar, o entrevistado 09 pensou em desistir. Porém, achou que seria vergonhoso voltar para sua cidade sem nenhuma conquista, já que muitas pessoas o criticavam pela atitude de participar da luta pela terra, dizendo que aquilo não ia dar em nada.

Após a criação do assentamento, trouxe sua esposa e um dos filhos. Houve resistência por parte da esposa em vir morar no assentamento pois, desconhecendo o processo de Reforma Agrária, ela acreditava que o movimento havia “roubado terras”. Mas, ao tomar conhecimento dos trâmites legais, a partir de conversas com o esposo e demais pessoas do assentamento, ficou mais tranqüila e veio morar com seu esposo, sem o receio de que estaria “roubando terras”.

Esse mesmo receio também se manifestou na fala de outro assentado, quando ele nos relatou, brevemente, sua experiência de vida em Centralina-MG e suas experiências de trabalho. O entrevistado 10 trabalhava como bóia-fria e arrendatário, em seu município de moradia. Residindo na cidade, sua fonte de renda advinha de trabalhos como empregado nas lavouras de algodão, tomate e cana.

Como arrendatário de pequenas glebas de terra, costumava cultivar arroz e hortaliças.

A possibilidade de adquirir terras próprias para produzir e dela tirar o sustento foi anunciada pelo Sindicato, no qual era suplente de um cargo que não soube especificar. Quando resolveu vir para o assentamento, foi criticado pela própria família, inclusive pela esposa que, receosa com o processo de aquisição de terras, desejou que o marido não participasse do movimento. Mesmo diante das oposições e críticas, o entrevistado 10 resolveu participar do grupo que ocupou a fazenda.

Ele imaginava que as terras que iriam receber, denominadas improdutivas, eram terras cheias de “mato”, que deveriam ser desbravadas pelo desmatamento. Terras que não haviam sido utilizadas para plantio ou pecuária. Essa sua representação foi modificada quando chegaram à fazenda Divisa. Segundo ele, o sonho de ter a terra não correspondia ao que pensava. Pensou em plantar diversas lavouras, tendo como atividade principal a produção de hortaliça. Mas, depois que recebeu a posse da terra, percebeu que havia diversos empecilhos que o impediam de concretizar o seu sonho.

A sua principal motivação em possuir terra era de que as suas habilidades em plantar e colher poderiam ser colocadas em prática, na condição de proprietário de terra, e não de empregado ou arrendatário. Um fator que ele considerava importante para o trabalho é que possuiria mão-de-obra suficiente a partir dos membros de sua família.

Apesar de sua esposa ter-se preocupado com sua participação na luta pela terra, ela resolveu vir morar e trabalhar no assentamento, juntamente com dois filhos, com idades de 23 e 27 anos, e uma filha, de 21 anos. Atualmente, apenas a filha e a esposa moram e trabalham no lote com o entrevistado 10, pois os dois

filhos se mudaram para cidade de Centralina-MG, em busca de novas perspectivas de trabalho.

No lote vizinho ao de propriedade do entrevistado 10, localiza-se o lote do entrevistado 11, que reside na cidade e é diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Monte Alegre. Quando se criou o assentamento, o entrevistado 11 não trouxe a sua família para ali residir; apenas um dos filhos morava em seu lote e ali trabalhava. Mas a possibilidade de trabalhar na cidade como técnico agrícola foi mais sedutora para o filho, que abandonou o lote e voltou para Monte Alegre.

O entrevistado 11 visita o assentamento esporadicamente, mas pretende ir morar, definitivamente, em seu lote, pois em sua fala ele deixou claro que possui vocação para o trabalho na terra e esta condição o atrai para o meio rural. Segundo ele, já morou em fazenda e trabalhou com pecuária leiteira e plantação de abacaxi. Atualmente, possui chácara próxima à cidade de Monte Alegre, onde cultiva lavouras de abacaxi.

O lote também é utilizado para produzir leite. Como não mora no lote, teve que trazer outro filho para morar no assentamento. Sendo assim, comprou o lote vizinho para a família de seu filho, de modo que esta ficou encarregada de trabalhar nos dois lotes.

O entrevistado 11 é, atualmente, o único beneficiário de terras oriundo de Monte Alegre que participou do projeto original de criação do assentamento. Todos os outros beneficiários do mesmo município de origem dele já comercializaram suas posses.

No grupo de lotes pertencentes às famílias oriundas de Canápolis-MG, apenas uma família deixou o assentamento e comercializou a posse. Mas, apesar

de se manterem na terra, os desencontros também se fazem presentes nas experiências de vida das famílias.

Tomando-se como referência dois assentados que possuem grau de parentesco, foi possível perceber que as diferenças também existem entre os próprios grupos familiares. O entrevistado 03 é filho do entrevistado 01, que tem 65 anos. Os dois integraram-se ao movimento de luta pelo lote motivados pela esperança de se tornarem proprietários de terra, de modo que deixassem a condição de pequenos arrendatários. Suas experiências de trabalho estão intimamente ligadas pois, segundo o entrevistado 03, ele sempre trabalhou como arrendatário de terras, formando lavouras de abacaxi, no município de Canápolis, além de ser produtor de pimentas e hortaliças e realizar trabalhos como bóia-fria nas lavouras de abacaxi. O seu pai também plantava abacaxi em terras alheias, que se localizavam na mesma propriedade arrendada pelo seu filho. A motivação em possuir terras, para os dois assentados, está relacionada à possibilidade de se reproduzirem socialmente, sem o impedimento de não serem donos do próprio “chão”. Refere-se à possibilidade de adquirir autonomia, enquanto produtor rural.

É o anúncio de uma nova vida para a família, sendo a terra uma conquista que sempre sonharam, mas nunca tiveram a oportunidade de possuir. Mas a trajetória dos dois apresenta diferenças importantes, pois apenas um deles conseguiu trazer a família para morar no assentamento. O entrevistado 01 não conseguiu trazer mulher e filhos, já que estes não se interessaram em mudar para o assentamento. Alguns anos antes de o entrevistado 01 se tornar assentado da Reforma Agrária, sua família morava na cidade de Uberlândia-MG, enquanto ele residia na cidade de Canápolis, com sua filha, que atualmente é beneficiária do lote nº 01.

O entrevistado 03 conseguiu trazer a esposa e suas duas filhas, apesar das preocupações de sua mulher em relação ao assentamento, pois ela tinha receios quanto à legitimidade da terra conquistada por seu esposo. Além das críticas da própria esposa, o entrevistado 03 teve que enfrentar críticas advindas de pessoas amigas da família, que moravam na cidade de Canápolis, principalmente daquelas que eram mais próximas de sua família, por participarem juntas de trabalhos religiosos, na Igreja Católica da cidade.

No grupo de famílias assentadas do município de Canápolis, o entrevistado 12, com 71 anos de idade, também almejou ter terras próprias para cultivar. Ele morava na cidade e trabalhava como comerciante e pequeno produtor de abacaxi e arroz, em terras arrendadas. A terra que possui hoje é a realização de um sonho que sempre desejou concretizar. Mas alguns problemas de saúde têm impossibilitado o entrevistado 12 de trabalhar na terra. Sendo assim, é a sua aposentadoria e a da esposa que têm permitido aos dois permanecerem residindo no assentamento.

As experiências de trabalho e trajetórias das famílias assentadas convergem para uma experiência comum, que foi a luta pela terra. Porém, os desencontros ficam evidentes quando analisamos as experiências das famílias, antes de virem para o assentamento e depois de conquistarem a terra. O objetivo foi refletir acerca de algumas experiências de vida para percebermos, com maior pontualidade, a diversidade das experiências que nos indicam a existência de modos de vida divergentes.

Tendo-se consciência de que nem todos os moradores do assentamento participaram da luta pela terra, torna-se importante acrescentarmos, às nossas análises, a trajetória daqueles que não participaram do movimento, no ano de 1998. Referimo-nos aos compradores de posses que vieram para o assentamento, a partir

do ano de 2004. Dentre nove compradores, elegemos quatro para expormos e analisarmos suas experiências.

O entrevistado 13 reside no lote com sua esposa, entrevistado 14. Antes de virem para o assentamento, eles moravam no município de São Simão-GO, trabalhando e residindo em uma fazenda de pecuária de corte. A sua experiência de trabalho sempre esteve ligada a fazendas, pois, como ele nos relatou, sua carteira de trabalho foi assinada durante vinte e cinco anos apenas em três fazendas, onde exerceu o cargo de gerente.

De acordo com sua fala, a vinda para o assentamento foi motivada pela oportunidade de comprar terras a preço baixo, já que, em sua região de origem, não conseguiria comprar a mesma extensão de terras de propriedades equivalentes ao tamanho dos lotes do assentamento Divisa. Sua preocupação, ao comprar lotes da Reforma Agrária, era de que a terra poderia estar irregular quanto à documentação de título de posse ou de propriedade. Por má sorte, comprou o lote com a cerca de divisa alterada, o que lhe causou transtorno e desgaste com o vizinho, também comprador de lote.

Apesar dos inconvenientes gerados pela irregularidade da cerca de divisa, o entrevistado 13 nos afirmou que concretizou um dos sonhos. A sua preocupação em possuir terra também se relacionava às dificuldades em conseguir trabalho. Segundo ele, sua idade, 54 anos, é um empecilho para ser contratado como gerente de fazenda. Sendo assim, possuir terra é uma condição importante para reproduzir a sobrevivência, visto que a condição de proprietário rural lhe permite trabalhar a terra do seu jeito.

Outro comprador de lote, que viu no assentamento a possibilidade de comprar terras baratas, foi o entrevistado 15. Pequeno produtor rural, ele era proprietário de

um sítio no município de Gouvelândia-GO. Devido ao avanço da plantação de cana-de-açúcar nas terras do município, a produção de leite e sua comercialização estavam sendo comprometidas. Desse modo, a alternativa foi vender o seu sítio, que tinha aproximadamente 10 hectares de extensão, e comprar outra propriedade rural, para continuar se reproduzindo a partir da produção do leite.

Objetivando possuir maior extensão de terras, resolveu comprar uma propriedade que possuísse valor inferior em relação àquela em que morava, em Goiás. O seu contato com um dos assentados, morador do P. A. Divisa, trouxe-o para o assentamento. Interessando-se pela organização produtiva do leite, que na Divisa já existia, e também pelo preço da terra, adquiriu o lote e trouxe sua esposa e o filho, que o ajudava na lida de trabalho com o gado.

O entrevistado 16 também comprou a posse da terra a partir da venda de um sítio que possuía, no município de Ituiutaba, próximo à cidade. Devido a problemas relacionados à saúde, o entrevistado 16 teve que vender sua propriedade rural para poder se manter enquanto cuidava da saúde, já que ele era o responsável em trabalhar no sítio e gerar renda familiar.

Depois que resolveu os problemas de saúde, decidiu empregar parte do seu capital na compra de terras. A partir da indicação do fazendeiro vizinho ao assentamento, o entrevistado 16 teve a oportunidade de conhecer alguns lotes que estavam à venda no assentamento Divisa. Depois de avaliar preços, qualidade da terra e infra-estrutura, escolheu o lote que possuía os critérios que estabelecera. A produção de leite e venda de queijos na cidade era a atividade que exercia no sítio em que morava, anteriormente. Sendo assim, a partir da infra-estrutura que já estava construída no lote, como currais, cercas de divisa e uma casa, ele decidiu

continuar com a atividade de produção que sempre exercera, na antiga propriedade rural.

A possibilidade de comprar terras baratas é um dos atrativos sedutores para famílias que desejam possuir uma propriedade rural. Seduzido pelo preço da terra, o entrevistado 17 decidiu adquirir sua propriedade rural no assentamento. Ele morava no município de Canápolis e era trabalhador empregado da usina de cana-de-açúcar denominada Triálcool. Trabalhava como cortador de cana, além de possuir experiências como bóia-fria, nas lavouras de abacaxi do município. Sempre desejou possuir uma propriedade rural e, quando veio para o assentamento, a sua decisão foi de trabalhar com produção de leite, pois sua experiência de vaqueiro em fazendas o havia motivado a trabalhar com gado.

Trouxe a mulher e o filho único para morarem no assentamento, mas o filho decidiu morar na cidade, porque almeja ter uma profissão que lhe possibilite ser um empregado no meio urbano. Sendo assim, o entrevistado 17 se utiliza da mão-de-obra da esposa para auxiliá-lo nas tarefas de lida com o gado.

A análise das trajetórias de vida e as experiências das famílias do assentamento demonstra-nos que existem dois grupos de famílias que se diferenciam quanto à forma de acesso aos lotes do assentamento. No primeiro grupo, estão as famílias que participaram da luta pela terra e foram cadastradas pelo INCRA, a partir da criação do assentamento. No segundo grupo, estão os compradores de lotes, sendo alguns cadastrados e outros com lotes pendentes de regularização perante o INCRA.

A organização da posse da terra, a partir da criação do assentamento, é a clara expressão de que existem diferenças entre os próprios assentados. As principais se referem às afinidades de parentesco e relações de vizinhanças, que

foram construídas em tempos passados, durante suas trajetórias e experiências de vida, a partir dos municípios de origem.

Porém, os quatro grupos que se formaram no assentamento (Mapa I), a partir de sua criação, bem como os dois grupos que se diferenciam pela forma de acesso à terra, e também os grupos que mantêm relação de parentesco não representam o esboço final dos desencontros entre as trajetórias e experiências de vida das famílias passíveis de classificação. A incorporação de novos moradores que compraram direitos de posse promoveu o desmantelamento da organização estrutural estabelecida com a divisão de lotes, criada em 1999. Sendo assim, as modificações geradas, pela vinda de novas famílias, dizem respeito à ampliação das heterogeneidades relacionadas às experiências de trabalho e à perspectiva e motivação em se possuir terras.

As experiências de trabalho vivenciadas pelas famílias, em seus municípios de origem, demonstram-nos que nem todas garantiam sua sobrevivência a partir do emprego no espaço rural, e que, para alguns, as relações com a propriedade no campo eram estritamente voltadas para o lazer e o descanso. Outros se reproduziam a partir do trabalho exercido em terras arrendadas e em determinados períodos do ano trabalhavam como bóias-frias, em lavouras da região. Outras famílias viviam a experiência da inconstância de ter ou não trabalho e, para garantir a sobrevivência, exerciam diversas atividades, como trabalhadores empregados no espaço rural e urbano. Algumas famílias compradoras de lote tiveram a oportunidade de continuar se reproduzindo a partir do trabalho na terra, possuindo uma experiência diferente das demais famílias que foram assentadas, bem como daquelas que, por meio da compra de lote, adquiriram a primeira propriedade rural.

Sendo assim, nas representações de parte dos assentados, o lote do assentamento foi o meio para se tornarem patrões de si mesmos, já que nunca tiveram a oportunidade de ter uma propriedade no campo ou algum empreendimento que lhes conferisse o título de patrão. Para outros, as suas experiências de vida, no espaço urbano, conduziram-nos à possibilidade do uso relacionado ao lazer e ao descanso, pois era desse modo que se relacionavam com o meio rural. Na concepção de outras famílias, o desejo de possuir terra relacionava-se à possibilidade de adquirir autonomia quanto ao cultivo agrícola, prosperidade e estabilidade para a sobrevivência familiar. A possibilidade de comprar terras de baixo valor atraiu os compradores de lotes, que trouxeram suas famílias para continuar se reproduzindo a partir da terra, como o faziam em seus municípios de origem.

Portanto, no assentamento, estão materializadas experiências e trajetórias de vida as mais diversas, constituídas por estratégias de sobrevivência e de garantia de reprodução familiar desencontradas no espaço e no tempo, indicando-nos que a reprodução da vida no assentamento pode ser conduzida por modos de vida divergentes.

2.4. Os usos da terra e as estratégias de geração de renda

Compreendendo que o grupo de assentados não apresenta um corpo unívoco de idéias e de formas de agir, quanto à reprodução da vida, torna-se necessário analisar as estratégias que foram adotadas pelas famílias, para que estas pudessem garantir a posse da terra, retirando ou não o sustento a partir dela.

Nem todos os assentados utilizaram seus lotes para gerar renda. Após a conquista da terra, alguns continuaram trabalhando em seus municípios de origem, para sustentar a família. A falta de recursos financeiros para investimento no lote foi um dos fatores que contribuíram para que muitas famílias não permanecessem morando no assentamento, nos primeiros anos. Sendo assim, a estratégia foi recorrer ao trabalho na cidade, manter a família lá e deixar o lote sem uso econômico. Como exemplo, podemos citar o assentado entrevistado 05, que morou na cidade com sua família de 1998 a 2004 e ali se manteve, trabalhando como vendedor de peças automotivas. O entrevistado 18 é outro exemplo que podemos mencionar. Desde a criação do assentamento, ele sempre morou na cidade, sendo que em Canápolis era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e vereador. Depois que os dois mandatos se encerraram ele se mudou para Uberaba-MG, onde trabalha como Diretor regional da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

Aqueles que decidiram morar no assentamento, com ou sem família, organizaram-se em grupos e alugaram as terras para fazendeiros vizinhos. Os lotes ainda não estavam cercados e a extensão de terras alugadas para um mesmo fazendeiro compreendia mais de um lote. O preço pago pelo uso das terras era calculado por quantidade de cabeça de gado. Também participavam dos grupos aqueles assentados que moravam na cidade e lá trabalhavam. Para estes, o lote não se tornou espaço para moradia e reprodução familiar, mas a oportunidade de complementar os ganhos salariais. Aqueles que permaneceram morando no assentamento e gerando renda a partir do aluguel das terras arriscaram-se em outras atividades econômicas, com os poucos recursos que possuíam.

O grupo de assentados oriundos de Canápolis-MG resolveu investir na produção de abacaxi, pois era nessa atividade agrícola que trabalhavam, em seu município, seja como produtores arrendatários ou trabalhadores rurais. Segundo eles, a terra era fértil para a lavoura de abacaxi e certamente teriam sucesso com essa produção. O otimismo do grupo de assentados oriundos de Canápolis motivou outras famílias assentadas a cultivarem o abacaxi em seus lotes, mesmo que elas não possuíssem experiência em cultivar essa lavoura.

Os arrendatários de Canápolis possuíam roças de abacaxi que não eram mais cultivadas, porém forneciam mudas para a formação de novas lavouras. Desse modo, para cultivar o abacaxi em seus lotes, tiveram que buscar as mudas nessas lavouras que haviam cultivado, em seus municípios. Buscaram mudas suficientes para que outros assentados, principalmente os oriundos de Ituiutaba, pudessem formar as lavouras de abacaxi.

Mas nem todos os assentados de Canápolis resolveram apostar na produção. Apenas cinco proprietários de lotes 02, 03, 04, 05 e 06 associaram-se na produção. Cada assentado plantou em seu lote, mas o trabalho foi realizado de forma coletiva, por meio de trocas de serviço. De acordo com os informantes-chave, cada assentado trabalhou nas lavouras do vizinho, de modo que recebesse em troca a mão-de-obra quando precisasse.

Esta parceria ocorreu, principalmente, no momento de plantio, quando este exige maior tempo de trabalho. Alguns dos plantadores de abacaxi também contribuíram para o plantio realizado por três assentados oriundos de Ituiutaba, que resolveram formar as lavouras em seus lotes.

Para os plantadores de Canápolis, a produção de abacaxi no assentamento representou a oportunidade de continuar desenvolvendo a cultura agrícola na qual

possuíam experiência de trabalho. Para os outros que apostaram na cultura de abacaxi, sem possuir experiência de trabalho nesse ramo de atividade, a lavoura significou a tentativa de uma nova possibilidade de geração de renda, inspirada naqueles que possuíam habilidade em trabalhar com o abacaxi e que demonstraram, para os outros assentados, que esse ramo da agricultura seria a melhor opção de geração de renda, no assentamento.

Os assentados oriundos de Monte Alegre, que possuíam experiência com a produção de abacaxi, também resolveram dar continuidade ao exercício das habilidades relacionadas ao cultivo. Suas lavouras também foram formadas a partir de mudas que possuíam em antigas roças que cultivavam, em seus municípios. Para realizar o plantio das lavouras, alguns assentados buscaram mão-de-obra em Monte Alegre. Trouxeram pessoas da própria família, que lá trabalhavam como bóias-frias nas roças de abacaxi, para realizarem mutirões de plantio, no assentamento. Dentre os oriundos de Monte Alegre, apenas os assentados dos lotes 24 e 25 produziram abacaxi.

Outro grupo coletivo foi organizado, no assentamento, a partir das famílias oriundas do município de Centralina-MG. Os assentados dos lotes nº 09, 18, 20, 22 e 23 associaram-se na produção de algodão, já que em seus municípios trabalhavam com esta cultura agrícola, fosse como arrendatários ou bóias-frias.

O sindicato dos trabalhadores rurais de Centralina forneceu apoio financeiro ao grupo, bem como maquinário para a preparação do solo. Segundo um dos assentados participantes do grupo, a mão-de-obra empregada para plantio e colheita foi remunerada em dinheiro, sendo que assentados de projetos de assentamento vizinhos da Divisa participaram do trabalho no algodão.

A comercialização do produto ocorreu com uma algodoeira localizada em Ituiutaba e, segundo o entrevistado 09, os lucros foram satisfatórios, mas o grupo decidiu não cultivar outras lavouras de algodão devido à falta de incentivos financeiros e à baixa fertilidade do solo para aquela cultura, pois a primeira lavoura exigiu enorme quantidade de insumos agrícolas.

As experiências de produção do abacaxi e do algodão não foram as únicas alternativas de geração de renda para aqueles que apostaram nessas atividades, pois a produção dessas lavouras ocorre entre um ano e um ano e meio. Nesse período, os assentados desenvolviam outros trabalhos que pudesse fornecer renda para complementar o aluguel das terras, recebido dos fazendeiros vizinhos. Algumas famílias voltavam para os municípios de origem para trabalhar como bóias-frias em períodos de colheita do algodão ou da cana. Outras eram empregadas nas fazendas vizinhas, em atividade de confinamento do gado, que duravam, geralmente, de maio a outubro.

A partir dessas estratégias de geração de renda, as famílias foram garantindo a posse da terra, entre 1999 e 2001. A partir dessa data o INCRA, em parceria com o Banco do Brasil, liberou o PRONAF (Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar), juntamente com outro recurso, para construção das casas, nos lotes. O valor do PRONAF, para investimento em produção, foi de R\$9.000,00, e o de construção de casa, apenas R\$2.000,00. A liberação desses créditos foi um “divisor de águas” para a geração de renda no assentamento, possibilitando novos usos da terra.

Para que o recurso fosse liberado, houve necessidade de se criar um projeto coletivo de produção, sendo que todos os assentados deveriam optar por um tipo de atividade agrícola.

Os resultados obtidos com a produção de abacaxi não foram satisfatórios para todos os que optaram pela atividade, principalmente para os assentados que não tinham experiência em cultivar a fruta. Estes não tiveram boas produções, pois não adubaram as plantas na época certa, obtendo baixa produtividade.

Aqueles que tinham experiência em produzir obtiveram boa produtividade, mas não alcançaram lucro suficiente para pagar os gastos de produção, já que venderam o produto por preços baixos.

Apesar de a produção de algodão ter gerado lucros, como nos afirmou o entrevistado 18, os custos de produção eram altos e a comercialização poderia ser comprometida, já que a empresa com que comercializaram a primeira produção havia desativado a sua unidade de compras, que se localizava na cidade de Ituiutaba-MG. Sendo assim, deveriam procurar outros compradores, situados mais distantes do assentamento. Essa alternativa não seria viável, conforme o entrevistado 18 no relatou, pois, segundo ele, o preço do frete diminuiria os lucros. Também nos foi informado que, durante os dois primeiros anos de moradia e trabalho na terra, não se teve o apoio de empresas de assistência técnica para as produções coletivas. A decisão em produzir abacaxi e algodão partiu de iniciativas espontâneas das famílias assentadas, já que possuíam experiência de trabalho com tais cultivos.

Diante das incertezas de geração de renda a partir das produções agrícolas que haviam experimentado no assentamento, e também da incerteza de conseguirem alugar a terra para os fazendeiros, os assentados, em conjunto com a EMATER/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), elaboraram um projeto de produção de leite, no ano de 2001, utilizando-se dos primeiros recursos de financiamento da produção, fornecidos pelo Governo Federal.

A partir do recurso financeiro de R\$9.000,00, os assentados iriam cercar suas propriedades e comprar gado leiteiro, pois o principal incentivo para trabalharem com essa atividade advinha do discurso da EMATER, de que a “vocação” da região era a de produção de leite, o que facilitaria o desenvolvimento da atividade, no assentamento.

Com os investimentos em gado leiteiro, os assentados tiveram que se mudar para seus lotes e deixar a sede da fazenda, onde moravam em barracos improvisados. O trabalho com o gado foi uma nova fase para os assentados, pois a produção de leite tornou-se uma garantia de geração de renda familiar e, conseqüentemente, o anúncio de estabilidade de trabalho e reprodução da sobrevivência, a partir da terra. A produção de leite representou uma nova fase de organização do trabalho, da moradia e das relações coletivas no assentamento. A presença da EMATER/MG, com apoio à produção, a criação de infra-estrutura para moradia nos lotes, a criação do gado leiteiro e a consolidação de relações comerciais com laticínios da cidade trouxeram esperança para as famílias que pretendiam reproduzir a vida a partir de suas terras nos lotes.

Porém, nem todos possuíam experiência em trabalhar com a criação de gado, já que as principais atividades de trabalho que foram declaradas relacionavam-se ao emprego em lavouras como bóias-frias, arrendatários em lavouras próprias ou empregados urbanos.

A infra-estrutura criada nos lotes, a partir dos recursos financeiros investidos na produção de leite, na construção de casa e poços d'água, contribuiu para valorizar os lotes e, conseqüentemente, favorecer a especulação da terra. Sendo assim, aquelas famílias que não arriscaram uma mudança de vida ou não possuíam interesse em continuar com a posse do lote comercializaram os seus direitos à terra.

As diversas atividades de geração de renda das famílias assentadas demonstram-nos que a garantia de posse da terra não está vinculada ao uso do lote para produção ou mesmo para moradia, já que diversas famílias permaneceram morando e trabalhando na cidade, sem que a terra conquistada fosse o principal meio para garantia de sobrevivência. As famílias que moravam no assentamento também tiveram que recorrer ao trabalho fora do lote, exercendo atividades temporárias em fazendas vizinhas ou em lavouras de seus municípios de origem.

Os primeiros anos após a conquista da terra foram um recomeço para as famílias assentadas, condicionados pela instabilidade de trabalho e geração de renda, bem como pelos fracassos dos primeiros investimentos nas lavouras que tinham experiência em cultivar. Para algumas famílias, foi a oportunidade de arriscar em culturas agrícolas em que não possuíam habilidades, pois acreditavam que poderiam ter sucesso, a exemplo daquelas famílias que possuíam saberes relacionados ao cultivo do abacaxi.

A formação de grupos para produção de gêneros agrícolas que eram cultivados nos municípios de origem representa o esforço das famílias em continuar reproduzindo as atividades nas quais possuíam experiência de trabalho. Mas as novas condições naturais e estruturais que as famílias receberam, como imposição social, tornaram-se barreiras à continuidade das práticas antigas, promovendo descontinuidades nas estratégias de reprodução da vida.

Sendo assim, para algumas famílias, a conquista da terra e a garantia de posse é uma tarefa que exige mudança de vida, rompimentos com práticas antigas e tentativas de novas práticas, que nem sempre resultam no sucesso desejado. Para outras famílias não foi necessário mudar de vida, já que, a partir da cidade, conseguiram administrar a posse da terra com recursos financeiros advindos do

próprio lote e também de ganhos salariais das atividades que exerciam no espaço urbano, como atualmente é o caso dos lotes nº 06, 08, 24 e 26.

A partir do projeto de produção de leite, houve mudanças significativas quanto ao uso da terra e geração de renda, a partir do lote. As famílias não mais trabalham para fazendeiros vizinhos ou em serviços temporários, em lavouras de seus municípios, com a mesma frequência de quando conquistaram o lote. Para alguns beneficiários, o aluguel das terras tornou-se uma prática para geração de renda, já que não conseguiram desenvolver a atividade de produção do leite. Outros, ainda persistem com o cultivo de lavouras do abacaxi, como é o caso de famílias oriundas de Canápolis e Monte Alegre, que possuem essa atividade como secundária e complementar à renda obtida pela produção do leite.

2.5. Práticas estruturantes da vida cotidiana

A conquista da terra, pelas famílias assentadas e pelas compradoras de lotes, projetou-as em um novo ciclo de reprodução da vida. Como se pôde compreender, houve necessidade de mudança de vida para aqueles que optaram pela empreitada de residir no assentamento. Ao tratarmos de reprodução da vida, compartilhamos com o entendimento de Lefebvre (1991) a respeito do conceito de reprodução. Ao analisar o conceito de produção, a partir das obras de Karl Marx, Lefebvre conclui que este conceito não se reduz a “um sistema filosófico (do materialismo dialético) ou a uma teoria econômica política.” (p. 37). Lefebvre (1991) compreende que

[...] o termo produção readquire um sentido amplo e vigoroso. Sentido esse que se desdobra. A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do “ser humano” por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção das relações sociais. Enfim, tomando em toda a sua amplitude, o termo envolve a reprodução. Não há apenas reprodução biológica (e conseqüente aumento

demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais. (p. 37-38)

As estratégias de reprodução da vida, a partir da terra, foram sendo construídas e reconstruídas diante dos fracassos e/ou sucessos das práticas que se inscrevem no tempo e no espaço e podem ser analisadas a partir do cotidiano. Referimo-nos à vida cotidiana das famílias assentadas, às práticas aí contidas, que se fundamentam nos esforços para garantia da reprodução existencial.

As ocupações, preocupações, trabalhos e divertimentos fazem parte do cotidiano das famílias. De acordo com Lefebvre (1991) “O cotidiano se compõe de ciclos e entra em ciclos mais largos. Os começos são recomeços e renascimentos.” (p. 11). Sendo assim, não se pode concluir que a vinda das famílias para o assentamento representou uma dissolução total de práticas cotidianas empreendidas noutros tempos e espaços. Houve tentativas de continuidade de tais práticas, a partir de um espaço “novo”, constituído de infra-estruturas e condições sócio-econômicas “novas”.

A mudança de vida a que nos referimos, anteriormente, não contradiz o entendimento de que houve tentativa de continuidade das estratégias de reprodução da vida. A mudança designa a modificação e não a supressão de práticas cotidianas, a partir das novas condições de reprodução. Tais condições se relacionam às estruturas impostas, socialmente, às famílias assentadas.

Desse modo, recorreremos ao cotidiano para verificar como as práticas se inscrevem no assentamento. O conceito de cotidiano, a partir da obra de Lefebvre (1991), é entendido da seguinte maneira:

Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns, horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. O estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da reprodução, isto é,

das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, retomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos. (p. 24)

Desse modo, recorrer ao cotidiano das famílias significa compreender, amplamente, as estratégias que são colocadas em prática para garantia de reprodução, tomando-se como referência as suas relações com a natureza, bem como a repetição de atividades que se inscrevem em tempos cíclicos ou lineares. Sendo assim, a partir do entendimento de Lefebvre (1991), o cotidiano esboça a realidade existencial do homem, que não se reproduz ausente do tempo e do espaço.

Ao analisar a vida econômica e social reconstituída na França, no início do ano de 1946, Lefebvre (1991), em seu livro intitulado “Introduction à La Critique de la vie quotidienne”, ressalta que “[...] muitos acreditavam estar construindo uma outra sociedade, enquanto trabalhavam para restabelecer, um pouco modificadas, as antigas relações sociais.” (p. 37)

Nesse sentido, cabe à sociedade o papel de transmissão das estruturas sociais, sendo o cotidiano um elemento pertencente à substância da própria sociedade. A partir da reprodução do cotidiano é que tais estruturas são transmitidas a sujeitos sociais de tempos futuros, como imposições sociais. Sendo assim, para Heller (1992), a substância da sociedade que é repassada por imposição social, podendo ser visualizada pelo cotidiano, é vista da seguinte maneira:

Essa substância é estruturada e amplamente heterogênea. As esferas heterogêneas – por exemplo, produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, etc. – encontram-se entre si na relação de primário e secundário, ou, pura e simplesmente, na mera relação de alteridade. Não existe entre as esferas nenhuma hierarquia universal [...] (p. 03)

Tais estruturas estão em constante alternância quanto à hierarquia constituída a partir das determinações mútuas, reorganizadas pela ação do homem. Sabendo que a vida cotidiana é um dos componentes da substância da sociedade e que as

demais estruturas estão em determinações mútuas, podemos afirmar que o cotidiano das famílias assentadas foi sendo reordenado e reformulado, não totalmente, frente às “novas” estruturas da sociedade que lhes foram impostas. As relações de propriedade são modificadas a partir da conquista da terra. Aquelas famílias que, antes, eram arrendatárias e/ou assalariadas, tiveram a oportunidade de obter posse de uma faixa territorial no meio rural, deixando uma condição anterior que se caracterizava pela não propriedade dos meios-de-produção.

A vida cotidiana, então, foi alterada em função das determinações mútuas entre estruturas heterogêneas. Pode-se afirmar que o cotidiano tem sido construído por novas práticas sociais reordenadas e, talvez se possa dizer, readequadas às determinações das estruturas impostas, socialmente, ao grupo de famílias beneficiárias de terras e famílias compradoras de lotes, no assentamento Divisa.

Para ampliar o entendimento acerca do cotidiano, analisamos o conceito a partir de Heller (1992). Segundo esta autora,

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. (p. 18)

Sendo a vida cotidiana um conteúdo heterogêneo, constituído por partes que estabelecem relações entre si com graus de importância variados, podemos afirmar que o conteúdo do cotidiano é estruturado por hierarquias e, indo um pouco mais além, de determinações mútuas que se alternam de forma lógica. Desse modo, o cotidiano no assentamento Divisa é ordenado por uma lógica que se fundamenta numa prática estruturante de diversas outras práticas subjacentes.

Não é possível dizer que a vida cotidiana é construída e reproduzida a partir de uma única prática social. É nesse sentido que se torna essencial falarmos de reprodução da vida, associando-a ao cotidiano. O termo reprodução nos possibilita ir

além da condição humana do trabalho, relacionado à produção de mercadorias, bens materiais. A vida cotidiana não é conduzida por esse único fim, mas se estrutura por outras ações que podem ou não ser regidas pelo trabalho.

Nesse contexto, o homem é o sujeito essencial do processo de produção da vida cotidiana, pois é capaz de organizar-se para o trabalho, a festa, o lazer e outras práticas que se repetem ciclicamente, no tempo e no espaço, garantindo a reprodução da vida. Nessa gama de opções, os seus esforços são depositados, mesmo que em graus diferenciados. Segundo Heller (1992),

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçar-los em toda sua intensidade. (p. 17-18)

A partir das análises dos autores Lefebvre (1991) e Heller (1992), compreendemos que o cotidiano é parte constituinte da história da sociedade, juntamente com outras estruturas, e que nele estão contidas práticas que apresentam uma lógica cíclica ou linear. O cotidiano também se relaciona à reprodução da vida de grupos sociais, considerando as estratégias que se manifestam nas práticas cotidianas e garantem a própria reprodução. A vida cotidiana também é estruturada por conteúdos que podem estar organizados hierarquicamente, no caso do assentamento Divisa, podemos eleger o trabalho como estruturante do cotidiano e direcionador das demais práticas cotidianas. Desse modo, analisaremos a vida cotidiana no assentamento tomando como referência as práticas que garantem a reprodução da vida.

A produção de leite, como prática agrícola dominante no assentamento, trouxe uma nova estrutura de organização do trabalho. Atualmente, todos os lotes

possuem gado leiteiro, com exceção dos lotes nº 11, nº 14 e 26. O assentado do lote nº 11 perdeu o seu rebanho alguns anos atrás, devido a problemas de má alimentação. Os lotes nº 14 e 26 pertencem a compradores que não residem no assentamento, sendo que o primeiro optou pela criação de gado de corte e o outro pela silvicultura e criação de abelhas.

A ocupação das famílias com o gado leiteiro ocorreu a partir do ano de 2001, quando muitas abandonaram as atividades agrícolas que experimentaram logo após a conquista da terra, como foi o caso da produção de abacaxi e algodão. A mudança de atividade, que ocorreu de forma generalizada, trouxe uma nova ocupação de trabalho e disciplina para as famílias, bem como uma garantia de geração de renda.

Apesar de nem todas as famílias possuírem experiências de trabalho com a criação de gado, essa atividade se tornou o principal meio de geração de renda e está organizada por uma infra-estrutura relacionada à produção e à comercialização que foi sendo construída de acordo com o seu desenvolvimento.

A infra-estrutura que um determinado lote possui, relacionado à produção, é o plantel de animais produtores de leite, currais para que se realize a ordenha, instrumentos de trabalho como cordas, baldes, bancos e latões (estes para transporte do leite), como se pode visualizar na foto 01.



Foto 1: Ordenha no lote nº 18. Aqui estão ordenhador, o rebanho e os instrumentos de trabalho utilizados durante as ordenhas, pela manhã ou pela tarde. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Março de 2007.

O período da manhã é reservado ao trabalho de ordenha. Todos os dias há necessidade de se apartar o gado, colocá-lo no curral, ordenhar o rebanho e levar o leite até o tanque de expansão. Esta é uma atividade em que não podem ocorrer atrasos ou deixar de ser realizada. Quanto mais cedo a família ordenhar o rebanho, menos risco terá de descartar o leite, devido ao aumento da acidez. Estando nessa condição química, o leite não pode ser depositado nos tanques de expansão, pois poderia comprometer a qualidade do leite de outras famílias, que também utilizam o tanque.

Sendo assim, as baixas temperaturas da madrugada ou das primeiras horas após o raiar do sol favorecem a manutenção da qualidade do leite, até que seja depositado nos tanques. É por essa razão que encontramos, logo cedo, por volta das 6:00 H. da manhã, pessoas trabalhando nos currais e realizando suas ordenhas.

Dessa maneira, o trabalho no lote com a produção do leite é uma tarefa que exige disciplina de horários e comprometimento da família para a lida com o gado. Em uma entrevista com o entrevistado 19, ele nos relatou como é o seu trabalho diário.

“Eu levanto às cinco e meia, mais ou menos, aí já tempera a ração, põe lá no coxo, depois fecha as vaca, fecha os bezerro, tira o leite, põe a ração concentrada, a ração volumosa, depois leva o leite lá no resfriador, depois volta, lava os latão. Quando é meio dia e meio, uma hora, tem que temperar mais ração, pôr pras vaca. E três e meia, tempera a ração de novo, põe no coxo, fecha as vaca, fecha os bezerro, tira o leite, tira o leite da tarde, leva no resfriador. Põe a ração volumosa pro gado, à tarde de novo, lava os latão e termina essa rotina lá pras sete horas.” (Informação verbal)¹

A lida com o gado exige uma rotina de tarefas que não se resumem à ordenha. Outros cuidados são necessários para que se garanta a produção do leite. Se não houver cuidados com a alimentação das crias, certamente haverá queda da produção e diminuição na geração de renda. Sendo assim, torna-se necessário estar próximo dos animais, bem como realizar outras atividades de manutenção do rebanho. Há que se estar ali todos os dias, para amparar a criação, fornecendo-lhe alimento no cocho para garantir a produção do leite, principalmente nos meses em que a pastagem seca e é necessário tratar dos animais a partir de rações compradas na cidade ou por meio de plantas cultivadas no próprio lote, como é o caso da cana e capins.

Em um diálogo com o entrevistado 01, ele nos relatou sobre o comprometimento que se deve ter com a criação.

“O horário aqui não tem horário para trabalhar. Porque quem trabalha com gado não tem horário, não tem dia, dia santo, feriado, essas coisas. Então, toda hora a gente tem que tá no eito. Porque na mesma hora que você não tem serviço, na mesma hora tem também. Porque o gado precisa de cuidado. Hora tem que vê se ele não tá dentro das roça, se rebentô uma cerca, se gado não tá engastaiado. Toda hora a gente tem que tá trabaiano.

¹ Entrevista concedida no mês de Setembro de 2007.

Aqui não tem hora não, nem de pegá no serviço nem de largar também.”
(Informação verbal)²

As fotos que se seguem (02 e 03) ilustram a fala do entrevistado 01. e nos apresentam animais sendo tratados em cochos, próximos à residência das famílias assentadas.



Foto 2: Bezerros sendo tratados em cocho, no lote 01. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz, Setembro, 2007.

² Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007 com o Sr. M. C., assentado do lote nº 02.



Foto 3: Vacas leiteiras sendo tratadas no lote 02. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro, 2007.

Podemos verificar que a proximidade da família com suas crias é essencial para que a produção do leite seja garantida. Desse modo, a organização do trabalho no lote é determinada pelo tempo dos animais, mas por um ritmo ditado por um tempo que podemos caracterizar como linear. Este tempo linear se refere à constância do trabalho com o gado leiteiro, da forma de lidar com as crias, de cuidar da ordenha, de alimentá-las, de apartá-las. São as práticas rotineiras que não se modificam ou se alteram, pois todos os dias o trabalho parece ser sempre o mesmo.

Mas existem modificações lentas, que pertencem a um tempo cíclico maior, que o é o tempo da natureza. A intensidade dos trabalhos com o gado leiteiro e as atividades rotineiras modificam-se em dois períodos do ano, coincidindo com as estações bem definidas do cerrado, que são o inverno seco, entre os meses de maio e outubro e o verão chuvoso, de novembro a abril. Nessas duas estações, os

trabalhos se alteram em quantidade e diversidade. A ordenha, por exemplo, no período chuvoso, é mais demorada para se realizar, já que a quantidade de leite pode aumentar devido à abundância de pastagens verdes, crescimento ou decréscimo do rebanho. No período da seca, o tempo de ordenha torna-se menor, porém outros trabalhos são acrescentados em torno da pecuária leiteira. Podemos citar a ocupação quanto ao trato dos animais, como pôde ser ilustrado nas fotos 02 e 03. Outra atividade é o corte de plantas que nascem na pastagem, em concorrência com o alimento do gado, podendo comprometê-lo.

Pode-se compreender que o trabalho com o gado exige disciplina e organização para com as tarefas que são realizadas diariamente. Estas são repetidas todos os dias, como se o trabalho fosse sempre o mesmo. Daí concluirmos que o tempo do trabalho com o gado se inscreve como uma prática cotidiana de tempo linear. Mas, por essas tarefas estarem vinculadas a um ciclo da natureza, por períodos caracterizados pela abundância e pela escassez de alimentos para o gado, respectivamente estação chuvosa e estação seca, que se alternam ao longo do ano, pode-se dizer que o tempo linear do trabalho se inscreve em um tempo cíclico maior, que exige da família capacidade de se adequar às imposições da natureza. Sendo assim, ao longo do ano, algumas práticas permanecem as mesmas, modificando-se apenas em quantidade de tempo despendido para realizá-las. Outras não se realizam, como por exemplo, o trato dado aos animais, no período chuvoso.

A partir do entendimento de que o tempo de trabalho é organizado por práticas rotineiras que se alternam ao longo das estações típicas do cerrado, torna-se importante pensar como a família no assentamento se organiza para o trabalho, não apenas na produção do leite, mas para outras práticas agrícolas, importantes para se complementar a renda familiar.

Foi possível compreender que a prática do trabalho, da produção de bens materiais, assenta-se na família, sendo esta o seu pivô de sustentação, pois ela é a principal fornecedora de mão-de-obra para realização das atividades ligadas ao trabalho. Os membros da família que mais se envolvem nos trabalhos da terra são o esposo e a esposa. Aquelas famílias que possuem crianças ou adolescentes que estejam na escola não impõem o trabalho como prioridade para os filhos. Estes, ao contribuírem como mão-de-obra na produção do leite ou nas demais atividades agrícolas, fazem-no em horários que não correspondam ao tempo destinado ao estudo.

Há uma divisão clara de tarefas no interior da família, que se organiza pelo trabalho na terra e no lar. O trabalho na terra é realizado, em sua maior parte, pelo homem provedor da família, enquanto que as tarefas domésticas são de responsabilidade da mulher. Mas nem sempre essa divisão de tarefas permanece estática, sem que esforços sejam canalizados, conjuntamente, para um mesmo trabalho. Na luta pela reprodução da vida, no assentamento, esforços conjuntos dos membros da família podem ser direcionados para um mesmo fim, desde que as necessidades suscitadas pelo trabalho na terra não estejam sendo supridas apenas pela mão-de-obra masculina, ou seja, do provedor da família. Nas entrevistas realizadas e em observações junto às famílias moradoras do assentamento, foi possível diagnosticar a divisão de tarefas, bem como o envolvimento conjunto dos membros da família para com a lida na terra. De acordo com uma entrevista realizada com a entrevistada 20, ela nos relata que

“Eu trabalho assim, no dia que S. precisa de ajuda, eu ajudo ele. Eu já trabalhei mais, né. Hoje eu trabalho menos, fico mais dentro de casa. Mas eu já fiz de tudo junto com ele na roça. Agora, mais assim, em época de carpina. Aí eu vou mais, mas não é o dia todo, também. É no intervalo do

meu serviço de casa. Aí eu vou e trabalho, depois venho fazer o serviço de casa.” (Informação Verbal)³

Para a mulher, o trabalho na agricultura se mantém em segundo plano. A família da entrevistada 20. é constituída por cinco pessoas, sendo duas crianças com idade de oito anos e um adolescente com idade de 16 anos. As crianças ainda não se envolvem com o trabalho de modo a ter um compromisso sério, com tarefas diárias a cumprir. O adolescente, apesar de estudar em escola na cidade, pela manhã, emprega sua mão-de-obra à tarde com o trabalho na pecuária, junto com o pai, ou na sua ausência.

Apesar de permanecer a divisão de tarefas entre homem e mulher, esta ainda contribui como mão-de-obra na lavoura ou na pecuária. Pode-se perceber esta situação a partir do relato da entrevistada 14, cônjuge do entrevistado 13.

“Levanto cedo, rumo o que tem que arrumar aqui em casa, vou tratar das criação. Cuidar de uma galinha, de um porco. Inclusive, se precisar de ir lá no curral eu vou ajudar ele fazer alguma coisa, ir pôr ração eu vou. Como diz, é aqui dentro e lá de fora que eu ajudo. Mais aqui dentro do que lá, ajudando ele. Tirar leite mesmo eu nunca aprendi a tirar. Mas apartar uma vaca, quando ele sai olhar as criação eu olho.” (informação verbal)⁴

Esta situação se repete em outros lotes, onde há efetiva participação da mulher em práticas que são de responsabilidade do homem, por exigirem maior esforço físico. Na fala da entrevistada 14, pode-se perceber que, apesar de não participar ativamente em todas as tarefas relacionadas à produção do leite, ela sabe como realizá-las, principalmente aquelas de maior necessidade, para suprir a ausência do esposo.

Durante as visitas realizadas nos momentos de ordenha, em diversos lotes no assentamento, constatamos que a presença da mulher, no trabalho na terra, é uma realidade que se inscreve nas práticas cotidianas, onde há o esforço da família para

³ Entrevista concedida no mês de Setembro de 2007.

⁴ Entrevista concedida no mês de Setembro de 2007.

garantir a reprodução da vida, a partir do lote. Na foto 04, pode-se visualizar a presença feminina no curral, auxiliando o trabalho do homem.



Foto 1: Trabalho de ordenha do lote nº 09. Durante o período das manhãs, marido e mulher trabalham juntos. Enquanto a mulher segura o bezerro por um laço, o marido realiza a ordenha. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.

Mas a mão-de-obra familiar nem sempre é suficiente para suprir as tarefas em todos os dias do ano, já que a quantidade de trabalho a ser realizado aumenta ou diminui de acordo com os ciclos das estações chuvosa e seca, bem como em relação ao desenvolvimento da pecuária e de outras atividades agrícolas, no lote.

A pecuária leiteira não é a única atividade desenvolvida no assentamento Divisa, para uso da terra. Outras atividades de geração de renda surgem como prática que estrutura a reprodução da vida e também organiza o cotidiano das famílias.

Aquelas atividades agrícolas realizadas nos primeiros anos depois da criação do assentamento ainda são praticadas por algumas famílias em seus lotes. O abacaxi, por exemplo, ainda é cultivado pelo entrevistado 03, pois, segundo ele,

“Durante esse período que a gente teve aqui eu tenho observado o seguinte: que a gente não pode ficar com uma atividade só, principalmente com a atividade do leite. Por que o leite ele ocorre muitas altas e baixas, mais baixas do que altas. Então, quando você pensa que vai ganhar um dinheirinho com o leite, ele despenca de novo e vai lá embaixo. Durante o ano ocorre dois mês de pico do leite só. Que não é suficiente pra você manter, geralmente é a época que você gasta mais, aí ele sobe, e você pensa que ele vai ficar uns três, quatro mês, cinco mês, não. Como agora, o leite subiu pra nós a oitenta e cinco centavo e aí já tão falando agora que eles vai pagar setenta. Quer dizer, o próximo mês já tão dizendo que ele cai pra setenta, depois já cai de novo. Chegou esse período da seca como a estiagem foi longa, a gente se endividou muito com a ração, comprou, pra manter o gado. Às vezes até aumentou a produção mas não foi o suficiente. Então, praticamente fica na mesma, na mesma coisa. Aí, o que ocorre nisso, que a gente vê que é obrigação da gente encontrar outra atividade junto. Não que venha extinguir o leite, mas que venha dar uma ajuda igual o leite ou melhor. Que você mantenha uma renda e consiga se manter na terra. Por que você fica nessa dificuldade, não consegue se manter dentro da terra.” (Informação verbal)¹

É a partir das diversas atividades de geração de renda, praticadas em um mesmo lote, que as alternativas para superar o volume de trabalho vão sendo construídas entre as famílias assentadas. No caso do entrevistado 03., a produção do abacaxi é uma das alternativas para complementar a renda familiar, juntamente com a produção de melancia. Mas é o cultivo do abacaxi que exige maior ocupação do tempo de trabalho, principalmente nas épocas de plantio e carpina da lavoura. O período de plantio dessa cultura é realizado na estação chuvosa, já que ele não possui meios técnicos (como irrigação, tratores para aragem, etc.) para que esta etapa da produção possa se concretizar no período de seca. Sendo assim, ele acompanha o ciclo das estações, para formar sua lavoura. A partir da aragem do solo, ele inicia o plantio, e como a mão-de-obra familiar não é suficiente para que o trabalho se realize em período de tempo que não comprometa futuramente a

¹ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

produção, ele costuma recorrer à mão-de-obra de vizinhos ou parentes, para que esta etapa do trabalho seja cumprida no menor tempo possível. Mas o trabalho alheio não é remunerado em dinheiro. Sendo assim, a estratégia para que não se pague mão-de-obra é realizar trocas de serviço.

Numa visita ao assentamento, no mês de fevereiro de 2007, foi possível presenciar as trocas de serviço. Nesse mês, o entrevistado 03. havia iniciado o trabalho de plantio do abacaxi. A sua preocupação era de que as mudas deveriam ser plantadas o mais rápido possível, já que as chuvas poderiam se encerrar naquele mesmo mês, comprometendo o desenvolvimento da lavoura. A mão-de-obra de que dispunha era das duas filhas mulheres, sendo uma com 14 anos de idade e outra com 17 anos. Antes mesmo de recorrer à ajuda dos parentes, moradores dos lotes nº 01 e 02, o seu cunhado, entrevistado 02, havia expressado preocupações em relação ao plantio da lavoura de abacaxi do entrevistado 03, pois sabia que a mão-de-obra de sua família não seria suficiente para plantar 35.000 mudas, durante o mês de fevereiro. Sendo assim, socorreu o entrevistado 03, sem que este lhe solicitasse ajuda, pois algumas semanas após o plantio do abacaxi o entrevistado 02 estaria colhendo a sua produção de arroz e, certamente, necessitaria da mão-de-obra do seu cunhado, entrevistado 03.

É dessa maneira que vão sendo construídas as relações de parceria de trabalho, entre famílias e vizinhos. Na colheita da produção de arroz do entrevistado 02, diversos assentados estiveram presentes para o trabalho, com os quais o entrevistado 02 se comprometeu em disponibilizar sua mão-de-obra quando os outros necessitassem de ajuda no trabalho de seus lotes. Duas colheitas de lavoura de arroz ocorreram, nessa mesma semana, no assentamento, sendo uma no lote nº 01 e outra no lote nº 16. Nesses dois lotes houve participação de assentados,

moradores do P. A. Divisa, moradores de outros projetos de assentamento vizinhos e fazendeiros vizinhos, os quais mantêm relações amistosas com as famílias do assentamento.

Nas fotos 05 e 06 pode-se observar o trabalho coletivo para colheita e armazenagem do arroz, realizado nos lotes nº 01 e 16.



Foto 2: Colheita do arroz no lote nº 01. O trabalho é realizado de forma coletiva, onde participam assentados e fazendeiros vizinhos. As trocas de serviço são a base dos trabalhos coletivos na lavoura. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007



Foto 3: Armazenamento das sacas de arroz colhido no lote nº 16. Alguns participantes estiveram presentes em outros trabalhos coletivos, ocorridos nos demais lotes. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro de 2007.

No mês de abril ocorreu outra colheita, por meio das trocas de serviço. No lote nº 16, a produção do gergelim deveria ser colhida rapidamente, antes que alguma chuva pudesse comprometê-la, já que os grãos estavam maduros. Sendo assim, aqueles que participaram da colheita do arroz foram convocados pelo entrevistado 21 a participarem da colheita do gergelim. A foto 07 ilustra o trabalho no lote nº 16.



Foto 4: colheita do gergelim produzido no lote nº 16. Por meio do trabalho coletivo a lavoura foi colhida, havendo participação de trabalhadores assentados, que moram em assentamentos vizinhos ao P. A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Mas a troca de serviço não é o único meio para se remunerar o trabalho coletivo. Em conversa com um participante da colheita do gergelim, o entrevistado 22., assentado morador do P. A. Capão Rico, relatou-nos que o seu trabalho foi combinado tendo como pagamento o dinheiro. Mas, se fosse necessário, também poderia receber em sacas de gergelim. Ele foi o único que trabalhou na colheita para receber em dinheiro ou em produto da lavoura, sendo que os outros participaram para pagar os dias de serviço que o entrevistado 21 havia realizado na colheita do arroz e outros serviços prestados. Desse modo, a troca de serviço é uma prática predominante em relação à remuneração em dinheiro ou pagamento em produto colhido.

Sendo assim, nas trocas de serviço por meio de relações de vizinhança e parentesco, a deficiência de mão-de-obra familiar para o trabalho no lote vai sendo

superada. A troca de serviço é uma parceria de trabalho que se faz presente nas atividades agrícolas da lavoura e da pecuária. De acordo com o entrevistado 23, a troca de serviço ocorre da seguinte maneira:

“Às vêz o cara tem um serviço lá pra fazer, tá meio ocupado, eu tô meio forçado, eu vou lá e ajudo ele, não cobro o dia. E o dia que eu tiver um serviço aqui pra fazer eu fico de a ver com ele. É uma cerca de arame, arrumar um pasto, um serviço de curral. Um vai e ajuda o outro aí não tem o dinheiro pra pagar, aí fica de a ver. O outro o dia que tiver o seu serviço você chama ele e aí te ajuda também. Você fica de a ver, se trabalhar um dia ou dois, só contar os dias e deixa anotado. Quanto acontece, aí, acontece que o cara não pode vim, ele me paga a diária e eu pago a diária pro outro vim.” (Informação Verbal)²

É a partir desses rearranjos no trabalho que a produção vai sendo mantida e garantida nos lotes do assentamento Divisa. Essas práticas estão organizadas a partir do tempo cíclico da natureza, obedecendo períodos favoráveis ao plantio e colheita, que correspondem aos meses chuvosos e secos.

Essas relações de parceria ocorrem, principalmente, entre os que moram no assentamento e trabalham com duas ou mais atividades de produção ou, lidando apenas com a pecuária leiteira, não possuem mão-de-obra familiar suficiente para suprir as necessidades do trabalho, como é o caso do entrevistado 01 e do entrevistado 07. Ambos não possuem parentes ou cônjuges que os ajudem na lida diária com a pecuária, por morarem sozinhos. De acordo com o entrevistado 01, quando ele necessita ir à cidade, procede da seguinte maneira:

“Aí eu organizo mais ou menos, num sabe, pro serviço ficar menos um pouco, porque às vezes tem uma capina, uma coisa ou outra que não pode ficar dois, três dias. Então eu resolvo aquilo pra poder sair e quando saio deixo uma pessoa olhando, né, o gado, a casa também né. Não tendo criação de leite, sendo só gado solteiro não tem problema, né, pode ficar uma semana fora. Mas o gado tem que tá olhando, tem que tirar o leite, não pode deixar os bezerros ficar mamando porque fica doente, né. Quando saio sempre consigo alguém. Não pago não porque é da família, né. É meu filho, genro. Mas a gente não deixa de não ficar preocupado também, porque eles também tem os serviços deles. E aí, muita das vez nunca faz do jeito que a gente faz.” (informação Verbal)³

² Entrevista realizada no mês de setembro de 2007.

³ Entrevista realizada no mês de setembro de 2007.

A estratégia da troca de serviço se inscreve num contexto ligado às necessidades de reprodução da vida, constituindo-se como prática cotidiana daqueles que necessitam solucionar a deficiência da mão-de-obra familiar, seja para os que possuem família numerosa ou para aqueles que, morando sozinhos, necessitam de ajuda para cumprir a rotina de trabalho nos lotes, como é o caso do entrevistado 01.

Analisando o trabalho como pertencente e estruturador da vida cotidiana, entende-se que este se estrutura por práticas rotineiras, na pecuária e na lavoura. É constituído por tarefas repetitivas, que se realizam sob a organização da família para o trabalho. Sendo assim, existe uma divisão clara do trabalho no interior da família, sendo que o homem é responsável pelas tarefas de produção no lote, enquanto a mulher se dedica ao trabalho doméstico e os filhos contribuem quando lhes sobra tempo, antes ou depois do expediente escolar. Geralmente, a mulher se envolve com o trabalho na terra em auxílio ao seu esposo, mas a sua prioridade ainda é a tarefa doméstica.

Pode-se compreender que existe uma rotina de tarefas a serem cumpridas, principalmente relacionadas à produção do leite. Há, nas práticas cotidianas relacionadas ao trabalho, o tempo linear, que se caracteriza por tarefas rotineiras e repetitivas e que estão inseridas em um tempo cíclico maior, ditado pelas mudanças da natureza. Desse modo, as duas estações bem definidas, características do cerrado, determinam o tempo de plantar e colher, bem como reorganizam o tempo de trabalho das famílias. É a partir das práticas cotidianas de tempo linear e tempo cíclico que surgem as parcerias de trabalho, como trocas de serviço. Como a mão-de-obra familiar não é suficiente para suprir as necessidades do trabalho na lavoura e na pecuária, bem como a renda familiar não consegue custear mão-de-obra

remunerada, torna-se necessário recorrer às trocas de serviço com os vizinhos e parentes.

Mas o trabalho não é a única prática cotidiana presente no assentamento Divisa. A festa também é uma organização que surge a partir das relações de vizinhança e parentesco. Todo mês uma festa é organizada na casa de alguma família do assentamento, na casa sede do assentamento ou numa fazenda vizinha. Geralmente, cada família contribui com alguma comida ou bebida, para que a festa possa acontecer. No mês de dezembro havia quatro pessoas no assentamento que iriam completar anos de vida. Sendo assim, as famílias dos quatro aniversariantes se reuniram para promover uma festa, na casa sede do assentamento.

As festas, no assentamento, são constantes e acontecem mediante a disponibilidade das famílias em receber os vizinhos em sua casa ou de se organizarem, coletivamente, para que a promoção da festa seja de responsabilidade de todos que dela participem. Durante a festa os homens se reúnem para jogar truco, enquanto as mulheres conversam e dançam entre elas mesmas ou com os maridos que não estão jogando. Para alguns moradores, a alternativa também é participar de festas na cidade ou em outros lugares do meio rural, como nos fala o entrevistado 24.

“Eu vou pra cidade mesmo. Eu vou pro buteco aqui da região. Igual, ontem à noite, eu não pude ir lá na festa na fazenda vizinha, mas eu fui na dona Maria. Então, a gente reúne aqui na fazenda mesmo. E vou pra Ituiutaba, né, porque se eu quiser festar eu vou pra Centralina ou pra Ituiutaba. Dois ou três dias que eu saio é pra desestressar um pouquinho. Vou pra Centralina. Aqui é só o barzinho mesmo, os amigo e tal. É jogar um truco com os amigo no domingo aqui é uma festa também. A gente sempre reúne uma turma com nós aqui, os agricultor aqui, vizinho do assentamento, a gente faz um truquinho aqui uma vez por mês. Fica o dia inteiro por conta do almoço, do truco, vai passando casa por casa.” (Informação Verbal)⁴

⁴ Entrevista realizada no mês de setembro de 2007.

De acordo com a fala do entrevistado 24, a festa está na cidade ou em fazendas vizinhas e não no assentamento, onde ocorrem reuniões para almoço ou comemorações de aniversários. A festa na qual não pôde ir ocorreu no dia anterior à entrevista que realizamos com ele. Geralmente, há promoção de festas por fazendeiros vizinhos, que convidam as famílias moradoras do assentamento. No mês de setembro, o entrevistado 24, gerente de uma fazenda vizinha, convidou as famílias assentadas para participarem de uma festa que ele estava promovendo, para comemorar o aniversário de sua filha.

Estávamos nós no lote nº 01, preparando-nos para ir à festa com a família moradora deste lote. Observando o ambiente familiar, constatamos que havia grande empolgação dos filhos, da esposa e do marido, em ir para a festa. A mãe se preocupava com os detalhes das roupas de seus dois filhos. Os filhos estavam preocupados com o pai que não terminara a tarefa de ordenha, pois queriam que fossem todos juntos. Mas, com a chegada da família moradora no lote nº 15, para acompanhá-los até a festa, tiveram que deixar o pai e o irmão mais velho para trás; eles iriam depois de concluir a ordenha e levar o leite até o tanque de expansão. Somente após a tarefa cumprida poderiam seguir para a fazenda vizinha.

Analisando o trabalho e a festa como práticas estruturantes da vida cotidiana, no assentamento, pode-se compreender que essas práticas estão ligadas às relações coletivas que se estabelecem com famílias de moradores do assentamento ou famílias vizinhas a ele. Entende-se que a família é o núcleo central da organização do trabalho no lote e que nem todas conseguem suprir suas necessidades em tempos de colheita ou plantio da lavoura, ou mesmo em relação ao trabalho na pecuária leiteira. As necessidades de se obter renda por um conjunto de atividades de produção que complementem os rendimentos obtidos pela venda

do leite impõem uma carga de trabalho além da capacidade de mão-de-obra familiar, forjando relações coletivas que têm a missão de resolver os problemas em torno do trabalho. Nesse contexto, as tarefas rotineiras, relacionadas à lida com o gado, se encontram no topo da hierarquia de atividades, pois o trabalho na lavoura se inicia depois de se ter apartado o gado, realizado a ordenha e armazenado o leite, no tanque de expansão. Os ciclos da natureza, então, são os ditames do tempo de plantar, colher e de organizar o núcleo familiar para o trabalho, bem como determinar o tempo de se realizarem trocas de serviço. Nesse contexto, a festa surge a partir do coletivo ou por promoção autônoma, que não deixa de incluir o coletivo. Mas o trabalho é o eixo principal e prática estruturante do cotidiano das famílias, no assentamento Divisa. A festa só pode acontecer depois que as tarefas rotineiras foram realizadas, sobrando tempo livre para o lazer.

Nesse contexto, os modos de vida se estruturam em um conjunto de práticas que garantem a reprodução da vida. O trabalho é o principal meio para se garantir a reprodução e se inscreve como prática norteadora das demais atividades pertencentes ao cotidiano. Nesse sentido, os modos de vida não se resumem às estratégias de gerenciar os meios que lhe garantam a sobrevivência material. Mas, ao pensarmos o cotidiano constituído por práticas que estruturam a reprodução da vida, estamos nos referindo a um conjunto de alternativas que promovem a continuidade das relações sociais por estratégias as mais diversas, que foram produzidas em outros momentos históricos, constituintes das trajetórias de vida das famílias moradoras do assentamento e que também são essenciais para que a família continue garantindo a posse do lote.

Podemos afirmar que os desencontros das trajetórias de vida se manifestam no espaço do assentamento, em um cotidiano constituído por práticas diversas e

divergentes, potencializando formas coletivas de se relacionar que, constantemente, são alinhadas pelos ditames dos tempos lineares do trabalho rotineiro e do tempo cíclico da natureza.

Nesse contexto, existem aquelas famílias com modos de vida estritamente ligados à produção a partir da terra, que se sustentam pelos ganhos obtidos na lavoura ou na pecuária e que são autônomas quanto ao desenvolvimento de suas tarefas rotineiras, não necessitando participar de trabalhos coletivos para trocas de serviço, pois, esporadicamente, são capazes de remunerar mão-de-obra quando necessitam. Podemos citar, como exemplo, os moradores dos lotes nº 13, 19 e 21, que não costumam participar de trabalhos coletivos, ou mesmo de festas promovidas por famílias moradoras do assentamento.

Outras famílias possuem modos de vida ligados à produção na terra e estão estritamente dependentes do coletivo, seja para o trabalho ou para a festa. Essas famílias não conseguem resolver os problemas relacionados à mão-de-obra para o trabalho no lote, já que necessitam gerar renda a partir de duas ou mais atividades de produção. Sendo assim, o volume de trabalho, nas épocas de plantio e de colheita, bem como noutras atividades que se relacionam à pecuária leiteira, é resolvido a partir da troca de serviço com parentes ou vizinhos. Não tendo como prática visitar a cidade para obter lazer ou festa, são participantes do grupo coletivo, que promove festas mensais, motivadas pela vontade desse grupo de se reunir para comemorar aniversários. As famílias moradoras dos lotes nº 01, 03, 16, 18 e 27 são exemplos de participantes de trabalhos coletivos de trocas de serviço e de promotores de festas coletivas, no assentamento.

Outro grupo de famílias surge com um modo de vida que se diferencia dos demais, pois a reprodução da vida não está totalmente dependente do espaço rural

do assentamento, mas se desenvolve a partir da cidade. As famílias que possuem lotes no assentamento e residem na cidade não participam dos trabalhos coletivos. Mesmo possuindo atividade de produção em suas terras, essas famílias resolvem o problema do trabalho a partir da remuneração em dinheiro para algumas famílias assentadas cuidarem de seus lotes, pois apenas esporadicamente visitam o assentamento. É o caso do lote nº 08, cuja produção de leite é gerenciada pela mão-de-obra da família moradora em outro lote. O lote nº 26 também é exemplo de propriedade que não possui morador, sendo que o seu proprietário reside na cidade de Ituiutaba e, em algumas ocasiões, visita o lote, com mão-de-obra trazida da cidade.

Portanto, no assentamento Divisa residem famílias com modos de vida divergentes, por possuírem trajetórias de vida que estão desencontradas no tempo e no espaço, com experiências de trabalho as mais diversas. As experiências de produção agrícola nos lotes, a partir da criação do assentamento, expressaram as diferenças nas formas de se apropriar da terra, demonstrando que os fracassos e sucessos contribuíram para que muitas famílias direcionassem a reprodução da vida a partir de outros projetos. Apesar de a produção, na terra, ser a principal alternativa de geração de renda das famílias assentadas, nem todas possuem práticas cotidianas que as aproximem. Persiste uma diferença de estratégias de reprodução da vida entre os que permanecem morando no assentamento e aqueles que não residem em seus lotes. Também há divergências entre os próprios moradores do assentamento, caracterizadas pelas trajetórias de vida e pelas práticas cotidianas, que se diferenciam no interior de suas estruturas, como é o caso da organização do trabalho, e as estratégias para suprir a incapacidade de mão-de-obra familiar, em resolver os problemas de plantio e colheita, que acompanham os ciclos da natureza.

Sendo assim, a produção e a reprodução do lugar se realizam por relações sociais surgidas a partir de modos de vida divergentes, com práticas cotidianas estruturadas pelo trabalho, que dão sentido à existência das famílias, garantindo-lhes a posse da terra, a permanência de moradia no assentamento e, conseqüentemente, a reprodução da vida.

3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DE PRODUTORES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO

A conquista da terra projetou as famílias beneficiárias em várias situações e imposições de reprodução da vida, pois muitas deixaram para trás o espaço vivido para concentrarem seus esforços na produção e reprodução de um espaço diferente, na luta pela construção de um novo lugar. Nesse desafio de realizar sonhos, nem todas as famílias permaneceram no assentamento, permitindo que novos sujeitos assumissem o desafio, a partir da moradia no lote.

A luta pela terra não se resumiu, apenas, à conquista do lote e dos benefícios fornecidos pelo Governo como incentivo à moradia e à produção agrícola. Diante da realidade do assentamento e das práticas cotidianas que aí se manifestam, é possível perceber que a luta pela terra envolve a produção e reprodução do lugar, por meio das relações sociais e da relação do homem com o ambiente natural.

As famílias que receberam o título de posse da terra, tornando-se assentadas, não possuem a propriedade, sendo que esta deve ser garantida mediante o pagamento, em dinheiro, após o período de 10 anos, contados a partir do momento em que o assentamento é criado. Também devem pagar pela propriedade da terra os compradores de lotes, pois estes compraram o direito de posse, o direito de se tornarem assentados. No assentamento Divisa, algumas famílias já estão em situação regular perante o INCRA, pois foram assentadas.

A compra e venda de posses é um trâmite ilegal, mas tem sido praticado nos assentamentos de Reforma Agrária. O diagnóstico sobre essa realidade no assentamento Divisa, bem como de que os compradores têm se tornado

assentados, demonstra-nos que os compradores têm recebido, por parte do Governo, os mesmos incentivos financeiros que os outros beneficiários de terra, igualando-se em condições jurídicas, mas diferenciando-se enquanto sujeitos participantes das lutas e conquistas coletivas. Desse modo, pode-se considerar que o Governo tem colocado em prática uma política que incentiva a compra e venda de posses. A ilegalidade não reside em assentar aquelas famílias que, não participando da luta pela terra, conquistam os lotes da Reforma Agrária por outros meios, mas se encontra no caráter incentivador que o ato de assentar oferece àqueles que conquistaram a terra sem altos investimentos financeiros e, desejando abandonar o lote, vendem seus direitos de posse.

Com a vinda de novos posseiros, alteram-se as relações de vizinhança e novas possibilidades de relações são anunciadas. Nesse contexto, a produção e a reprodução do lugar incorporam novos sujeitos, que agem e reagem às situações presentes no lugar.

É no processo de produção e reprodução do lugar, no assentamento, que uma nova trajetória de vida vai sendo estabelecida a partir de sujeitos diversos, com modos de vida divergentes e práticas cotidianas que os aproximam, no tempo e no espaço.

A discussão a respeito do lugar, no assentamento, é extremamente válida, por se tratar de um espaço local, caso queiramos ilustrar o lugar a partir de uma referência cartográfica. No caso do assentamento, o espaço local torna-se a referência para as famílias moradoras, pois é ali que elas depositam seus esforços para garantir a posse da terra; ou, poderíamos dizer, manter-se morando na terra, pois como vimos, anteriormente, não é necessário morar no assentamento para se obter a posse do lote e, por fim, a propriedade. A garantia de possuir o lote também

é mantida por aqueles que, mesmo morando na cidade, detêm habilidades políticas e condições financeiras que lhes permitem continuar possuindo a terra e se mantendo na condição de assentado.

Como se observa pelas práticas cotidianas, a produção do **mundo vivido**, utilizando-se este termo de Milton Santos (1997), é possibilitada por habilidades e saberes advindos de outras épocas, que se manifestam na dialética de construção do espaço vivido ou mundo vivido. Não nos referimos, apenas, às estratégias que promovem a modificação do ambiente natural, mas às formas de se relacionar, socialmente, das pessoas que moram no local. Não é um processo constituído por harmonias, concordâncias ou similaridades entre os diferentes. Pelo contrário, o lugar é produzido pelos fracassos e/ou sucessos, pelas discordâncias presentes nas relações de vizinhança, que em nada refletem um espaço uniforme ou produzido harmonicamente. Nele estão embutidos os processos de negociação entre os diferentes e a aproximação daqueles que têm afinidades nas formas de se relacionar e de se reproduzir socialmente.

Portanto, pretendemos tratar de um lugar que é produzido pelo embate, pela desarmonia entre aqueles que apresentam modos de vida divergentes e que, apesar das similaridades e encontros na vida cotidiana, possuem diferenças quanto às habilidades e saberes de se relacionar com a terra e de se inserir e participar, socialmente, dos processos produtivos rurais no assentamento.

3.1. A produção e reprodução do lugar comunitário a partir das relações sociais

Neste terceiro capítulo, estamos diante do desafio de analisar a produção e reprodução do lugar. É o momento de apropriar-nos do conteúdo teórico trabalhado nos capítulos anteriores, sobretudo do entendimento construído acerca dos modos de vida e das práticas cotidianas. Ao mesmo tempo, devemos avançar teoricamente, acrescentando outros conceitos que contribuam para alcançar o objetivo proposto. Nesse sentido, o tópico aborda dois conceitos importantes, que direcionam valorosamente o estudo do lugar. São eles o espaço e lugar, os conceitos-chave do texto que se segue.

Os conceitos estão sobrepostos, pois a partir do espaço podemos analisar o lugar onde se processam relações sociais que o caracterizam e lhe dão sentido. O espaço, então, emerge como uma categoria de análise mais ampla e merece uma reflexão profícua, que nos dê base para compreender o lugar e, conseqüentemente, analisá-lo, na perspectiva das especificidades das relações sociais.

O espaço geográfico é um conceito amplo e fundamental para a ciência geográfica, podendo-se afirmar que ele é a “pedra angular” da Geografia. Esse conceito é desenvolvido sob diversos enfoques, contidos no bojo da evolução das próprias escolas geográficas. Compreendendo que o conceito de espaço nos remete ao conteúdo do objeto de estudo da Geografia, analisaremos esse conceito para justificar ou mesmo facilitar o estudo do lugar.

O conceito de espaço que mais nos interessa, para o estudo do lugar, é o desenvolvido pelos autores da Geografia Crítica e da Humanística Cultural, pois é especificamente a partir da Geografia Crítica que o espaço se torna um conceito-chave.

Na escola tradicionalista, os conceitos mais desenvolvidos e direcionadores das pesquisas foram a paisagem e a região (CORREA, 1995). Nesse contexto, a

Geografia evoluiu no sentido de reafirmar suas bases conceituais, bem como definir o seu objeto de pesquisa. Diante da fragmentação experimentada pela Ciência, a qual é dividida, claramente, em Ciência Social e Ciência Natural, a Geografia se projeta diferentemente das demais ciências, pois “[...] sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural)” (SUERTEGARAY, 2001, p. 02). Sendo assim, ela compartilha de conhecimentos pertinentes às duas áreas da ciência, sendo que o conceito de espaço, discutido a partir da Geografia Crítica, apresenta um conteúdo analítico amplo, que permite compreender o espaço como categoria fundamental na Geografia, que agrega conhecimentos da Ciência Social e da Ciência Natural.

O espaço, a partir da Geografia Crítica, passa a ser analisado pela perspectiva marxista, que é desenvolvida amplamente por Lefebvre (1976), como demonstra Correa (1995). De acordo com Lefebvre apud Correa (1995, p. 25-26),

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vislumbrado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFEBVRE, 1976, p. 34)

O entendimento de espaço, a partir de Lefebvre, designa a própria reprodução da sociedade, ou seja, sociedade e espaço não são elementos dissociados. Os dois são sinônimos e contidos simultaneamente. Não é apenas a soma de objetos que não interagem no decorrer do tempo histórico. Se há interação entre os objetos que estão contidos no espaço ou se aqueles constituem a reprodução das relações sociais, pode-se entender que o espaço possui uma lógica. Sendo assim, o seu conteúdo é permeado por uma substância determinante de um movimento lógico, que se reproduz e é garantido pela existência da própria

sociedade. Se a substância da sociedade é entendida como sendo o tempo histórico (HELLER, 1992), logo podemos crer que o tempo (histórico) é um conteúdo relevante na categoria espaço. Em Suertegaray (2001), tempo e espaço são uma constituição de conceitos, dentre os quais o tempo é uma categoria extremamente relevante para se compreender o espaço geográfico.

O conceito de espaço, analisado por Santos (2006), apresenta o significado de um conteúdo formado por: “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (p. 63).

Ao compreender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos (2006) entende que é possível “[...] trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis e um tratamento analítico [...]” (SANTOS, 2006, p. 64). Nesse contexto, o tempo emerge como categoria necessária do estudo do espaço, pois segundo Santos (2006),

A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz (1965), o espaço é a ordem das coexistências possíveis. (p. 159)

Podemos entender que a reprodução das relações sociais de produção não ocorre ausente do espaço ou mesmo desligada do tempo. O espaço é o próprio determinante de tais relações, mas também é determinado (CORREA, 1995). Desse modo, o espaço é constituído de temporalidades, como se pode exemplificar com a afirmação de Santos (1988) de que o “[...] espaço é a acumulação desigual dos tempos.”

Ainda em Santos (2006), entende-se que “O espaço é que reúne todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território), relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.” (p. 160). O espaço, a partir da Geografia Crítica, adquire um sentido amplo. É entendido como um conjunto de objetos que se relacionam e estabelecem uma lógica organizacional, que se processa em constante dinâmica de relações. O tempo passa a ser uma categoria preponderante, pois o espaço não é dissociado da determinação das temporalidades, ou seja, do resultado da reprodução da sociedade ocorrida em tempos passados, que emerge no presente sob as determinações da lógica social instituída. Desse modo, o espaço passa a integrar a própria sociedade e não é um conteúdo ausente dela. Pode-se falar, então, de espaço social, concreto e imbricado pelas relações de produção instituídas e reproduzidas socialmente.

Outra acepção do espaço que se complementa àquela abordada pelos autores analisados, anteriormente, refere-se ao conceito de espaço abordado pela Geografia Humanística Cultural, que atribui a ele o sentido de espaço vivido. Nessa corrente, o espaço é analisado pela perspectiva do singular, onde os grupos sociais não são vistos ou compreendidos apenas como sujeitos produtores de bens materiais. Há, no estudo do espaço, uma aproximação com o método fenomenológico, que privilegia o subjetivo e busca, no próprio homem, a resposta para compreender suas ações e pensamentos. Desse modo, a Geografia Humanística Cultural se compromete com o estudo do espaço, dando ênfase nos seguintes conteúdos:

[...] na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real. (CORREA, 1995, p. 30)

Nesse sentido, considera-se a manifestação dos indivíduos enquanto sujeitos que agem e reagem às imposições sociais, ou poderíamos dizer imposições espaciais. A experiência do homem com a terra, com o meio ambiente, com as pessoas com quem se relaciona, passa a ser valorizada. É nesse ponto que reside a compreensão da realidade. A cultura passa a ser o elemento principal que está contido nos sujeitos e se manifesta no espaço através de diversas ações de tais sujeitos. De acordo com Holzer (1992, p. 40 apud CORREA, 1995, p. 32), “O espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido... (que)... se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário.” (HOLZER, 1992, p. 440).

Nesse contexto, o estudo do espaço se realiza a partir de um recorte pontual, onde se estrutura o cotidiano. Na Geografia Humanística Cultural, os conceitos de lugar e paisagem são retomados para se analisar o espaço vivido. Nesse contexto, também são elencadas as contribuições da Geografia Cultural, que também é retomada, com novos apontamentos e reformulações. Especificamente, nesta pesquisa, optamos por analisar o espaço geográfico do assentamento Divisa a partir das categorias lugar e paisagem. Porém, neste tópico específico, daremos ênfase ao estudo do lugar.

A análise do conceito de espaço nos permitiu compreender que o assentamento Divisa é resultado de ações empreendidas historicamente, que se manifestam no presente acompanhadas de um conteúdo temporal marcante, que representa a continuidade e também a descontinuidade de ações empreendidas e experienciadas anteriormente, em tempos passados.

A organização das relações sociais que se manifestam no assentamento possui uma lógica e uma dinâmica que podem ser analisadas empiricamente,

partindo-se dos sujeitos que produzem e reproduzem o lugar e promovem as relações sociais. Porém, o lugar no assentamento não se constitui como sistema fechado às imposições externas, daqueles que, ausentes concretamente do espaço vivido, contribuem para sua produção e reprodução, como é o caso dos órgãos governamentais. O espaço é um sistema aberto, onde se manifestam e interagem sujeitos diversos, com ações e intenções que se diferenciam nos planos ideológicos e práticos.

Nesse sentido, antes de se pensar o lugar, tornou-se importante analisar o espaço e compreendê-lo para que, a partir de seus recortes, não se façam considerações aleatórias que dêem margem para divergências conceituais e interpretações incoerentes.

O lugar pode ser caracterizado pelo aspecto singular do vivido, da forma de se viver, que se insere no circuito da vida cotidiana. É o espaço onde os vizinhos se encontram, onde a afetividade pelos objetos e pessoas do cotidiano é acentuada. De acordo com Carlos (1996),

O lugar é a base para reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar [...]. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, apropriado e vivido através do corpo. (p. 20)

Como nos mostra Carlos (1996), o local é o ponto de referência para o estudo do lugar. A identificação com os elementos constituintes do local é imprescindível para que o lugar exista. Pode-se até afirmar que este espaço do vivido é produzido pelas subjetividades particulares, mas nem de longe é erguido pela individualidade, apesar de ser apropriado pelo corpo. Uma característica importante sobre o lugar é que ele se reproduz a partir dos modos de uso que se erguem nas práticas banais do cotidiano, pois, segundo Carlos (1996): “[...] o lugar só pode ser compreendido

em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso.” (p. 22)

Se o uso remete ao cotidiano, torna-se importante retomar algumas análises do conteúdo da vida cotidiana, tratado, anteriormente, no capítulo 2, porém acompanhado de avanços teóricos que ampliem o entendimento do lugar. Nesse contexto, é de extrema necessidade adentrar no mínimo conteúdo do cotidiano, pois o lugar possui uma substância que se assenta na particularidade daqueles que estabelecem os modos de uso. O processo de produção do lugar, então, advém de práticas cotidianas fundamentadas em particularidades mais específicas e banais, mas que participam, com toda sua força, da lógica de organização da reprodução das relações sociais. É importante salientar que, segundo Carlos (1996),

[...] o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Desse modo, a análise do lugar se revela – em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem – no cotidiano com suas situações de conflito [...] O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência dos seres humanos. (p. 26)

Nesse sentido que nos fala Carlos (1996), pode-se compreender que o lugar se constitui o espaço do embate, do conflito, que faz parte das experiências, no decorrer da luta pela reprodução da vida. Vitórias e fracassos estão contidos no caminhar da produção e reprodução do lugar.

No assentamento Divisa fica claro o embate, o choque e o conflito para se produzir o lugar, quando se analisam os modos de vida das famílias que compõem o assentamento. Nesse caso, o lugar possui um conteúdo histórico, ligado a trajetórias desencontradas no tempo e no espaço das famílias moradoras do assentamento, que abandonaram projetos de vida que se materializavam em outros lugares.

O assentamento passou a ser apropriado pelo corpo, pelos sentidos, onde o ambiente é apreciado, contribuindo para identificação do sujeito com o lugar, em um

processo de determinações mútuas. O estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, como realiza Tuan (1974), demonstra a relação do homem com o meio por um processo sentimental, no qual ele nos diz que

O termo topofilia associou sentimento com lugar [...] Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época. (p. 129)

Porém, não se deve pensar o lugar apenas como espaço apropriado, valorizado pelos sentidos. Devemos ir um pouco mais além, ao analisar os conflitos que emergem pelos estranhamentos ao se relacionar com o outro, que também possui um modo de uso e apropriação do ambiente. Ao analisar a produção do lugar, entendemos que ele não se constrói por um processo tão harmônico e tranquilo como nos apresenta Tuan (1974), ou mesmo dependente de temperamentos, que determinam escolhas pelo amar ou odiar o lugar. É importante considerar o inesperado e o conflito entre aqueles que, em poucos aspectos, se igualam quanto aos modos de vida. É por meio das relações sociais que se pode apreender a realidade da produção do lugar. Nele estão contidos harmonias e desarmonias, pois não se predominam modos de uso semelhantes ou atitudes similares. Desse modo, pretendemos analisar as relações sociais estabelecidas no assentamento, para compreender a produção e reprodução do lugar.

O trabalho, como prática cotidiana das famílias assentadas, não se realiza de maneira individual, autônoma e independente. Como vimos, há relações coletivas estabelecidas, que contribuem para garantir a reprodução familiar. As trocas de serviços podem ser costumes aparentemente corriqueiros, mas possuem um conteúdo de grande valor para a reprodução da vida. É até curioso pensarmos o porquê de essas trocas não serem praticadas por todas as famílias do assentamento.

Para pensar o lugar e sua lógica, adentramos nas relações de vizinhança construídas historicamente, no assentamento. Os conflitos e embates que se materializam no espaço vivido são elementos aparentemente banais e pouco significantes, porém participam, ativamente, na construção de afinidades entre as famílias.

O primeiro conflito que se instaurou no assentamento teve como motivo a não permanência das famílias nos lotes. De acordo com o relato do entrevistado 09., morador do lote nº 18, houve estranhamentos entre aqueles que queriam ali morar e os que demonstravam não desejar residir no assentamento,

“Porque geralmente o INCRA... de início, depois não, mais no início tem que morar gente séria e se num morar... e isso acabou tendo até um constrangimento entre a gente, moradores daqui mesmo, uma demanda disgramada, teve uma briga entre a gente com os que num vinha. Um falava... eu só posso vim daqui dois ano e num vinha nada e gerou até uma polêmica nisso aí... na verdade teve uns quatro aí que falou que num morava. Não é que num morava, ficava na cidade e vinha final de semana. Quando dava certo. Aí, por exemplo, surgiu alguma verba que a gente pegava aí dava muita dificuldade para gente nesse sentido e por exemplo... quando você ia fazer uma reunião você tinha que ficar ligando ou mandando os outros pessoal vim. Quando mora tudo você tem uma certa facilidade de avisar porque ta encontrando todo dia.” (Informação Verbal)⁵

A proximidade entre as famílias, por meio das relações de vizinhança, é uma condição importante, na visão do entrevistado 09. O anseio em permanecer na terra foi dependente, também, dos planos coletivos impostos pelo Governo. Porém, como não foi de interesse de todos os beneficiários residirem no assentamento, em seus respectivos lotes, o plano coletivo esteve ameaçado e, por conseguinte, também a terra conquistada. Sendo assim, os conflitos se estabelecem a partir de interesses e propostas individuais que ameacem o coletivo.

Os desgastes na relação entre vizinhos foram desencadeados pela não permanência na terra, que trouxe desdobramentos futuros em relação à afinidade e

⁵ Entrevista realizada em Setembro de 2007.

aproximação entre famílias. Nos diálogos com o entrevistado 07, ele nos relatava a respeito do convite de casamento que havia recebido, algumas semanas antes, de uma família moradora do assentamento. Segundo o entrevistado 07, o convite foi recebido com muita surpresa, já que sua família não estabelece relações amistosas com a família da noiva que iria se casar e era moradora do assentamento. Na época em que houve embates entre aqueles que queriam morar nos lotes e aqueles que, possuindo lotes, moravam na cidade, o pai da noiva havia feito uma denúncia para o INCRA, relatando os nomes dos beneficiários que moravam com ou sem família no assentamento, bem como daqueles que queriam manter o lote sem nele residir. Isto desencadeou intrigas e desavenças entre essas duas famílias, pois a família do entrevistado 07 residia em Ituiutaba-MG e vinha para o seu lote nos finais de semana.

Mas a entrega do convite de casamento à família do entrevistado 07 demonstra que o convívio, nas relações de vizinhança, pode ser rompido e também restabelecido por estratégias de aproximação as mais diversas.

Outro desdobramento refere-se à divisão da associação, que foi criada em 1999 e, no ano de 2001, foram formadas duas associações. Nesse ano, quando se acentuaram as desavenças entre os grupos que moravam no assentamento e os que residiam na cidade, houve a divisão da associação. De acordo com o entrevistado 09,

“Existe vários ponto né, e esse mesmo do pessoal não morar foi um ponto desgastante pra todo mundo, né. Porque inclusive, depois, um fato que eu achei ruim foi a separação da associação, né. Quando a gente entramo aqui, falávamo companheiro e companheira pra ta sempre junto. Aí quando cada um pega seu lote por si você distancia um pouco porque cada um... quando você ta coletivo, a gente ta acampado ali é uma coisa, né. Aí quando cada um pega seu lote, já fica mais distante um pouquinho. Mas aí depois quando se dividiu, rachô a associação, por exemplo, formaram dois grupos aí eu achei assim... muita dificuldade. Por ser um grupo muito

pequeno, todo mundo conhecido, né, por ter rachado eu achei que não foi viável.” (informação verbal)⁶

Apesar da intimidade entre as famílias que participaram do acampamento, nem todos colocaram em prática um plano comum, ao definirem a apropriação dos lotes. Isto é percebido quando se observa que, dentre os lotes pertencentes a cada grupo de famílias oriundas de um município, houve venda de posses.

Acompanhada do fato desgastante da não permanência das famílias no lote, a venda das posses foi uma prática que também gerou preocupações por parte daqueles que conquistaram a terra por meio da ocupação e acampamento. A vinda de famílias compradoras não foi um fato agradável para alguns assentados, pois, de acordo com o relato do entrevistado 09,

“Toda vida eu falei o seguinte: se o cara veio pra trabalhar e quisesse trabalhar... queria que ficasse os vinte e sete que entrou porque era um motivo de incentivo pra gente, que passou todo sofrimento e a gente tudo inexperiente. Mas aqueles que depois num adaptou e que num queria trabalhar eu achava viável vender e colocasse alguém que precisasse e que trabalhasse. Porque também, porque isso aqui você gera um pouco de emprego, você gera renda, né. É a pessoa ficar pra não trabalhar também num vai... por exemplo, você sair da cidade pra vim ficar parado, dependendo dos outros é pior do que ta na cidade mesmo do que deixasse quem quisesse trabalhar na terra.” (informação verbal)

A defesa daqueles que querem a terra para trabalhar fica evidente na fala do Entrevistado 09. É possível compreender que o desgaste na relação entre os moradores do assentamento e os beneficiários que ali não residiam não tem, como único motivo, a dificuldade de contato ou não participação dos não moradores na construção de projetos e reuniões coletivas, como nos relatou anteriormente o entrevistado 09. Acrescentemos como motivo o trabalho, para ampliarmos a compreensão das relações sociais que se estabelecem no assentamento. O trabalho é uma prática cotidiana que pode implicar o modo de uso da terra. No caso do assentamento Divisa, a produção do lugar, a partir de relações sociais, envolve o

⁶ Entrevista realizada em setembro de 2007.

valor que as famílias dão ao trabalho. Isto porque, na fala do entrevistado 09, o trabalho na terra é essencial, mesmo que no lote permaneça morando outra família que não tenha sido companheira de luta. Mas as relações estabelecidas entre aqueles que compraram posses no assentamento e as famílias assentadas desde a criação do projeto não ocorreram de forma harmônica, mesmo que os compradores tenham permanecido nos lotes e neles trabalhado, para garantir a reprodução da vida.

Por meio de diálogos informais, fomos descobrindo como se deram as relações entre famílias assentadas e compradoras de posses. Numa entrevista com o entrevistado 19, ele nos relatou que sua família comprou o lote há 10 meses, e como sempre trabalharam com produção leiteira, continuaram reproduzindo essa atividade no assentamento. Sendo assim, sua produção de leite é depositada, diariamente, no tanque de expansão, que se localiza no lote nº 18. Ele narrou um episódio interessante, que ilustra sua relação de vizinhança.

“Assim que a gente mudou pra cá eu comecei a pôr o leite ali. E aí, acontece de pessoa às vezes não dar certo com você. Até mesmo um vizinho sem motivo nenhum resolveu criar um problema comigo até estranho. Ele alegou que o problema que eu tinha de pôr o leite no resfriador é que eu tirava leite demais. Nosso leite era muito. Aí esse dia a gente discutiu, entrou em atrito. E foi isso aí. Também, não sei é uma pessoa que não compensa levar em consideração, porque é cabeça fraca. Daí dois, três dias, já estava aqui na porta da minha casa conversando, então eu deixei aquilo pra lá. Mas a gente sempre lembra desse episódio. Eu não conhecia ninguém e fazia praticamente dois meses que eu tava aqui e aí a gente começa a ver que aqui tem todo tipo de pessoa. Simplesmente ele enxergou que o motivo que ele discutiu comigo, foi um motivo bobo, que não teve o menor sentido. Ele procurou aproximação e eu não fugi dessa aproximação. Eu podia ter falado que não queria papo com ele, mas simplesmente eu falei tudo bem, se você quer aproximar. Até porque não seria bom pra mim já criar uma indisposição com uma pessoa logo na chegada, né. For ficar diferente com um vizinho por causa de uma bobeira, acho que isso aí foi uma bobeira da parte dele e a gente deixa isso pra lá.”
(Informação Verbal)⁷

⁷ Entrevista realizada em setembro de 2007.

Podemos perceber que as pessoas que produzem o lugar nem sempre aceitam o outro, por este ser diferente. O ato de “tirar leite demais” demonstra uma diferença que se apresenta em relação ao trabalho, à capacidade de produção que o comprador de posse da terra desenvolve, no assentamento, sob uma infra-estrutura mais bem desenvolvida. A infra-estrutura que o comprador possui, em seu lote, difere de algumas outras, em parcelas de terra pertencentes às primeiras famílias beneficiárias do projeto de assentamento.

Alguns dos compradores que vieram para o P. A. Divisa trouxeram gado, maquinário agrícola e encontraram o lote cercado, com casa, poços d'água, currais, etc., toda uma infra-estrutura que foi produzida pelo assentado que lhe vendeu a posse. Essa condição favoreceu a produtividade de alguns compradores, que continuaram reproduzindo as mesmas atividades agrícolas em que trabalhavam, anteriormente.

Por parte dos compradores, há um esforço para construir novas relações de vizinhança, de modo que, para se integrar ao grupo coletivo de uma das associações de produtores, torna-se necessário solidificar tais relações e não rompê-las.

Mas a aproximação e o conflito não se apresentam apenas entre os assentados e os compradores de posses. Entre os próprios compradores existem conflitos nas relações de vizinhança, que determinam o curso da reprodução de relações mais amplas, aquelas que envolvem o coletivo.

Como nos foi relatado pelo entrevistado 13, a sua divisa de cerca com o lote nº 16 estava alterada desde quando comprou a posse da terra. Segundo o entrevistado 13,

“O cara que me vendeu esse lote aqui, o tal de Gumerindo, eu achei ele muito irresponsável, porque o cara quando é homi ele não precisa fazer as coisa escondido. Quando eu comprei aqui. Quando o Elias comprou já tava

errado. Quando o Gumerindo, que era dono aqui, que ele comprou primeiro que o Elias. Quando ele comprou, já comprou com a cerca errada. A cerca tava dentro do chão dele, que é meu hoje, né. Ele me contou e eu nem sabia o motivo disso. Aí o Elias, pega, compra também e aí continua do mesmo jeito errada. Não sei se ele quis pôr isso no lugar, eu não sei. Não vou falar que eu não sei de nada disso, né. Eu sei da minha parte. Aí quando eu vim pra cá eu não sabia. O véi que me vendeu não falou nada. Se ele me falar que a divisa tava errada, aí eu procurava o Elias antes de comprar pra saber dele se nós punha ela no lugar. Porque se falasse que não ia pôr eu não comprava o chão. Eu comprar encrenca pra quê? Eu nunca precisei disso... Aí nós percorremo a divisa todinha. Teve a reunião depois lá na sede e falou que era pra pôr a cerca no lugar e foi o que aconteceu. Hoje ela tá no lugar certo onde devia tá. Já tinha que tá anos atrás. Tudo que acontecer aqui dentro, quem tem que resolver mais é o INCRA. Por causa disso a gente quase não relaciona, de jeito nenhum.” (Informação Verbal)⁸

A negociação para se resolver o problema da divisa não foi satisfatória entre os vizinhos, sendo que a alternativa foi recorrer ao INCRA, para que este determinasse que a cerca fosse alterada. Na fala do entrevistado 13, fica evidente sua preocupação em não ter conflitos com outras pessoas, especialmente com a vizinhança. Depois das discordâncias, o entrevistado 13 não mais participa dos trabalhos coletivos de colheita das lavouras, pelo sistema de trocas de serviço. Pouco antes de se frustrar com as negociações junto ao vizinho, ele participara da colheita de arroz, que foi realizada de forma coletiva no lote nº 16. Sendo assim, não participou da colheita do gergelim, realizada no mês de Abril.

Mas nas relações de vizinhança ainda persistem gestos de cordialidade e solidariedade, como nos relata o entrevistado 14,

“Se um vizinho chegar precisando, como diz, o que eu tiver, graças a Deus. Só se eu não tiver mesmo. Mas o que tiver a gente socorre na hora. A gente vende, dá. Se for uma pessoa conhecida a gente dá. Ou empresta e a gente devolve, entendeu. A maioria a gente dá, porque se for um vizinho próximo da gente ou que seja um conhecido, ovo, frango, essas coisas a gente não vai vender, porque isso faz falta, né.” (Informação Verbal)⁹

As relações sociais que se estabelecem no local produzem o lugar por uma perspectiva do embate, da negociação, da tolerância e da solidariedade, que se manifestam em práticas que estruturam o cotidiano. Desse modo, não se pode

⁸ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

⁹ Entrevista realizada no mês de setembro de 2007.

dissociar a produção das atitudes que estão imbricadas nas relações de vizinhança e que podem interferir nas formas coletivas de se relacionar. O lugar não é uma produção individual, ou mesmo harmônica. Há projeções que se relacionam a projetos individuais, mas que somente se realizam no coletivo ou em função dele.

Apesar de o trabalho ser uma categoria de grande importância para os assentados, não é somente ele que garante a condição do bom vizinho. No caso do assentamento, a história de lutas das famílias que participaram da ocupação e do acampamento é relevante para os assentados, e não basta apenas morar na terra para que se tenham afinidades e se promovam relações sociais. É necessário ter habilidades para contornar os inconvenientes, solidarizar-se com a condição do outro; é possível, entretanto, não se estabelecerem relações de proximidade, por se ser diferente e, talvez, considerado melhor. O espaço vivido é produzido por formas de pensar e agir que promovem o embate e o conflito, demonstrando que a produção do lugar se processa pela lógica do contraditório, de aproximações e distanciamentos entre os sujeitos que participam desse processo.

3.2. Paisagem do lugar: resultado das relações com o meio

O contexto da produção e reprodução do lugar também pode ser analisado a partir da paisagem. Como categoria analítica do espaço, a paisagem apresenta um conteúdo teórico que orienta, metodologicamente, a investigação da realidade, e nos permite tecer considerações relevantes que contribuem para elaboração do entendimento do lugar.

Paisagem é um conceito-chave nos estudos culturais e, por ter sido retomado nas análises da corrente humanística-cultural, é de grande relevância para se

compreender a transformação que o espaço sofre, a partir do processo de reprodução da sociedade. É necessário pensar a paisagem como sendo um conceito complexo, que não se resume àquilo que pode ser percebido pelo campo visual. Nesse sentido, propomos, primeiramente, uma diferenciação teórica entre espaço e paisagem.

O espaço, como conceito amplo, necessita de recortes para que seja analisado minimamente, nos detalhes que o compõem, pois apreendê-lo, em sua totalidade, é uma tarefa que necessita de orientação metodológica. Sendo assim, pode-se dizer que a paisagem é uma categoria analítica do espaço, que permite compreendê-lo por um viés específico, único e complementar às demais categorias, como por exemplo, o lugar.

Milton Santos (2006), ao diferenciar espaço de paisagem, afirma que

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima [...] a paisagem se dá como um conjunto de objetos-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. (p. 103)

Essa diferenciação não encerra a compreensão acerca do conceito de paisagem. Sua contribuição introduz a necessidade de apontar outras reflexões acerca do conceito. Compreendendo que espaço e paisagem possuem diferenças consideráveis, mas se aproximam enquanto recorte da realidade, que é a própria sociedade, podemos prosseguir nossas análises a partir de reflexões específicas acerca da paisagem, de modo que se produza a análise deste conceito para a compreensão do lugar.

É importante ressaltar que os termos paisagem e lugar não são entendidos como equivalentes, muito menos como excludentes. Pelo contrário, estão sobrepostos e se interpõem, estando um contido no outro. A paisagem pode ser

entendida como um conteúdo dotado de aspectos visíveis, que poderíamos denominar perceptíveis, e elementos não visíveis (TROLL, 1996). No entendimento de Troll a paisagem seria, então, constituída por um conteúdo fisionômico ou formal e outro funcional. As formas dos objetos constituintes da paisagem apresentam uma funcionalidade que lhe dá sentido e dinâmica relacional.

No aspecto funcional estão contidos diversos fatores que interagem em determinações mútuas, como a economia, a cultura, a política, etc., contribuindo para a constituição de formas na paisagem que podem ser apreendidas perceptivelmente. No processo de interação entre os geofatores (TROLL, 1996), diversas formas e conteúdos da paisagem convivem com elementos de outros tempos, produzidos e reproduzidos em épocas bastante distantes no tempo. De acordo com Troll (1996),

Todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto paisagens naturais só variam em ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria observação do geógrafo. (p. 03)

Ao analisar a funcionalidade contida na paisagem, deve-se considerar que não são apenas elementos do presente que interagem para a produção da paisagem geográfica. Há diversidade de formas que são testemunhos de outras épocas, podendo ou não possuir funcionalidade no tempo presente.

Na perspectiva de Troll (1996), a paisagem não é analisada somente pelo enfoque naturalístico, mas também pelo viés cultural, como resultado da ação do homem sobre o meio. Por fim, pode-se chegar a uma primeira definição de paisagem.

O termo paisagem geográfica diz respeito a um setor da superfície terrestre definido por uma configuração espacial determinada, resultante de um aspecto exterior, do conjunto de seus elementos e de suas relações externas e internas, que estão enquadrados pelos limites naturais das outras paisagens de caráter distinto. (TROLL, 1996, p. 4)

Outra definição de paisagem que se aproxima da anterior e a complementa, apresentada por Troll (1966), refere-se ao entendimento de paisagem elaborado por Sauer (1998). Recapitulando, em Troll (1996) a paisagem possui um conteúdo fisionômico, que podemos entender como formal. Esta, por sua vez, possui conteúdo funcional, de intenção, que lhes dão sentido. No conteúdo da paisagem estão preservados testemunhos de outras épocas, que podem ou não ter funcionalidade no espaço presente.

O conceito de paisagem apresentado por Sauer (1998) aproxima-se do conceito elaborado por Troll (1996). De acordo com Sauer (1998), paisagem pode ser definida como

[...] uma forma da terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. (p. 23)

Os dois conceitos se aproximam por tratarem de aspectos externos da paisagem. Enquanto Troll (1996) considera a fisionomia, Sauer (1998) trata de morfologia. Porém, os dois termos não podem ser tomados como sinônimos ou equivalentes. Fisionomia se diz do aspecto visível, perceptível aos sentidos, enquanto morfologia relaciona-se à maneira de se classificarem as formas presentes na paisagem.

Para Sauer (1998), a natureza é entendida como paisagem natural e está submetida à intervenção do homem, que por meio de sua cultura transforma a natureza de acordo com o seu interesse. Sendo assim, Sauer (1998) nos fala de paisagem cultural como sendo

[...] área geográfica em seu último significado. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem. Com base nessa definição, em geografia não nos preocupamos com a energia, costumes ou crenças do homem, mas com as marcas do homem na paisagem. (p. 57)

Nessa perspectiva, o estudo da paisagem elege como centro de investigação o resultado da relação do homem com a natureza, produzido culturalmente. Nesse

contexto, podem-se incluir as técnicas que permitem ao homem alterar o meio natural. Tomando-se como referência a paisagem do assentamento Divisa e seu conteúdo cultural, podemos afirmar que a criação do projeto de assentamento representou um marco importante para a modificação da paisagem da fazenda Divisa. Após as famílias se tornarem assentadas houve a produção de uma nova paisagem, que resultou em novas formas ou fisionomias, que se relacionam com novas funcionalidades. Sendo assim, concordamos com Troll (1996) quando ele afirma que as “paisagens econômicas mudam relativamente depressa”. Nesse caso, entende-se, por meio de Sauer (1998), que a paisagem cultural também possui ciclos de mudança que estão atrelados à funcionalidade que rege e coordena a construção de marcas na paisagem.

Pensando a paisagem como marca, podemos recorrer ao conceito elaborado por Berque (1998), para ampliar nosso entendimento a respeito de paisagem geográfica

Como manifestação concreta, a paisagem está naturalmente exposta à objetivação analítica do tipo positivista; mas ela existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica [...] A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação. (p. 85)

Tendo-se o entendimento de que a paisagem é dotada de funcionalidade, também podemos compreender que ela é marca e matriz das ações dos homens. A marca se refere ao resultado da relação do homem com a natureza e com a própria sociedade. Essa mesma marca se torna matriz para o estabelecimento de novas formas e funções, ou seja, podemos entendê-la como possuidora de um caráter absoluto, devido a não se poderem construir novas marcas sem recorrer às marcas empreendidas anteriormente. Nesse processo de construção, marcas antigas vão

perdendo ou adquirindo funcionalidades. De acordo com Sauer (1998), “Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga.” (p. 59)

Nesse sentido, o P. A. Divisa é um exemplo de paisagem marca e matriz, por possuir seu espaço modificado em um período curto de tempo por uma “nova” cultura, ou poderíamos dizer, mais especificamente, modos de vida que interagem e se estabelecem no espaço.

Por meio da análise dos vários conceitos de paisagem, abordados anteriormente, foi possível compreender que a paisagem deve ser enfocada, em seus aspectos naturais e culturais, tomando-se como referência inicial as formas que ali estão postas, para adentrar, minimamente, na funcionalidade que as rege. Nesse contexto, devem ser consideradas as marcas e funcionalidades anteriores, pois a paisagem que se encontra no presente é carregada de conteúdos de outros tempos, que possuem ou não funcionalidade. O conceito de marca e de matriz nos remete ao entendimento de que as marcas e as funcionalidades que as determinaram, em um período histórico anterior, tornaram-se matrizes para a produção da paisagem que se organiza e se manifesta no espaço presente.

Ao analisarmos a produção do lugar, tendo como referência as relações sociais, foi possível compreender que tais relações não se produzem sem que haja a materialidade também produzida. Nesse sentido, as marcas que as famílias empreenderam, no espaço do assentamento, representam um conteúdo significativo para a produção e reprodução do lugar.

Durante as visitas ao P. A. Divisa, tivemos a oportunidade de observar a paisagem por diversas vezes, tomando como referência a percepção por meio dos sentidos.

A paisagem, observada pelo ouvir, pelo ver, pelo sentir, foi um guia para que pudéssemos analisar as formas presentes no assentamento, ou seja, as marcas que as famílias empreenderam por meio dos modos de uso da terra. Foi uma tarefa interessante trabalhar com os sentidos e descrever o ambiente de uma forma agradável, até mesmo poética. Para nós foi o momento de desenvolver a observação e dar significado de importância àquilo que para muitos pesquisadores poderia ser visto como algo comum.

Em um dia qualquer de visita ao assentamento é possível perceber que os animais berram à beira do curral logo pela manhã, pouco depois de o Sol raiar. O mugido das vacas parece clamar pelas crias, como se elas necessitassem se alimentar do leite somente naquele mesmo horário, todos os dias. É possível escutar muito bem o mugido do gado que está apartado de suas crias, demonstrando estar inquieto por desejar compartilhar um contato caloroso com seus filhotes, como se compreendesse que somente o seu pastor é capaz de atender-lhe o desejo.

Para o homem do campo, o tempo de realizar os afazeres, no curral ou na roça, não é orientado pelo relógio de horas marcadas, ao qual as pessoas da cidade recorrem diariamente. Esse mesmo relógio parece ser desnecessário para despertar o homem e sua família, para o trabalho na terra.

No assentamento, não é apenas o gado que desperta as pessoas do lugar para o trabalho. O mugido dos animais junta-se ao canto dos pássaros, que voam de árvore em árvore, cantando incansavelmente. São pássaros pretos, araras azuis, pardais, canarinhos, curicacas e seriemas, cujos cantos podem ser escutados,

nitidamente, ao longe. São tantas as aves que elas parecem se revezar como músicos em uma orquestra e, em alguns momentos, produzir uma harmonia de sons intercalados que causam encantamento e curiosidade às pessoas que não estão acostumadas a ouvir, diariamente, essa multiplicidade de sons.

Os galos parecem ser preguiçosos, se comparados aos pássaros, que ao raiar do sol celebram com seus cantos o início de um novo dia. Os “donos do terreiro” cantam poucas vezes pela manhã, mas são importantes para marcar o caminhar da noite. Suas manifestações tenóricas são espaçadas, pontualmente, durante as noites estreladas ou nebulosas, como se eles fossem um relógio que despertasse de hora em hora. Logo pela manhã, o galo reúne o seu plantel de galinhas para aguardar o momento em que o seu dono abrirá a porta da cozinha e lançará ao solo do terreiro dos fundos da casa a sua ração diária. Caso ocorra algum atraso na entrega do milho, as galinhas se encarregam de conversar um pouco mais alto, para que os de dentro se compadeçam de suas necessidades vitais.

Os cachorros permanecem atentos quanto aos inconvenientes que possam interferir, de forma agradável ou desagradável, na rotina de seus donos. Estão sempre de prontidão, observando cobras e outros animais que se aproximem da propriedade e ameacem qualquer ser que tenha vida, principalmente o seu dono. Eles são fiéis denunciadores daquilo que é estranho ao que eles estão acostumados a ver e ouvir. Seus latidos, durante à noite, demonstram que algo diferente pode estar ocorrendo nas imediações da residência de seu amo. Geralmente, latem para alertar os de casa sobre um lobo guará ou uma raposa que, esporadicamente, aparecem, de forma sutil e silenciosa, para perturbar o sono das galinhas. Poucas vezes o chefe da família se levanta para ver o que está acontecendo, já que acredita

na destreza e competência de seus súditos. Basta os cachorros pararem de latir, como sinal de que tudo permanece harmônico e em ordem, para que os seus donos, que estão em casa repousando, possam voltar novamente a dormir.

O gato é outro animal que exerce um papel importante na hierarquia do trabalho dos animais na propriedade rural. Sua função é exercida principalmente dentro de casa, longe do ardor do sol ou da umidade do sereno da noite. Eles trabalham à sombra, vasculhando a casa e casebres à procura de ratos e outros pequenos animais. Pelas manhãs, hora comum em que todos os animais aguardam a presença de seus donos, os gatos também estão ali, pelas portas ou janelas, com seus miados aperreados, demonstrando o quanto estão famintos pelas quitandas feitas pela dona da casa e sedentos pelo leite, que será pontualmente ordenhado.

Os animais são os primeiros a acordar para o dia e a despertar as pessoas do lugar. Muitos deles não dormem à noite, mas pela manhã estão sempre ali, aguardando a manifestação de seus donos. Porém, volta e meia são surpreendidos com o madrugado de dentro que, esporadicamente, acordam antes de o Sol raiar, quando necessitam apressar o trabalho de ordenha para visitar a cidade, participar de uma colheita no lote de algum vizinho, trabalhar para algum fazendeiro conhecido ou vizinho de lote.

O ato de levantar antes do horário aguardado pelos animais domésticos não frustra a expectativa deles nem os deixa mal acostumados para que, no outro dia, acordem o seu dono no mesmo horário em que ele lhes servira o alimento, no dia anterior. A rotina dos animais, principalmente os domésticos, parece acompanhar uma linearidade de horários que se conjuga com os momentos que o homem estabelece enquanto tempo de trabalho. Desse modo, as adversidades do tempo de início da lida no curral ou na roça, desde que não ocorram com frequência, não

interferem no costume das crias em modificar também seus horários de despertar para o dia.

O despertar no campo independe das condições metereológicas. Este, diariamente, é observado por alguns sujeitos mais atentos, que conseguem perceber, nas atitudes dos animais ou na direção dos ventos se, no período de vinte e quatro horas, poderá chover ou mesmo haver mudanças bruscas de temperatura. Podemos citar como exemplo o entrevistado 01, o qual concedeu sua casa para que pudéssemos ficar alojados, todas as vezes em que fôssemos a campo. Tais observações foram realizadas sempre que tivemos a oportunidade de acompanhá-lo na lida diária ou no tempo de descanso.

Numa certa tarde estávamos reunidos na casa de sua filha, moradora do lote vizinho. Eram aproximadamente três horas da tarde e o entrevistado 01 e nós ouvimos um pássaro conhecido como anu-preto cantar em meio às árvores do quintal da casa. Imediatamente ele nos informou que, naquele mesmo dia ou no prazo máximo de 24 horas, iria chover. Alguns que estavam por ali não acreditaram em sua fala pois, como observamos, o tempo naquele momento estava com temperaturas altas e sem quaisquer nuvens no céu.

Mas no final da tarde ocorreu uma chuva que durou, aproximadamente, 40 minutos, acontecendo o que poucos esperavam. Numa conversa posterior com o entrevistado 01, ele nos relatou que alguns animais podem sentir as mudanças do tempo e nos indicar se ocorrerão chuvas ou não. O seu conhecimento sobre a natureza advém de uma trajetória de vida ligada à terra, como ele nos informa:

“Eu nasci, por exemplo, mexendo com gado. Desde eu pequeno, que comecei a andar já mexendo com gado. Porque era o serviço que tinha, nessa época, aí, mexi desde pequeno, estudei pouco e não consegui um serviço melhor, um emprego. Tive que ir pra roça mesmo, né. Aí é um serviço grosseiro assim mesmo, eu acho bom. Eu trabalhei pros outros, trabalhei muito tempo, aí depois comecei a alugar chão, arrendar, aí já trabalhava diferente, né. Contando que já não era empregado assim, né. Trabalhava de arrendado na roça a mesma coisa. Trabalhei de pedreiro um

bucado de tempo, assim, mais nas horas vaga pra melhorar o salário um pouquinho.” (Informação Verbal)¹⁰

Outros sujeitos não possuem saberes a respeito da natureza, já que não tiveram uma trajetória de vida ligada ao trabalho na terra. Podemos citar, como exemplo, o entrevistado 25. Nos relatos a respeito de sua trajetória de vida, ele nos disse o seguinte:

“Eu aprendi tirar leite aqui, sozinho. Eu pensei que ia ser melhor pra mim, né. Eu pensei mesmo. Acho que tá lá (estar no assentamento), tirar um leiteiro é melhor, né. Porque lá a gente tem um dinheirinho todo dia. Pouco, mas tem. Porque você tá na cidade mas não tem dinheiro todo dia. Lá o bicho pega.” (Informação verbal)

Em seus relatos ficou claro que o seu primeiro contato com o trabalho na terra se deu no assentamento Divisa, demonstrando que as marcas na paisagem não são empreendidas por uma funcionalidade única, pois os saberes e habilidades, presentes no conteúdo cultural das famílias, as diferencia, substancialmente, no que se refere à condução da produção, a partir da terra.

Ainda analisando o ambiente como regulador do tempo de trabalho, das práticas aí contidas e dos modos de uso, que contribuem para instituição de uma lógica na construção das paisagens e produção do espaço vivido, pode-se compreender que a organização de atividades e sua execução nem sempre depende da manifestação de crias domésticas ou animais silvestres. Os jovens que estudam na cidade acordam antes do nascer do Sol, para aguardar o veículo que os conduz até a escola.

Para algumas famílias, a preparação do café se inicia pela madrugada, com a peleja para acender o fogão de lenha. Na verdade, não se pode falar em peleja quando já se possui um treino para realizar determinado afazer. Produzir fogo em um fogão de lenha não é uma tarefa fácil, para quem não possui habilidade. Mas

¹⁰ Entrevista realizada em setembro de 2007.

para a família que lida, todos os dias, com a realidade de buscar lenha das árvores caídas na mata e de arbustos cortados e amontoados ao longo da área de pastagem, isto não significa dificuldade extrema, nem mesmo perda de tempo. Significa economia, mas, além disso, um ritual que se inscreve na matinada e no alvorecer de um despertar e ao anoitecer, comuns de todos os dias. O ritmo do cozinhar é ditado pelo ritmo do colher a lenha, cortá-la e deixá-la ser consumida por chamas que, além de preparar os alimentos, também aquecem os corpos frios e carentes do calor de uma fogueira, nos dias de temperaturas amenas.

Mas ao lado do fogão simples de tijolo e barro encontra-se um concorrente mais moderno que, volta e meia, ganha a disputa do trabalho na cozinha. O fogão a gás dá um novo ritmo ao cozido, embalando, com maior rapidez o trabalho na cozinha. Quando se tem um atraso no despertar, o fogão a gás é a melhor opção a ser utilizada. Isto porque o trabalho não pode ter grandes atrasos, principalmente quando se tem uma programação diária de muitas tarefas, que não se resumem às obrigações no lote, mas que podem se estender, também, às fazendas vizinhas e a outras glebas do assentamento.

Os que ficam para o trabalho que se inicia logo após o arrebol de uma aurora, em qualquer semana, estão acostumados a uma preparação disciplinar para o trabalho. Ao se levantar, procura-se a roupa que foi utilizada no dia anterior de trabalho, para vesti-la novamente. As botas estão por ali, próximas à cama, empoeiradas ou com barro em sua sola. Não há uma preocupação em preparar, no dia anterior, a roupa que será vestida no trabalho do dia seguinte. A camisa mais velha que se possui, a calça surrada do trabalho na lavoura e no campear do gado, as mangas longas que se vestem separadamente, para proteger os braços dos raios solares, e que possuem uma cor de um tecido que não combina com a cor de outras

peças da roupa, bem como o chapéu para amenizar o contato dos raios solares compõem uma vestimenta de todos os dias de trabalho.

Talvez não seja adequado trocar de roupa todos os dias para um trabalho que não exige condições de vestimentas totalmente limpas e bem alvejadas. Caso se quisesse manter essa postura, poderia ocorrer um sobretrabalho doméstico. Desse modo, a mulher da casa parece não se importar com a moda que prevalece entre os de casa que são responsáveis pela lida na lavoura e pecuária. Sua preocupação quanto à vestimenta direciona-se para os filhos que estudam na cidade. É necessário vestir um uniforme escolar limpo e cheiroso e estar com o corpo de banho tomado para ir à escola. Percebe-se que há um zelo pela aparência, pelo mínimo que seja, quando se refere ao convívio social fora do tempo de trabalho, em festas na roça ou visitas à cidade.

O trabalho na ordenha se segue pela participação de alguns filhos da família. Numa observação da tarefa de ordenha no lote nº 01, uma das crianças está no curral, e embora não se interesse em aprender como amarrar as patas traseiras da vaca e a pear um bezerro junto a ela, acompanha o pai, porque o aprendizado é uma ordem e não uma opção.

Cuidadosamente, o pai lhe ensina como manusear a corda que irá imobilizar os animais. Ensina-lhe também que, antes de iniciar a ordenha, é necessário limpar as tetas da vaca com o rabo dela ou cuspir nas mãos. O menino repete os mesmos gestos que o pai, da maneira que ele lhes ensinou. Apenas é instruído de que não deve adquirir o hábito de fumar, como o pai tem. Este é um hábito que ocorre, também, durante a ordenha.

Durante a observação o ordenhador nos narra a condição estrutural e de hábitos exigida pelo laticínio que compra o leite das famílias do assentamento. O laticínio

tem dialogado constantemente sobre algumas adequações que são necessárias para melhorar a qualidade do leite, no que diz respeito à diminuição de bactérias. O laticínio tem cobrado que, até o ano de 2010, todos os produtores tenham os currais cobertos e calçados, e que a ordenha se realize por procedimentos bastante diferentes dos que são adotados na atualidade. Para se realizar a ordenha o balde onde se deposita o leite deve ser de material inox, e não de plástico, como é comumente utilizado. A abertura do recipiente tem que ser estreita, para evitar cair pêlo dos animais ou outros fragmentos, sólidos ou líquidos, no balde de leite. As tetas das vacas devem ser lavadas com água e sabão, antes da ordenha, para ficarem limpas, e devem ser enxugadas com papel toalha. De acordo com essas informações, narradas pelo morador do lote nº 01, entendemos que essas exigências são contrárias às práticas que fazem parte da cultura de algumas famílias. A exigência de infra-estrutura relacionada à produção do leite anuncia mudanças na paisagem, pois, como foi observado nos lotes, nenhuma família produtora de leite enquadra-se nas exigências propostas pelo laticínio. Como se pode observar nas fotos 08 e 09, os currais não possuem a infra-estrutura exigida pelo laticínio.



Foto 5: Imagem do curral situado no lote nº 15. A infra-estrutura existente não está adequada de acordo com as exigências que o laticínio tem solicitado aos produtores. A infra-estrutura de cobertura e pavimentação está ausente. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março, 2007.



Foto 6: Curral no lote nº 04 sem a infra-estrutura que é exigida pelo laticínio. O produtor realiza a ordenha à sombra de uma árvore que se localiza no centro do curral. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro 2007.

As exigências por parte do laticínio têm-se refletido nas organizações das relações sociais no lugar pois, como vimos anteriormente, ainda persistem relações de vizinhança em que vigoram a tolerância, a cumplicidade e também a confiança. Essas relações permitem que a organização coletiva, quanto à produção do leite, seja realizada e regida por atitudes que não são juridicamente impostas, mas socialmente compartilhadas, como é o caso da organização que os assentados possuem, em depositar o leite nos tanques de expansão pertencentes a grupos coletivos.

Observando o trabalho em torno da produção do leite, pôde-se verificar que há uma relação de confiança entre aqueles que depositam o leite no tanque de expansão, pois cada um é responsável por medir o volume de leite, depositá-lo e registrar o valor do volume numa tabela. As fotos 10 e 11 ilustram essa paisagem existente no assentamento.



Foto 7: Entrega de leite no tanque de expansão de uma das associações de produtores. O produtor é responsável em medir o volume do leite e depositá-lo no tanque. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro, 2007.



Foto 8: Entrega do leite no tanque resfriador. Numa folha, onde se tem uma tabela, o produtor registra, em seu nome, a quantidade de leite que foi depositado no tanque. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro, 2007.

As mudanças solicitadas pelo laticínio estão sendo sedutoras para os assentados e aos poucos vão modificando as relações coletivas baseadas na confiança mútua, como é o caso da honestidade que prevalece no uso coletivo do tanque de expansão. A partir de abril de 2007, a entrega do leite passou a ser realizada mediante a presença de uma outra pessoa, que mede o volume do produto, realiza uma medida de acidez do leite e o deposita no tanque. A necessidade de se colocar alguém, para que realize tal trabalho, advém da exigência do laticínio, o qual promete pagar um preço maior pelo leite, que contenha o mínimo de bactérias por volume. Sendo assim, as famílias produtoras decidiram contratar uma pessoa do próprio assentamento, para trabalhar durante as manhãs e realizar o trabalho, que antes era de responsabilidade de todos, inclusive a tarefa de limpeza do tanque. Podemos observar esta realidade na foto 12:



Foto 9: Alternativa de depósito de leite no tanque de expansão. Uma funcionária é responsável em medir a quantidade de leite entregue, verificar o nível de acidez do leite e registrar o volume depositado na tabela Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Dentro do processo de produção do leite, pode-se verificar, também, alterações nas técnicas de produção relacionadas à melhoria genética do gado leiteiro. Aqueles produtores que pretendem se adequar às exigências do mercado têm buscado técnicas que possam lhes permitir aumentar a produção do leite. Desse modo, no assentamento Divisa, dois produtores vizinhos fizeram um curso de inseminação artificial e, em conjunto, mantêm a prática da inseminação do gado leiteiro. Os vizinhos dos lotes nº 03 e nº 04 trabalham, em conjunto, para a manutenção de um botijão com nitrogênio, a fim de conservar o sêmen que será utilizado na inseminação. Na foto 13, tem-se o botijão aberto para retirada do sêmen que seria utilizado para fertilizar o gado.



Foto 10: Realização de inseminação artificial. Moradora do lote nº 3 prepara o material que será utilizado para inseminar o gado. Realiza o descongelamento do sêmen e faz higienização dos instrumentos que serão utilizados. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Mas essa técnica moderna tem sido acompanhada pela sabedoria do produtor em conhecer os ciclos da natureza. A inseminação não é realizada aleatoriamente, escolhendo-se o animal sem critérios que apontem a melhor opção. O produtor tem que saber o momento em que a vaca está no cio, para que o sêmen utilizado para inseminar não seja descartado. No caso específico da inseminação realizada em abril de 2007, como está ilustrada pela foto 14, que se segue, o entrevistado 26 nos relatou que o entrevistado 03 havia escutado, pela madrugada,

a vaca mugindo e pressupôs, imediatamente, que ela estava no cio, podendo ser fertilizada pela inseminação. Como o entrevistado 03 não poderia realizar o trabalho, solicitou a sua filha para que o fizesse, na sua ausência.



Foto 11: Inseminação artificial realizada no gado bovino. O local onde se prende o animal é o tronco de um curral, situado próximo à residência do produtor. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Essa técnica moderna de fertilização do gado não é utilizada por todos, no assentamento. Nos outros 25 lotes que possuem rebanho bovino ainda se utiliza um macho reprodutor, como é o caso do lote nº 02 e lote nº 18. Ao se observar a paisagem, fica evidente que, no assentamento, existem contrastes de técnicas que revelam a opção de um e de outro produtor, bem como a potencialidade infra-estrutural de se realizarem investimentos para com a produção. Nas fotos que se seguem se pode observar nas fotos 08 e 09, os currais não possuem a infraestrutura exigida pelo laticínio.



Foto 1: Touro reprodutor da raça Gir. Utilizado para cruzar com as fêmeas produtoras de leite, pertencentes ao assentado morador do lote nº 18. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.

Enquanto o produtor do lote nº 02 opta pelo reprodutor Nelore, o produtor do lote nº 18 adotou como opção a raça Gir. As diferenças entre os dois produtores se relacionam às matrizes genéticas de um e de outro macho reprodutor pois, segundo os dois assentados dos respectivos lotes, as crias do macho reprodutor de raça Nelore possuem melhores preços no mercado, por possuírem maior potencial na produção da carne, enquanto as crias descendentes da raça Gir possuem maior potencial para produção do leite.

Mesmo não optando por técnicas modernas de inseminação artificial, os dois produtores, dos lotes nº 02 e nº 18, adotam um sistema moderno de divisão de pastagens, por meio da utilização de cercas elétricas, sendo esta uma prática comum, na maioria dos lotes do assentamento. A cerca elétrica é mantida por um aparelho ligado à rede de energia, que é responsável em distribuir a corrente elétrica

para os fios de metal que cercam os piquetes na pastagem. A foto 17 mostra um aparelho elétrico instalado no lote nº 02.



Foto 2: Aparelho transmissor de energia elétrica para as cercas divisoras da pastagem em piquetes. O aparelho está instalado na residência do morador do lote nº 02. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.

A divisão da área de pastagem dos lotes em áreas menores foi uma opção encontrada pelos produtores para otimizar o consumo de alimento pelo gado. Os piquetes, como são chamadas essas divisões menores da pastagem, permitem que o gado bovino consuma o máximo de alimento contido nesse espaço delimitado pela cerca elétrica. Enquanto isso, outras áreas de pastagem, delimitadas pela cerca, ficam em descanso, para que o capim cresça e forneça maior quantidade de alimento para o gado, quando este for transferido para outra área de piquete. A implantação de piquetes, por meio da utilização de cerca elétrica, reduz os gastos

com postes e fiação para construção de cercas, como nos informou o entrevistado 09, bem como diminui o trabalho que seria empregado para a construção de cercas.

A opção pelos piquetes foi adotada com o intuito de melhorar a alimentação do gado, sem que alterações na pastagem fossem realizadas. A pastagem que permanece nos lotes é a mesma desde quando o assentamento Divisa foi criado. Como uma imposição social, as condições naturais das Áreas de Preservação Permanentes (APPs), das áreas de Reservas Legais (RLs) e áreas agricultáveis dos lotes apresentam determinado grau de degradação ambiental, como se pode observar não somente pelas práticas de otimização da pastagem, mas também pelo assoreamento dos córregos que estão na divisa do assentamento. Na foto 18 pode-se observar as margens do córrego Divisa, no lote N° 22.



Foto 3: Erosão do solo em área de nascente d'água, situada nas margens do córrego Divisa. Essa área é acessada pelo rebanho bovino do lote nº 22. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, setembro de 2007.

Na paisagem, estão contidos elementos que se caracterizam pelas temporalidades, sendo que, no espaço presente, contribuem para que a reprodução da vida seja garantida. Se a permanência no assentamento é um fator importante para produção e reprodução do lugar, a técnica é um fator essencial para se garantir a reprodução da vida, a partir dos lotes da Reforma Agrária. Observando as fotos 13, 14, 15 e 16, podemos compreender que técnicas diferentes materializam-se num espaço comum, sem que uma técnica antiga anule a possibilidade da existência de uma técnica moderna. As técnicas fazem parte das estratégias que são colocadas em prática pelas famílias assentadas, na luta para permanecer morando nos lotes e reproduzindo o lugar.

Sendo assim, na paisagem estão contidos conteúdos advindos de outras épocas, como os saberes relacionados ao tempo da natureza, do ciclo de produção do gado, como se pôde constatar no relato do entrevistado 26. Conhecer o momento em que o animal está no cio é imprescindível para que se obtenha sucesso com a técnica de inseminação artificial.

A organização dos elementos que se fazem presentes na paisagem, bem como a sua funcionalidade também estão associadas aos elementos naturais, como é o caso das condições naturais apresentadas nos lotes. Tais condições foram criadas em outros tempos, antes mesmo da desapropriação das terras para a Reforma Agrária. Sendo assim, os elementos da paisagem natural foram sendo modificados pelos modos de uso da terra, sendo que os saberes e habilidades daqueles que permanecem morando no assentamento têm modificado o espaço e deixado as marcas na paisagem. Sendo assim, a paisagem é composta por elementos naturais e culturais que estão em constante processo de modificação, de

modo que os sujeitos que empreendem marcas na paisagem o fazem para a sua própria sobrevivência, garantindo a posse e propriedade da terra.

Os contrastes que se manifestam na paisagem não se resumem apenas ao trabalho com o gado leiteiro e às técnicas aí empregadas. Na lavoura, também são empregadas técnicas que possuem eficiência para o trabalho no campo, apesar de serem desenvolvidas a partir de instrumentos que não se utilizam de altas tecnologias. Na foto 19, a tração animal ainda é utilizada para lavar a terra, como se pode visualizar na foto que se segue.



Foto 4: Carpideira puxada pelo cavalo para roçar as ervas daninhas presentes na lavoura de abacaxi, no lote nº 03. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz, abril de 2007.

As precariedades presentes na produção ainda permitem que formas alternativas de lavar a terra se manifestem na paisagem do assentamento. Na lavoura, também se observa a diferença entre práticas, sejam elas relacionadas a condições infra-estruturais ou a saberes e habilidades.

As técnicas manuais de lavrar a terra, dar manutenção na lavoura e colher os frutos da produção estão presentes no assentamento, em contraste com a presença de maquinários modernos, como é o caso da utilização do trator, para auxiliar as atividades de colheita.

Observando o trabalho coletivo para colheita do arroz, em dois lotes, puderam ser registrados os instrumentos de trabalho e a técnica empregada para realizar a colheita. O trabalho para colheita e armazenamento do arroz, no lote nº 01, foi realizado de forma manual, com habilidades manuais e utilização de instrumentos antigos e de baixa tecnologia, se comparados ao maquinário que, na atualidade, é utilizado para colheita de grãos, em grandes lavouras.

Nas fotos que se seguem é possível observar o trabalho coletivo, com características manuais e utilização de instrumentos de baixa tecnologia.



Foto 5: Colheita do arroz realizada no lote nº 01. O cutelo é o principal instrumento utilizado para cortar as plantas. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.



Foto 6: Trabalho de “bater” o arroz. A separação dos grãos de arroz é feita pelo atrito das plantas cortadas com o Jirau de madeira. O girau é constituído de caibros roliços, dispostos espaçadamente, formando um estrado. Enquanto alguns separam os grãos, outros realizam a limpeza, retirando palhas e demais restos vegetais presentes em meio aos grãos caídos ao solo. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.



Foto 7: Arroz colhido e esparramado no solo. Depois de colhidos, os grãos de arroz, ainda em casca, são expostos ao sol para secar, antes de serem armazenados em sacas. Para que essa etapa ocorra, é necessário que haja condições meteorológicas favoráveis, como, por exemplo, dias ensolarados. Lote 01. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.

O transporte do arroz colhido no lote nº 01 foi realizado por meio de carroça atrelada e puxada por um equino, diferenciando-se do transporte utilizado em outra colheita de arroz, realizada no lote nº 16. O trabalho coletivo também se fez presente no lote nº 16, em que a colheita da lavoura foi realizada com utilização dos mesmos instrumentos e técnicas de corte, separação dos grãos, secagem e armazenamento. Porém, devido ao fato de o morador do lote nº 16 possuir trator, o transporte foi realizado por esse veículo, como se pode observar na foto 23.



Foto 8: Transporte do arroz colhido no Lote 16. O trator é essencial para transportar o arroz colhido, já que este produtor utiliza áreas do lote que estão distantes de sua residência, onde as condições de solo são melhores para o cultivo do arroz. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março de 2007.

Pode-se compreender que, num mesmo espaço, são empregadas técnicas antigas e modernas, na lavoura e na pecuária. As duas estão intimamente relacionadas pois, como vimos anteriormente sobre a inseminação artificial, o saber a respeito do ciclo da natureza é importante para que essa técnica moderna seja

desenvolvida, na pecuária. Quanto àqueles que não inseminam o rebanho por métodos modernos, utilizam-se da cerca elétrica para repartir áreas na pastagem, permitindo que tais áreas sejam melhor conservadas por meio da redução do uso intensivo do solo, pelo rebanho. Sendo assim, esses produtores também se utilizam de técnicas modernas, em outras etapas do processo produtivo.

Observando o trabalho na lavoura, também se percebe que as técnicas antigas de produção se fazem presentes nas etapas do processo produtivo. Relações de trocas de serviço também se inserem nas etapas de produção como alternativa à ausência de tecnologia que substitua a mão-de-obra daqueles que participam do grupo das trocas de serviço.

O trabalho manual, na lavoura, exige um número de trabalhadores que a mão-de-obra familiar não consegue suprir. Como alternativa, tem-se o costume de trocar dias de serviço com aqueles em que se tem confiança e que desejam participar do grupo que realiza essa forma de trabalho. Mas o emprego de tecnologias modernas pode alterar essa forma de parceria, como tem ocorrido na produção do leite, em que uma pessoa da associação é nomeada para trabalhar na organização da coleta, medição e verificação da qualidade do leite que é depositado nos tanques de expansão. As duas associações possuem uma pessoa responsável em realizar o trabalho nos tanques.

A paisagem do assentamento contém formas herdadas de outros tempos, que deixaram seus testemunhos no espaço, como é o caso da pastagem degradada. Os modos de vida das famílias moradoras têm contribuído para que essas formas sejam alteradas e adquiram novas funcionalidades, pois o conteúdo que anima o conjunto de objetos materiais, presentes na paisagem, é regido por saberes e técnicas antigos, em conjunto com saberes e técnicas modernas de se trabalhar a lavoura e a

pecuária. As relações sociais que se estabelecem entre os produtores para realizar tarefas conjuntas, por meio das trocas de serviço, são componentes essenciais da paisagem; porém, as relações modernas que se estabelecem com instituições externas ao assentamento têm alterado o conteúdo dessas relações, principalmente na produção do leite. O pagamento de salário para uma pessoa cuidar do recebimento do leite, realizando análises da acidez do produto, é consequência das exigências do laticínio, que necessita comprar um leite de melhor qualidade. Sendo assim, a prática da relação de confiança entre aqueles que entregam leite nos tanques de expansão vai sendo clivada pelas determinações das relações modernas.

Como vimos, a produção do lugar não se estabelece por meio de relações harmônicas e tranquilas. Desde a criação do assentamento, houve desavenças entre projetos diferenciados, que se baseavam na permanência de alguns nos lotes conquistados e na ausência de outros, que não almejavam morar no assentamento. Desse modo, o companheirismo entre as famílias que participaram do acampamento e vivenciaram a criação do projeto de assentamento vai sendo modificado, a partir da criação da posse dos lotes. É nesse momento que os interesses se tornam individuais e os conflitos nas relações de vizinhança são gerados.

As relações conflituosas, estabelecidas no início do projeto de assentamento, ecoam em outros momentos, à medida que tentativas de aproximação são realizadas. Isto demonstra que, na produção do lugar, a tolerância e a passividade são condições necessárias para que se estabeleça um equilíbrio, uma harmonia, que não se concretiza na prática.

Na trajetória das famílias moradoras do assentamento, a harmonia nas relações é ameaçada quando novos moradores vêm chegando. Estes são

considerados diferentes, por não terem participado da luta pela terra. Essa diferença desencadeia estranhamentos nas relações de vizinhança, pois aqueles que compraram as posses dos lotes parecem ter melhores condições de infra-estrutura e também de produção.

No lugar é que se manifestam, com maior clareza, as estratégias para reprodução da vida, os laços de solidariedade persistem, apesar de se estabelecerem conflitos entre grupos de assentados, compradores de posse e assentados e entre os próprios compradores. As relações que se estabelecem em torno do trabalho demonstram que as aproximações entre as famílias moradoras do assentamento se dão por práticas advindas de outros tempos, como são as trocas de serviço, que alguns assentados já desenvolviam no meio rural, antes de virem para o assentamento. A prática das trocas e dias de serviço tem sido ameaçada pelas relações modernas, instituídas entre produtores e instituições com as quais eles se relacionam. Nesse sentido, aos poucos a reprodução do lugar vai adquirindo outras características. Estas se relacionam com a diminuição de práticas sociais que tenham como fundamento a confiança mútua. Desse modo, outra lógica tem-se manifestado nas relações sociais estabelecidas no decorrer da reprodução do lugar, no assentamento Divisa.



Foto 1: Imagem do curral situado no lote nº 15. A infra-estrutura existente não está adequada de acordo com as exigências que o laticínio tem solicitado aos produtores. A infra-estrutura de cobertura e pavimentação está ausente. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, março, 2007.



Foto 2: Curral no lote nº 04 sem a infra-estrutura que é exigida pelo laticínio. O produtor realiza a ordenha à sombra de uma árvore que se localiza no centro do curral. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro 2007.

As exigências por parte do laticínio têm-se refletido nas organizações das relações sociais no lugar pois, como vimos anteriormente, ainda persistem relações de vizinhança em que vigoram a tolerância, a cumplicidade e também a confiança. Essas relações permitem que a organização coletiva, quanto à produção do leite, seja realizada e regida por atitudes que não são juridicamente impostas, mas socialmente compartilhadas, como é o caso da organização que os assentados possuem, em depositar o leite nos tanques de expansão pertencentes a grupos coletivos.

Observando o trabalho em torno da produção do leite, pôde-se verificar que há uma relação de confiança entre aqueles que depositam o leite no tanque de expansão, pois cada um é responsável por medir o volume de leite, depositá-lo e registrar o valor do volume numa tabela. As fotos 10 e 11 ilustram essa paisagem existente no assentamento.



Foto 3: Entrega de leite no tanque de expansão de uma das associações de produtores. O produtor é responsável em medir o volume do leite e depositá-lo no tanque. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro, 2007.



Foto 4: Entrega do leite no tanque resfriador. Numa folha, onde se tem uma tabela, o produtor registra, em seu nome, a quantidade de leite que foi depositado no tanque. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro, 2007.

As mudanças solicitadas pelo laticínio estão sendo sedutoras para os assentados e aos poucos vão modificando as relações coletivas baseadas na confiança mútua, como é o caso da honestidade que prevalece no uso coletivo do tanque de expansão. A partir de abril de 2007, a entrega do leite passou a ser realizada mediante a presença de uma outra pessoa, que mede o volume do produto, realiza uma medida de acidez do leite e o deposita no tanque. A necessidade de se colocar alguém, para que realize tal trabalho, advém da exigência do laticínio, o qual promete pagar um preço maior pelo leite, que contenha o mínimo de bactérias por volume. Sendo assim, as famílias produtoras decidiram contratar uma pessoa do próprio assentamento, para trabalhar durante as manhãs e realizar o trabalho, que antes era de responsabilidade de todos, inclusive a tarefa de limpeza do tanque. Podemos observar esta realidade na foto 12:



Foto 5: Alternativa de depósito de leite no tanque de expansão. Uma funcionária é responsável em medir a quantidade de leite entregue, verificar o nível de acidez do leite e registrar o volume depositado na tabela Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Dentro do processo de produção do leite, pode-se verificar, também, alterações nas técnicas de produção relacionadas à melhoria genética do gado leiteiro. Aqueles produtores que pretendem se adequar às exigências do mercado têm buscado técnicas que possam lhes permitir aumentar a produção do leite. Desse modo, no assentamento Divisa, dois produtores vizinhos fizeram um curso de inseminação artificial e, em conjunto, mantêm a prática da inseminação do gado leiteiro. Os vizinhos dos lotes nº 03 e nº 04 trabalham, em conjunto, para a manutenção de um botijão com nitrogênio, a fim de conservar o sêmen que será utilizado na inseminação. Na foto 13, tem-se o botijão aberto para retirada do sêmen que seria utilizado para fertilizar o gado.



Foto 1: Realização de inseminação artificial. Moradora do lote nº 3 prepara o material que será utilizado para inseminar o gado. Realiza o descongelamento do sêmen e faz higienização dos instrumentos que serão utilizados. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Mas essa técnica moderna tem sido acompanhada pela sabedoria do produtor em conhecer os ciclos da natureza. A inseminação não é realizada aleatoriamente, escolhendo-se o animal sem critérios que apontem a melhor opção. O produtor tem que saber o momento em que a vaca está no cio, para que o sêmen utilizado para inseminar não seja descartado. No caso específico da inseminação realizada em abril de 2007, como está ilustrada pela foto 14, que se segue, o entrevistado 26 nos relatou que o entrevistado 03 havia escutado, pela madrugada,

a vaca mugindo e pressupôs, imediatamente, que ela estava no cio, podendo ser fertilizada pela inseminação. Como o entrevistado 03 não poderia realizar o trabalho, solicitou a sua filha para que o fizesse, na sua ausência.



Foto 2: Inseminação artificial realizada no gado bovino. O local onde se prende o animal é o tronco de um curral, situado próximo à residência do produtor. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, abril de 2007.

Essa técnica moderna de fertilização do gado não é utilizada por todos, no assentamento. Nos outros 25 lotes que possuem rebanho bovino ainda se utiliza um macho reprodutor, como é o caso do lote nº 02 e lote nº 18. Ao se observar a paisagem, fica evidente que, no assentamento, existem contrastes de técnicas que revelam a opção de um e de outro produtor, bem como a potencialidade infra-estrutural de se realizarem investimentos para com a produção. Nas fotos que se

seguem, podem-se visualizar os animais que são utilizados para fertilizar o rebanho, num e noutro lote.



Foto 3: Rebanho bovino leiteiro reunido do lote nº 02. O rebanho é mantido próximo do curral, situado ao lado da residência do produtor. Em meio às crias fêmeas, tem-se o reprodutor macho, da raça Nelore. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, fevereiro de 2007.

4. FORMAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ASSENTAMENTO

A conquista da terra e a divisão da fazenda Divisa, em lotes, corresponde a um momento importante no trajeto a luta empreendida pelas famílias assentadas. Dessa maneira, a análise dos modos de vida e da produção/reprodução do lugar demonstrou-nos que a posse da terra não encerra o processo histórico de lutas dos beneficiários da Reforma Agrária. Adentrando, particularmente, em suas especificidades, quanto ao trabalho, ao ambiente doméstico, às relações de vizinhança, às festas e às parcerias no trabalho, compreendemos que a garantia de posse da terra relaciona-se ao trajeto de luta pela vida. Podemos afirmar que a posse de um lote, em assentamentos rurais, projeta o seu beneficiário a uma realidade de constante peleja pela sobrevivência, pela permanência na terra e, em um futuro próximo, pela garantia de conquista da propriedade.

Porém, nem todos os beneficiários se lançam à empreitada de produção e reprodução da vida a partir da moradia, trabalho e participação do cotidiano que é construído no assentamento. Como vimos, algumas famílias, não possuindo habilidades e saberes em trabalhar no lote, buscam outras alternativas de geração de renda, na cidade ou no campo, além de comercializar a posse que conquistaram. Outras, não possuindo interesse em investir no lote, empregam esforços e investimentos em outros setores. Constitui-se, então, o assentamento, como um espaço múltiplo de práticas, de lutas, de fracassos e conquistas.

Diante dessa realidade, torna-se importante pensar a coletividade que se instaura a partir das práticas sociais. Num espaço com modos de vida diversos, seria possível existir comunidade? Essa é uma questão importante a ser analisada pois, tomando-se como referência o período de nove anos de existência do Assentamento Divisa, diversas mudanças ocorreram na produção e organização da coletividade, entre assentados e compradores, entre os próprios assentados, bem como modificações se fizeram presentes na organização da rede de sociabilidade, que nos demonstra a lógica das relações sociais com instituições externas ao assentamento. Sendo assim, tomamos as redes sociais como conteúdo analítico das relações coletivas, pois as consideramos elementos importantes para a produção comunitária, bem como uma organização que possibilita compreender como a comunidade se estabelece, no lugar.

Desse modo, o objetivo do capítulo é analisar a lógica de organização da comunidade, no Assentamento Divisa, bem como discutir as articulações com as redes sociais, que se estabelecem entre sujeitos moradores do assentamento e instituições externas, com as quais se relacionam.

Primeiro, partimos do estudo das práticas coletivas que se constituíram no assentamento, com o intuito de compreender como se estabelece a lógica de organização dos grupos de assentados em rede. Após essa análise, compreendemos como as redes sociais estão associadas ao espaço coletivo. Em segundo lugar, discutimos a comunidade e sua relação com as redes institucionalizadas pelo Estado, bem como sua lógica organizacional. Por último, encerramos o capítulo com uma discussão sobre a lógica das relações sociais, no espaço da Reforma Agrária.

Pensar os modos de vida, a reprodução do lugar e a organização comunitária é um caminho essencial para adentrarmos à lógica das relações sociais que são estabelecidas nos assentamentos rurais. Entendemos que o espaço social é construído pelos esforços individuais e coletivos, divergentes e convergentes em suas bases constitutivas. Porém, não resultam em práticas aleatórias e desordenadas. Apresentam, em seu conteúdo, uma dinâmica que se manifesta na realidade, sendo concreta e passível de interpretação.

4.1 – A formação de redes sociais e sua relação com organizações coletivas locais

As práticas coletivas que foram sendo constituídas, no decorrer da história do assentamento, relacionam-se à formação das redes sociais. A partir das formas coletivas, foi possível analisar a organização de tais redes, que evoluíram por meio de práticas sociais empreendidas entre grupos de interesse ou afinidades entre famílias moradoras do assentamento.

O estudo das redes, a partir da Geografia, em sua dimensão teórica, relaciona-se a um debate contemporâneo, que se desenvolveu nas ciências humanas, com maior aprofundamento, a partir de meados do século XX (DIAS, 2005). O desenvolvimento de novas tecnologias, como, por exemplo, as redes de comunicação, proporcionou o destaque do conceito, também, nas ciências humanas (DIAS, 2005). Desse modo, a sociedade tem sido pensada, dentre outros vieses, por meio das redes. Segundo Dias (2005),

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das

ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. (p. 22-23)

Por esse viés, entendemos que as redes constituem uma forma de organização social ou um empreendimento que envolve o coletivo. É necessário haver grupos de pessoas ou instituições que se identifiquem por uma causa, desde que não comunguem com interesses que mantenham o grupo isolado dos demais. O grupo organizado deve estabelecer relações com outros grupos, menores ou maiores. Dessa maneira, a rede vai-se constituindo por hierarquias e relações que são dinamizadas por cada núcleo coletivo. O coletivo pode ser o sujeito participante das relações em rede mas, em sua composição, também se manifesta o individual, com suas particularidades. Desse modo, pode-se afirmar que sujeitos individuais participam ativamente na produção e reprodução de redes, pois ele se apresenta conectado com o global, a partir do núcleo coletivo local. Como nos fala Dias (2005),

[...] a rede conecta diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e permite hoje a ampliação da escala da ação humana até a dimensão global [...] a rede encerra, em sua etimologia, o significado de fios regularmente entrelaçados que servia para capturar pequenos animais. (p. 23)

Entendemos que o estudo das sociedades, pelas redes, parece ser mais complexo do que uma trama constituída, simplesmente, por conexões. Tomando-se como referência os pontos que possuem caráter local, é possível adentrar à complexidade da trama que forma a própria rede. Nesse contexto, as ações empreendidas para que se realizem conexões entre os nós merecem ser analisadas, de modo que se possa compreender o seu papel de determinação ou de subordinação à lógica que se estabelece nas relações sociais interligadas em rede. A autora nos alerta para a complexidade da análise social, por meio de redes. Segundo ela,

[...] a idéia da rede certamente ilumina um aspecto importante da realidade – chama a atenção para a complexidade das interações espaciais, resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos. Assim, a rede representa um dos recortes espaciais

possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo. (DIAS, 2005, p. 23)

A rede, além de ser pensada como meio que possibilita a conexão entre espaços distantes, sejam eles espaços locais ou globais, também pode ser analisada sob o viés político, econômico e cultural. Essa perspectiva constitui-se uma justificativa da própria complexidade da organização em rede. Por esse viés, ela assume uma dimensão espacial de ampla análise e, por consequência, uma complexidade em termos de constituição e lógica. No atual desenvolvimento dos sistemas de comunicação, torna-se importante pensar a sociedade conectada em rede, podendo ou não tomar-se, como referência, espaços comunitários locais, para se analisar como esses influenciam e são influenciados pelas relações sociais. Destacando a importância da análise da sociedade em rede, Trivinho (1998) afirma que:

Na etapa atual das forças produtivas, as redes tecem as sociedades, rearticulam a política, reorganizam as economias, modulam as culturas. Estão na base da interatividade absoluta e veloz entre pessoas, empresas e governos [...] Tudo se equaciona nas redes, desde as ações cotidianas no espaço doméstico às grandes decisões políticas na esfera do Estado, desde o telex e o fax às avançadas estações *multimídia* que operam em três dimensões, desde o laptop no automóvel ao telefone celular no avião, desde as transmissões de rádio locais às transmissões via satélite. (p. 13-14)

No século XIX, com o desenvolvimento das técnicas de informação, surge a idéia de rede social, utilizada para analisar as mudanças significativas que vinham ocorrendo na sociedade. O desenvolvimento tecnológico e a fluidez das comunicações atribuíram uma nova dinâmica às relações institucionais e destas com diversos sujeitos sociais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. O espaço do cotidiano também se modifica, pois os sujeitos que o constituem estabelecem intensas relações sociais, produzidas em rede. Na atualidade (2008), as redes atingem diversos aspectos e, dentre eles, podemos citar o caráter virtual das relações que se estabelecem. De acordo com Trivinho (1998), essa forma de

organização em rede contribui para “[...] anulação do território geográfico [...]” (p. 13), pois suprimem o espaço físico. Porém, ao analisarmos Dias (2005), compreendemos que os grupos que interagem em rede necessitam de uma base material e, conseqüentemente, de um território. Também podemos pensar no lugar como sendo uma base espacial, onde se materializam práticas cotidianas que participam da produção de redes sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que os modos de vida participam, ativamente, das relações estabelecidas na rede, já que as ações individuais e coletivas, de âmbito local, tomando-se como exemplo o grupo de moradores do assentamento Divisa, articulam-se junto a instituições públicas ou governamentais para obter ganhos que contribuam à produção nos lotes, por exemplo.

Analisando Castells (1999), compreendemos que as redes existiram em outros tempos, sendo elas, na atualidade (2008), dinamizadas, sobretudo, pelos sistemas de tecnologia da informação. Por outro ângulo, o autor nos aponta que é necessária uma base material para a produção tecnológica de informações que dinamizem a rede. De acordo com Castells (2003):

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. (p. 497)

Desse modo, consideramos importante analisar as relações produzidas localmente, bem como sua repercussão em espaços distantes do lugar. Entendemos que a base material, sobretudo para grupos locais, é importante na formação e reprodução de redes sociais, como se pode constatar a partir das análises que produzimos acerca das relações institucionais dos moradores do assentamento

Divisa com órgãos do Governo e empresas privadas. É a partir dessas relações que as famílias assentadas se integram a uma rede mais ampla de comunicação e de informação. Por meio delas, o lugar interage com o global, com uma sociedade que produz uma rede de conexões extensa, onde se manifestam os desencontros, as negociações e as conquistas daqueles que, ao interagir com elementos da rede, participam, ativamente, com sua cultura e seus modos de vida.

Como se pode perceber, o que nos interessa, especialmente, sobre as redes sociais, no caso que pesquisamos, é o seu caráter local ou sua organização coletiva que surge no lugar como resultado da produção e reprodução deste. Nesse sentido, não podemos tomar, de forma isolada, a análise de uma rede local, sem considerar as conexões que ela estabelece com outros espaços sociais, sejam eles regionais ou globais. Entendemos que as práticas sociais coletivas que surgem, a partir do assentamento, estão integradas a uma rede de sociabilidade de negociações políticas e econômicas, principalmente porque os produtores locais estão interligados com instituições públicas e privadas, com as quais eles mantêm relações sociais. Quando admitimos que, em nossos objetivos, a análise de redes está relacionada ao contexto local, queremos dar o entendimento de que é a partir do local que se materializam práticas coletivas que promovem a construção de redes, sendo que o lugar é o ponto inicial de sua análise. Não se pretende cercar, rigidamente, o espaço local, para análise dos enlaces coletivos e das redes. Entendemos que a sociabilidade das redes se constrói pelas conexões que o local estabelece com outros espaços, que podem estar próximos ou distantes.

Tomando-se como referência outro entendimento e análise conceitual das redes sociais, pretendemos justificar nosso enfoque sobre o referencial local, para o seu estudo. De acordo com Sherer-Warren (2005),

As formas de sociabilidade nas redes, bem como as respectivas relações de identificações ou de assimetrias de poder, podem ser nomeadas de maneiras diversas, ou de acordo com as seguintes categorias analíticas: reciprocidade, solidariedade, estratégias e cognição. (p. 40)

O autor nos apresenta quatro alternativas analíticas da sociedade, por meio das redes sociais. A reciprocidade, como seu conteúdo formador, identifica-se, com maior proximidade, à análise que realizamos em torno do contexto espacial do assentamento Divisa. Segundo Sherer-Warren (2005) “A noção de redes sociais a partir da categoria da reciprocidade tem sido especialmente útil aos estudos dirigidos às relações do cotidiano local [...]” (p. 40). Percebemos que o conteúdo da reciprocidade é uma liga constituinte dos grupos e organizações coletivas, de interesses comuns, que surgem das práticas sociais entre as famílias moradoras do assentamento.

Tomando-se como referência as redes de colaboração solidária, o autor Mance (2003), nos diz que

A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. (p. 219-220)

Nesse sentido, os grupos coletivos, que se relacionam em rede, contribuem para formação ou dissolução dos demais. Os coletivos que surgem e se reproduzem no interior das relações de trabalho, no assentamento, ao interagirem com outros grupos, podem ser vistos como agentes fundamentais para a reprodução das redes. Em seu conteúdo, cada indivíduo participa com suas aspirações, desejos e práticas, construindo relações múltiplas que integram e promovem os fluxos das redes. Sendo assim, ele está sujeito às determinações de outros membros da rede pois, segundo Mance (2003), “[...] a consistência de cada membro depende de como ele se integra

na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais.” (p. 220).

Desse modo, partimos das práticas coletivas surgidas no histórico das relações produzidas pelas famílias assentadas, em suas trajetórias de permanência nos lotes, para analisar as redes de sociabilidade. Compreendemos que a reciprocidade tornou-se, entre os grupos coletivos de trabalho, um conteúdo de grande valia para manter interligados indivíduos com interesses comuns. Cotidianamente, são construídas relações interpessoais, que são a base para formação de grupos. Denominamos tais grupos como formações coletivas, ou poderíamos denominá-las células dinamizadoras da sociabilidade, estabelecida em rede, na qual se podem analisar os diálogos ocorridos com instituições públicas e privadas. Uma verdadeira trama de relações sociais coletivas é instituída entre grupos de afinidades no Assentamento Divisa, que são responsáveis em promover a construção de redes de reciprocidade em espaço local, estendendo-se por relações mais amplas com órgãos externos ao assentamento.

Durante a coleta de dados, foi constatado que diversos grupos coletivos surgiram, sendo que alguns permaneceram e outros foram desfeitos. Sendo assim, não podemos admitir que exista, no ano de 2007, um grupo coletivo amplo, que englobe todas as famílias moradoras do assentamento. Existem, na atualidade, diversos grupos que se conectam e forma parte da rede social. Essa multiplicidade de grupos encontra suas raízes nas trajetórias de vida de cada família assentada, bem como em seus modos de vida. Como demonstramos no capítulo 02, as primeiras produções agrícolas foram realizadas a partir do trabalho coletivo, nos seus lotes. Naquele momento, entre os anos de 1999 e 2001, surgiram dois grupos: o grupo dos produtores de abacaxi e o dos produtores de algodão. Havia também,

nesse momento, apenas uma associação de produtores rurais, que era composta por todas as famílias moradoras do assentamento.

A sociabilidade que as famílias estabeleceram com o Incra, a EMATER, o Laticínio Canto de Minas e a Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG foi possibilitada pela criação da Associação de Produtores do Assentamento Divisa, no ano de 1999. Em 2001, houve uma divisão da própria associação em dois grupos, que divergiam ideologicamente. Segundo o entrevistado 24,

“Teve um racha sim. Até entre canápolis, centralina, com uma equipe de canápolis. Mas eu acho que é questão cultural, eles vei de uma área nós vei doutra e as idéia não batia, é coisa à toa. Eles queria que a gente, por exemplo, os menino que morava aqui exigia que a gente morasse direto, não podia sair pra trabalhar. Nós já tinha outra visão. Não podia ficar preso aqui, tinha que sair pra trabalhar. E eles não, tem que ficar, e esse desentendimento aí acho que foi o x da questão. Nós saímos pra trabalhar fora e, eles não, queria que a gente ficasse aqui sem serviço, sem condição. E isso foi um dos grandes gargalo da situação.” (Informação verbal)¹

O entrevistado também nos relatou que outro problema, relacionado às discordâncias entre grupos da mesma associação, foi em relação à venda das posses de lotes. Enquanto um grupo concordava com a venda, o outro discordava, o que contribuiu, juridicamente, para que outra associação fosse criada, com registro em cartório.

A expressão clara da existência de duas associações de produtores é hoje materializada pela comercialização do leite. No ano de 2001, as famílias moradoras haviam recebido financiamento do Governo Federal e investido na compra de gado, para produção do leite. Sendo assim, a compra de um tanque de armazenamento do produto, por cada associação, consolidou a existência de dois grupos coletivos de produção. O entrevistado nº 03 nos relata a trajetória coletiva do grupo que comercializava leite, contando-nos alguns detalhes, de outro projeto coletivo, que existia antes da divisão do assentamento em lotes. Segundo o entrevistado 03,

¹ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

“Bem no início, no acampamento, ainda, se começou a fazer um trabalho coletivo de horta. Ela durou todo período, mais ou menos, do acampamento. Aí depois da emissão de posse aí ela não foi pra frente porque aí cada um já foi pro seu lugar, às vezes, mesmo num tando parcelado, mais alguns ficou berando a sede, outros foram pro lote e fizeram os barracos e ali fizeram suas hortas, aí já não teve mais continuidade no trabalho coletivo. Aí, depois disso, o primeiro trabalho coletivo que a gente começou foi na venda do leite pra uma empresa só. Tinha várias empresas e a gente reuniu e todos vendia o leite, era recolhido no latão e aí a gente começou com a cooperativa. Depois a cooperativa tava comprando muito barato. Aí a gente reuniu de novo pra fazer outra venda coletiva pra outra empresa. Aí a gente mudou de novo. Aí depois disso foi o tanquinho de expansão que a gente comprou. Não todo o projeto aderiu, mas, inclusive foi seis que aderiu na compra do tanque de expansão. E aí com isso deu certo, a gente vem trabalhando até hoje. Ninguém adquiriu um tanque particular, ainda ta trabalhando no coletivo, no mesmo tanque. Aí a outra parte que entregava leite também viu a necessidade e então adquiriu um outro tanque também. Então, hoje, praticamente todos produz leite aqui, ta trabalhando nesse sistema coletivo de entrega de leite. Praticamente esse é um dos único trabalho coletivo.” (Informação Verbal)²

Mas a divisão em dois grupos não eliminou as demais práticas coletivas que pudessem envolver produtores de uma e de outra associação. Novos grupos foram sendo formados, a partir de afinidades quanto ao trabalho, à produção, às relações de vizinhança e à promoção de festas. Esses grupos também são analisados quanto à sociabilidade que existe entre os membros que deles participam, bem como às redes que se formam a partir da interação entre grupos e destes com órgãos externos ao assentamento.

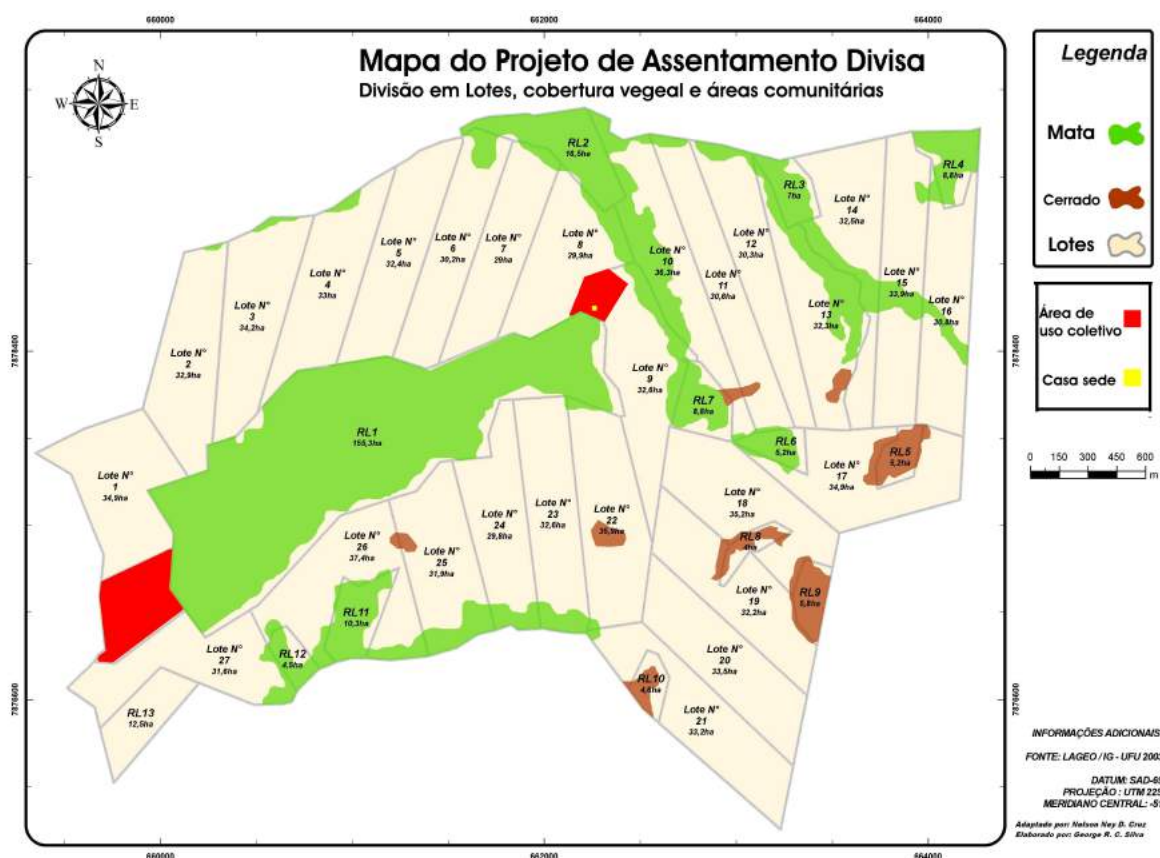
A troca de serviço reúne produtores das duas associações, inclusive compradores de posses de lotes. A reciprocidade é um dos princípios do grupo, pois participam de atividades de colheita, plantio, limpeza de pastagens e outros serviços, aqueles produtores que são recíprocos às trocas de serviços e dependem do apoio da mão-de-obra alheia, pois ela é a garantia de execução do trabalho, já que a mão-de-obra familiar não é suficiente para atender ao volume de serviço, em determinados períodos do ano.

² Entrevista realizada no mês de Abril de 2007.

As primeiras produções agrícolas foram realizadas mediante as trocas de serviços e, em casos de exceção, pagamentos de diárias para aqueles que não podiam ou não desejavam realizar trocas de dias de trabalho. Ainda hoje (2008), o grupo continua se relacionando, na perspectiva de obter a produção a partir da reciprocidade no trabalho, mas permanece com algumas alterações, pois conta com a participação de produtores de outros assentamentos, fazendeiros vizinhos e compradores de posses de lotes do próprio assentamento.

Porém, ao analisar alguns trabalhos coletivos, desenvolvidos entre algumas famílias assentadas, percebemos que não há reciprocidade entre membros participantes, sobretudo em relação ao trabalho que cada um deve realizar, no coletivo. Desse modo, pode-se afirmar que tal postura, por parte de alguns membros, é uma ameaça ao desenvolvimento da organização coletiva.

Outro exemplo de formas coletivas de produção são as atividades de cultivo desenvolvidas nas terras comunitárias, que se localizam em duas áreas distintas no assentamento, conforme podemos observar no mapa 5, que se segue.



Mapa 1: Demarcação de áreas para uso coletivo da terra.

Na área coletiva, localizada entre os lotes nº 27 e nº 01, um grupo de famílias assentadas realizou o plantio de eucalipto para produção de lenha, que será colhida, aproximadamente, depois de cinco anos após a data do plantio. As mudas foram adquiridas do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no ano de 2006, por intermédio da EMATER/MG. Apenas um grupo de famílias interessou-se pelo cultivo do eucalipto, na área pertencente às duas associações. Na foto 24, podemos observar a área coletiva, onde se realizou o plantio do eucalipto.



Foto 1: área de uso coletivo no assentamento. No primeiro plano da imagem se observam restos orgânicos de uma plantação de milho. No segundo plano tem-se a plantação de eucalipto, realizada mediante esforços coletivos, porém seu cultivo tem sido realizado de forma individual. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.

De acordo com o entrevistado 01, o grupo coletivo se organizou da seguinte maneira:

“Pra conseguir as mudas tinha que ser só no coletivo. Quando nós fez era só no coletivo. Aí se você quiser fazer no individual, aí você faz, eles dão as muda de qualquer coisa que você quiser prantar. Nós prantou tudo, nós ajuntou todo mundo e prantou. Aí depois que nós prantou, aí foi que nós repartiu cada um. Cada um, por exemplo, se deu, num lembro quantos mil pé foi, nós dividiu quanto deu pra cada um. Acho que nós era em oito ou

era nove. Cada um tirou tudo igual. Aí pra cada um zelar individual. A gente achou melhor, né, porquê, às vez ia uns e os outros num ia trabalhar e virava aquele rolo, então, vamos fazer assim, nós vamos prantar, junta todo mundo e pranta, porque pranta mais depressa, né, todo mundo no coletivo. Depois nós divide cada um pedaço. Então, cada um zelou do pedaço dele. Mais aí, você tem que matar as formigas que está no seu chão e as que vem de fora. Tem uns ali que não tem quase nem um pé mais, acabou tudo. Ele num matava as formiga, além de comer no lote dele passava pros nosso. A gente pensava que os nosso tava feito, e quando dava fé, pensava que não, dois ou três dias que você ia lá, chegava lá, as formigas comia os deles e vinha pros nosso. Não adiantava também falar, porque era mesmo que nada. E foi indo e agente salvou bastante coisa, mas os deles num salvou nada. O que pertenceu pra mim é meu, o que pertenceu a ele, é dele, se os bicho cumeu, não tem mais nada. Eu sou responsável só pelo meu. E ele era responsável pelo dele. Se deixou os bicho cumer, num zelou, a culpa é dele. Eu que zelei do meu não vou ter que repartir nada com ninguém.” (Informação Verbal)³

O coletivo, a partir de grupos de produção, é uma alternativa para a ajuda mútua, principalmente, quando se refere ao cultivo de lavouras. Todavia, surgem contradições no interior da organização do trabalho, quanto às reciprocidades, por parte de alguns membros. Dessa maneira, podemos afirmar que as relações baseadas no trabalho coletivo nem sempre produzem ou fortalecem práticas coletivas ou redes sociais, no interior de grupos locais. Existem diferenças nos esforços individuais para o trabalho que interferem no resultado final da apropriação dos frutos obtidos por parte de todos os membros participantes. Como nos relatou o entrevistado 01, não é necessário se preocupar com a parcela de cultivo de responsabilidade dos outros, já que não há compromisso de trabalho destes, que se filiaram ao coletivo. Sendo assim, não havendo reciprocidade, torna-se necessário cuidar para que os resultados do trabalho individual e dos esforços particulares não sejam prejudicados pelo outro. Percebemos, nessa relação desigual de aplicação de esforços individuais, que o trabalho coletivo não é constituído por interesses iguais ou por indivíduos que comungam dos mesmos objetivos. Sendo assim, as redes sociais, derivadas das relações coletivas e do entrelaçamento de famílias

³ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

participantes de diversos grupos coletivos, encontram barreiras para o próprio desenvolvimento, enquanto conteúdo rico em práticas coletivas diversificadas, já que nem todas elas conseguem se reproduzir como costume.

A desigualdade quanto aos esforços para o trabalho na produção, em terras destinadas ao uso coletivo, não é o único problema desarticulador das relações sociais e das sociabilidades existentes entre famílias assentadas que se organizam em grupos. Quando analisamos, de forma mais ampla, as relações que são estabelecidas entre grupos coletivos e órgãos externos ao assentamento, percebemos que existem lógicas diferentes quanto às formas de se estabelecerem reciprocidades, cumprir com promessas estabelecidas ou mesmo atender aos anseios expostos pelo grupo de famílias aos órgãos com os quais elas se relacionam.

Desde a criação das duas associações de produtores, alguns esforços, por parte de membros de cada associação, têm sido colocados em prática, com o objetivo de reatar relações coletivas mais amplas, de modo que as duas associações estabeleçam uma nova união. Nesse sentido, a plantação de milho, realizada no mês de Janeiro de 2007, com dois membros de uma associação e três de outra, foi um esforço coletivo para se reatarem laços que haviam sido rompidos, entre as duas associações de produtores. No mês de março, em visita ao assentamento, pôde-se registrar, por meio de fotografia, a lavoura de milho que foi plantada, na área coletiva de três hectares, próxima à sede do assentamento, conforme se observa na foto 25.



Foto 2: área coletiva, correspondente às terras da sede do assentamento, com cultivo de milho. Resultado de esforços de um grupo coletivo das duas associações para uso das terras comunitárias. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Março de 2007.

Os resultados da colheita de milho, que deveriam ser de usufruto de todos os participantes, não foi apropriada pela totalidade de seus membros. O entrevistado 03 nos falou sobre o trabalho coletivo, da seguinte maneira:

“Uma área a gente limpou, praticamente no coletivo. Uns trabalhou mais, uns não podia ir em certos dias, então teve uns que tiveram aí a faixa de quarenta serviço empregado lá na área, outros vinte e foi. Aí na hora do prantio, que a gente fez o prantio no mês de janeiro, na metade do mês em diante, a gente arrumou um trator por nossa conta, compramos o adubo de prantio, tudo, um pouco de adubo de cobertura, aí arrumou um trator e ele fez um prantio geral na área, uniforme. Em quatro, cinco dias a gente prantou essa área, não só essa área, mas a gente prantou também a área da sede, onde se faz as reuniões lá, aquela parte lá, então a gente plantou ali, preparou lá e prantou. Inclusive lá a gente prantou também um hectare de pinhão manso. Teve polêmica, que uns queriam que prantassem, outros não. Mesmo os que não tava participando não queria que prantassem. Mas agente prantou assim mesmo, essa área aí. Aí os outros trabalho foram feitos, a gente fez parece que só uma limpeza na área. Quando a agente ia fazer uma primeira cobertura fez uma estiagem no mês de fevereiro. Aí essa estiagem prolongou mais de mês. Aí o milho não desenvolveu, não teve como nós fazer essa cobertura, aí o milho não cresceu. Logo ele começou pendurar aí deu só aquelas espiguinha pequena. Quando a chuva começou, voltou as chuva de novo no mês de março, do mei do mês em diante, já tinha passado da hora. Aí a gente praticamente perdeu a área. Aí um pouco a gente utilizou esse milho pra silo. Principalmente a área de lá

os meninos encilou uma parte dela. Inclusive a gente ia encilar toda área. Mas acontece que a gente foi na prefeitura, conseguiu os trator pra vim fazer o silo pra gente. E aí eles não tinha enciladera, a gente foi no vizim e pegou uma enciladera pra fazer esse silo e compramo o plástico pra cobrir esse silo. Inclusive a gente ia fazer o silo dentro da roça mesmo, pra quando chegar o tempo da seca a gente só ir lá e buscava de carroça esse silo. Só que aí, quando, a gente deixou as coisa tudo pronta pra fazer o silo, quando foi na semana que eles vinha fazer o silo, pra gente, ia mandar dois trator pra fazer o silo. O rapaz veio aqui, avisou que não pôde vim. O secretário de agricultura não autorizou os trator pra vim fazer o serviço pra gente. E como aí o milho já tava começando passar, já começando querer secar a palha, não foi possível. Aí os menino arrumou uns trator deles aí mesmo, né, que tinha e aí fez, a parte de lá que era três hectare eles fizeram o silo. Aí a nossa aqui nós foi fazer a conta de quanto ficava a hora pra fazer o silo aí a gente viu que não compensava. Aí eles resolveram pagar a máquina. Nós não quisemos pagar. Aí nós dissemos quem quiser pagar a máquina, ver que compensa, quiser aproveitar, aí os outros, que nós era os outros três, falou não, nós pagar sessenta real a hora, duas maquina trabalhando, aí não compensa.” (Informação Verbal)⁴

Além do trabalho realizado de forma desigual, com esforços individuais contabilizados por dias de trabalho diferenciados entre os participantes, o órgão público que havia-se comprometido em participar na colheita da produção, com o envio de dois tratores para o assentamento, não cumpriu com o prometido. Um dos participantes, mesmo possuindo trator, não realizou a colheita para todos, pois o preço que deveria ser pago para que o próprio membro do grupo colhesse a produção não ficaria viável, financeiramente, para o coletivo. Sendo assim, apenas realizou o trabalho para os membros da associação a que pertence.

De acordo com o entrevistado 03, a Secretaria de Agricultura havia prometido que enviaria os tratores, no período em que as famílias necessitassem do maquinário para colher a produção de milho. Porém, conforme nos relatou o produtor representante do grupo coletivo junto à Prefeitura, a vinda dos tratores não mais resolveria o problema da colheita, pois o milho não poderia ser aproveitado para produção de silagem. A alternativa foi dispensar os tratores oferecidos pela Prefeitura, já que a lavoura deveria ser colhida na semana em que os tratores, por

⁴ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

acordo, deveriam ser utilizados. Dessa maneira, as tentativas em reatar laços entre as duas associações não resultaram no sucesso esperado.

Entendemos que a participação de órgãos públicos, para criação e consolidação do assentamento Divisa, tem produzido desencontros nas relações que são estabelecidas com as famílias moradoras. Como se pode analisar, os benefícios que os órgãos públicos oferecem às famílias do assentamento não são aplicados no tempo correto, como é o caso da colheita de milho, que não foi realizada no momento que ele estava em condições ideais para se produzir a silagem.

Sendo assim, entendemos que recursos financeiros são aplicados à Reforma Agrária sem considerar o tempo da natureza, seja de plantio ou de colheita. Podemos utilizar também, como exemplo, o envio de tratores, por parte da Secretaria Municipal de Agricultura, aos assentamentos vizinhos. Em diálogos com algumas famílias do assentamento, constatamos que, em suas falas, fica evidente que, todos os anos, há dificuldade em conseguir tratores da Prefeitura para se realizar a preparação do solo para o plantio, nos meses de outubro, novembro ou dezembro. Os produtores alegam que a prioridade da Prefeitura, para aração do solo, não é voltada para os assentamentos. Foi-nos relatado que, no início do ano de 2007, os quatro assentamentos do município, localizados próximos uns dos outros, que são o Assentamento Divisa, Assentamento Capão Rico, Assentamento Chico Mendes e Assentamento Douradinho, conquistaram, junto ao Governo Federal, dois tratores, para serem de uso permanente das associações de tais assentamentos. Porém, a entrega das máquinas não ocorreu, já que foram repassados à Prefeitura Municipal. Esta, por sua vez, decidiu disponibilizar apenas um trator, em condições precárias de uso, para realização de serviços diversos, nos

quatro assentamentos. Segundo os produtores do assentamento Divisa, apenas um trator não é suficiente para atender a todos os lotes, já que a preparação do solo, sendo prioridade no período de início das chuvas, nos três últimos meses do ano, não pode ser realizada, pois apenas um veículo não conseguirá atender à demanda de trabalho dos quatro assentamentos.

Buscando solucionar o problema quanto à preparação do solo, alguns produtores contratam mão-de-obra particular, daqueles que possuem tratores, para que a produção do milho, do arroz ou do gergelim não fique comprometida, no próximo ano. Outros utilizam instrumentos tradicionais, como a carpideira, atrelada ao cavalo, para preparar a terra. Desse modo, verifica-se que nem todas as famílias de produtores estão reféns dos desencontros produzidos por órgãos públicos de assistência à produção no assentamento.

Analisando o contexto das organizações coletivas para produção, percebemos que existem dois fatores principais que contribuem para o seu fortalecimento ou, contrariamente, para o seu enfraquecimento. Referimo-nos à lógica interna que o grupo constrói – quanto ao trabalho, à reciprocidade, às relações de vizinhança, à convergência ou divergência de objetivos comuns - e às imposições externas, que surgem à medida que o coletivo se relaciona com órgãos que contribuem para que as atividades de produção aconteçam no assentamento.

A organização coletiva da associação de mulheres, que foi criada no assentamento Divisa, surgiu a partir da parceria de um grupo feminino junto à EMATER/MG, a qual podemos citar como exemplo de associação existente que, na atualidade, não desenvolve trabalhos coletivos. Nas visitas às residências familiares, constatamos a produção de artesanato, realizado por mulheres que participaram da associação e ainda se diziam membros dela. Foi a oportunidade que nos possibilitou

a descoberta de outro grupo coletivo, que não se desenvolveu no assentamento, desde o momento em que a EMATER/MG não mais ministrou cursos de artesanato para as mulheres.

Segundo a entrevistada 30, ela nos relatou a respeito das reuniões que ocorriam com uma técnica da EMATER/MG. Segundo ela,

“Tinha a reunião do pessoal da EMATER que vinha, agora tem muito tempo que eles não aparece mais com as mulher, né. Então, a gente participava. Todo mês ela vinha, fazia reunião. Olha, essas reuniões era crochê, tricô, bordado. Ela vinha ensinar pra gente e a gente participava. Elas ensinava a gente fazer. Era doce, doce cristalizado. A turma foi descrençando, ficou particular, cada um fazia pra si e vendia. Todo mês era um curso diferente que ela fazia. A Sra. A. da EMATER foi embora. A que entrou no lugar dela disse que a EMATER ainda ta investindo nela, né. Ainda ta investindo pra ela passar pra gente. Aí ela falou que ia demorar.” (Informação Verbal)⁵

Apesar de não haver mais reuniões de mulheres para aprender a confeccionar novos modelos de artesanato, bem como produzir peças para comercialização, a fala da entrevistada 30 demonstra que o grupo possui uma dependência do órgão de assistência técnica para continuar desenvolvendo atividades coletivas e fortalecendo-se enquanto grupo. Porém, o conhecimento adquirido por meio dos cursos oferecidos pela EMATER/MG ainda é posto em prática por algumas mulheres do assentamento, como é o caso dos bordados, que continuam sendo produzidos e comercializados, conforme nos relatou a entrevistada 30.

Em visita a outros lotes, onde existem mulheres participantes da associação, registramos (conforme as fotos 26 e 27) alguns artesanatos produzidos para comercialização, que têm sido feitos de forma individual, já que não têm ocorrido reuniões para produção coletiva e trocas de experiência de trabalho.

⁵ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.



Foto 3: Artesanato em tricô, produzido pela associada moradora do lote nº 18. Não há freguesia constante para comprar a produção. Peças de artesanato têm sido comercializadas com pessoas conhecidas e com parentes. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.



Foto 4: Pintura e bordado em tecido confeccionado pela moradora do lote nº 23. O artesanato que a associada nos apresentou para registro fotográfico é resultado das reuniões que as mulheres realizavam para desenvolver e trocar experiências em conjunto. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.

Em diálogos com a entrevistada 20, colhemos um depoimento acerca dos rearranjos que ocorriam nas relações com a EMATER/MG e a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, para que o grupo de mulheres pudesse desenvolver as atividades dentro do coletivo. De acordo com a entrevistada 20,

“Teve uma época que a gente estava fazendo muito artesanato no grupo, né. A gente ia no encontro da mulher rural e levava, vendia bastante. Nós reunia uma vez na semana lá na sede todas as mulheres e a gente fazia tudo em grupo, tudo dividido, a compra do material, a venda desses artesanato que a gente fazia, era tudo dividido por igual no grupo, era um grupo grande de mulheres. Mas aí foi distanciando, né, e no fim a gente dividiu tudo, e agora todo mundo borda individual. Os primeiros recursos que veio foi da prefeitura. A Sra. A. através da prefeitura trouxe os materiais pra gente e a gente fazia uma quantidade e tinha que devolver um tanto pra eles e a gente ficava só com um pouco. Depois desses que a gente foi vendendo que ficou pra nós, aí a gente comprou um pouco de mais material pra nós. Aí depois nós fizemos uma festa e arrecadamos um dinheiro e compramos tudo em material. E aí a gente continuou bordando junto. A gente fez uma festa junina lá na sede e arrecadamos um dinheiro e compramos o material.” (Informação Verbal)¹

Os cursos oferecidos pela EMATER/MG sobre artesanatos não se resumiram ao tricô, ao bordado e às pinturas em tecido. A assistente técnica que reunia as mulheres na sede também ensinou a produzir doces cristalizados, aproveitando frutos do pomar. A entrevistada 20 produz os doces em sua propriedade e os comercializa com parentes, amigos e pessoas da cidade, que conhecem o seu produto e o encomendam. As fotos que se seguem ilustram a produção artesanal de doces.

¹ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.



Foto 1: Fogão a lenha utilizado para produzir os doces de leite e doces cristalizados, no lote nº 01. A produção apresenta um caráter artesanal. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Fevereiro de 2007.



Foto 2: Doces variados de leite, abóbora, figo e mamão. A matéria-prima é produzida no próprio lote. Os doces são embalados em bandejas para serem comercializados. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Fevereiro de 2007.



Foto 3: Os doces seriam levados à cidade para serem entregues ao comprador que os encomendou, há alguns dias. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Fevereiro de 2007.

Assim como outras mulheres que participavam da produção associativa, a entrevistada 20 trabalha com produção artesanal em seu lote, de forma individual, já que o grupo não se reúne para produzir em conjunto. De acordo com o relato da entrevistada 20,

“O grupo não ta reunindo mais não, a gente ta fazendo tudo individual. As mulheres mais pro final foi desanimando aí às vezes ia poucas mulheres, faltava muito e foi desinteressando, né, por aquilo, a dificuldade de vender os material também, né. E foi desanimando e separou todo mundo, foi por isso. Era difícil pra gente ta aqui e ir pra cidade vender, né. Não tinha muito tempo pra isso. Agora que surgiu lá um camelódromo em Ituiutaba, aí tem uma barraca lá que vende só coisas da fazenda, né. Artesanato, doce, essas coisas lá vende, a gente pode expor lá. Mas aí o grupo já tinha parado e nós nem chegamos lá levar nesse camelódromo pra vender. Era um Box não só pra nós, mas pra toda comunidade rural. Tem o pessoal das outras fazenda que leva, todo mundo que quiser colocar pode levar. E aí a Sra. A. também foi embora, a nossa extensionista, veio outra, mas a outra não tem muito conhecimento em artesanato, nesses cursos, por fim, ela não veio e nós não fizemos nenhum curso. Não foi falta de interesse do grupo, ela não procurou também. Ela veio uma vez aqui numa reunião. Acho que já veio mais de uma, eu é que não participei. Não trouxe, não dispôs nada para gente fazê, nenhum outro tipo de curso. Aí no fim, parou, não ta

fazendo nenhum curso, porque a Sra. A. tinha mais interesse do que ela.”
(Informação Verbal)²

Conforme o relato das entrevistadas, um dos principais motivos que levaram ao enfraquecimento do grupo de mulheres foi o afastamento da EMATER/MG, quanto ao oferecimento de cursos para a associação. A relação firmada com a instituição de assistência técnica facilitava o contato com outros órgãos que contribuíam para a produção artesanal, sobretudo com auxílio à comercialização. A dificuldade em se ter acesso à cidade, por meio de transporte para a produção, também é um dos motivos que contribuíram para a desarticulação entre as mulheres pois, na falta do auxílio dado pela EMATER/MG, elas perderam o poder de negociação perante as instituições que financiaram a produção e promoveram eventos para exposição do artesanato. Estando desarticuladas com a assistência técnica, as mulheres têm desenvolvido a produção do artesanato em pequena escala, apenas para atender a uma freguesia local, formada por parentes e pessoas conhecidas.

Outro grupo coletivo, que merece destaque quanto à sua organização, é o que comercializa o leite; essa comercialização tem sido realizada por duas famílias compradoras de posses de lotes. Diante das dificuldades de participar de um dos grupos produtores de leite, dois parentes, que compraram posse no assentamento, financiaram a compra de um tanque de expansão, para armazenar o leite. De acordo com o entrevistado 35, alguns problemas surgiram quando ele e seu primo resolveram participar de um dos grupos, para comercializar o leite com o laticínio. Segundo ele,

“Eu entregava o leite lá. Então, eu ajuntei mais meus primo que o leite não tava cabendo lá, nós compremos um tanquinho e ta aqui no chão meu. Então, a gente ta pondo aqui de sociedade. Nós ta vendendo pro canto de

² Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

minas, igual os menino lá ta vendendo, ta tudo reunido. Que nem diz o ditado, é melhor porque ta em casa, né, e lá não cabia o nosso leite. Nós teve de colocar o tanquinho por isso. A despesa aumenta mais um pouco porque aí a gente gasta mais energia, né, aí vai aumentar mais um pouco. Quando colocava lá aí gastava menos porque era mais gente. Então, lá era sociedade, cada um pagava um pouco, agora, aqui, não, só é mais dois aí vai gastar mais. Foi mais viável comprar esse tanque. Se nós tivesse ficado lá, ficava mio, né, mas aí a gente não pensou e já comprou foi outro. Porque se tivesse feito isso pra trocar os tanque aí ficava mais barato. Porque hoje em dia você trabalhar em grupo, o povo fala que não, mas você trabalhar em grupo é melhor do que você sozinho, principalmente num chãozinho desse aqui.” (Informação Verbal)³

As dificuldades em participar de um grupo coletivo de produção, no assentamento, conduziu os dois compradores a adquirem um tanque de expansão, tornando-se autônomos, apesar da inviabilidade financeira, comentada na fala do próprio entrevistado. Segundo ele, a estratégia do pequeno produtor, para se manter no seu lote, é desenvolver práticas coletivas. Nesse sentido, pode-se justificar o seu interesse em se associar com o primo, para conquistar autonomia. Ou seja, o grupo coletivo também deve garantir autonomia, inclusive de opinião e decisão, dentro das ações em grupo. Como não obtiveram tais ganhos, estando vinculados em um dos grupos associativos do leite, a alternativa foi conquistar a autonomia pela construção de um grupo que apresente reciprocidade que, nesse caso, parece ser garantida pelas relações de parentesco entre o entrevistado e o outro produtor com que se associara. Em seu lote, localiza-se o tanque de expansão para o armazenamento do leite de apenas dois produtores, como se pode observar, pela foto 30.

³ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.



Foto 4: Tanque de expansão para armazenamento de leite, localizado no lote nº 07. Os laticínios da cidade exigem que o leite seja armazenado em tanques de resfriamento. A alternativa dos produtores é se organizar em grupos e adquirir o equipamento por meio de compra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, Setembro de 2007.

O produtor entrevistado ainda não conseguiu o título de posse, que lhe garante a condição de assentado da Reforma Agrária. Segundo ele, o Incra já está com a documentação necessária para regularizar a posse da terra. Outros compradores estão na mesma situação irregular que o entrevistado 14. Em alguns relatos, constatamos a dificuldade em participar da associação dos produtores. O entrevistado nos informou o seguinte:

“Pode dizer que eu não tenho quase participação. Eu vou nas reunião deles aí, mas a gente sem documento até que você não pode optar nada. Igual eu aqui por enquanto, não sou ninguém. To aqui dentro mas não tem registro de nada aqui. Eu acho que eu sou considerado um ninguém aqui, porque como é que eu vou optar. Você tem seu documento do solo? Eu não tenho. Eu acho que até, eu não opto em nada, vou assistir, quando eu posso. Mas não dou opinião nessas coisa por causa disso, porque não tem documento. Agora, depois que você tiver o documento, aí já é diferente, você já tá dentro daquela associação. Mas, igual eu, eu não, tem mais aí que não tem documento, nós não faz nada aqui. Quando nós precisa de um documento da cidade, uma nota, tudo, é no nome de quem tem inscrição, a turma que já tem. Nós mesmo, eu acho que nós, igual, não temos que dar palpite

aqui, como nós comprador que ainda não pegou documento não tem como nós optar em nada, falar que ta errado, falar que ta certo. Nós não é considerado do grupo por enquanto. Na hora que chegar os documento aí tudo bem, aí acho que é diferente.” (Informação Verbal)⁴

A situação irregular do comprador de posses influencia na sua participação no grupo associativo, pois ele se caracteriza como indivíduo sem poder opinar, ou seja, de participar de decisões no grupo. No seu entendimento, sua participação será de forma efetiva quando obtiver o título de posse, pois será possível conquistar um registro de produtor rural e, conseqüentemente, igualar-se aos demais produtores, que já estão na condição de assentados.

A partir das análises que realizamos em torno das práticas coletivas que surgem no assentamento, podemos discutir a organização das redes, que se estabelecem pela instituição, consolidação ou enfraquecimento dos grupos coletivos locais. Estes, por sua vez, relacionam-se com outros grupos, conectando os indivíduos a uma rede de sociabilidade, indispensável ao seu cotidiano e, conseqüentemente, à reprodução da vida e permanência das famílias no assentamento.

⁴ Entrevista realizada no mês de Setembro de 2007.

REPRESENTAÇÃO DA REDE DE SOCIABILIDADE

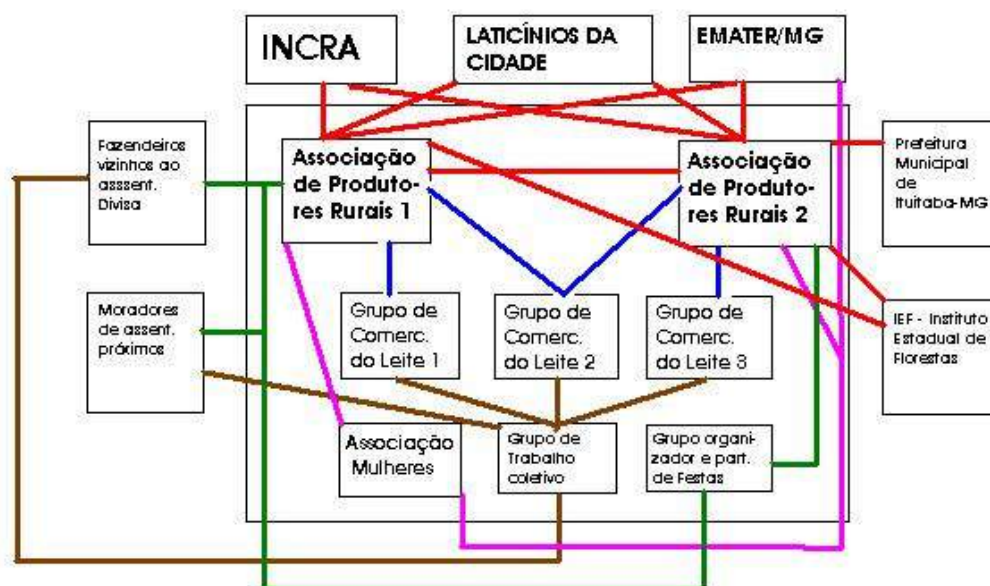


Figura 1: Representação da rede de relações, produzida a partir de grupos coletivos intra e extra-comunitários. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas.

Tomando-se como referência os grupos analisados, construímos um diagrama representativo das relações que se estabelecem entre grupos do próprio assentamento e destes com não moradores do assentamento e instituições externas a ele. A proposta é demonstrar, esquematicamente, as redes de sociabilidade, constituídas a partir de nós e conexões produzidas por práticas coletivas. Sendo assim, apresentamos o diagrama que se segue.

O desenho representativo dos grupos coletivos demonstra que a produção de redes sociais se dá pela conexão que esses grupos estabelecem entre si. Indivíduos que participam de uma organização coletiva estão, também, presentes noutras organizações, contribuindo, em diversas partes da rede, para que esta seja fortalecida.

Ao pensarmos a lógica de organização das redes de sociabilidade, no assentamento Divisa, consideramos o coletivo como um espaço múltiplo, que é construído por ações diversas entre os sujeitos sociais. Compreendemos que o coletivo é um espaço social determinado e determinante no processo de constituição e consolidação das redes de sociabilidade.

A necessidade de se relacionar com instituições governamentais e não-governamentais é produzida pelas necessidades e circunstâncias sociais e econômicas, próprias do mundo moderno. O poder público, ao estabelecer relações com os grupos de produtores do assentamento, dialoga com a coletividade, onde as particularidades individuais são ignoradas e não percebidas como contradição ou empecilho à implantação de projetos modelares, fornecimento de assistência técnica e de benefícios econômicos e estruturais.

As conexões e estratégias, criadas pelo coletivo, no espaço do assentamento, demonstram a diversidade das relações sociais que se manifestam na organização para o trabalho coletivo, na escolha da vizinhança para produção da festa, nas tentativas de se reatarem laços comunitários que, em determinado momento, foram rompidos. Havendo reciprocidade, por parte das instituições com as quais a conexão é estabelecida, o coletivo é fortalecido e, conseqüentemente, a rede social é ampliada e também fortalecida.

O que compreendemos é que a rede não possui laços contínuos de reciprocidade, entre os grupos participantes. Dessa maneira, é possível analisar os elementos que dão sentido e ordenamento à rede; podemos enumerá-los como: as formas de representar o trabalho e de empregá-lo na produção; a reciprocidade quanto ao esforço contido na concretização de idéias comuns; a satisfação ou insatisfação quanto aos resultados conquistados em grupo.

Os grupos são organizados por uma necessidade imposta, socialmente, às famílias assentadas. Estas, por sua vez, organizam-se por motivações como reciprocidade, relações de vizinhança e parentesco. Essas são as estratégias encontradas para suprir a carência da mão-de-obra familiar, garantir a geração da renda e a reprodução da vida. Porém, as divergências entre modos de vida, que no cotidiano se manifestam pelas formas de representar a realidade, não permitem que exista um coletivo coeso, livre de contradições e conflitos. Sendo assim, cada família se organiza no grupo com que mais se identifica, sem deixar de participar da rede social, a qual a conecta a diversas instituições, necessárias ao seu cotidiano.

Observando a caminhada de luta pela permanência no lote, percebe-se que as relações, no interior dos grupos, são altamente dinâmicas, pois as frustrações, quanto a determinados trabalhos coletivos, provocam a desistência e descrença de alguns, por aquele empreendimento. Contudo, potencializam novas formas de relações coletivas, pois é necessário estabelecer conexões com grupos externos ao assentamento, seja para comercialização de produtos ou negociação política com instituições públicas. Sendo assim, é necessário estar em grupo ou mesmo se dizer pertencente a ele, para receber financiamentos destinados a projetos produtivos, regularizar a documentação da posse do lote que foi comprado, obter apoio e solidariedade daqueles que produzem o cotidiano no assentamento e, também, produzir a festa. A coletividade permite maior poder de negociação para os que dela participam, e o indivíduo apresenta os seus interesses como sendo coletivos, facilitando alcançar a conquista almejada.

Por fim, compreendemos que a organização das redes de sociabilidade, no contexto local dos assentamentos, relaciona-se à multiplicidade e dinamicidade de organizações coletivas, produzidas pelas divergências entre modos de vida, conflitos

de idéias e de práticas, que não têm sido capazes de eliminar a produção de formas coletivas de organização, para criação de redes de sociabilidade intra e extra comunitárias.

4.2. Comunidade e coletividade no assentamento.

A coletividade, como foi analisado a partir das redes sociais, não apresenta um conteúdo desarticulado de uma lógica que lhe dê sustentação. A comunidade, por sua vez, resulta da relação que o coletivo e as redes produzem no espaço local do assentamento. Desse modo, é possível falar em existência de comunidade, no espaço rural estudado; mas de uma comunidade que se constitui com objetivos relacionados à produção, sustentados por diversos **tipos de reciprocidade**.

O lugar, enquanto assentamento, é construído pelas relações do homem com o meio e deste com grupos sociais diversos, é a base para o fortalecimento comunitário. Nesse sentido, o espaço do vivido, onde os indivíduos elaboram metas, demonstram seus sentimentos, desejos, sonhos e representações, constitui-se a dimensão essencial para a produção e reprodução do lugar comunitário. Apesar de existirem diversos grupos coletivos de afinidades entre famílias, é possível observar que tais grupos estão em constante conexão e relacionamento, sendo que membros de um grupo estão sempre em contato com os demais grupos sociais e instituições públicas e privadas, pois a rede de sociabilidade que se estabelece, a partir do assentamento, não isola os grupos de relações mais amplas.

Tratando-se do conceito de comunidade, os autores Maciver e Page (1973), afirmam que

“O que caracteriza uma comunidade é que a vida de alguém *pode* ser totalmente vivida dentro dela. Não se pode viver inteiramente dentro de uma empresa comercial ou de uma igreja; pode-se viver inteiramente dentro de

uma tribo ou de uma cidade. O critério básico da comunidade, portanto, está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro dela.” (p. 122);

A partir de tal afirmação, compreendemos que a análise do cotidiano, da maneira que realizamos no capítulo 02, foi importante para mostrar a complexidade da vida, nas redes familiares. As relações estabelecidas, no cotidiano, apresentam as ligações diversas que indivíduos estabelecem com o coletivo, para realizar conquistas.

Porém, também ficam evidentes as divergências e conflitos que surgem no interior da organização comunitária. No entanto, as diferenças quanto aos modos de vida não anulam a possibilidade da coesão. Entendemos, também, a partir de Fichter (1973), que

“[...] comunidade é um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns. [...] Uma comunidade é essencialmente “ligada ao solo”, no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam conjuntamente nos principais assuntos da vida. A comunidade é considerada sempre em relação ao meio físico. A comunidade é, essencialmente, uma agrupação ou uma rede de pequenos grupos, porém, em sua totalidade, pode-se distingui-la em muitos aspectos como um grande grupo social. Os membros da comunidade têm consciência das necessidades dos indivíduos dentro e fora de seu grupo imediato e tendem a cooperar estreitamente.” P. 154;

Os objetivos comuns dos grupos que compõem a rede de sociabilidade são diferentes. Mas podemos dizer que eles convergem sempre para um determinado fim, que é o de garantir a reprodução da vida, em todas as suas dimensões. É assim que a comunidade, no assentamento, é constituída, pois estar em um grupo coletivo significa participar da rede social e pode-se afirmar que contribuir para a rede é colaborar para sustentações de uma sociabilidade comunitária.

A discussão sobre comunidade, a partir dos conceitos que utilizamos, contribuiu para nossa análise do coletivo no assentamento, pois, na atualidade, apesar de haver outras discussões sobre o conceito, em que autores questionam a existência comunitária condicionada à relação com o meio físico, é possível

entender que, no caso pesquisado, a comunidade, em seu conteúdo se compõe de sujeitos que, na luta pela vida e permanência no assentamento, estabelecem intensas relações com o Estado para obter meios que redefinam a relação com a natureza. Não podemos entender o espaço comunitário do assentamento estando desvinculado de práticas sociais de uso da terra, pois essa prática constitui-se como elemento mediador das relações coletivas presentes no cotidiano.

Nossa análise demonstra que o meio físico não é o elemento condicionador da produção comunitária. É apenas uma das bases espaciais onde se desenvolve a vida. O sentido de comunidade, apoiado no trabalho e nas relações que o envolvem, bem como na organização da festa, contribui para produzir e reproduzir o lugar, enquanto comunitário.

4.3. A lógica das relações sociais no espaço da Reforma Agrária

O estudo das particularidades de relações existentes no Projeto de Assentamento Divisa revelou-nos um cotidiano permeado por contradições e heterogeneidades, não confirmando a existência de um grupo homogêneo, coeso e ausente de conflitos. É nesse contexto espacial que a compra e venda de posses de lotes têm ocorrido e foi a partir dele que compreendemos os motivos que conduzem os beneficiários a comercializarem suas posses. Consideramos que essa situação representa uma contradição para a Reforma Agrária, e não deve ser analisada sem tomar como referência os próprios sujeitos que lutam pela vida, nos espaços que recebem como benefício.

A possibilidade de regularização de posses que foram compradas, em assentamentos, constitui-se como incentivo para que novas comercializações sejam

realizadas, estabelecendo-se um constante “vai e vem” de beneficiários, o que faz aumentar os números das estatísticas governamentais e ocultar a realidade que tem sido produzida no meio rural, com a Reforma Agrária.

A venda de lotes, além de criar a idéia de impunidade, produz um espaço permeado por conflitos entre aqueles beneficiários que lutam para permanecer em seus lotes. A vinda de novas famílias, para os lotes daqueles que o comercializaram, representa um rompimento de laços estabelecidos entre os que permanecem e aqueles que abandonam seus lotes. Logo, os projetos coletivos, nascentes de conquistas conjuntas, têm sua continuidade e reprodução comprometidas, pois dependem da sociabilidade que os novos moradores do assentamento irão produzir, a partir de diversas relações que estruturam o cotidiano.

A gênese da comercialização das posses dos lotes está presente nos desencontros ideológicos e práticos entre os grupos que estabelecem relações, dentro das redes de sociabilidade. Partindo-se da análise particular das famílias beneficiárias, encontramos diversidade quanto aos aspectos culturais e aos conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho na terra. A produção do cotidiano é realizada por ações entre grupos familiares que possuem modos de vida diversos. Nesta condição, os embates vão sendo produzidos, ficando evidentes as concordâncias e discordâncias surgidas na organização de associações, sendo que as políticas oferecidas pelos órgãos gestores da Reforma Agrária para o coletivo, aparentemente organizado, não conseguem atender às particularidades, sobretudo daqueles que, sem saber cultivar a terra, não conseguem retirar sua sobrevivência a partir do uso do lote conquistado.

Alternativas para obter renda são empreendidas por alguns assentados. Eles buscam o emprego assalariado em cidades ou no campo, enquanto não conseguem

obter as condições necessárias para trabalhar, de forma autônoma, na produção agrícola, e trazer suas famílias para morar no assentamento. Outros, vivendo em condições precárias, após a conquista do lote, combinam a atividade de produção em suas terras com a prestação de serviços como assalariados, enquanto não conseguem renda das primeiras produções ou financiamento do Governo para construção de casas e melhoramento estrutural e produtivo do lote.

Nesse sentido, as organizações coletivas para o trabalho, como o mutirão, bem como o desenvolvimento de atividades religiosas e festivas, é essencial para que as famílias conquistem um espaço de comercialização dos produtos agrícolas, ampliem as relações sociais e produzam a comunidade e reproduzam o lugar, a partir da moradia nos lotes. Desse modo, podemos considerar que as dificuldades de se inserir socialmente, de produzir o cotidiano e o lugar, de conquistar melhores condições de moradia e investimentos para geração de renda – com apoio dos órgãos gestores -, de se identificar com os projetos comunitários e participar ativamente das redes sociais, de superar os conflitos e confrontos das diferenças entre modos de vida, de obter recursos financeiros, são os motivos pelos quais os beneficiários da Reforma Agrária, no assentamento Divisa, comercializam as posses dos lotes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas possibilidades de pesquisa podem ser desenvolvidas em assentamentos rurais. A abordagem geográfica, que desenvolvemos ao longo dos quatro capítulos, é a postura teórico-metodológica para analisar a realidade do espaço vivido. Entendemos que é necessário, em todo caso, ir a campo observar, descrever, comparar e compreender as especificidades, particularidades e singularidades presentes no espaço social dos sujeitos que produzem e reproduzem o lugar nos assentamentos rurais. Desenvolvemos, ao longo do trabalho, um exercício de leituras teóricas e empíricas, como estratégia de direcionar o caminho da pesquisa, para pensar as contradições, os embates e as superações.

Partimos de um questionamento que foi elaborado pela observação da realidade rural dos assentamentos localizados na região do Triângulo Mineiro. Preocupamo-nos com as vendas de posses de lotes que eram realizadas em tais assentamentos e, sempre estávamos nos perguntando a respeito das causas e conseqüências do movimento de “ir e vir” de beneficiários. Observávamos, também, que havia lotes que não vinham sendo cultivados, sendo que seus beneficiários residiam em outro local e, esporadicamente, visitavam o assentamento em dias de reuniões consideradas importantes. Analisando algumas obras científicas sobre o assunto Reforma Agrária, não encontramos publicações que pudessem nos orientar a respeito de estatísticas relacionadas à comercialização de posses, nem mesmo sobre o motivo de elas existirem. Encontramos diversas pesquisas que tratam de assuntos relacionados a assentamentos rurais. Suas abordagens não analisavam o aspectos amplos a respeito da reprodução da vida e sobre a permanência de

famílias beneficiárias em seus lotes. Sendo assim, a curiosidade e o desejo pela pesquisa motivaram a realização do trabalho com as famílias moradoras do Projeto de Assentamento Divisa.

Ao desenvolver a problemática, no início do primeiro capítulo, direcionamos o estudo utilizando questionamentos para construir o tema e apontar os caminhos que a pesquisa iria trilhar. A consolidação do tema ocorreu pela leitura e análise de conteúdos teóricos, que tratavam de assuntos relacionados a Assentamentos de Reforma Agrária. Essa abordagem permitiu justificar a realização da pesquisa, bem como situá-la no contexto das demais, demonstrando a sua importância no local de estudos. Foi possível compreender que havia necessidade de analisar os assentados, em suas particularidades relevantes, no caminhar da reforma, de modo a decifrar o problema da comercialização de posses de lotes.

Os modos de vida foram escolhidos como conteúdo particular de análise da realidade das famílias. Sendo assim, tivemos que analisar, conceitualmente, o modo de vida em relação ao cotidiano e compreender como ele se estrutura, nas relações sociais. O conteúdo analítico, desenvolvido no segundo capítulo, foi responsável em direcionar, metodologicamente, a investigação científica, presente nos capítulos posteriores. A pesquisa empírica foi analisada, teoricamente, a partir de outras áreas das ciências humanas, com textos de antropólogos, historiadores e sociólogos. Pensando na interdisciplinaridade, foi possível elaborar um entendimento sobre o trabalho de campo relacionado a estudos culturais em Geografia. Isto se fez necessário, também, porque as preocupações com a ética em pesquisa considerou a preservação da identidade dos sujeitos entrevistados e observados. Sendo assim, foi necessário pensar sobre como obter eficiência na coleta de dados sem que interferíssemos, negativamente, na privacidade dos pesquisados.

Iniciamos nossas análises sobre modos de vida a partir do entendimento da trajetória de luta vivida pelas famílias moradoras do assentamento. Ouvimos e registramos diversas histórias que faziam parte da trajetória de vida das famílias, nos momentos anteriores e posteriores à criação do assentamento. Nesse contexto, foi possível registrar as particularidades pertencentes a cada grupo familiar. Dessa maneira, fomos compreendendo a produção de práticas cotidianas, que se relacionam às características presentes nos modos de vida.

De acordo com nossas análises consideramos que, no assentamento, residem famílias com modos de vida diferentes e divergentes, por possuírem trajetórias de vida que estão desencontradas no tempo e no espaço, com experiências de trabalho as mais diversas. Persiste uma diferença de estratégias de reprodução da vida entre os que permanecem morando no assentamento e aqueles que não residem em seus lotes. Também há divergências entre os próprios moradores do assentamento, caracterizadas pelas trajetórias de vida e pelas práticas cotidianas, que se diferenciam no interior de suas estruturas, como é o caso da organização do trabalho, e as estratégias para suprir as deficiências de mão-de-obra familiar.

O cotidiano e os modos de vida direcionaram as reflexões produzidas no capítulo três, pois o lugar foi analisado em sua dimensão sócio-cultural, sendo que a paisagem também foi outra categoria analisada. A proposta analítica convergiu para o estudo do lugar. Compreendemos essa categoria como sendo produzida pelo embate, pela desarmonia entre aqueles que apresentam modos de vida divergentes e que, apesar das similaridades e encontros na vida cotidiana, possuem diferenças quanto às habilidades e saberes de se relacionar com os lotes da Reforma Agrária e

de se inserir e participar, socialmente, dos processos produtivos rurais, no assentamento.

Foi possível perceber que os laços de solidariedade persistem, apesar de se estabelecerem conflitos entre compradores de posse e assentados e entre os próprios compradores. As relações que se estabelecem, em torno do trabalho, demonstram que as aproximações entre as famílias moradoras do assentamento se dá por práticas advindas de outros tempos, como são as trocas de serviço, que alguns assentados já desenvolviam no meio rural, antes de virem para o assentamento. No contexto das práticas coletivas, podemos compreender que elas surgem no lugar e estão integradas a uma rede de sociabilidades e de interconexões entre diversos grupos coletivos, intra e extra comunitários.

Pensar os modos de vida, a reprodução do lugar e a organização comunitária foi um caminho importante para adentrarmos à lógica das relações que são estabelecidas nos assentamentos rurais. Entendemos que o espaço social é construído pelos esforços individuais e coletivos, divergentes e convergentes, em suas bases constitutivas. Desse modo, a comunidade, bem como a lógica de relações derivadas das redes de sociabilidade, foram analisadas, no quarto capítulo.

Portanto, ao desenvolver este trabalho, esperamos que outras pesquisas sejam realizadas, a fim de ampliar o estudo da realidade dos assentamentos rurais, bem como contribuir para o entendimento das contradições que emergem no interior das práticas cotidianas dos grupos humanos que vivem nos espaços rurais brasileiros. Adentrar à reprodução da vida daqueles que sonham, lutam, conquistam ou desistem de uma causa pela Reforma Agrária é uma alternativa de explicar a própria reforma, bem como produzir novos rumos, baseados no atendimento às particularidades que surgem de conteúdos culturais diversos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Rodrigo Borges de. **Religiosidade e modos de vida**: processos de (re) construção do lugar na comunidade rural Tenda do Moreno em Uberlândia-MG. 2007. 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da Reforma Agrária (não) revelam. In: SCHIMIDT, Benício Viero et. al. (org.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 170-204.

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 225-235.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRASIL, Lei nº 4504 de 30 de Novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.

- CAPEL, H. Humboldt y La teoria de La tierra. In: _____ **Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea**. *Barcelona: Barcanova, 1981. p. 5-11.*
- CARLOS, Ana Fani A. Definir o Lugar. In: CARLOS, Ana Fani A (Org.). **O lugar no/do mundo**. Hucitec: São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 19-27.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%201%20em%20pdf/mercator1artigo2.pdf>>, acesso em 14 de Setembro de 2007.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- CORREA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.
- CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz. **Os espaços dos sujeitos da reforma agrária**: práticas produtivas e comerciais do assentamento Bom Jardim – Araguari-MG. 2006, 106 p. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução a antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DIAS, Leila Christina. Os Sentidos da Rede: Notas para Discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

EICHNER, klaus; SOUTO-MAIOR, Breno Augusto. **A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda**. Disponível em: http://revista-redes.rediris.es/html-vol7/vol7_2.htm. Acesso em 15 de Jan. de 2007.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**.

Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, Política e Territorial. In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G. (Org.) **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 223-231.

_____. **MST Movimento dos Trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em são Paulo**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Violência e modos de vida: os “justiceiros”. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP**, v. 4, nº 1 e 2, p. 43-52, 1992. Disponível em < http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol04n12/caminhos.pdf>.

Acesso em 02 de Fevereiro de 2007.

FERREIRA NETO, José Ambrósio. Racionalidade individual, ação coletiva e a luta pela reforma agrária. **Reforma Agrária: Revista da Associação brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Rio Claro, V. 29/30.

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e Sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 154-168.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimento**. São Paulo: Humanitas, 2002.

GOMES, Renata Mainenti; CLEPS JR, João. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, Antônio M. A.; ZUBA, Janete A. G.; CLEPS JR, João. **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006. p. 131-170.

GRAZIANO DA SILVA, José F. **Mas, qual a reforma agrária?**. Reforma Agrária. Campinas: V. 17, n. 1, p. 11-60, 1987.

GRAZIANO NETO, Francisco. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In.: SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo N. C. e ROSA, Sueli L. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, Editora da UnB, 1997. p. 153-169.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da fazenda nova santo Inácio ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001)**. 2002, 170 f. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HUMBOLDT, A. Von. **Cosmos**. Ensayo de una descripción física del mundo. In MENDOZA, J. G. ; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O.(Org.) **El pensamiento geográfico**. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982. p. 159-162.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo social. Rev. Sociol. USP**, São Paulo v. 4, nº 1 e 2, p. 7-15, 1992. Disponível em <

http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol04n12/caminhos.pdf>.

Acesso em 02 de Fevereiro de 2007.

MACIVER, R. M.; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade com níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e Sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 117-131.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In.: DURHAM, Eunice Ribeiro. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 25-48.

MANCE, Euclides A. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI (Org.). **A outra economia**. Porto alegre: Veraz Editores, 2003. p. 219-225.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____, José de Souza. **Reforma Agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. 17ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformação no campo. In: FEITOSA, Antônio M. A.; ZUBA, Janete A. G.; CLEPS JR, João. **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006a. p. 29-78.

OLIVEIRA, Marcelo L. Romarco. Assentamentos rurais: um espaço em construção de famílias de origem migrante no entorno do distrito federal. In: FEITOSA, Antônio M. A.; ZUBA, Janete A. G.; CLEPS JR, João. **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006b. p. 255-277.

OLIVEIRA, Pedro Machado de. **As heranças culturais e as relações de produção na comunidade dos Bagres – Vazante-MG. 2004**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, nº 1, p. 13-37, 1996.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na História Oral In: ANTONACCI M. A. ; PERELMUTTER, D. **Projeto História nº15**. São Paulo, abril 1997. 439 p.

_____. História oral como gênero. In: **Projeto História 22** (História e oralidade).

São Paulo: PUC-Educ, 2001, p. 9-36. (verificar autores)

PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 30-50.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 249-258.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, nº 11, p. 111-125. jan./dez., 1999.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 12-74.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.) **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 29-50.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 5, p. 93-103, jul. 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>. Acesso em: 14 Set. 2007.

TRIVINHO, Eugênio. **Redes:** obliterações no fim do século. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

TROLL, Carl. A paisagem geográfica e a sua investigação. **Espaço e Cultura** – NEPEC, Rio de Janeiro, n. 02, p. 1-7, jun. 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** Um estudo de percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1974.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo, Edusp/Hucitec, 1991.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 205-234.

ANEXOS

6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TÍTULO DO PROJETO: A Reprodução do lugar como desafio de permanência nos lotes da reforma agrária: Assentamento Divisa - Ituiutaba-MG

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.

Eu entendo que fui convidado (a) conjuntamente com minha família a participar de um projeto de pesquisa envolvendo moradores e familiares do Assentamento Divisa. Fui informado de que os objetivos do projeto são estudar os modos de vida das famílias assentadas. Neste estudo, os pesquisadores conhecerão minha casa e minha família para saber quais práticas agrícolas exerço em meu lote e como me relaciono com as demais pessoas do assentamento. Os pesquisadores também me informaram que irão abordar as estratégias e as formas de organizações sociais que fazem parte do processo de produção agrícola e que eu, de acordo com minha disponibilidade, poderei acompanhá-los quando forem visitar minhas plantações e criações. Os pesquisadores também me esclareceram que pretendem conhecer a maneira como nos relacionamos com os vizinhos e demais moradores do assentamento. Eles justificaram a pesquisa como sendo um trabalho de mestrado que visa compreender a reprodução do lugar a partir das relações de vizinhança e parentesco, bem como as mesmas contribuem para o fortalecimento e organização da comunidade que participo e seu papel na construção de parcerias institucionais entre assentamento, órgãos governamentais e não governamentais.

PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA

Entendo que se eu concordar em participar do estudo proposto, o trabalho será realizado da seguinte forma:

- Os pesquisadores visitarão o assentamento, permanecendo por alguns dias e procurarão conhecer a nossa organização de trabalho familiar no lote, nossas expectativas e anseios em trabalhar na terra, nossa organização comunitária e nossas relações sociais estabelecidas com órgãos governamentais e não governamentais parceiros do assentamento;
- Eles me explicaram que serei convidado a acompanhá-los nas suas visitas ao meu lote e nas atividades comunitárias;
- Estarão sempre registrando as nossas atividades no lote e na comunidade, com especial atenção para o trabalho rotineiro na lavoura e na pecuária, nossos mutirões e reuniões coletivas;
- Outros membros de nossa família, como os jovens, também serão convidados em alguns momentos para falarem a respeito de sua participação no trabalho familiar e suas pretensões futuras de continuarem trabalhando e morando no assentamento;
- Também me foi explicado e entendi que os procedimentos mencionados acima vão ser realizados toda a vez que os pesquisadores visitarem a minha propriedade e ou comunidade;

- O registro das paisagens⁵ será feito por meio de observações, descrições e comparações de campo com documentações fotográficas e cartográficas;
- Os dados coletados em trabalhos de campo serão discutidos entre os pesquisadores e todo o material coletado será utilizado para fins científicos, aulas e documentários a respeito do modo de vida, da cultura e das relações comunitárias, sem que haja perda da minha privacidade. Tenho plena consciência e total liberdade para me informar quanto aos resultados.

Entendo que a participação é voluntária e que posso me recusar a participar ou retirar meu consentimento interrompendo a minha participação e de meus familiares no estudo a qualquer momento sem qualquer penalização. Eu reconheço também que o Mestrando Nelson Ney Dantas Cruz e seu professor orientador Rosselvelt José Santos, colocaram-se a disposição para esclarecer qualquer dúvida no decorrer da pesquisa.

Eu, ..., RG, confirmo que o Mestrando Nelson Ney Dantas Cruz e seu orientador Prof. Rosselvelt José Santos, explicaram-me o objetivo do estudo, os procedimentos que serão utilizados. Também me foi explicado, assim como compreendi esse termo de consentimento e estou conjuntamente com minha família, de pleno acordo em participar desse estudo.

Assinatura do participante ou responsável

Mestrando/Pesquisador: Nelson Ney Dantas Cruz
cruzdageo@yahoo.com.br – Fone: 9151-1296
Orientador: Prof. Rosselvelt José Santos
rosselvelt@ufu.br – Fone: 3239-4169 ramal 42
Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia – CEP/UFU
Av. João Naves de Ávila, 2121 Bloco 1J Campus Santa Mônica – Uberlândia-MG
CEP: 39400-902 – Fone/Fax(34) 3239-4334 – dirpgufu@ufu.br



Universidade Federal de Uberlândia
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
 Av. João Naves de Ávila, nº 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG -
 CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4131

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Nº 001/07

Registro CEP: 237/06

Projeto Pesquisa: "A reprodução do lugar como desafio de permanência nos lotes da reforma agrária: Assentamento divisa - Ituiutaba-MG"

Pesquisador Responsável: Nelson Nery Dantas Cruz

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data para entrega do **Relatório Final:** dezembro/2007

02 de janeiro de 2007.

Profª. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
 Coordenadora do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador:

(Para parecer Aprovado ou Aprovado com Recomendações)

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cidadão (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.c). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista no cronograma do projeto, conforme norma da Res. 196/96 CNS.

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS Assentamento Divisa

Nome do Entrevistado: _____ Idade: _____

A família é composta por quantos membros (que residem no assentamento)? _____

Qual o grau de parentesco e o que fazem (cuidam da casa, trabalham no lote, apenas estudam, qual o grau de escolaridade, etc.)

Qual a religião da família? _____

Qual a situação das famílias no lote (assentada, comprou o lote, alugou, arrenda, etc)?

A – De onde as famílias vieram e os motivos do deslocamento

- 1 - Qual a sua cidade de origem?
- 2 - Em qual município morava antes de vir para o assentamento? Residia na zona rural ou na cidade?
- 3 – O Senhor não achou que seria difícil e desconfortável deixar a moradia na cidade para vir morar na zona rural?
- 4 - Que profissão (ões) exercia antes de vir para o assentamento?
- 5 - Por que possuir terra, o que motivou vir para o assentamento (tinha casa própria na cidade, estava desempregado, sonhava em possuir uma propriedade rural)?
- 6 – Como o Senhor imaginava a vida no assentamento, antes de morar no Assentamento Divisa?
- 7 – O que o Senhor teve de deixar para trás ao optar por ser assentado (em relação ao trabalho, à família, aos amigos, religião, etc.)?
- 8 – O que mudou na vida do Senhor após vir morar no assentamento?

B - Experiências de trabalho na Agricultura e experiências de produção no lote

- 1 - O Senhor já trabalhou alguma vez na agricultura? Quando trabalhou? Como era o trabalho na lavoura ou na pecuária?
- 2 – O Senhor já foi bóia-fria, arrendatário, meeiro, vaqueiro, zelador de fazenda, etc.?
- 3 - O senhor sempre sonhou em ter um negócio próprio relacionado à produção agrícola?
- 4 – O senhor acha que esse sonho está sendo realizado no assentamento? Nesse caso, as expectativas que o Senhor possuía em relação ao trabalho no assentamento, à geração de renda, ao lote que seria adquirido, foram contempladas?
- 5 – Qual foi a primeira fonte de geração de renda após ter conquistado o lote? (verificar quando se realizou a primeira utilização das terras da fazenda pelos assentados, se ocorreu antes ou após a divisão em lotes)
- 6 – Quando o Senhor recebeu o lote o que pensou em produzir primeiramente?
- 7 – Porque o Senhor escolheu produzir tal gênero agrícola?
- 8 – Como se realizou a primeira produção (com investimento próprio, financiamento do banco, com mão-de-obra da própria família, com ajuda de outros membros do assentamento, etc.)?

9 – Onde adquiriram as primeiras mudas para plantio e as primeiras crias?

10 – Que parceiros incentivaram e ajudaram na organização das primeiras produções agrícolas? (órgãos de assistência técnica, associação do assentamento, órgãos financiadores como o Incra e Bancos, Fazendeiros vizinhos, Indústrias de Laticínios, Prefeitura do município, etc.)

11 – Quais as principais dificuldades enfrentadas durante o plantio, manutenção da lavoura e colheita, ou dificuldades em relação às primeiras crias de animais para produção de carne, leite, ovos?

12 – Que providências tomou para superar as dificuldades? Conseguiu superá-las?

13 – Qual o destino dado às primeiras produções agrícolas? A safra foi vendida? Para quem foi vendida? Que dificuldades encontrou na comercialização?

14 – A forma de geração de renda realizada atualmente difere daquela realizada nos primeiros anos de moradia no lote?

15 – O que o Senhor tem produzido atualmente?

16 – Porque houve alterações quanto aos gêneros produzidos no lote?

17 – As dificuldades existentes nas primeiras produções foram superadas?

18 – Que facilidades ou incentivos contribuem para que se desenvolva a atual atividade agrícola?

19 – Que dificuldades persistem na produção agrícola?

20 – O Senhor pretende continuar desenvolvendo a atual produção agrícola ou sonha em exercer outra atividade mais rentável? Que atividade o Senhor desejaria desenvolver? Porquê?

C – Relações de trabalho e organização coletiva

1 – Quantas pessoas moravam no lote logo após a criação do Assentamento ou compra do lote? Quantos ainda moram no lote? Porque mudaram?

2 – Quantos trabalham na agricultura ou demais atividades de geração de renda no lote?

3 – O Senhor considera que a mão-de-obra que se tem no lote é suficiente para o trabalho na terra?

4 – Se não é suficiente, o que o (a) Senhor (a) faz para suprir a demanda por mão-de-obra?

5 – O Senhor costuma participar de mutirões, trocas de trabalho, produção de a meia, ou desenvolve alguma produção em conjunto com outros assentados?

6 – Houve épocas em que o Senhor participava mais ativamente das reuniões coletivas para produção, mutirões, etc.? Porquê?

7 – Quais as principais conquistas da associação do assentamento?

8 – Ao firmar parcerias de trabalho com outros assentados que condições são estabelecidas como acordo?

9 – Quando passou a morar no assentamento o Senhor teve de trabalhar fora do lote para obter renda? Porquê? Que trabalho realizava?

10 – Atualmente desenvolve alguma atividade de geração de renda além do trabalho no lote? Que atividade exerce? Com que frequência a exerce (mensal, semestral, anual)? Porquê exerce?

D – Relação de dependência da cidade

- 1 – O Senhor costuma ir à cidade mais próxima com frequência? Quais cidades?
- 2 – Por quais motivos o Senhor depende da cidade? Com que frequência o Senhor vai à cidade?
- 3 – Que estratégias o Senhor utiliza para ir à cidade (veículo próprio, ônibus de linha, carona com vizinhos, etc.)?

E – Projetos familiares

- 1 – O senhor pretende continuar morando no assentamento com a família? Porquê?
- 2 – Qual o projeto que se tem para os filhos em relação à vida profissional?
- 3 – O Senhor deseja que os filhos permaneçam trabalhando na terra com o Senhor e aprendam uma profissão ligada à produção agrícola?
- 4 – Qual a opção dos filhos em relação à vida profissional ou moradia no assentamento?

F – Construção de infra-estruturas

- 1 – Com que recurso e mão-de-obra o Senhor construiu a casa no lote, os currais, as cercas, o poço d'água, etc.?
- 2 – A construção destas infra-estruturas ocorreu imediatamente após a divisão da fazenda em lotes? Quanto tempo demorou? Porquê houve esta demora?

G – Demais formas de relacionamento comunitário dentro e fora do assentamento

- 1 – O Senhor e sua família participam de outras formas de relacionamento além das reuniões da associação? Quais são?
- 2 – Onde a família do Senhor costuma participar de cultos, missas no assentamento ou em fazendas ou assentamentos vizinhos?
- 3 – O Senhor costuma ir à cidade para participar de cultos ou missas?
- 3 – Com que frequência ocorre missas, cultos, festas religiosas, confraternizações entre os assentados, cursos para produtores rurais, reuniões com órgãos externos ao assentamento?
- 4 – A família do Senhor costuma participar de festas na cidade? Com que frequência?